

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS**

**HETALBEN HARIBHAI PATEL**

**PARCERIA DA ÍNDIA COM OS ESTADOS AFRICANOS: UM ENFOQUE NAS  
RELAÇÕES ESTRATÉGICAS COM MOÇAMBIQUE**

**PORTO ALEGRE**

**2020**

**HETALBEN HARIBHAI PATEL**

**PARCERIA DA ÍNDIA COM OS ESTADOS AFRICANOS - DO PASSADO AO  
PRESENTE: UM ENFOQUE NAS RELAÇÕES ESTRATÉGICAS COM MOÇAMBIQUE**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Angélica  
Hernández Haffner

**Porto Alegre**

**2020**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Patel, Hetalben Haribhai

Parceria da Índia com os Estados Africanos : um enfoque nas relações estratégicas com Moçambique / Hetalben Haribhai Patel. -- 2020.

221 f.

Orientadora: Jacqueline Angélica Hernández Haffner.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Interdependência. 2. Cooperação económica. 3. Parceria estratégica. I. Haffner, Jacqueline Angélica Hernández, orient. II. Título.

**HETALBEN HARIBHAI PATEL**

**PARCERIA DA ÍNDIA COM OS ESTADOS AFRICANOS: UM ENFOQUE NAS  
RELAÇÕES ESTRATÉGICAS COM MOÇAMBIQUE**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner

Aprovada em: Porto Alegre, 10 de agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Jacqueline Angélica Hernández Haffner - Orientadora

UFRGS

---

Prof. Dr. André Reis da Silva

UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Mateus Wache

UJC

---

Prof. Dr. Anselmo Otavio

UNISINOS

## AGRADECIMENTOS

Como seguidora da religião e cultura hindú tenho meus guardiões no além e cá na terra. Aos Deus e Santos que sempre abençoaram a minha vida e protegeram o meu caminho agradeço infinitamente esta dádiva da vida que me foi concebida. Aos meus pais, meus Deuses na terra, obrigada por me ensinarem a ficar em pé, caminhar e correr atrás de todos meus sonhos. A maior arma que vocês me deram foi a educação e com ela hoje sou essa mulher que está para se tornar a primeira doutora da família Patel e Kushal. Obrigada por tudo mummy (Niruben) e papa (Haribhai)!

Agradeço ao meu bisavô materno Kushal Madav e ao meu tio Kantilal Kushal pela coragem e determinação em sair da Índia e aventurarem-se para um país que hoje é a minha terra natal, meu lindo Moçambique. Sem vocês eu não seria Moçambicana.

Meus irmãos! Ao meu *bhai*<sup>1</sup> (Rohit), meu porto seguro! Agradeço por me ensinar a matemática e tantas outras matérias da vida. Elas me ajudaram a passar de classe na escola mas também ajudou me a ver o meu potencial, e o mais importante, a confiar em mim mesma! Mana Nina (Ivandra), não tive uma irmã de sangue mas Deus deu me uma irmã de alma (*my person*). Uma amizade de infância que perdura até hoje, temos histórias que ninguém irá acreditar se contarmos. Passamos por momentos de dor, alegria, frustrações e mesmo distantes uma da outra mas com a irmandade sempre presente. Obrigada por toda a paciência, amor e carinho incondicional. Mano Wache, *my brother from another mother*, obrigada por toda discussão académica que tornou esta tese mais enriquecida e não só, agradeço aos ensinamentos sobre a vida que me tem dado.

Mayday (João), meu melhor amigo, meu parceiro, meu amor! Obrigada pelo apoio e suporte não só nesta fase de doutoramento mas em todo processo de crescimento e conhecimento partilhado comigo. Encontro em ti minha inspiração e admiração de um ser com carácter bom e humano.

Professora Jacqueline, “moçambicanamente” falando meu *Khanimambo*<sup>2</sup>. Muitíssimo obrigada por me ter guiado até a etapa final desta caminhada. Com a sua sábia ajuda e apoio, em pouco tempo consegui fazer o que estava estagnado por muito tempo. Nossas conversas, discussões, sempre com uma palavra de carinho para dar me mais força em prosseguir com a tese foram cruciais para elaboração desta tese.

---

<sup>1</sup> Irmão em língua Gujarati

<sup>2</sup> Língua Changana, mais falada no Sul de Moçambique.

A todos meus professores do curso de Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS, o meu muito obrigado pelos ensinamentos e debates que ajudaram a enriquecer o meu conhecimento e por fim o meu trabalho.

Por fim, mas não menos importante, agradecer a Universidade Joaquim Chissano pela oportunidade concedida de participar neste doutoramento através da bolsa concedida e pela confiança no meu potencial.

*Para minha Sweety, um ser que ensinou me a  
respeitar e amar a natureza! A ti dedico este trabalho  
que contigo começou mas sem ti terminou...*

## RESUMO<sup>3</sup>

Esta tese tem como principal objetivo reflectir sobre a evolução das relações bilaterais da Índia com os estados africanos com maior enfoque nas relações estratégicas com Moçambique. A principal hipótese está relacionada com os crescentes interesses geo-estratégicos da Índia pelos recursos energéticos e acesso ao Oceano Índico, que a leva estreitar laços com os estados africanos e fazer aliança estratégica com Moçambique. Neste contexto, a presença da diáspora indiana nos estados africanos, joga um papel importante na construção das novas relações que são de amizade mútua e de respeito tendo em conta o passado colonial que ambos partilham. Pode-se afirmar, também, que a cooperação Sul-Sul é outra plataforma usada pela Índia na sua aproximação bem como através da plataforma *India Africa Forum Summit*. Para auxiliar na elaboração da tese foram usados os seguintes métodos: quanto ao método de abordagem foi usado o hipotético-dedutivo; e quanto ao método de procedimento foram usados o histórico e comparativo. Em relação as técnicas, primeiro foi usada a bibliográfica, que ajudou na colecta de informações sobre as relações históricas e actuais da Índia e os estados africanos e no caso específico de Moçambique. A segunda técnica usada foi a documental para analisar o caso da Índia e Moçambique pois, não existem ainda estudos específicos das suas relações. Como principal resultado, esta tese demonstra que o crescimento económico da Índia a partir do final da guerra fria, leva a que esta se reaproxime dos estados africanos a procura de recursos energéticos e mercado estreitando os laços de parceria. Verifica-se também uma mudança nas prioridades de política externa indiana como como o Oceano Índico, recursos energéticos e mercado que passam a constar como prioridade da agenda diplomática. Coincidentemente, Moçambique, possui estas três componentes nas suas potencialidades o que fez com que a Índia desse passos consistentes na relação sua relação bilateral com Moçambique tornando-a num parceiro estratégico no continente africano. A principal conclusão desta tese é de que os interesses políticos e económicos da Índia mudaram a sua forma de actuação para com os países africanos, especialmente no caso de Moçambique.

**Palavras-chave:** Interdependência. Cooperação económica. Parceria estratégica.

---

<sup>3</sup> A língua escrita usada para esta tese foi o Português de Portugal que se encontra em vigor em Moçambique.

## ABSTRACT

This thesis has as main objective to reflect on the evolution of bilateral relations between India and African states with a greater focus on strategic relations with Mozambique. The main hypothesis is related to India's growing geo-strategic interests in energy resources and access to the Indian Ocean, which leads it to strengthen ties with African states and foster a strategic alliance with Mozambique. In this context, the presence of the Indian diaspora in African states, plays an important role in the construction of new relationships of mutual friendship and respect taking into account the colonial past that both share. It can also be said that South-South cooperation is another platform used by India in its approach as well as through the India Africa Forum Summit platform. The following methods were used to assist in the elaboration of the thesis: as for the approach method, the hypothetical-deductive method was used; and as for the procedure method, historic and comparison were used. Regarding the techniques, the bibliography was first used, which helped in the collection of information on the historical and current relations of India and the African states, and in the specific case of Mozambique. The second technique used was the documentary to analyze the case of India and Mozambique because, there are still no specific studies of their relations. As a main result, this thesis demonstrates that the economic growth of India since the end of the cold war, led India to re-approximate to African states in search of energy resources and the market, strengthening the ties of partnership. There is also a shift in Indian foreign policy priorities such as the Indian Ocean, energy resources and the market that are now on the priority of diplomatic agenda. Coincidentally, Mozambique has these three components in its potential, which made India take consistent steps to promote the bilateral relationship with Mozambique turning into a strategic partner on the African continent. The main conclusion of this thesis is that India's political and economic interests have changed their way of acting towards African countries especially Mozambique.

**Keywords:** Interdependence. Economic cooperation. Strategic partnership.

## LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Instrumentos Indianos de cooperação para o desenvolvimento.....	75
Diagrama 2 - Aproximação Estratégica.....	166
Diagrama 3 - Interdependência Entre Moçambique e Índia.....	169
Diagrama 4 - Cenário Ótimo.....	178
Diagrama 5 - Cenário Intermédio.....	181
Diagrama 6 - Cenário Pessimista.....	182

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Consumo de energia da Índia.....	19
Gráfico 2 - Comércio África-Índia .....	64
Gráfico 3 - Comércio Total Índia-África 2017.....	68
Gráfico 4 - Comércio total Índia-África.....	68
Gráfico 5 - IDE Indianos nos Estados Africanos.....	70
Gráfico 6 - Crescimento da economia Indiana.....	71
Gráfico 7 - Investimento Indiano no Mundo .....	71
Gráfico 8 - Principais investimentos de empresas indianas nos Estados Africanos.....	72
Gráfico 9 - Linhas de Crédito Índia-África.....	76
Gráfico 10 - Comércio Bilateral Moçambique-Índia.....	115
Gráfico 11 - Evolução Anual do Investimento Indiano .....	119
Gráfico 12 - Importações Energéticas da Índia .....	135
Gráfico 13 - Produção e Consumo do Carvão na Índia.....	137
Gráfico 14 - Principais Importadores do Gás Natural no Mundo.....	138
Gráfico 15 - Produção e Importação do Gás Natural.....	139
Gráfico 16 - População Estrangeira em Moçambique.....	164

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Malik Amber.....	39
Imagem 2 - Mulher Siddi na Índia.....	40
Imagem 3 - Família Siddi na Índia.....	40
Imagem 4 - Cantinas Indianas.....	89
Imagem 5 - Primeiro Templo Hindu em Moçambique.....	93
Imagem 6 - Sede da Comunidade Hindú em Maputo.....	94
Imagem 7 - Comunidade Muçulmana de Moçambique.....	97
Imagem 8 - Sede da Comunidade Ismaelita em Moçambique.....	99
Imagem 9 - Capulana.....	104
Imagem 10 - Mulheres Com Capulana.....	104
Imagem 11 - Parque Tecnológico de Maluana.....	126
Imagem 12 - Mulher Moçambicana .....	130
Imagem 13 - Mulher Indiana.....	130

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Migração Africana no Oceano Indico.....	34
Mapa 2 - Comércio de escravos.....	35
Mapa 3 - População de Origem Indiana Pelo Mundo.....	37
Mapa 4 - Mapa da República da Índia .....	42
Mapa 5 - Minerais não metálicos da Índia.....	54
Mapa 6 - Recursos Energéticos dos Estados Africanos .....	55
Mapa 7 - Prioridade da Diplomacia Energética da Índia.....	56
Mapa 8 - Posicionamento Geoestratégico do Oceano Índico.....	59
Mapa 9 - Posições estratégicas da Índia no Oceano Indico.....	61
Mapa 10 - Presença suaíli na Costa Oriental Africana.....	81
Mapa 11 - Expansão da Diáspora Indiana em Moçambique.....	85
Mapa 12 - Região Transval na África Austral.....	88
Mapa 13 - Rovuma Offshore Área 1.....	123
Mapa 14 - Geografia de Moçambique.....	146
Mapa 15 - Barragem de Cahora Bassa.....	148
Mapa 16 - Mineração na província de Tete .....	149
Mapa 17 - Reservas de gás natural em Moçambique.....	150
Mapa 18 - Prospecção do Gás Natural .....	150
Mapa 19 - Principais Rotas no Oceano Índico .....	153
Mapa 20 - Consumidores mundiais do gás natural moçambicano.....	142
Mapa 21 - Moçambique e sua ligação terrestre com SADC.....	157
Mapa 22 - Estratégia One Belt One Ring.....	161

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Visita de chefes de Estado.....	112
Quadro 2 - Lista dos Acordos e Memorandos Entre Índia e Moçambique.....	113
Quadro 3 - Projectos de Destaque.....	120
Quadro 4 - Donativos a Moçambique do governo Indiano.....	129
Quadro 5 - Principais Indicadores da SADC.....	156

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comércio Entre Índia e Países do Este Africano .....	65
Tabela 2 - Comércio Entre Índia e Países do Oeste Africano.....	66
Tabela 3 - Comércio Entre Índia e Países do Norte da África.....	66
Tabela 4 - Comércio Entre Índia e Países da África Austral .....	67
Tabela 5 - Principais Parceiros de Importação e Exportação da Índia.....	68
Tabela 6 - Principais Destinos do Investimento Indiano nos Estados Africanos .....	73
Tabela 7 - Linhas de Crédito Índia-África .....	76
Tabela 8 - Estados Africanos com População Indiana Considerável.....	78
Tabela 9 - População de Origem indiana em Moçambique.....	89
Tabela 10 - Comércio Moçambique Colonial e Índia .....	98
Tabela 11 - População Indiana em Lourenço Marques .....	82
Tabela 12 - Produtos Mais Exportados Por Moçambique Para Índia.....	116
Tabela 13 - Top 5 Produtos Mais Importados da Índia Por Moçambique.....	117
Tabela 14 - Número de Projectos, Emprego e Investimento (2009-2019).....	118
Tabela 15 - Linhas de Crédito Aprovadas Para Moçambique.....	125
Tabela 16 - Projecção da Demanda de Gás Natural na Índia.....	140
Tabela 17 - Previsão de Exportação do Gás Natural e Carvão de Moçambique em 2030.....	151
Tabela 18 - Investimento Directo Estrangeiro da China vs Índia em Moçambique.....	160
Tabela 19 - Principais Parceiros Comerciais de Moçambique em 2018.....	162

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.C.	Antes de Cristo
CAN	Congresso Nacional Africano
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
ASSOCHAM	Associação da Câmara do Comércio Indiano
BM	Banco Mundial
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEDEAO	Comunidade Económica do Estados da África Ocidental
CII	Confederação das Indústrias Indianas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CNI	Congresso Natal Indiano
D.C.	Depois de Cristo
EU	<i>Europe Union</i>
EUA	Estados Unidos da América
FICCI	Federação de Câmaras de Comércio e Investimento Indiana
FIEO	Federação da Organização de Exportações Indianas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Forum on China-Africa Cooperation
G-20	Grupo dos 20
G77	Grupo dos 77
IAFS	<i>India-Africa Forum Summit</i>
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IFS	<i>Indian Foreign Service</i>
IOF	<i>Organização Francófona</i>
IRCON	<i>Indian Railway Construction Company Limited</i>
ITEC	<i>Indian Technical and Economic Cooperation</i>
LAFTA	Associação de Livre Comércio da América Latina
LOC	<i>Lines Of Credit</i>
MEA	<i>Ministry of External Affairs</i>
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

MPNA	Movimento dos País Não-Alinhados
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
NOEI	Nova Ordem Económica Internacional
NRI	<i>Non-resident Indian</i>
ONG	Organização Não Governamental
ONGC	<i>Oil and Gas Company</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PARPA	Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta
PIB	Produto Interno Bruto
PIO	<i>Person of Indian Origin</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RITES	<i>Rail India Technical and Economic Service</i>
SAARC	<i>South Asian Association for Regional Cooperation</i>
SCAAP	<i>Special Commonwealth Assistance for Africa Programme</i>
SWAPO	<i>South-West African People's Organization</i>
TI	Tecnologias de Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UA	Uniao Africana
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UNIDO	Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial
USD	<i>United States Dollar</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>PARCERIA ÍNDIA - ÁFRICA: DA ANTIGUIDADE À ACTUALIDADE</b> .....	<b>32</b>
2.1	OS PRIMEIROS CONTACTOS .....	<b>32</b>
2.1.1	<b>Diáspora Indiana nos Estados Africanos</b> .....	<b>36</b>
2.1.2	<b>Diáspora dos Estados Africanos na Índia</b> .....	<b>38</b>
2.2	INDEPENDÊNCIA DA ÍNDIA E SUA REAPROXIMAÇÃO AOS ESTADOS AFRICANOS .....	41
2.3	RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS .....	45
2.3.1	<b>Política Externa da Índia</b> .....	<b>47</b>
2.3.2	<b>Interesse Energético da Índia nos Estados Africanos</b> .....	<b>53</b>
2.3.3	<b>O Oceano Índico no Interesse Geo-Estratégico da Índia</b> .....	<b>58</b>
2.3.4	<b>Diplomacia Económica com os Estados Africanos</b> .....	<b>62</b>
2.3.5	<b>A Diáspora Indiana na Actualidade</b> .....	<b>77</b>
<b>3</b>	<b>PARCERIA ÍNDIA-MOÇAMBIQUE</b> .....	<b>80</b>
3.1	A FORMAÇÃO DA DIÁSPORA INDIANA E SEU PAPEL NA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE .....	80
3.1.1	<b>Presença Hindú em Moçambique</b> .....	<b>91</b>
3.1.2	<b>A Presença dos Maometanos ou Mouros</b> .....	<b>95</b>
3.1.3	<b>Presença Ismaelita em Moçambique</b> .....	<b>97</b>
3.1.4	<b>Presença Goesa em Moçambique</b> .....	<b>99</b>
3.1.5	<b>Ligação Cultural entre Índia e Moçambique</b> .....	<b>102</b>
3.1.6	<b>Expulsão dos Indianos</b> .....	<b>106</b>
3.1.7	<b>Apoio Indiano na Independência de Moçambique</b> .....	<b>109</b>
3.2	RELAÇÕES BILATERAIS CONTEMPORÂNEAS .....	112
3.2.1	<b>Relações Comerciais</b> .....	<b>115</b>
3.2.2	<b>Investimento Indiano em Moçambique</b> .....	<b>117</b>
3.2.3	<b>Doações</b> .....	<b>128</b>
3.2.4	<b>Relações Culturais</b> .....	<b>130</b>
<b>4</b>	<b>NECESSIDADE ENERGÉTICA E APROXIMAÇÃO ESTRATÉGICA À MOÇAMBIQUE</b> .....	<b>133</b>

4.1	NECESSIDADE ENERGÉTICA DA ÍNDIA .....	133
4.1.1	Carvão Mineral.....	136
4.1.2	Gás Natural.....	137
4.1.3	Principais Fornecedores Energéticos da Índia .....	141
4.2	POTENCIALIDADES DE MOÇAMBIQUE.....	145
4.2.1	Recursos Minerais e Energéticos .....	147
4.2.2	Localização Estratégica .....	152
4.2.3	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).....	155
4.2.4	Factor China .....	159
4.2.5	Diáspora Indiana na Actualidade .....	163
4.3	APROXIMAÇÃO ESTRATÉGICA DA ÍNDIA.....	165
5	CONCLUSÕES .....	172
	REFERÊNCIAS .....	184
	ANEXO A - DIÁSPORA INDIANA EM ÁFRICA POR PAIS .....	201
	ANEXO B - LINHAS DE CRÉDITO OFERECIDAS PELA ÍNDIA (2014-2018)..	202
	ANEXO C - APOIO HINDÚ NA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE .....	208
	ANEXO D - INVESTIMENTOS INDIANOS NO SECTOR NÃO EXTRACTIVO	209
	ANEXO E - COLAR DE FLORES DA ÍNDIA .....	221

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese tem como principal objectivo reflectir sobre a transformação das relações históricas às parcerias actuais entre Índia e os estados Africanos com enfoque nas relações estratégicas com Moçambique. É comumente relatado, por vários autores, sobre as relações de um determinado estado com a África como se fosse um único país. Entretanto, há uma diferença de terminologia quando se fala de África como região e estados africanos. Por isso neste trabalho, falar-se-á da relação da Índia com estados africanos e não África. Em termos de análise de dados económicos, a tese foca-se últimos dez anos (2009-2019). Entretanto, a descrição histórica das relações sociais compreendem períodos remotos de 4000 a 5000 anos atrás até a os dias de hoje.

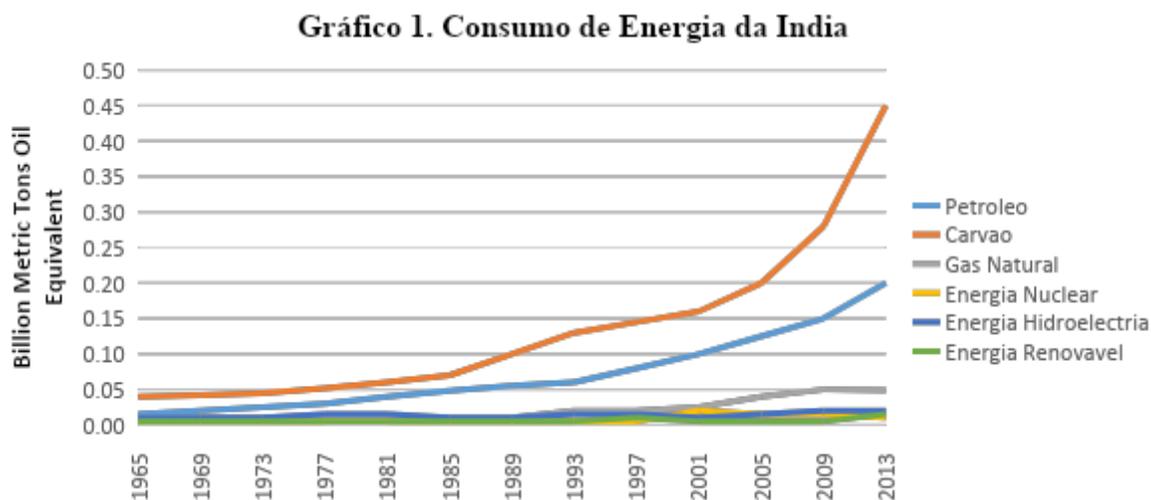
A Índia emergiu no séc. XXI como um actor económico global importante bem como político e considerado como um parceiro importante para vários países Africanos. De acordo com Bussière e Mehl (2008), desde o fim da segunda guerra mundial a economia global tem crescido acompanhado pela mudança nos padrões de comércio, que por sua vez reflecte nas mudanças da estrutura da economia global. Estas mudanças incluem o surgimento de blocos regionais de comércio, desindustrialização<sup>4</sup> em várias economias avançadas, a crescente participação dos países da Europa do Leste e a emergência da Índia e China. Os países recentemente industrializados como Índia têm aumentado dramaticamente sua quota no comércio mundial e a sua quota de exportações de produtos manufacturados.

É importante destacar que de acordo com *World Economic Forum* (2017), a Índia é actualmente uma das dez maiores economias do mundo apesar de ser uma economia em desenvolvimento. O crescimento económico que acompanha a economia Indiana cria na mesma a necessidade de novos mercados com vista a exportação de seus produtos bem como espaço de investimento uma vez que seu mercado já apresenta sinais de saturação<sup>5</sup>; e matéria-prima para alimentar a sua economia. O consumo de recursos energéticos na Índia tem aumentado exponencialmente como se pode observar no gráfico 1 abaixo em que o carvão se encontra no topo das necessidades seguido de petróleo e gás natural.

---

<sup>4</sup> Processo de eliminação ou redução da capacidade industrial em um país ou região, especialmente a industria pesada ou transformadora

<sup>5</sup> Mercado que apresenta muita oferta na mesma área



Fonte: World Energy Outlook (2015 p. 23).

Como pode-se observar no gráfico 1 a Índia tem visto crescer de uma forma rápida o seu consumo de recursos energéticos, daí a necessidade de importar cada vez mais estes produtos. E, como tal, ela tem lançado diversas estratégias de cooperação com países africanos. Porém, a Índia tem-se visto cada vez inserida num cenário competitivo internacional atrás de procura de Matéria-prima devido a presença de outras economias emergentes como a do Brasil, Rússia, China e África do Sul que com a Índia compõem o grupo dos BRICS. Estes países também cobiçam os recursos e mercados dos estados africanos criando ameaças aos interesses geopolíticos da Índia no Oceano Índico e no continente Africano.

A relação entre Índia e os estados africanos é considerada secular baseada, principalmente, em trocas comerciais. As relações políticas foram se fortificando no séc. XX através da liderança da Índia no Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) criado em 1955 e seu apoio aos movimentos de libertação nacional em África. Para dar maior enfoque na relação com os países africanos, a Índia lança a iniciativa *India Africa Forum Simmit* (IAFS) em 2008, tendo realizado mais duas cimeiras no ano de 2011 e a última em 2015. A primeira e a segunda cimeira decorreram com o tema: cooperação reforçada entre África-Índia. Entretanto, a cimeira de 2015 teve como lema: parceiros no progresso e foi também lançado o mecanismo de cooperação estratégica entre Índia e África. Esta mudança de abordagem de cooperação para parceria acontece após a chegada ao poder do actual primeiro-ministro indiano Narendra Modi<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> O seu primeiro mandato iniciou em 2014.

Com ele, verificou-se uma alteração nas prioridades da política externa indiana, onde os estados africanos passaram a ter um espaço de privilégio.

Com o crescimento da economia, a Índia projecta um maior engajamento internacional. O interesse geopolítico da Índia mudou claramente com a crescente necessidade de recursos energéticos e mercados. E, ainda mais importante, tornou-se o acesso ao Oceano Índico, uma vez que a maior parte dos seus recursos energéticos passam por este Oceano e, pela mesma exportam seus produtos. Quer-se dizer com isso que os Estados Africanos outrora parceiros históricos, hoje tornaram-se estratégicos para a Índia, como é o caso de Moçambique.

As relações entre Moçambique e Índia também são históricas e dela resultaram vários eventos importantes que marcam a sua relação actual. O povo da Índia já predominava a costa Moçambicana muito antes da chegada dos europeus. Esta presença secular indiana no continente africano deixou em Moçambique o legado da sexta maior diáspora Indiana com cerca de 25 mil cidadãos de origem Indiana (FREY, 2017). Esta população tem contribuído no aprofundamento das relações político-económica entre os dois países. Ainda mais, esta diáspora indiana apoiou na luta pela independência de Moçambique. E, como resultado, logo após a independência de Moçambique, a Índia foi um dos primeiros países a abrir a sua representação oficial em Maputo no ano de 1975 (INDIA, 2017). As relações diplomáticas contam hoje com mais de 45 anos e, têm apresentado um crescimento acentuando ao longo dos últimos dez anos.

As sinergias entre Índia e Moçambique são fomentadas pela mudança interna de factores político-económicos destes dois países principalmente no período pós guerra fria, que por sua vez levaram ao aprofundamento das suas relações nas últimas duas décadas. Para além da cooperação política que se traduz na troca de visita oficial e assinatura de acordos em diversas áreas estratégicas para ambos países, a parceria económica com a Índia tem-se demonstrado cada vez importante para Moçambique. A título de exemplo, no sector do comércio e de investimentos, Moçambique segue na liderança com Maurícias entre os países africanos que mais recebem investimento da Índia. O investimento Indiano através das linhas de crédito tem ajudando a fomentar as pequenas e médias empresas, criação de novos postos de trabalho e aprendizagem profissional para os habitantes nos distritos. E, em relação ao comércio, Moçambique já apresenta uma balança comercial positiva para seu lado o que demonstra vantagens para produtores locais.

A descoberta de reservas de gás natural em 2010 trouxe novas dinâmicas nas relações entre Moçambique e a Índia. Neste sector a Índia já investiu cerca de 6 biliões de dólares até o ano de 2016. As relações comerciais bilaterais atingiram neste mesmo ano cerca de dois biliões de dólares colocando a Índia como terceiro maior parceiro de exportação de Moçambique e sétimo maior parceiro de importação (GLOBAL EDGE, 2019). Os investimentos indianos são também direccionados para o sector de agro-processamento, indústrias, saúde através das linhas de crédito de mais de 500 milhões de dólares concedidas pelo governo Indiano.

Para além do sector económico, o sector de segurança também tem sido privilegiado na cooperação bilateral. A marinha naval da Índia tem assistido Moçambique na monitoria e protecção da sua costa desde 2003 através do envio de navios militares durante a realização de diversas conferencias (ACORDO..., 2017). Os interesses da Índia no que tange ao Oceano Índico sobre a pirataria marítima e reduzir o avanço “Chinês” fornecem maior espaço para parceria estratégica entre estes dois países.

Outro ponto importante a destacar é a cooperação Sul-Sul, grandemente promovida pela Índia pautando pela transferência de tecnologias. Neste contexto, podem aqui ser mencionados projectos económicos e sociais que são financiados pela mesma em vários sectores em Moçambique. A título de exemplo tem-se a construção de parque tecnológico de Maluana demonstram os resultados desta parceira para o desenvolvimento (INDIA, 2017). Pode-se também referir o papel activo que a Índia tem tido na formação de funcionários públicos<sup>7</sup> através do *Indian Technical and Economic Cooperation (ITEC)* e *Special Commonwealth Assistance for África Program (SCAAP)*.

Como visto acima, a Índia é uma das maiores economias do mundo. Entretanto, a economia de Moçambique posiciona-se dentre as mais pobres do mundo. Contudo, assim como a Índia, Moçambique iniciou a implementar políticas neoliberais nos finais dos anos 1980-90 o que resultou no crescimento económico notável. Devido a guerra civil que iniciou em Moçambique logo após a sua independência, a sua economia actual não apresenta muita diversificação. Porém, dois sectores destacam-se nomeadamente o sector de serviços e agricultura de subsistência. Entretanto, a sua exportação depende maioritariamente de produtos primários. E, tendo em conta o seu passado colonial, Moçambique possui deficiências no setor de infra-estrutura e noutros sectores chave como saúde e educação. Percebe-se assim que a ausência de indústria

---

<sup>7</sup> Actualmente a Índia é o país que mais bolsas de estudo oferece a Moçambique

transformadora não permitem a melhoria de condições de vida dos seus cidadãos. Como resultado das desigualdades, o país apresenta taxas elevadas de emprego informal e, o analfabetismo e a nutrição apresentam ainda índices altos (WORLD BANK, 2017).

Apesar das condições sócio-económicas apresentarem índices baixos, Moçambique possui condições geo-estratégicas que despertam os interesses da Índia. O mesmo é um actor estratégico para a Índia através da combinação de vários factores como: a existência de reservas elevadas de recursos energéticos de carvão e gás natural; usufrui de um acesso privilegiado ao canal de Moçambique; detém portos no Norte, Centro e Sul do país que poderão facilitar o escoamento dos recursos energéticos; e, por fim, corredores que ligam o país ao mercado da *Southern African Development Community*<sup>8</sup> (SADC). Estes factores por sua vez respondem as três prioridades máximas da política externa indiana.

Os factores mencionados acima conjugados com a actual tendência de expansão dos interesses geopolíticos da Índia para a região africana mais concretamente Moçambique, pode representar para esta última uma oportunidade de ter um novo parceiro de desenvolvimento económico. A sua aproximação influencia de forma positiva no *balance of power* de Moçambique em relação aos seus principais parceiros, neste caso o Ocidente (Europa e América do Norte e os países do BRICS. Assim sendo, a presente tese traz como a principal questão de pesquisa o seguinte: de que forma evoluíram as relações de cooperação para parceria estratégica entre Índia e os estados Africanos, em específico Moçambique?

O presente estudo se torna relevante pelo facto de ainda não existirem estudos específicos e aprofundados sobre Índia e Moçambique. E, uma vez que as relações entre estes dois actores tem crescido dramaticamente nos últimos anos, é de extrema importância realizar uma análise sobre esta parceria. A maior parte dos estudos estão ligados a relação entre Índia e África e apresentam um escopo geral da relação entre os dois actores, colocando 54 países do continente Africano num único estado - a África. Outra grande ausência de pesquisa, esta relacionada com a falta de estudos específicos sobre a perspectiva que os estados africanos têm das suas relações com a Índia. E, no caso da presente tese, foi verificado que os estudos sobre a relação entre Índia e Moçambique encontram-se generalizados por um lado no contexto de estudos regionais Índia e África e por outro em temas estratificados da presença da diáspora indiana em Moçambique.

---

<sup>8</sup> Comunidade dos Países da África Austral

E, olhando para a ausência de estudos específicos descrita acima, percebe-se o vácuo que existe nesta área de pesquisa. Para tal, a presente tese, trabalhou nos seguintes objectivos:

- a) apresentar a evolução das parcerias entre Índia e os estados Africanos;
- b) descrever a presença da diáspora indiana em Moçambique e a evolução das relações bilaterais com a Índia;
- c) identificar a necessidade de recursos energéticos pela Índia e analisar a sua aproximação com Moçambique;

Desta forma, os objectivos apresentados se propõem a trazer uma perspectiva Africana-Moçambicana- na tese e permitirá que o trabalho seja analisado com uma visão/reflexão distinta baseada em experiencia e história dos estados africanos bem como os ganhos para esta última.

Tendo em conta os objectivos desenhados para esta tese levantou as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1:** Os interesses económicos e geopolíticos levaram a Índia a reaproximar-se dos estados africanos.

**Hipótese 2:** A presença da diáspora Indiana e o descobrimento de reservas de gás natural permitiram o aprofundamento das relações bilaterais entre Índia e Moçambique.

**Hipótese 3:** A necessidade de recursos energéticos e interesses geo-estratégicos da Índia tornam Moçambique num parceiro estratégico.

Para auxiliar na elaboração da tese foram seguidas diferentes metodologias. Segundo Lundin (2016, p.39), metodologia é uma exposição que o pesquisador faz sobre os passos a serem seguidos no desenvolvimento do trabalho, com a identificação dos métodos (como fazer a acção) e técnicas (que ferramentas usar para conduzir a pesquisa) a serem usados para tal.

Portanto, quanto aos Métodos de Abordagem, usar-se-á o método hipotético-dedutivo, que segundo Lakatos e Marconi (1991) usa-se quando há percepção de lacunas no conhecimento sobre o assunto a ser pesquisado. No presente caso, ainda há poucos estudos específicos realizados sobre as relações entre Índia e Moçambique e seus efeitos no desenvolvimento de Moçambique. A grande maioria dos estudos está generalizada como casos de Índia África e ligados aos interesses Indianos.

No que toca a Métodos de Procedimento, a tese usou o método comparativo, segundo Gil (2008, p. 16) procede pela investigação de indivíduos, classes ou factos, com vista a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Para a presente pesquisa ira ajudar a perceber as realidades

económicas de cada estado, o nível de crescimento da parceria económica nos últimos anos entre Índia e Moçambique e seus resultados para Moçambique.

Método histórico, para Marconi e Lakatos (2009,p.91) este método consiste em investigar conhecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma actual por meio de alterações de suas componentes, ao longo do tempo, para melhor compreensão do papel que actualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. Este método auxiliou na compreensão da relação secular entre os dois estados, a presença da diáspora Indiana em Moçambique e os contornos que vem marcando esta cooperação.

As técnicas que auxiliaram os métodos acima mencionados foram, técnica bibliográfica que segundo Lundin (2016, p.147), trata-se de informação já retrabalhada por autores especialistas na matéria em questão e analisada ao redor de um suporte teórico segundo uma cadeia de raciocínio. A técnica bibliográfica usa fontes secundárias que podem estar publicados ou não, em livros, jornais ou revistas científicas. Esta técnica serviu para obter informações sobre as relações históricas bem como as relações actuais entre Índia e Moçambique. Técnica Documental, esta técnica lida com fontes primárias que serão usadas como suporte para a presente pesquisa. As fontes primárias são consideradas todas informações não retrabalhadas como os arquivos públicos, estatísticas oficiais. Para o caso da Índia e Moçambique, não havendo ainda vários estudos específicos, esta técnica será bastante útil na colecta de dados para entender as relações bilaterais.

No que toca ao embaçamento teórico, o trabalho apoia-se na complementaridade de duas teorias, nomeadamente a teoria neoliberal e teoria da interdependência.

O neoliberalismo nasce no final do Séc. XIX e início do Séc. XX, no debate entre economistas Alemães e Austríacos Wilhelm Roscher (1878) e Gustav Schmoller (1883) sobre o equilíbrio entre a procura e a oferta nas economias de capitalismo avançado.

De acordo com Peet e Hartrich (2009,p.78), Ludwig Von Mises<sup>9</sup> (1912) foi o verdadeiro fundador do Neoliberalismo com a sua teoria de Crédito e Moeda, publicada em 1912. Nesta obra Von Mises (1912) considera a ideologia socialista como uma ameaça a civilização Ocidental. Acrescenta ainda que o Estado pode ser necessário, porém minimamente e a economia de

---

<sup>9</sup> Von Mises (1912), *The Theory of Money and Credit; Liberty Fund*; Viena.

mercado e o *laissez faire* deviam ser implementados. Segundo Peet e Hartwick (2009,p.80-85) os percursores foram: Ludwig von Mises (Teoria de Crédito e Moeda,1912) e, Milton Friedman (Capitalism and Freedom,1962). De acordo com Friedman (1962) pode-se citar os seguintes pressupostos para explicar o Neoliberalismo:

- a) reduzida participação do estado na economia de um país;
- b) política de privatização de empresas estatais;
- c) livre circulação de capitais internacionais;
- d) política de economia de mercado;
- e) redução do proteccionismo económico;
- f) aumento da produção, como objectivo básico para atingir o desenvolvimento económico.

A teoria Neoliberal começa a ter espaço sério no contexto da crise económica e política dos anos 1970 e início dos anos 1980<sup>10</sup>. Já nos finais dos anos de 1980 os ideais Neoliberais tornaram-se um modelo nas políticas económicas internacionais convencionais. Um dos exemplos desta mudança, amplamente referida, foi avançada por John Williamson (1990), que em 1989 originou o termo “*Washington Consensus*”<sup>11</sup> para referir as reformas políticas impostas aos países devedores da América Latina que tinham sido chamados para “colocar em ordem a sua casa” e “submeter-se a fortes condicionalidades” de acordo com Washington<sup>12</sup> (PEET; HARTWICK, 2009, p.85).

Os pressupostos do *Washington Consensus* não somente foram aplicados pela América Latina mas também pelos países da África e Ásia uma vez que estes últimos também se encontravam em situação de dívida externa insustentável através da sua aproximação as Instituições de Breeton Woods nomeadamente o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, a consequente implementação das políticas de reajustamento estrutural. Peet e Hartwick (2009,p.91), referem sobre a mudança apresentada nas medidas de “*Washington Consesus*” pela sua aceitação da participação do Estado na economia, aquilo que estes chamaram

---

<sup>10</sup> Crise dos Petrodólares

<sup>11</sup> Os principais pontos do Washington Consensus defendem a disciplina fiscal, redução dos gastos públicos; reforma nas taxas, taxas de juro determinadas pelo mercado; taxa de juro competitivas; liberalização do comércio; incentivo ao investimento estrangeiro; privatização das empresas do estado; redução do controle da economia pelo estado; segurança e o direito de propriedade.

<sup>12</sup> O autor refere-se aqui as políticas do Congresso Norte Americano e membros seniores da administração bem como tecnocratas das Instituições Financeiras Internacionais; as principais agências do Governo dos EUA e os *think tanks*.

de “uma intervenção amigável do Estado na economia”. Para além desta aceitação, surge também outro termo de “Boa Governação” que referia ao pluralismo Político, prestação de contas e estado de direito. Os mesmos autores chamam a estes dois termos de versão revisitada do pós-keynesianismo. Verifica-se portanto a aceitação por parte dos Neoliberais sobre a importância do papel do estado na Economia bem como no desenvolvimento do mesmo. Porém, as decisões de Washington foram muito contestadas uma vez que as reformas não surtiram o efeito desejado na economia e a pobreza nos países devedores continuava a aumentar. Estes fracassos levaram os Neoliberais a aceitarem cada vez mais o papel do Estado no crescimento económico.

Neste contexto do fracasso do *Washington Consensus* e na luta contra a pobreza, é realizada uma cimeira da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000 onde foi adoptada a Declaração do Milénio que reflectia os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) e Alívio da Dívida. Os principais actores envolvidos foram os Estados Unidos, Instituições de Bretton Woods, G8 e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a agência de monitoria de desenvolvimento para os estados devedores (PEET; HARTWICK, 2009,p.91).

Nesta declaração os estados comprometiam-se a uma parceria global com vista à redução da pobreza e concertaram uma meta (2015) para se atingir os objectivos plasmados na declaração. Os ODM são considerados como os direitos humanos básicos- “o direito de cada pessoa do planeta à saúde, educação, lar e segurança”. Com a adopção dos ODM verifica-se a clara aceitação pelos Neoliberais da importância do estado na economia e no desenvolvimento.

A teoria Neoliberal traz elementos para perceber as estratégias de crescimento e desenvolvimento económico que o Governo Moçambicano tem vindo a adoptar desde a sua entrada para as Instituições de Bretton Woods, nomeadamente o Programa de Reabilitação Económica<sup>13</sup> (PRE) em 1987, Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) no ano de 1990. Moçambique ao adoptar os ODM, desenhou o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta PARPA I e II que foi implementado desde 2001 a 2010. Actualmente encontra-se em vigor o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) desde 2011.

---

<sup>13</sup> Plano de reforma político-económico introduzido em Moçambique após a sua adesão as instituições de *Bretton Woods* em 1984. Este programa marca a transição do sistema socialista para o liberal.

Desde a entrada de Moçambique no Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) que o seu rumo tem-se pautado pela abertura à economia de mercado e à introdução de multipartidarismo que são uma das características essenciais do Neoliberalismo. Em 2000, Moçambique aderiu aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), o que resultou no desenho do PARPA I em 2001 que demonstra o alinhamento do país ao Neoliberalismo como acima descrito.

A teoria neoliberal permite também perceber as mudanças ocorridas em Moçambique e na Índia a quando da transformação das suas linhas de orientação político-económica socialista para economia de mercado. O fim da guerra fria e a globalização permitiram uma transformação única nas relações inter-estatais onde as questões de *low politics*<sup>14</sup> começaram a ganhar espaço cada vez maior. As “distâncias” reduziram com a evolução dos sistemas de transporte e de comunicação.

Esta nova era tecnológica levou a que os estados tivessem novos interesses na agenda internacional. Neste contexto, a relação entre Índia e Moçambique apresenta, historicamente, duas facetas de cooperação, uma entre o sector estatal (linhas de crédito, memorandos) e outra via sector privado (empresas e diáspora indiana). Atualmente, para além dos estados, o sector privado tem alavancado esta cooperação através do comércio bilateral e de investimentos em sectores estratégicos como gás e carvão. Esta aproximação da Índia verifica-se mais ao nível económico e a sua tendência tem sido o *spillover* para cooperação estratégica também em outras áreas como de segurança.

O neoliberalismo funciona como marco global para esta tese e permitiu perceber o crescimento económico e mudanças das linhas de orientação de Moçambique e da Índia no final da guerra fria. Entretanto, o crescimento económico verificado após a implementação das reformas político-económicas na década de 1990, criaram novas necessidades ao Estado Indiano, permitindo que a mesma estreitasse seus laços com estados Africanos mais concretamente Moçambique para responder a sua segurança energética. Assim, a teoria neoliberal não permite entender com profundidade a questão do interesse da aproximação da Índia para Moçambique baseada em necessidades económicas, políticas e geoestratégicas tais como acesso ao mercado da África Austral via portos moçambicanos, recursos energéticos (gás e carvão) e protecção do Oceano Índico. Assim sendo, traz-se a teoria da interdependência para complementar a teoria

---

<sup>14</sup> Questões económicas e sociais.

neoliberal no que concerne a aproximação estratégica da Índia para responder suas demandas internas.

A teoria de Interdependência surge na década 1970, liderada por Robert Keohane e Joseph Nye Jr. (1977), que utilizaram o conceito da interdependência para criar um paradigma analítico que superasse o paradigma realista. Para estes autores a interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre actores em diferentes países. A teoria da interdependência veio contrariar as principais assumpções analíticas do realismo. Neste modelo, os Estados não são os únicos actores importantes, os actores transnacionais são igualmente intervenientes importantes nas Relações Internacionais. Empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e indivíduos podem e devem ter influência na política mundial (SOUSA,2008,p. 204).

A igualdade no acolhimento dos princípios morais e democráticos das relações internas é um objectivo para as relações entre Estados e demais actores mundiais. Ainda que difícil de ser obtida, essa igualdade se coloca como algo a ser empreendido. Dada essa primeira e principal característica da teoria de interdependência, tem-se maior abertura para outros temas, como os demográficos, económicos e ambientais, em detrimento das questões de poder e de segurança. Mais que isso, esses assuntos criam a interdependência entre os actores mundiais.

Keohane e Nye Jr. (1977) não limitam a interdependência à situação de benefício mútuo porque nem sempre é assim. Segundo esta perspectiva, o relacionamento interdependente irá sempre envolver custos, uma vez que a interdependência restringe a autonomia; mas é impossível especificar *a priori* se os benefícios de um relacionamento irão exceder os custos. Isto dependerá no valor dos actores bem como na natureza dos relacionamentos. Nada garante que os relacionamentos que designados como interdependente serão caracterizados pelo benefício mútuo. Os percursos desta teoria foram Robert Keohane e Joseph Nye Jr. com a sua obra *Power and Interdependence* lançada em 1977. Observa-se assim, como pressupostos básicos da teoria da interdependência, segundo Keohane e Nye (2012,p.21):

- a) canais múltiplos: Estados não são únicos actores importantes, os actores transnacionais são igualmente intervenientes importantes nas Relações Internacionais, estabelecimento de estratégias de acordo com as conveniências;
- b) ausência de hierarquia entre assuntos; a força não é único instrumento significativo, já que a manipulação económica e o papel das instituições internacionais são

instrumentos tão ou mais importantes do que aquela- o bem-estar, e não a segurança, é que constitui o objectivo dominante.

c) forças armadas como elementos não-proeminentes em política internacional.

Desta forma, pode-se perceber que, não existe hierarquia entre assuntos assim como de actores. A teoria da interdependência pode ser vista como a síntese de alguns elementos do pensamento realista e liberal. Foi também partindo da interdependência e da sua crítica ao realismo tradicional que se introduziu o conceito de regime como forma de explicar a possibilidade de mitigar a anarquia e facilitar a cooperação (SOUSA, 2008,p.204). Kehoane e Nye (2012), apontam que as relações, particularmente de carácter económico, vêm aumentando de importância, enquanto o uso da força militar tem vindo a decrescer de importância. Esta análise leva a perceber o aumento da interdependência económica e de outras formas de interdependência transnacional, que estão a se desenvolver cada vez mais entre os estados, principalmente no período pós-guerra fria.

A teoria de Interdependência, neste sentido, ajudou na explicação da aproximação entre Índia e Moçambique, pois, segundo esta teoria, as necessidades levam os estados a cooperarem com outros países pois, que nenhum estado consegue produzir tudo o que precisa. Esta teoria permite perceber a aproximação de estados emergentes como a Índia que apresentam uma economia crescente fazendo com que necessite cada vez mais matéria-prima e mercados em grande escala. Esta necessidade leva Índia a estreitar as suas relações com os estados africanos, em específico com Moçambique e, esta última por sua vez encontra nesta aproximação um meio de também satisfazer as suas necessidades nomeadamente o incremento de parceiro económico bem como aquisição de tecnologia e *know-how*.

Esta teoria permite ainda interpretar claramente a importância de Moçambique na agenda dos interesses geo-estratégicos da Índia tendo em conta seu crescimento económico robusto. Segundo Wache (2019), Geoestratégia é a ciência que estuda a influência dos factores geográficos nos interesses supremos dos estados. Portanto, a localização da Índia junto ao Oceano Índico e a necessidade de recursos energéticos para responder o seu défice interno, influenciam deveras na sua tomada de decisão e parcerias internacionais.

A teoria da Interdependência permite também perceber as necessidades de Moçambique na sua relação bilateral com a Índia no que concerne a ter um parceiro que é uma potência ao nível mundial. Esta parceria estratégica leva a que Moçambique tenha acesso ao mercado indiano

quicá asiático, atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e transferência de *know-how*, tecnologias via cooperação Sul-Sul. Esta aproximação cria várias oportunidades para Moçambique no que toca a questão de desenvolvimento dos seus sectores chaves tais como infra-estruturas, saúde, educação e agricultura e, permitirá ainda contrabalançar a presença de parceiros ocidentais e outros actores emergentes em Moçambique. Desta forma a teoria da interdependência ajudou na interpretação da cooperação Sul-Sul e as relações entre a Índia e os estados africanos e a complementaridade das necessidades dos actores do Sul.

Em termos de estruturação, a tese é composta por cinco capítulos. O primeiro é o capítulo introdutório, que traz elementos indicativos da tese, contendo os objectivos, a justificativa da relevância deste trabalho, suas hipóteses e o embaçamento teórico.

O segundo capítulo apresenta as relações históricas entre a Índia e os estados africanos partido do passado ancestral, colonização passando pela independência da Índia e seu apoio na luta de libertação dos estados africanos e terminando nas relações contemporâneas. Nesta relação, serão identificados os principais parceiros africanos da Índia. Neste capítulo demonstrar-se-á que a existência das relações históricas entre Índia e os estados africanos, acompanhadas de relações económicas crescentes, permitiu a construção de uma relação duradoura entre os mesmos.

Por sua vez, o terceiro capítulo tem como principal objectivo analisar a emergência da diáspora indiana em Moçambique e a evolução das relações bilaterais com a Índia. A presença da diáspora indiana remonta muito antes da chegada dos portugueses e a sua influência na cultura dos Moçambicanos também. Esta diáspora permitiu o aprofundamento das relações contemporâneas entre Índia e Moçambique em diversas áreas como será demonstrado neste capítulo. As relações bilaterais entre os dois estados foi crescendo gradualmente desde o final da guerra fria entretanto, com a descoberta de gás as relações económicas bilaterais tiveram uma mudança ascendente.

O quarto capítulo descreve a necessidade de recursos energéticos e o interesse geopolítico pela Índia que leva a uma aproximação estratégica com Moçambique. Os elementos que contribuem para esta aproximação estratégica são a localização estratégica de Moçambique no Oceano Índico com o acesso ao Canal de Moçambique, a sua pertença ao bloco da SADC e a presença secular da diáspora indiana. Assim, o final do quarto capítulo traz três cenários para analisar as perspectivas de Moçambique da aproximação estratégica da Índia.

Por fim, capítulo conclusivo em que será feita uma análise exaustiva sobre o alcance dos objectivos traçados tendo em conta a validação das hipóteses previamente levantadas.

## 2 PARCERIA ÍNDIA - ÁFRICA: DA ANTIGUIDADE À ACTUALIDADE

“It is up to Asia help Africa to the best of her ability because we are sister continents” (NEHRU, 1955)".

“Africa and the Indian Ocean are among the highest priorities for our foreign policy” (MODI, 2015).

As duas citações acima têm uma diferença de 40 anos. Durante este período o continente africano tornou-se prioridade máxima para a Índia. É com esta base que o presente capítulo pretende abordar a evolução das relações entre estes dois actores. Este capítulo tem como objectivo apresentar a evolução das parcerias entre Índia e os estados africanos. O mesmo inicia do período anterior a expansão europeia passando pela independência da Índia e seu apoio na luta de libertação dos estados africanos e terminando nas relações contemporâneas. O capítulo irá também identificar os principais parceiros Africanos da Índia. O capítulo ainda faz referência a política externa da Índia bem como as suas prioridades destacando a importância que os Estados Africanos têm para a mesma.

### 2.1 OS PRIMEIROS CONTACTOS

A ligação entre os estados africanos e Índia são datados de longa data como afirmam Dubey e Biswas (2016), o contacto entre Índia e África vem de tempos antigos quando mercadores indianos comercializavam seus produtos no vasto litoral do Oceano Índico no Leste de África. O período da expansão colonial que incorporou o subcontinente Indiano e grande parte do território Africano (ocupado pelos Britânicos) ajudou no estabelecimento de uma grande comunidade de origem Indiana nos estados africanos<sup>15</sup>.

A ligação milenar entre estados africanos e Índia pode ser verificada também através de artefactos encontrados no Egipto e Etiópia trazidos no primeiro séc. D.C. pela migração, comércio e intercâmbio cultural. Uma das primeiras escritas sobre este período "*The Periplus of the Erythrean Sea*<sup>16</sup>" descreve a emigração dos povos dos estados africanos para Índia e vice-versa que se movimentavam a procura de fortuna e glória através do Oceano Índico. Neste contexto, foi criado um movimento de vasta população indiana, a partir do Sul da Ásia para o

---

<sup>15</sup> Vide Anexo A

<sup>16</sup> Este períplo é um guia romano usado para o comércio e navegação no Oceano Índico.

Oeste e Sul de África. Esta população trabalhava como soldados, empregados, comerciantes e intermediários. Por sua vez, Bhattacharya (2010), refere sobre a descoberta das moedas *Mohenjo-daro*<sup>17</sup> no Egito e a descoberta do porto de Lothal no Gujrat (estado indiano situado do lado oeste), demonstram que as ligações marítimas entre Índia e África podem ser datadas de 4000 a 5000 anos atrás.

Ainda nesta senda, Visentini (2010, p. 14), refere que os contactos e o comércio entre a Ásia e o litoral Africano do Oceano Índico possuem raízes históricas muito antigas. O advento da civilização comercial árabe-muçulmana, mais tarde, deu a esses fluxos um carácter mais denso e contínuo. Além disso, diversos reinos e impérios da Índia e da China fizeram contactos directos com a África Oriental, o mais famoso dos quais foi o da imensa frota chinesa no século XV, durante a Dinastia Ming. Essa esquadra era dezenas de vezes maior do que as portuguesas, que iriam ingressar no Oceano Índico, poucos anos depois, através do Cabo da Boa Esperança. Mas, por razões de equilíbrio político-social interno, a China refluiria de sua aventura marítima, deixando o espaço oceânico para os europeus, que dominariam o comércio entre o Oriente e o Ocidente por cinco séculos.

Dubey (2016, p.12), afirma que a ajuda dos ventos e o desenvolvimento da tecnologia marítima favoreceu o intercâmbio bem como a habilidade dos Indianos através dos seus conhecimentos em fontes históricas sobre Índia e África descrito no Vedas, no período Maurayan<sup>18</sup> durante o Séc. V A.C. Os mercadores Indianos do Golfo de Kutch na costa Oeste da Índia navegavam para o Este de África pelos veleiros com condições de navegabilidade usando correntes alternativas do mar para a navegação. Os ventos das monções do sentido Norte-Este trouxeram estes mercadores marinheiros ao longo do Oceanos Índico a partir de Dezembro a Março. Depois de negociar o seu produto retornavam para o Este de África entre Junho a Setembro usando os ventos reversos do Sul-Este. Eles navegavam regularmente para a costa *Zenji* (Zanzibar) para obter incenso, óleo de palma, mirra, ouro, bronze, especiarias, marfim, corno de rinoceronte e pele de animais selvagens. Os Indianos vendiam tecidos, artigos de metal, alimentos como trigo, arroz e açúcar castanho, além de porcelana e artigos de vidro como se pode observar no Mapa 1.

---

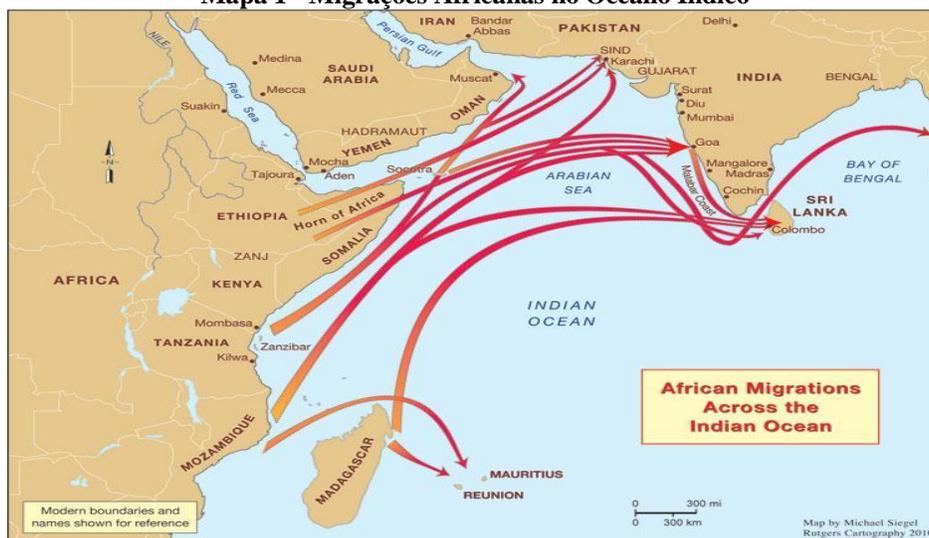
<sup>17</sup> Pertencia a cidade com o mesmo nome que teve o seu apogeu entre 2500 to 1900 A.C., Mohenjo-daro era uma das cidades mais importantes da civilização hindu, (ROACH, John (S/D));

<sup>18</sup> O Império Maurya foi fundado em 322 A.C. por Chandra Gupta Maurya, que havia derrubado a dinastia Nanda e expandido rapidamente seu poder para o Oeste através da Índia central e ocidental (ER SERVICES, 2019).

Infelizmente, como afirmam Seland (2016) e Visentini (2010), a chegada dos europeus e o início do nefasto processo da colonização, marca o fim desta tradição comercial livre entre Índia e os estados africanos. A colonização interrompeu a formação dos diferentes reinos e estados no continente Africano destruindo a base de várias nações. Entretanto, o início da era Gama com a chegada dos portugueses a Calcutá e o processo da colonização, permitiu estabelecimento de uma comunidade substancial de Indianos nos estados africanos.

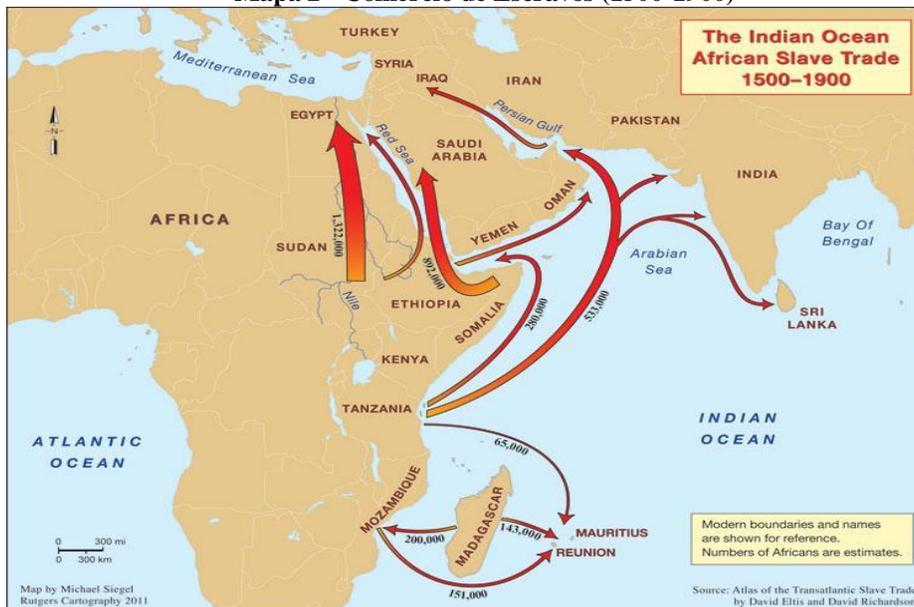
De seguida apresenta-se dois mapas ligados a migração da população e as rotas de comércio entre os estados africanos para o continente Asiático. O mapa 1 tem a sua importância em demonstrar as migrações que ocorriam naturalmente por via do comércio entre duas regiões. Por sua vez, o mapa 2 apresenta a migração por via do comércio de escravos o que levou ao despovoamento dos estados africanos. O mapa 2 demonstra ainda uma mudança das rotas de Migração com o início da colonização onde uma parte dos escravos passou a ser levada para o Norte de África e Médio Oriente.

**Mapa 1 - Migrações Africanas no Oceano Índico**



Fonte: Ali (2011).

Mapa 2 - Comércio de Escravos (1500-1900)



Fonte: Ali (2011).

Como exemplificado nos mapas 1 e 2, com o intercâmbio populacional milenar, a tribo pastoral Beja de Sudão que compõe actualmente cerca de 5% da população, dizem ser originários da Índia e que a sua língua possui afinidades com *Prakrit*<sup>19</sup>. Por outro lado, a comunidade Siddi na Índia proveniente de Estes de África, por volta do Séc. X, ainda hoje podem ser encontrados na região Ocidental da costa Indiana. Na sequência, durante a época do sultanato nos finais da época dos Mughal, entre o Séc. XIII e início do Séc. XVIII, a presença de povos africanos denominados *Habishis* na corte da realeza encontra-se bem documentada, onde alguns deles desempenhavam um papel importante na administração, (INSOLL, 2003, p. 150).

Pode-se assim, perceber que dois factores contribuíram para a aproximação da Índia e os estados africanos. Primeiro, a questão da partilha do Oceano Índico bem como a procura de bens para os seus mercados que por sua vez permitiu a partilha de laços culturais. Em segundo lugar, o colonialismo criou espaço para o aprofundamento das relações político-económicas e a posterior aumento da diáspora indiana nos diferentes estados africanos principalmente do seu lado Este.

<sup>19</sup> Língua que foi prevalecente na antiga Índia.

### 2.1.1 Diáspora Indiana nos Estados Africanos

Como observado acima, o comércio de artigos e de escravos originou e influenciou a presença de indianos nos estados africanos entretanto, o processo de colonização também teve um grande papel no aumento desta diáspora, como se pode observar na afirmação seguinte:

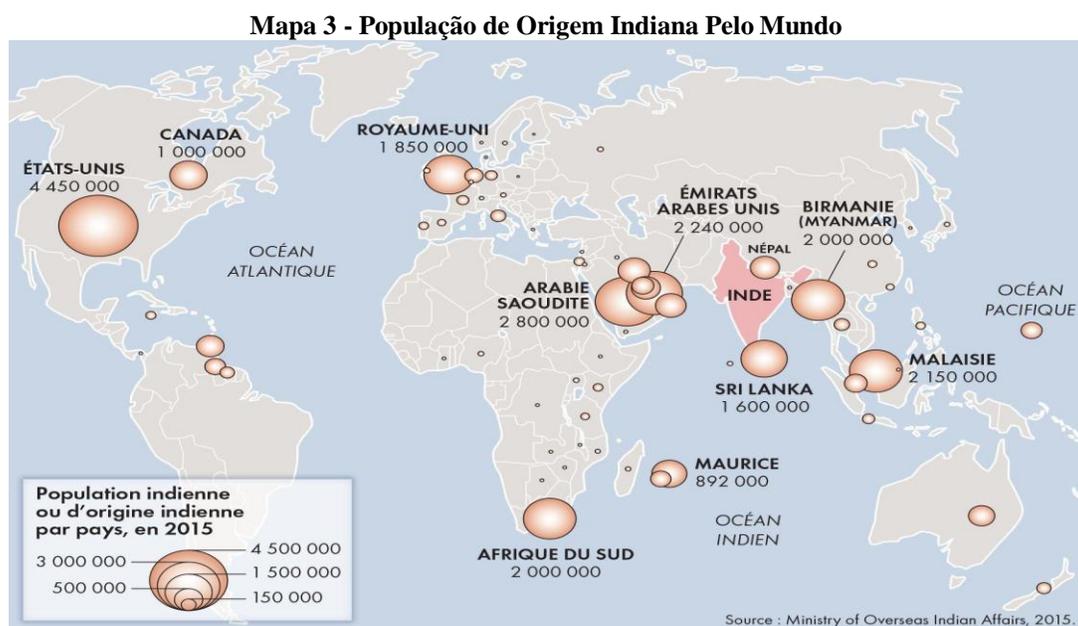
O comércio de escravos no Séc. XVII aumentou a presença da diáspora Indiana na África. Os escravos Indianos chegavam a ser mais da metade dos escravos que chegavam ao Cabo da Boa Esperança. Os Franceses no Séc. XVIII colonizaram as ilhas Reunião (1664) e Maurícias (1718) e iniciaram o recrutamento de escravos Indianos. Já na viragem para o início do Séc. XIX, cerca de 20,000 escravos indianos constituíam 13% da população escrava destas ilhas. Para além dos escravos vinham também indianos comerciantes, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, joalheiros onde alguns abriam as suas lojas e possuíam terras e seus próprios escravos (DUBEY, 2016, p.13).

É importante notar aqui que a escravatura não abrangeu somente a população dos estados africanos mas incluía também escravos de origem indiana. Assim, após a abolição da escravatura, inicia o sistema de trabalho contratado para substituir os escravos na economia das plantações, este que normalmente era de Indianos ou chineses provenientes da Ásia, chamados de “*coolie*” (NORTHRUP, 1995). Este tipo de contratação acontecia mais nas colónias do império britânico e suas relações de compra e venda com outros territórios, ex.: Maurícias, província de Natal (África do Sul), Jamaica e Trindade (FREUD, 1995).

No Este Africano, os Britânicos trouxeram os contratados da Índia em 1860 para construir linhas férreas entre Mombaça (Quênia) e Kampala (Uganda) e trabalhar nas plantações de açúcar. Estes trabalhadores como outros indianos que foram livremente para países africanos como comerciantes e empreendedores, os seus descendentes nos dias de hoje contribuem significativamente no PIB local dos países hospedeiros. Assim, considera-se ou aponta-se o papel da colonização britânica ser responsável de enviar milhares de Indianos como força de trabalho para as plantações da África do Sul, Maurícias e outros países Africanos.

Outras evidências da presença indiana nos estados africanos provém do sistema colonial português onde Moçambique tornou-se um campo fértil para a presença indiana uma vez que era administrada através de Goa como ver-se-á no próximo capítulo. Ainda, os protectorados britânicos no Este de África que incluía Quênia e Uganda eram originariamente administrados a partir de Mumbai. Como resultado de todos este processo, observa-se hoje a presença de mais

dois milhões de populações de origem indiana (PIO<sup>20</sup>) nos estados Africanos (INDIA, 2001). Assim para melhor perceber a dimensão de PIO no continente africano e no mundo em geral, apresenta-se de seguida o mapa 3 sobre distribuição da diáspora indiana por diferentes regiões com vista a perceber a dimensão global e regional tendo como foco os estados africanos.



Fonte: Piolet (2016).

Olhando para o nível global percebe-se que a diáspora indiana encontra-se presente em todos os continentes do mundo com maior destaque para América do Norte onde os EUA possuem mais de quatro milhões seguido pela região do Médio Oriente onde se destacam a Arábia Saudita e Emiratos Árabes Unidos com mais de dois milhões de PIO cada um e o Sudeste Asiático onde a Malásia aparece com mais de dois milhões de PIO. Em relação ao continente Africano, destacam-se a região Este e o Sul de África onde a África do Sul lidera com a presença de mais dois milhões de PIO. Neste âmbito, Kumar e Kumar (2016) referem que a diáspora indiana encontra-se distribuída em 46 estados africanos cobrindo várias a regiões geográficas, linguísticas e culturais.

Desde a independência da Índia em 1947, a presença da diáspora tem crescido nos países africanos com a chegada de profissionais como médicos, professores e engenheiros. Nota-se uma maior presença desta população em países que foram colonizados pelo Reino Unido onde a

<sup>20</sup> People of India Origin

língua comum (Inglês) desempenha um papel importante. A estabilidade política e o crescimento económico que se tem registado em vários estados africanos como Tanzânia, Quênia, Nigéria e Egipto é outro factor que atrai muitos jovens indianos a aventurarem-se para esta região, seja ela legalmente ou ilegalmente.

### 2.1.2 Diáspora dos Estados Africanos na Índia

Os povos de origem africana actualmente são designados de Siddis<sup>21</sup>. Os mesmos chegaram na Índia em 628 D.C. na região do Porto de Bharuch. Outros foram chegando com primeira invasão Árabe Islâmica no sub-continente 712 D.C. O último grupo de Siddis na época medieval da Índia concentraram-se na costa Oeste entre Mumbai e Goa. Este grupo pode hoje ser encontrado no estado de Gujrat, Karnataka, Goa, Andhra Pradesh e Hiderabad, (DUBEY, 2016, p. 14). Kumar e Kumar (2016 p. 4), acrescentam dizendo que maior parte reside no Distrito de Junagadh no Estado de Gujarat e, o maior fluxo de migração africana para Índia ocorreu entre os Séc. XVII e XIX com a colonização portuguesa.

A presença dos povos dos estados africanos na Índia considera-se minúscula quando comparado a presença indiana nos estados africanos. Durante o reinado islâmico na Índia, os povos africanos foram levados como trabalhadores domésticos, soldados e alguns como escravos. Segundo Dubey (2016, p. 14), estes povos islamizados contribuíram para desenvolver diferentes partes da Índia como Bengal, Gujrat e Deccan onde muitos deles foram convertidos em Hinduísmo e Cristianismo.

Os Siddis são de origem Bantu da região da África Ocidental<sup>22</sup> e Sub-Sahariana que mesmo antes do comércio de escravos já viajavam para a costa indiana para efeitos de comércio (KUMAR; KUMAR,2016, p.6). Entretanto, é preciso prestar atenção que nem todos os africanos eram escravos. A título de exemplo, Ali (2011), na sua obra apresenta a história de Malik Amber como se pode observar na imagem 1, o Rei de Ahmednagar entre 1601 e 1628 de origem Etíope. O Rei Malik lutou contra o império Mughal<sup>23</sup> na ocupação do Sul da Índia. O mesmo fundou a cidade de Khalid (Aurangabad) onde construiu vários palácios, desenvolveu o sistema de irrigação e integrou-se nas famílias indianas casando e incorporando outros africanos na elite

---

<sup>21</sup> O termo Siddi deriva do Norte de África, onde era usado para descrever respeito.

<sup>22</sup> População que hoje compõe a maior parte da população da África Ocidental, Austral e uma parte do Este.

<sup>23</sup> O Império Mughal governou a maior parte da Índia e do Paquistão nos séculos XVI e XVII.

indiana. Deixou ainda outro grande marco pela construção da mesquita Jama de Ahmedabad com a ajuda de artesãos africanos, e da fortaleza de Janzira na Costa Konkan<sup>24</sup>.

**Imagem 1 - Malik Amber**



**Fonte:** Bishop (2013).

Diferentemente dos povos africanos que eram levados aos EUA, onde serviam de propriedade dos senhores brancos para trabalhar nas plantações e indústrias, os escravos e trabalhadores negros levados a Índia possuíam uma mobilidade social maior. Roychowdhury (2016), afirma que eles ascendiam de classe social para se tornarem nobres, governantes ou comerciantes em suas próprias capacidades. Em outros casos, os escravos e empregados de estados africanos foram trazidos para servir de poder militar como demonstra a afirmação seguinte:

The elite status of the African slaves in India ensured that a number of them had access to political authority and secrets which they could make use of to become rulers in their own right, reigning over parts of India. They came to be known by the name of Siddis or Habshis (Ethiopians or Abyssinians) (ROYCHOWDHURY, 2016).

<sup>24</sup> Esta fortaleza ainda existe e actualmente preservada como um espaço arqueológico.

As similaridade culturais dos Siddis na Índia ainda hoje são visíveis através de práticas culturais tais como o tocar da música Goma que é realizado na ilha de Zanzibar e em Gujrat, (KUMAR; KUMAR, 2016). Actualmente os Siddis existem como um grupo étnico em várias partes da Índia e possuem cidadania indiana e, no contexto da constituição indiana são conhecidos como *Scheduled Tribe (ST)*, como se pode observar na imagem 2 e 3 seguinte:

**Imagem 2 - Mulher Siddi na Índia**



Fonte: Okan (2020).

**Imagem 3 - Família Siddi na Índia**



Fonte: Vallangi (2018).

De acordo com Roychowdhury (2016), aproximadamente 20.000 a 50.000 siddis residem na Índia e no Paquistão, com a maioria concentrada em Karnataka, Gujarat, Hyderabad, Makaran e Karachi. Infelizmente ao contrário do que acontece com a diáspora indiana no continente

africano, que possui respeito e se encontram em posições privilegiadas, a população negra na Índia é considerada de casta baixa<sup>25</sup> e geralmente sofrem discriminação racial.

Chegados aqui pode se perceber como a interação milenar originou a presença de diáspora dos dois lados, tanto na Índia como nos países africanos. Infelizmente a colonização colocou um fim a construção natural dos laços culturais entre os dois povos mas é preciso salientar que este processo foi retomado com o fim da guerra fria como apresentado a seguir.

## 2.2 INDEPENDÊNCIA DA ÍNDIA E SUA REAPROXIMAÇÃO AOS ESTADOS AFRICANOS

A Índia foi colonizada pela Inglaterra e conquistou a sua independência em 1947 e, a sua capital localiza-se em Nova Delhi. As relações bilaterais entre Índia e estados africanos iniciam imediatamente após a sua independência num contexto fortemente marcado pelo conflito da guerra fria e, foi nesta época que uma grande parte dos Estados africanos também conquistou a sua independência, entre os anos 1960 e 1980. Foi ainda neste período que foram criadas plataformas de cooperação como o Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA), a Nova Ordem Económica Internacional (NOEI) e a Cooperação Sul-Sul que ajudaram na aproximação da Índia e estados africanos em termos ideológicos.

A Índia é uma das civilizações mais antigas do mundo com um caleidoscópio variado e uma herança cultural muito rica. Localizada estrategicamente no coração do Sul da Ásia com uma área de cerca de 3.287.263 Km<sup>2</sup> o que confere o título de 7º maior país do mundo. Ela faz fronteira com Afeganistão e Paquistão do lado Noroeste, China Butão e Nepal do lado Norte, Myanmar e Bangladesh do lado Este. Sri Lanka encontra se separado da Índia por um canal estreito do mar formado pelo Estreito de Palk e Golfo de Mannar. O país é banhado pelo Mar Árábico no sudoeste, Baía de Bengala no sudoeste e Oceano Índico no sul (INDIA, 2019).

De acordo com o censo de 2011 (INDIA, 2011)<sup>26</sup>, a Índia tem uma população com cerca de 1.210 bilhões o que corresponde a 16% da população mundial. No concerne a religião cerca de 80,5% da população prega o hinduísmo, seguido pelo islão com 13,4%, e os restantes

---

<sup>25</sup> São povos indígenas considerados antigamente como os intocáveis. De acordo com a mitologia Hindu, eles representam a quinta categoria no Sistema de Varna. Estas tribos são geralmente chamadas de *Adivasi* e são grupos historicamente desvantajados na Índia. (<http://www.legalserviceindia.com/legal/article-32-the-rights-of-scheduled-tribes.html>).

<sup>26</sup> Este foi o último censo geral feito pelo governo Indiano. Para mais detalhes vide: India (2011).

repartidos pelo Cristianismo, Budistas, Sikhs, Jains e outros (INDIA, 2011). A seguir apresenta-se o mapa 4 político da Índia com respectivas províncias:

**Mapa 4 - Mapa da República da Índia**



Fonte: Maps of India (2020).

Como já apresentado nesta tese, a Índia possui relações seculares com os países africanos porém, a sua história tomou um curso diferente após a expansão europeia no séc. XV e com o nefasto processo de colonização levado a cabo pela Europa. A colonização alterou completamente a dinâmica das relações entre a Índia e os estados africanos, que por sua vez passaram a depender dos interesses das potências colonizadoras.

Contudo, o período de guerra fria trouxe mudanças fundamentais na geopolítica das relações internacionais, principalmente com a independência de vários estados na Ásia e na África como afirma Bhattacharya (2010, p. 63), a relação ente Índia e os estados africanos tem um novo formato com independência da Índia em 1947.

Após a independência, o primeiro ministro indiano Jawarlal Nehru teve um papel activo e de extrema importância no apoio a independência dos estados africanos. Nehru tomou a voz de liderança contra todas formas de imperialismo, colonialismo, racismo, ocupação, dominação, interferência ou hegemonia. Estas aspirações levaram Nehru a participar da criação do

Movimento dos Países Não-Alinhados (MPNA) em 1955 na conferência de Bandung. Para além do Nehru, o presidente Tito da Jugoslávia, Nasser do Egipto e Nkurumah do Gana que também tiveram papel preponderante na criação do MPNA, (WILLETTS 1978; SILVA, 1983). O MPNA lançou o Fundo Africano em 1986 com vista a ajudar os países da linha da frente que estavam a ser pressionados pelo regime minoritário de brancos<sup>27</sup>.

Por sua vez Dubey e Biswas (2016, p.16) também ressaltam o papel de Mohandas Karamchand Gandhi (Mahatma Gandhi) na aproximação entre Índia e estados africanos durante o período colonial<sup>28</sup>. Igualmente, a Índia teve um papel importante através da sua diáspora Indiana nos países africanos permitindo uma contínua relação político-económica entre estes actores mesmo antes da sua independência.

Como resultado desta cooperação, muitas resoluções de condenação contra o racismo, colonialismo, apartheid<sup>29</sup> e auto-determinação foram aprovadas na assembleia geral das Organização das Nações Unidas (ONU). A Índia concedeu o estatuto diplomático ao Congresso Nacional Africano (ANC<sup>30</sup>), em 1967 e ao *South-West African People's Organization* (SWAPO<sup>31</sup>) em 1985, (*Indian National Congress*, 1976: 92 – 6). Ainda no contexto multilateral, a Índia sempre teve um papel muito activo nas missões de paz da ONU<sup>32</sup>. E, como tal, já participou nas missões de paz em vários países africanos como Moçambique (ONUMOZ); Somália (UNOSOM I, II); Angola (UNAVEM I, II, III) em Missão de verificação e observador (MONUA); e também na Missão das Nações Unidas na Serra Leoa (UNAMSIL), Etiópia e Eritreia (UNAMEE), e, finalmente na República Democrática do Congo, (DUBEY, 2017, p.29).

De salientar que o contexto da guerra fria não permitia uma união total dentro do MPNA nas questões políticas uma vez que alguns dos estados membros estavam ligados aos blocos da guerra fria nomeadamente *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e Pacto de Varsóvia.

---

<sup>27</sup> O contributo inicial da Índia ao fundo foi de 500 milhões de rupias onde 25 milhões provinha de doadores privados/individuais (ÍNDIA,1993,p.59).

<sup>28</sup> Gandhi fundou o Congresso Nacional Indiano (CNI) em 1894 e lançamento da sua luta contra o colonialismo britânico em 1910 tornando-se líder do povo colonizado na África do Sul. Uma das datas marcantes foi quando o CNI opôs-se se a envio de soldados indianos no Sudão e Etiópia uma vez que a luta não era por causa indiana. De referir que foi através do CNI que se deu a inspiração para outros líderes africanos a tomarem iniciativas para formarem movimentos de libertação contra o sistema colonial vigente em seus estados.

<sup>29</sup> Sistema de segregação racial instalado por uma minoria branca denominada Bóer- em que os negros e outras raças possuíam direitos inferiores aos brancos.

<sup>30</sup> *African National Congress* (Partido independentista sul africano)

<sup>31</sup> Partido político da Namíbia que iniciou a luta de libertação.

<sup>32</sup> Actualmente, a Índia é um dos países que mais contribui para as forcas de capacetes azuis da ONU.

Porém, nas questões económicas havia um grande entendimento tendo em conta os problemas de desenvolvimento que os estados membros enfrentavam nos anos de 1960 e 1970. O grupo de 77 (G77) que incluía países de África e Ásia preocupados com os termos de trocas desiguais exigiram uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI) com vista a melhorar os termos de troca entre o norte e o Sul, aumentar a assistência ao desenvolvimento e redução de tarifas para países em desenvolvimento como afirma Julius Nyerere “a experiência e prática demonstram que a independência jurídica não significa liberdade económica, o que nos levou a cooperar com os nossos similares” (DUBEY; BISWAS, 2016):

Estas preocupações ligadas as questões económicas e políticas do terceiro mundo perante o Norte levaram ao nascimento do termo Cooperação Sul-Sul<sup>33</sup>. Esta cooperação pressupõe uma criação de parcerias e partilha de *know-how* entre os países do Sul para o seu desenvolvimento mútuo. Desta forma, a cooperação Sul-Sul pretende promover auto-suficiência entre nações meridionais e fortalecer laços económicos entre estados cujos poder do mercado é mais semelhante, do que nas relações assimétricas do Norte-Sul. Pode-se assim ficar com a ideia de que a cooperação Sul-Sul evoca uma imagem positiva da solidariedade entre os países em desenvolvimento através do intercâmbio de recursos, tecnologia e conhecimento. Esta cooperação pretende descobrir e explorar o princípio da “complementaridade” na produção, consumo, comércio, investimento bem como na cooperação tecnológica e desenvolvimento.

Apesar do esforço envidado após a sua independência, o comércio entre a Índia e os estados africanos ainda não era tão forte e estes últimos enfrentavam vários problemas nas suas economias. Primeiro, o contexto da guerra fria não ajudou a sua aproximação pois, os estados africanos passaram por vários anos de guerra civil após as suas independências<sup>34</sup>. Segundo, a

---

<sup>33</sup> O termo ‘Sul’ refere -se a determinados países com características semelhantes de desenvolvimento e localização. Segundo Nair e Kumar (2008) o uso do termo “Sul” tem sido usado frequentemente na esfera de interacção internacional para demonstrar o facto que todos os países desenvolvidos do mundo (excepto a Austrália e Nova Zelândia) encontram-se ao norte dos países em desenvolvimento. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), (2008), define a cooperação Sul-Sul como “a forma de incentivar o desenvolvimento efectivo através de aprendizado, compartilhando as boas práticas e tecnologias entre os países em desenvolvimento”. Por sua vez, Afonso e Fernandes (2005,p.66) definem a cooperação Sul-Sul como sendo uma criação de parcerias entre organizações da sociedade civil do Sul, no sentido de fortalecer a sua participação e capacidade de decisão e influência na elaboração e implementação de políticas e projectos de Cooperação para o Desenvolvimento.

<sup>34</sup> Segundo o autor Wache (2019), a guerra fria não foi pacífica para os estados africanos. Muito pelo contrário, a guerra foi quente, devido a guerras civis que ocorreram em vários países africanos.

própria estrutura<sup>35</sup> deixada pelos colonizadores que servia para abastecer os países do Norte impediam o seu desenvolvimento. A nacionalização de vários sectores de economia na Índia e nos estados africanos guiado pelo sistema socialista, depois da independência, também influenciou na redução do comércio entre estes dois actores e, por conseguinte não ajudou na concretização eficaz da cooperação sul-sul. Mas importa referir que, mesmo nestas circunstâncias, em 1964, Índia criou o Programa *Indian Technical and Economic Cooperation* (ITEC) que já treinou mais de dez mil africanos nas instituições indianas nas áreas de agricultura, indústria, gestão e diplomacia. Ainda mais, a Índia esteve sempre envolvida nas missões de paz da ONU nos estados africanos.

Entretanto, foi depois do final da guerra fria e a implementação das reformas económicas pela Índia nos finais dos anos 1980 e durante a década subsequente de 1990 (CENTRE FOR CIVIL SOCIETY, 2019), principalmente no sector de indústrias, comércio e atracção de investimento estrangeiro que permitiram uma maior aproximação entre a Índia e os estados africanos. Mais uma vez é importante ressaltar aqui a importância dos pressupostos do Neoliberalismo para entender a importância das políticas liberais que impulsionou o crescimento económico da Índia bem como dos países africanos. Assim, o resultado pleno destas reformas são observadas em meados da década de 1990 e principalmente no início dos anos 2000.

Desta forma, pode-se afirmar que, apesar da guerra fria ter observado a reaproximação da Índia após a sua independência aos estados no continente africano, a mesma não surtiu efeitos desejados mesmo com a existência das plataformas como o MPNA e a cooperação Sul-Sul. Somente, após a queda do muro de Berlim em 1989 e a vitória do liberalismo, permitiram que a Índia observasse o seu crescimento galopante e posterior avanço nas relações com os estados africanos já em pleno séc. XXI, como verificado de seguida.

### 2.3 RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A Índia tem-se consolidado como um actor importante no ambiente político e económico global no período pós-guerra fria. Actualmente, o país está entre as economias de crescimento

---

<sup>35</sup> As indústrias e as ligações terrestres foram construídas para abastecer o mercado europeu e não para desenvolver os estados africanos.

mais rápido do mundo, sendo a 9a maior economia em termos de PIB e, segundo o Banco Mundial, é um dos destinos mais atraentes para investimentos directos estrangeiros e, também considerada uma potência regional. Actualmente, ela possui o terceiro maior exército permanente do mundo e ocupa a décima posição em gastos militares entre as nações (INDIA, 2012). As suas maiores exportações cingem-se em produtos de petróleo, produtos agrícolas, produtos manufacturados, pedras preciosas e serviços de TI (INDIA, 2012).

A Índia é um país com história de progresso que conseguiu atingir a segurança alimentar apesar do número elevado de população que possui. Ela é considerada um país em desenvolvimento porém, encontra-se altamente avançado em alguns sectores tecnológicos (IT) com equipamentos de ponta e é uma das poucas nações que já conquistou o espaço<sup>36</sup>. De acordo com Mauldin (2017), o avanço tecnológico deixou o famoso *Silicone Valey*<sup>37</sup> para trás. A Índia construiu a primeira infraestrutura digital nacional do mundo, ultrapassando pelo menos duas gerações de tecnologias financeiras e conseguiu construir algo tão importante quanto o sistema ferroviário do Reino Unido ou as rodovias interestaduais para os EUA.

Portanto, pode-se afirmar que actualmente a Índia fornece um modelo viável de crescimento económico apreciado pelos países em desenvolvimento como caso dos estados africanos; a Índia é um exemplo de sucesso de consolidação democrática e sustentabilidade. A sua experiência sócio-política e económica e vontade que a Índia demonstra em reproduzir o seu sucesso em outros estados com vista a garantir a satisfação dos seus interesses, tem recebido apoio e colaboração dos de vários estados africanos (BHATTACHARYA, 2010 p. 67).

Para além dos avanços tecnológicos, os dados ora apresentados deste país, dão a magnitude da sua extensão territorial e populacional o que faz com que muitos países queiram ter relações com a mesma. Ainda mais, o crescimento gigantesco que a Índia tem observado desde os anos 1990, levou ao aumento de demanda energética e consequente alteração no seu interesse geopolítico. Aqui pode-se enquadrar um dos pressupostos da teoria da interdependência em que nenhum estado consegue produzir tudo o que precisa. E, sendo a Índia actualmente um estado que importa maior parte dos seus recursos energéticos, necessita de ter acesso a estes recursos bem como a diversificação de parcerias.

---

<sup>36</sup> A Índia tornou-se em 2019 na quarta potência mundial a lançar-se na conquista da Lua.

<sup>37</sup> Região do vale na baía de São Francisco, EUA, onde se encontram empresas de alta tecnologia.

Neste contexto, para melhor perceber a actuação da Índia ao nível internacional, mais concretamente em relação aos estados africanos, traz-se uma descrição da sua política externa, seus objectivos e determinantes e por fim a tese faz uma análise da sua aplicação nos estados africanos.

### **2.3.1 Política Externa da Índia**

Este item analisa a política externa indiana para se poder entender a sua relação com os estados africanos para posteriormente analisar a aproximação deste país à Moçambique.

O final da Guerra fria permitiu a introdução de programas de liberalização económicas na Índia nos anos 1990 e foi a partir desta década que se observa a transformação da Índia para a potência que ela representa nos dias de hoje. Este crescimento económico pujante que a Índia vem observando, provocou mudanças na sua política externa. Durante a guerra fria, a sua política externa era caracterizada pelo não alinhamento do Nehru e idealismo de Gandhi que depois dos anos 1990 transformaram-se em políticas mais pragmáticas de atracção de investimento e expansão de comércio na esfera internacional.

Como dito anteriormente, a Índia é uma das maiores economias do mundo e, segundo Campos (2016) pretende alcançar o segundo lugar em poucos anos. O desenvolvimento do sector tecnológico, industrial, transporte e comunicação aliado a disponibilidade de mão-de-obra barata permitiu a atracção de elevado volume de investimento externo no período pós-guerra fria permitindo o seu crescimento económico.

Entretanto, ao nível interno Índia ainda sofre de vários problemas associados a questões de pobreza<sup>38</sup> e segurança energética. Ao nível externo, a Índia ainda possui conflitos/tensão regional com o Paquistão e China latentes. No entanto, desde a chegada ao poder do actual Primeiro-ministro Narendra Modi em 2014, verifica-se uma aproximação entre os mesmos através de diálogos bilaterais ao mais alto nível. A protecção da sua zona de influência nomeadamente a Ásia Meridional, o Oceano Índico tem sido determinante para a actuação da Índia ao nível internacional. Para além do estreitamento de relações com países vizinhos, a

---

<sup>38</sup> Em 2018 a Índia posicionou-se em 130º lugar no Índice de desenvolvimento Humano (IDH), (UNDP 2018).

cooperação com os países Ocidentais<sup>39</sup> e do Médio Oriente<sup>40</sup> também se encontra dentre as prioridades de cooperação bilateral e multilateral.

Outro factor determinante nos objectivos da sua política externa é a busca de matéria-prima e mercados para abastecer e expandir a sua economia galopante. Este último ponto torna-se ainda mais desafiador com o factor China uma vez que é um dos grandes concorrentes da Índia na região da Ásia e no continente Africano. Os objectivos da China de conquistar novos espaços estratégicos<sup>41</sup> na Ásia, Oceano Índico e actualmente nos estados africanos leva os *policy makers* da Índia a redesenharem as estratégias e políticas de cooperação para garantir a conquista da sua zona de influência.

A participação da Índia nos organismos multilaterais tem sido bastante notória principalmente no envio de seus militares para comporem as forças de capacetes azuis da ONU. Campos (2016), faz referência a estratégia de cooperação da Índia, que por sua vez a caracteriza de estar dividida a partir de sua participação em diferentes instituições internacionais como o MPNA, Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a União Africana (UA), os BRICS, o grupo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), o G-20 Financeiro, a Organização de Cooperação de Shanghai, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização das Nações Unidas (ONU) e, no âmbito de sua região, por meio da *South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC)*.

Campos (2016) ainda caracteriza a actuação da Índia na arena internacional de *soft power* e de neutralidade. No que toca a sua política externa comercial, a Índia continua levar a cabo suas reformas económicas com vista a reduzir os processos burocráticos de comércio e investimento externo (acordos sobre dupla taxação e acordos comerciais preferenciais) acompanhado de sua participação e fundação de organismos internacionais como o G20, Banco Asiático de desenvolvimento, Organização Mundial do Comércio<sup>42</sup> (OMC) e sua pujante participação nos fóruns do BM, FMI e o *East Asia Summit* (INDIA, 2012).

No que se refere aos atores da política externa indiana, Bajpai e Harsh (2013, p.189-193), citam seis principais instituições que apresentam-se como actores da política externa indiana

---

<sup>39</sup> EUA e União Europeia

<sup>40</sup> Arábia Saudita, Qatar e Irão

<sup>41</sup> Vide o Mapa Geo-Estratégico do Oceano Índico no anexo 2.

<sup>42</sup> Negociações actuais da Rodada Doha da OMC

nomeadamente, Ministério dos Negócios Estrangeiros (INDIA, 2012), *Indian Foreign Service*<sup>43</sup> (IFS), think-tanks, Universidades, Médias e empresas privadas onde os últimos quatro actores elaboram o *software* da política externa indiana. No entanto, para além destes actores citados, Malone (2011) acrescenta ainda a sociedade civil e as artes (cultura). Por sua vez, Fainda (2014) subdivide os actores da política externa em oficiais e não oficiais onde o governo, ministérios dos negócios estrangeiros e ministério da defesa fazem parte da primeira subdivisão e coloca as empresas privadas como multinacionais (*Jindal Steel & Power e Tata*), universidade e institutos técnicos na outra parte da sua divisão.

Em relação as prioridades da política externa indiana, Dubey (2008) indica duas questões relevantes. A primeira refere as reformas nos processos institucionais da governação global como a ONU e as Instituições de *Bretton Woods* nomeadamente o FMI e o BM. O mesmo autor, diz ainda que estas instituições foram forjadas em conformidade com os interesses dos países desenvolvidos onde os países em desenvolvimento não têm sua representatividade de acordo com a sua realidade. O número crescente da população, uma economia galopante da Índia e consequente influência política e económica que a mesma tem no mundo, a Índia exige mudanças nestas instituições com vista a ter uma melhor representação. A segunda prioridade refere a preservação da sua autonomia estratégica no sentido de criar condições para o desenvolvimento da Índia fora da esfera de influência de um poder global ou regional. Desde a sua independência a Índia apoiou vários países do terceiro mundo a fugirem do conflito da guerra fria através do MPNA. Nos dias de hoje, a prioridade reside na promoção da cooperação com países em desenvolvimento também conhecido como a cooperação Sul-Sul<sup>44</sup>.

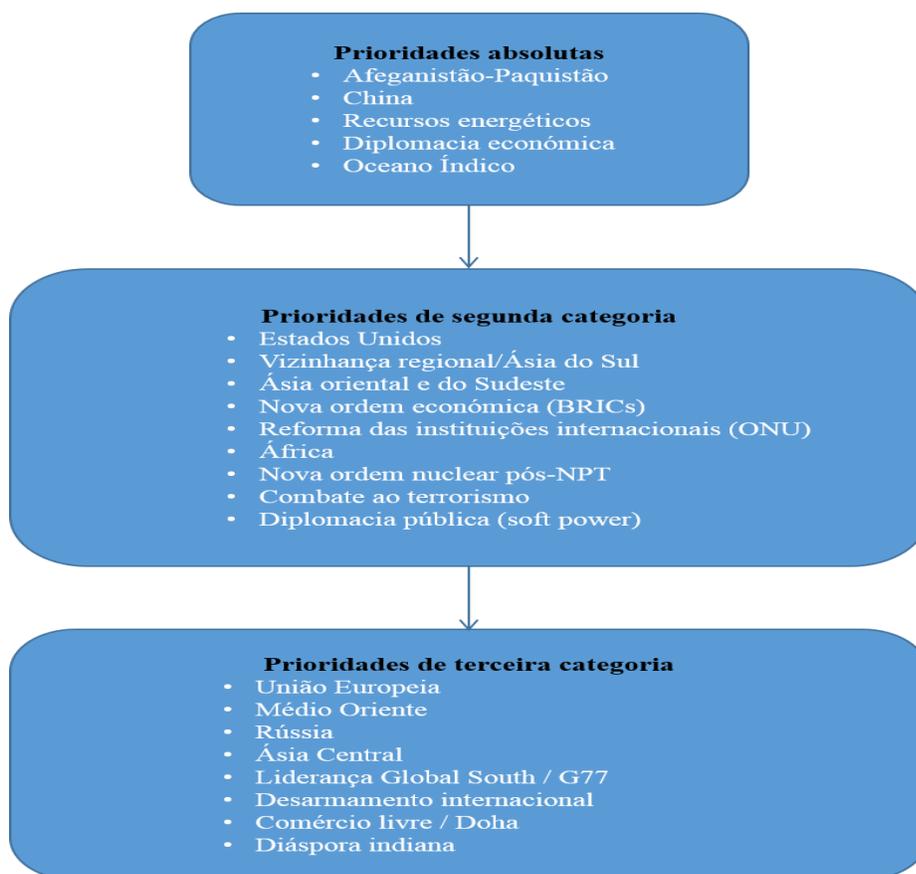
A visão de Dubey (2008) parece incompleta para a análise da actuação da Índia em relação aos estados africanos. Para tal, traz-se a explicação de Xavier (2011), que apresenta diferentes categorias da prioridade da política externa da Índia de seguinte forma:

---

<sup>43</sup> Representação diplomática, consular, e comercial da Índia no exterior (INDIA, 2012).

<sup>44</sup> Cooperação Sul-Sul é a modalidade de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento, que compartilham desafios e experiências semelhantes (UNFPA BRASIL, 2020).

**Figura 1 - Prioridades da Política Externa Indiana**



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de dados obtido em Xavier (2011, p.44).

Como pode-se observar, para além da questão Afeganistão-Paquistão e China, as crescentes necessidades energéticas, a diplomacia económica e o Oceano Índico encontram-se no topo das prioridades da política externa da Índia. Esta categorização vai de encontro com a actuação contemporânea da Índia, principalmente depois da chegada ao poder do Narendra Modi.

A “África” está na segunda categoria e a diáspora na terceira. Portanto, pode-se afirmar que apesar da região Africana não estar nas prioridades da primeira categoria da política externa indiana, possui elementos que constam nas prioridades de topo, fazendo com que a Índia se aproxime de vários estados para responder as suas demandas energéticas, mercado e aliança estratégica com vista a garantir seu acesso o Oceano Índico como observado a seguir.

Para entender a aproximação da Índia em relação aos estados Africanos no séc. XXI, é crucial entender os interesses geopolíticos da mesma. Griffiths, O’Callaghan e Roach (2008) define Geopolítica como o estudo da influência de fatores geográficos no comportamento do

estado – como localização, clima, recursos naturais, população e terreno físico determinar as opções de política externa de um estado e sua posição na hierarquia dos estados. Nesta senda, os factores como procura de mercados, recursos energético, expansão da sua influência e sobretudo garantir seu acesso ao Oceano Índico, levam a Índia a mudar a sua postura corrente em relação aos estados africanos como se observa na afirmação seguinte:

In the past few years, India has come to redefine its Africa policy once more, and what is developing between the two is assuming the contours of a genuine strategic partnership. In other words, the relationship has become much more holistic with Indian interests in Africa now including diplomatic and security elements that were not there before. It is also much more long term, with New Delhi looking at developing deep, diversified, and lasting relationships with an increasing number of African countries (CHAUDURI, 2017, p. 8).

Realmente, a afirmação acima ajuda a perceber a actuação da Índia no período contemporâneo. Veja senão, durante o período da guerra fria a Índia usou a plataforma do MPNA e Cooperação Sul-Sul para promover a aproximação como visto anteriormente porém, sem muito sucesso. O final desta guerra, conjugado com o contexto neoliberal e o *boom* económico da Índia, levam esta última a criar novas parcerias. E, como resultado, em 2008 a Índia lança a plataforma do *IAFS* com o lema “Quadro África-Índia para uma cooperação reforçada”<sup>45</sup>. Várias áreas foram abordadas dentre elas o comércio, investimento, agricultura, segurança, governação e ciência e tecnologia. O mesmo lema se mantém durante a segunda cimeira África-Índia<sup>46</sup>. Mas já em 2015, quando foi realizada a terceira cimeira África-Índia<sup>47</sup> com a liderança de Modi, o lema muda para o seguinte: “Parceiros no Progresso: rumo a uma agenda de desenvolvimento dinâmica e transformadora”<sup>48</sup>. E o seu plano de acção apresentava como tema cooperação estratégica Índia-África.

Com estas plataformas, a Índia tem enveredando esforços na sua diplomacia para “África” através do aumento do comércio bilateral com os estados africanos, incremento das linhas de crédito e maiores investimentos. E, para dar continuidade a esta plataforma, espera-se a quarta cimeira *IAFS* para o ano de 2020.

---

<sup>45</sup> *Africa – India Framework for Enhanced Cooperation, esta cimeira foi realizada em Nova Delhi.*

<sup>46</sup> Realizada em Adis Ababa.

<sup>47</sup> Realizada em Nova Delhi.

<sup>48</sup> *Partners in Progress: Towards a Dynamic and Transformative Development Agenda.*

A questão de cooperação Sul-Sul não foi esquecida pois, sempre que possível, o princípio de “filantropia” encontra-se patente nas acções de política externa da Índia através do apoio tecnológico e doações como será observado nos pontos sub-sequentes deste capítulo.

É preciso também tomar em consideração a aspiração da Índia em ser uma das maiores potências do mundo e ocupar lugares estratégicos nas plataformas multilaterais. Segundo O'Neill (2003, 2004), a Índia é considerada como a 4ª maior potência mundial<sup>49</sup>. E, as pretensões diplomáticas da Índia têm sido favorecidas pela estabilidade política e económica de vários estados africanos com o fim da guerra civil e a introdução do sistema multipartidárias. O processo de pacificação permitiu que novos assuntos emergissem na agenda nacional como o desenvolvimento económico e social e cooperação internacional para este fim. Este aspecto é descrito pela teoria da interdependência pois com o final da guerra fria os assuntos económicos e sociais começam a ganhar maior importância.

Ainda mais, a Índia precisa do apoio dos estados africanos para obter uma posição de liderança nos fóruns internacionais para políticas económicas do BM e FMI, assuntos nucleares, terrorismo internacional, e um lugar no conselho de segurança da ONU. E, como forma de garantir seus intentos, a Índia tende a apoiar os estados africanos nas áreas de desenvolvimento e questões estruturais. Para tal, a área de educação concretamente em Tecnologia da informação e Comunicação (TIC's) merece uma grande ajuda através do apoio financeiro e técnico com vista a fomentar a inovação local de acordo com as tecnologias apropriadas, melhorar o investimento privado nas infra-estruturas ligadas a (TIC's) e promover suporte nacional e internacional as comunidades locais.

A Índia na sua aproximação aos estados africanos deve acautelar a questão dos blocos coloniais nos quais os estados africanos estão integrados como membros. Infelizmente, as potências coloniais não se distanciaram completamente dos estados africanos após as suas independências. Existem actualmente organizações internacionais Ocidentais na qual a maioria dos estados africanos é estado membro nomeadamente, o bloco anglófono *Commonwealth* liderada pelo Reino Unido; bloco francófono- *L'Organisation internationale de la Francophonie (OIF)*; e o bloco lusófono - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) liderado por Portugal. Estas organizações criam um sentimento de pertença e fomentam a cooperação entre as

---

<sup>49</sup> Aqui o autor não fala somente da economia, mas junta a questão do poder securitário e, faz a comparação com outras potências mundiais com os EUA, a Rússia entre outros.

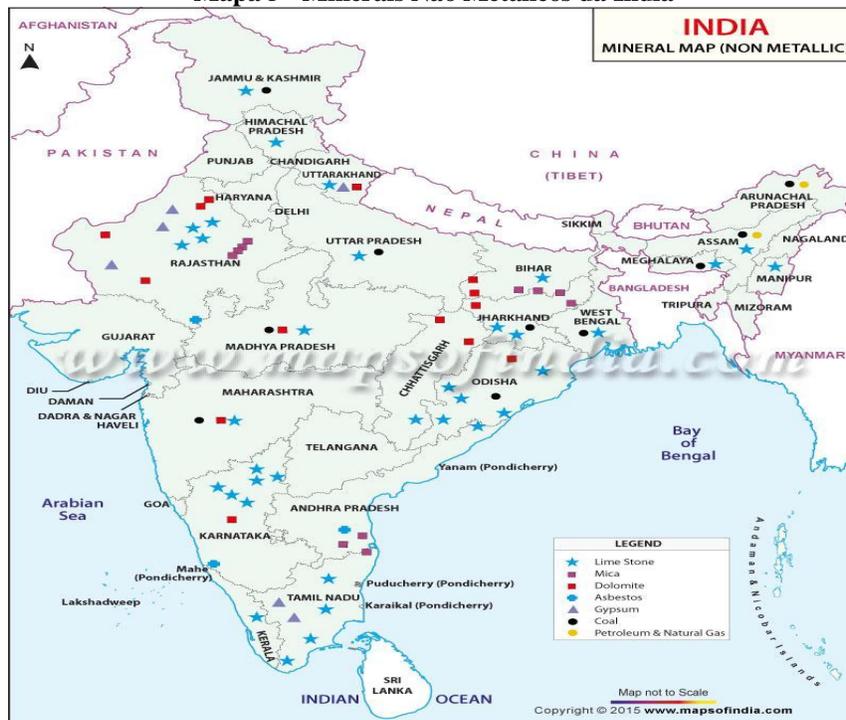
ex-potências colonizadoras e os estados africanos. A Índia faz parte de Commonwealth e por esta via já tem uma plataforma para cooperar com vários estados africanos. Em relação as outras organizações, a Índia tem a vantagem de possuir a sua diáspora na maior parte dos estados africanos que jogam também um papel importante na aproximação.

Assim, considera-se que existem determinantes específicos que moldam a política externa da Índia para os estados africanos que merecem destaque para a presente análise. É preciso ressaltar que a questão dos recursos energéticos, o acesso e a segurança no Oceano Índico e a presença da diáspora indiana nos países africanos principalmente na região Este de África são de extrema importância para responder aos interesses geopolítico da mesma. Assim sendo, De seguida, a tese explora as principais prioridades da política externa indiana no continente africano.

### **2.3.2 Interesse Energético da Índia nos Estados Africanos**

A Índia é um país altamente dependente de recursos energéticos onde cerca de 80% são provenientes fora país e actualmente a Índia encontra-se na terceira posição de país que mais importa petróleo no mundo. Assim, para garantir a sua segurança energética a Índia precisa ser muito ágil a definir suas estratégias de parcerias e adquirir recursos energéticos de diferentes fontes e desta forma manter a sua sobrevivência económica. Para melhor perceber as suas necessidades energéticas, apresenta-se o mapa 5 a seguir referente aos recursos minerais não metálicos que a Índia possui:

**Mapa 5 - Minerais Não Metálicos da Índia**

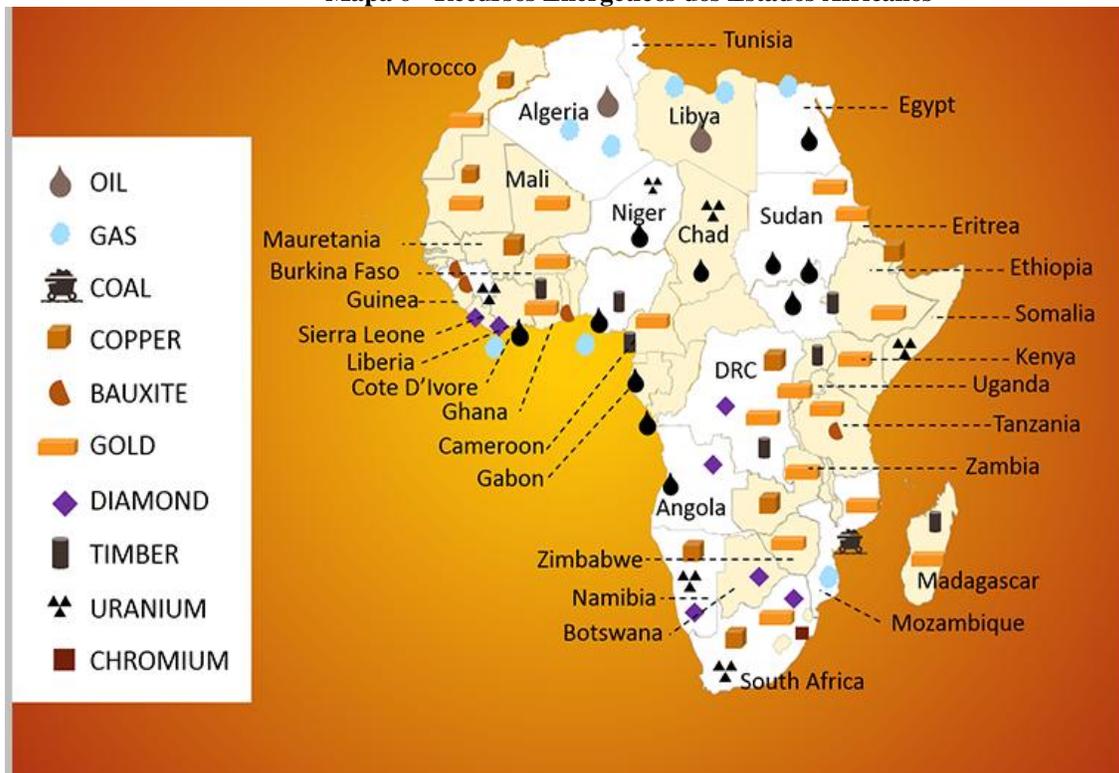


Fonte: *Maps of India* (2015).

O mapa 5 apresenta a existência de carvão mineral nas suas dez províncias do Centro e Norte; Entretanto, Muralidharan (2019) aponta que o mesmo tem uma qualidade baixa e, sendo a Índia altamente dependente de carvão para atender sua demanda energética tem que recorrer externamente. Em relação aos depósitos de gás natural e petróleo, nota-se que apenas duas províncias da região Nordeste possuem estes recursos mas em poucas quantidades.

Neste sentido, é importante entender que a dependência energética coloca grande pressão nas decisões de política externa da Índia ainda mais porque cerca de 70% do seu petróleo provém do Médio Oriente. Isto demonstra uma clara dupla dependência da Índia, primeiro em relação aos recursos energéticos e segundo em relação a parceiros energéticos. Desta forma, é essencial para a Índia, garantir o acesso as fontes de recursos energéticos bem com garantir a diversificação de parceiros. Como tal, a Índia começa a focar a sua atenção nos estados africanos com objectivo de diversificar as fontes dos recursos energéticos que importa. Para perceber melhor a importância energética dos estados africanos, apresenta-se de seguida o mapa 6:

**Mapa 6 - Recursos Energéticos dos Estados Africanos**



Fonte: Sahistory (2019).

Como se pode observar, os estados africanos são ricos em recursos energéticos com enormes depósitos de bauxite, carvão, petróleo e gás natural, além de urânio atraindo assim investimentos estrangeiros. Ainda mais, segundo Dadwal (2020), quase 30% das descobertas globais de petróleo e gás natural realizadas desde 2009-2014 ocorreram na África Subsaariana, reflectindo o crescente apetite global por recursos destes estados. Mas como referenciado nesta tese, o continente Africano possui 54 estados e é necessário que as análises não sejam gerais. Para tal, recorre-se aos dados apontados pela Muralidharan (2019), que faz uma descrição específica por regiões:

It is estimated that Sub-Saharan Africa has undiscovered but technically recoverable energy resources estimated at about 115.34 billion barrels of oil and 21.05 trillion cubic metres of gas. The East and West part of Africa are resource rich. Coal, Natural Gas, Petroleum and Uranium are some of the major resources found in East Africa. New oil deposits are being discovered in different countries in East Africa. Kenya, South Sudan, Mozambique, Eritrea, Uganda, Tanzania and Zambia are some of the resource rich countries in East Africa. Similarly the countries in West Africa such as Nigeria, Niger, Gabon, Equatorial Guinea, Ivory Coast and Mauritania are some of the major exporters of resources. Nigeria and Angola are considered as major oil destination and their economy are heavily dependent on the resource exports (MURALIDHARAN, 2019).



O mapa 7 acima apresenta as fontes, acções (investimentos) e rotas energéticas da Índia no sistema internacional bem como as novas estratégias que devem ser procuradas pela mesma com vista a diversificar as fontes de recursos energéticos renováveis e não renováveis.

Os círculos vermelhos representam as regiões/ países que a Índia pretende reduzir a sua dependência energética tais como a região do Médio Oriente por ser politicamente instável e onde se encontra o seu maior fornecedor de petróleo, a Arábia Saudita. O mesmo acontece com a Venezuela e Nigéria com problemas domésticos. Por sua vez os círculos azuis representam regiões/ países nos quais a Índia deve manter ou estreitar a sua diplomacia energética no sector de gás e petróleo. Fala-se aqui de Rússia, América do Norte, México, Brasil, Austrália, e Irão. Encontra-se ainda neste grupo Israel, Tanzânia e Moçambique com descobertas de grandes reservas de gás natural. E, por fim, os círculos verdes representam regiões/países com capacidade para produzir energias renováveis tais como energia hidroeléctrica e eólica. Destacam-se aqui os países vizinhos da região Nordeste nomeadamente Nepal e Butão, Mianmar do lado Este e Sri Lanka ao Sul.

Sendo assim, os recursos energéticos que os estados africanos possuem tornam-se importantes para a segurança energética da Índia e, esta é uma das principais razões para o estabelecimento de uma parceria com estes estados no sentido de potenciar a exploração destes recursos. Como exemplo desta aproximação verifica-se investimentos avultados neste sector nas últimas décadas pelas empresas indianas (DUBEY, 2008). O mesmo afirma Yadav (2014), segundo o qual o crescimento económico da Índia deu novos contornos na sua relação com os estados africanos onde esta última tornou-se uma alternativa para a segurança energética.

Outro factor de peso que contribui para esta aproximação, é pelo facto de que nas próximas três a quatro décadas Índia irá esgotar a sua principal fonte de energia que é o carvão e, nestas condições, o acesso aos fornecedores energéticos credíveis será crucial para a economia indiana. E, sendo os países africanos considerados como vizinhos<sup>52</sup> através da partilha do Oceano Índico com imensas reservas de gás e petróleo por serem exploradas, torna estes actores extremamente relevantes na segurança energética da Índia. Assim, apresenta-se de seguida a importância do Oceano Índico para a mesma.

---

<sup>52</sup> Do lado Este de África

### 2.3.3 O Oceano Índico no Interesse Geo-Estratégico da Índia

Oceano Índico é o terceiro maior do mundo na sua classe e cobre 20% da água mundial. Possui um espaço de cerca de 68.556 Km<sup>2</sup> e, o seu nome provém do subcontinente indiano localizado ao Norte (FATIMA; JAMSHED, 2015). O Oceano Índico inclui vários pontos estratégicos como o Mar Andaman, Mar Árábico, Baía de Bengal, Mar de Flores, Grande Baía Australiana, Golfo de Aden, Golfo de Oman, Mar de Java, Canal de Moçambique, Golfo Pérsico, Mar Vermelho, Mar Savu, Estreito de Malaca e Mar de Timor (WEE, 2017).

A localização geo-estratégica do Oceano Índico é determinada pelo facto de que vários estados usam a mesma para realizar o transporte de carga bem como a existência de recursos naturais como gás e petróleo colocando-a numa posição geopolítica privilegiada. Cerca de 90% do comércio mundial passa pelos oceanos onde 50% dos contentores atravessam o Oceano Índico e 66% do petróleo mundial (FATIMA; JAMSHED, 2015). Esta descrição permite perceber a apetência por este espaço por várias potências que tentam se posicionar estrategicamente como se observa pelo mapa 8 seguinte, onde se apresenta as principais rotas do comércio que atravessam o Oceano Índico, as bases navais e postos de escuta pertencentes a Índia, China, EUA e Austrália.

A presença de outras potências neste Oceano, que é considerado espaço vital para a Índia, cria ameaças para a mesma bem como competição nas alianças com estados banhados pelo Oceano Índico. Para além das potências coloniais que afastaram a Índia da sua expansão neste espaço em pleno séc. XV, a Índia está “atrasada” na corrida económica pois, actualmente tem que competir também com o grande interesse da China pelo Oceano Índico.

Mapa 8 - Mapa Posicionamento Geo-Estratégico do Oceano Índico



Fonte: Silva-Ranasinghe (2016).

Observando o mapa 8 acima pode-se notar que metade do espaço geográfico da Índia mais concretamente a região Sul é totalmente banhada pelo Oceano Índico e, 13 estados africanos são banhados pelo mesmo. Em alguns casos a totalidade do seu limite territorial Este como caso de África do Sul, Moçambique, Tanzânia, Quênia e Somália. Outros países como Madagáscar, Ilhas Comores, Seychelles e Maurícias são totalmente banhadas pelo Oceano Índico.

Como apresentado acima no conceito de geopolítica, a localização geográfica de um estado determina as necessidades e alianças de qualquer estado. Actualmente grande parte das importações de recursos energéticos da Índia chegam pelo Oceano Índico e, em relação as suas exportações, o Oceano Índico também é imprescindível para sua economia. Isto demonstra a grande dependência que Índia tem deste Oceano e o mesmo pode-se observar na afirmação seguinte:

India's maritime economic activities have continued to expand across a large range, including energy security, seaborne trade, shipping and fishing, with substantial Indian investments and citizens overseas. India has an overwhelming reliance on the seas for its external trade and for sustaining its energy needs. These include crude and liquefied hydrocarbon imports, export of refined products, offshore development, and economic partnerships across the world. India's trade and energy security, development of its deep

sea mining areas, and supporting its scientific research stations in Antarctica, are all dependent on its Sea Lines of Communication (INDIAN NAVY, 2015).

Ainda segundo Indian Navy (2015), a dependência da Índia pelo mar para o seu desenvolvimento nacional tem aumentado de forma constante e significativamente, E, subjugado com o facto do esgotamento das reservas de carvão na Índia, leva esta a redireccionar a sua geoestratégia para países que possuem reservas energéticas mas não só, procura de outras alternativas menos poluentes como gás natural passam constar na sua prioridade<sup>53</sup>. Para consubstanciar, Kulkarni e Pimpalkhare (2019), afirmam que a dependência indiana na importação do gás liquefeito irá aumentar substancialmente, e, tendo em conta esta expectativa, ela deve investir na sua capacidade naval e estratégias para proteger as suas importações. Assim, pode-se afirmar que o acesso aos recursos energéticos através do Oceano Índico tornaram-se prioridade geo-estratégicas para a Índia.

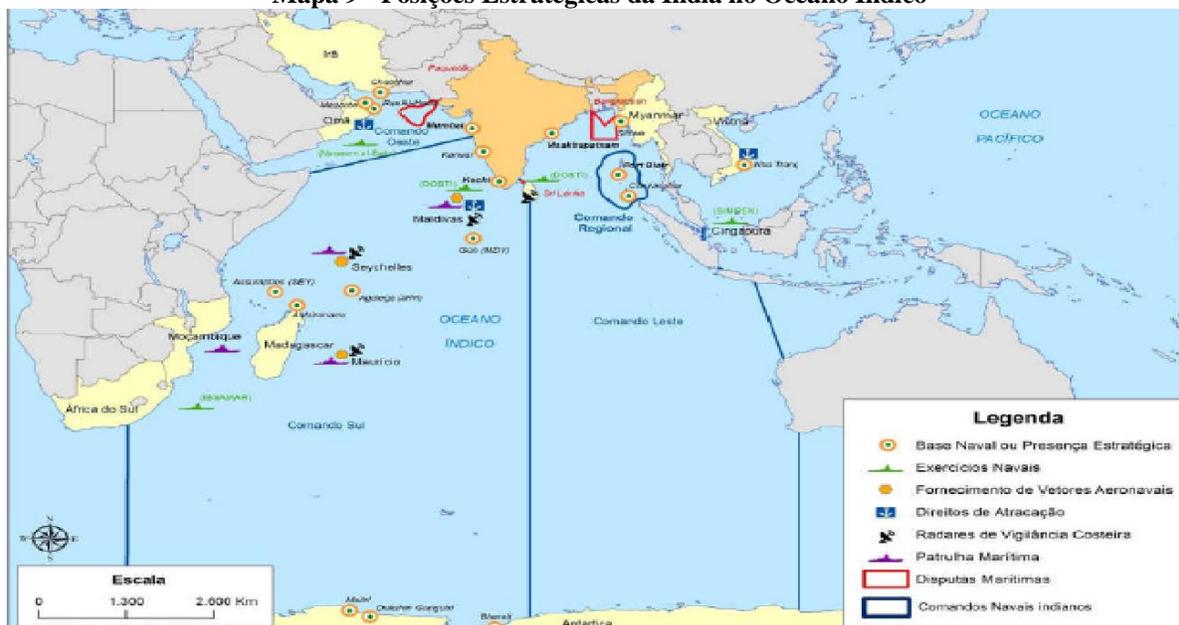
Para além do Oceano Índico ser o principal meio para obtenção dos recursos energéticos, o mesmo tem uma grande influência na sua segurança marítima que inclui elementos como as linhas de comunicação marítima, rotas, transporte marítimo e liberdade de navegação no Oceano Índico. Assim, segundo a Indian Navy (2015), tendo em conta a especificidade da sua geografia marítima, e contínua dependência no mar, a Índia tem como uma das estratégias de segurança marítima securitização destes elementos. E, com a subida ao poder do actual primeiro ministro indiano Narendra Modi, o Oceano Índico tornou-se uma prioridade de topo para a política externa da Índia como se pode observar na sua afirmação: “A África e o Oceano Índico estão entre as maiores prioridades da nossa política externa<sup>54</sup>”. Desta forma, a entende-se o comportamento da Índia para promover seus interesses geo-estratégicos através de posicionamento estratégico das suas bases navais, controlo e apoio logístico aos estados banhados pelo Oceano Índico como se pode observar no mapa 9 seguinte:

---

<sup>53</sup> A Índia é actualmente o terceiro maior poluidor do mundo antecedido pela China e EUA (SUSTAINABILITY FOR ALL, 2020).

<sup>54</sup> Notas do discurso de Modi feito durante a visita do presidente Moçambicano a Índia em 2015 (MODI, 2015).

Mapa 9 - Posições Estratégicas da Índia no Oceano Índico



Fonte: Regiani (2018).

A competição pela segurança do Oceano Índico são ainda agravados pela presença de outras potências como a Britânica, Francesa e Americana conforme demonstrado pelo mapa 9 acima. Para exacerbar este cenário, verifica-se ainda o avanço da presença chinesa através da iniciativa *one belt one road initiative*<sup>55</sup>, lançada em 2014, que também inclui a passagem pelo Oceano Índico como se encontra apresentado no mapa 18 do quarto capítulo. Esta ameaça é relatada por Regiani (2018):

A ascensão da China inseriu um novo grande consumidor de petróleo a importar das águas do Golfo o ouro negro que move a economia contemporânea e conferiu ao Oceano Índico importância económica e estratégica em sua totalidade. Diante dessa dependência de suas linhas de suprimento marítimas, a China elaborou uma geoestratégia de contenção da Índia, a quem percebe como sua maior ameaça no Índico, chamada de Colar de Pérolas<sup>56</sup>, que entre as medidas inclui a construção de uma série de portos e infraestruturas marítimas nos países vizinhos da Índia (REGIANI, 2018).

Portanto, os aspectos acima mencionados demonstram evidências claras da ameaça que a Índia observa na sua região vital e, que poderá comprometer a expansão e posterior controlo

<sup>55</sup> Esta iniciativa pretende contactar a China ao mercado da Europa e África e conta com 71 países. Também chamada de rota de seda que é composta por um “cinto” de corredores terrestres e uma “estrada” de rotas marítimas (KUO; KOMMENDA, 2018).

<sup>56</sup> Uma série de bases aéreas e navais, portos comerciais e centros de inteligência estrategicamente posicionados pela China para formar um “cordão”, de modo a encurralar a Índia e quatro importantes penínsulas: a Indochina, a Indostânica, a Arábica e o Chifre da África (VASQUEZ, 2013).

efectivo do Oceano Índico pela mesma. A ameaça proveniente da crescente presença chinesa neste espaço implica um maior esforço da diplomacia indiana com vista a criar novas parcerias e aprofundar cada vez mais as relações já existentes com os países da orla do Oceano Índico e obter o apoio dos estados africanos. Assim, como resultado das ameaças, a Índia iniciou o plano de revitalizar em 2013 o *Indian Ocean Rim Association (IORA)*<sup>57</sup>. Como se pode ver, sendo Oceano Índico importante para os países africanos do Leste assim como para Índia, esta plataforma é um óptimo mecanismo para a promoção dos interesses indianos.

Como é sabido, o controlo sobre o mar sempre foi de interesse dos estados costeiros desde as épocas remotas e, a Índia sempre usou o Oceano Índico para realizar o seu comércio externo com o Médio Oriente e Leste de África usando as correntes das monções. Esta expansão secular marítima indiana permitiu que a mesma explorasse as suas parcerias históricas para aprofundar as relações bilaterais com estados do IORA. Assim, observa-se como a Índia, uma das maiores economias do mundo, se posiciona para responder as suas demandas internas e realiza suas alianças internacionais com estados africanos.

Portanto, percebe-se neste sub-capítulo como o Oceano Índico é importante para a sobrevivência da Índia, como a mesma tem envidado esforço diplomático para promover parcerias com estados africanos banhados pelo Oceano Índico. Ainda mais, a Índia cria parcerias multilaterais através do IORA e, acordos bilaterais na área de segurança com África do Sul, Maurícias, Somália e Madagáscar, Moçambique, Tanzânia e Seychelles (YADAV, 2014). Para aprofundar os esforços da Índia, apresenta-se de seguida as acções da sua diplomacia económica.

#### **2.3.4 Diplomacia Económica com os Estados Africanos**

A actuação da Índia neste campo pode ser dividida em três componentes nomeadamente: os acordos bilaterais/Multilaterais entre Índia e Estados Africanos, a ajuda pública ao desenvolvimento e participação no comércio e investimento.

No concernente ao campo multilateral Dubey (2008) aponta a Cimeira Índia-África (*IAFS*) como sendo o passo mais importante para a promoção da parceria entre a Índia e os

---

<sup>57</sup> O IORA foi criado em 1997 e, é uma organização internacional que tem como seus membros os países banhados pelo Oceano Índico com sede em Maurícias. Um dos principais objectivos desta organização é o fomento da economia azul. Outros objectivos que seu acto constituinte apresenta são a segurança marítima, gestão de pesca, gestão de riscos, turismo e por fim ciência e tecnologia.

estados africanos. Nesta cimeira os representantes dos estados assinaram um acordo na parceria estratégica baseada no respeito mútuo e benefícios para os seus povos. Para além do comércio e investimento, os conclaves internacionais e regionais também incluem questões como energia, questões globais e isenção de taxas aduaneira (YADAV, 2014), ou seja, a Índia tem interesses bastante abrangentes nos países africanos. As relações económicas entre a Índia e os estados africanos são históricas como observado no primeiro capítulo entretanto, as relações actuais são bastante variadas em quantidade e qualidade.

O sector público-privado indiano tem desempenhado grande papel na expansão e salvaguarda dos interesses comercial do seu estado. Aqui podem se destacar o papel de algumas instituições como a Confederação das Industrias Indianas (CII)<sup>58</sup>, Associação da Câmara do Comercio Indiano (ASSOCHAM)<sup>59</sup>, Federação de Câmaras de Comércio e Investimento Indiana (FICCI)<sup>60</sup>, e por fim a Federação da Organização de Exportações Indianas (FIEO)<sup>61</sup> que promovem o comércio bilateral com os estados africanos.

No que concerne ao investimento indiano, a maior parte está concentrado no sector energético nomeadamente carvão, petróleo e agora gás natural. Verifica-se também uma diversificação de investimentos no sector de agro-processamento, farmacêutico, pescas, manufacturas, imobiliário e sector de transporte (YADAY, 2014). A título de exemplo as empresas como Tata, Kirloskars, empresa farmacêutica Ciplae, companhia de automóvel Mahindra têm investido em grandes projectos. A empresa privada Tata já investiu mais de cem milhões de dólares norte-americanos e com prospecção de aumentar o seu investimento nos estados africanos<sup>62</sup>. Este grupo já criou cerca de 700 empregos nestes países.

Portanto como muito bem descrito na política externa da Índia pelo Valter (2014), as instituições económicas bem como as empresas indianas são actores que contribuem grandemente para a promoção da diplomacia indiana, neste caso a económica.

No que tange as relações comerciais pode-se notar que na maioria das análises, existe um erro comum partilhado por vários autores ao se comparar a balança comercial entre Índia e África, isto é, como se fossem dois estados. Na perspectiva de comparação holística, verifica-se

---

<sup>58</sup> *Confederation of Indian Industries (CII).*

<sup>59</sup> *Associated Chambers of Commerce and Industry.*

<sup>60</sup> *Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry.*

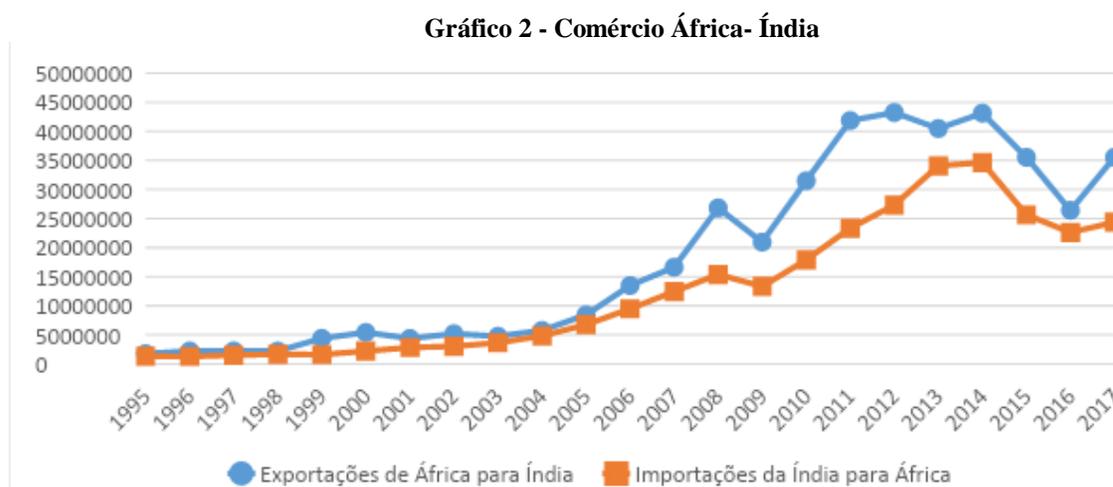
<sup>61</sup> *Federation of Indian Exporter's Organization.*

<sup>62</sup> Gana, Zâmbia, Uganda, Quênia, Tanzania, Nígeira, Costa do Marfim, Senegal, Zimbabué e Moçambique,

uma balança comercial positiva para a “África” como um todo mas quando desintegrado a situação torna-se totalmente oposta onde a Índia apresenta uma balança comercial a seu favor. Assim, traz-se de seguida, a relação comercial entre Índia e estados africanos de forma separada.

#### 2.3.4.1 Comércio Entre Índia com os Estados Africanos

As relações comerciais entre Índia e o continente Africano apresenta um crescimento notável e com uma balança comercial favorável para o continente como se observa o gráfico 2 abaixo. Este gráfico 2 demonstra o aumento do comércio a partir dos anos 2000 e tem apresentado um nível acentuado atingindo cifras acima de quarenta bilhões de dólares (USD) no ano de 2012.



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de dados obtidos da UNCTAD (2018).

Como se vê, o gráfico 2 acima compara um país (Índia) e um conjunto de 54 outros países pertencentes ao continente africano. Portanto, não permite obter uma dimensão real das relações comerciais. Mas permite ter uma visão global quantitativamente das transações comerciais e perceber que as mesmas têm aumentado. Como dito anteriormente, pretende-se estratificar esta abordagem e como tal, apresenta-se de seguida uma comparação bilateral das relações comerciais para aprimorar os dados tendo em conta cada estado africano.

As tabelas 1 a 4 seguintes apresentam uma comparação do comércio bilateral entre os anos 2001 e 2017. Esta comparação permite perceber a dimensão do crescimento do comércio bilateral para cada estado africano. De referir que, a divisão geográfica bem como os principais

produtos comercializados indicadas nas tabelas abaixo, foram baseadas nos dados obtidos na página da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD). Desta forma, a divisão geográfica do comércio ajuda a identificar os principais parceiros da Índia por cada região.

**Tabela 1 - Comércio Entre Índia e Países do Este Africano (US\$ milhões)**

País	Ano	
	2001	2017
Tanzânia	187.7	2236.3
Moçambique	36.7	2077.4
Quênia	192.3	1826.7
Maurícias	164.1	969
Etiópia	111.3	967.9
Zâmbia	48.9	958.6
Uganda	60.6	698.8
Somália	16.3	485.7
Madagáscar	17.5	397.3
Malawi	27.5	270.1
<b>Total</b>	<b>944.5</b>	<b>11604.2</b>

Fonte: UNCTAD (2018).

A Tanzânia lidera no comércio dentre os países do Este de África seguido de Moçambique, entretanto a balança comercial é negativa para o lado tanzaniano. A maior parte dos produtos exportados pela Tanzânia são: Ouro, amêndoas, madeira e leguminosas secas. Em relação as suas principais importações, os produtos são: derivados de petróleo, medicamentos, tubos e canos e por fim insecticidas.

**Tabela 2 - Comércio Entre Índia e Países do Oeste Africano (US\$ milhões)**

País	Ano	
	2001	2017
Nigéria	1727.5	12304.3
Gana	78.9	3467.9
Senegal	144.5	1075.7
Costa de Marfim	132.1	979.8
Burkina Faso	15.1	776.5
Guine	16.8	718.7
Benim	90.3	649.3
Togo	34.6	343.6
Libéria	14.8	308.2
Guiné-Bissau	39.6	296.2
Mali	23.9	239.3
Níger	23.1	138.7
Gambia	8.1	121.5
Serra Leoa	12.8	107.1
Mauritânia	9.6	48.1
Cabo Verde	0.1	3.6
<b>Total</b>	<b>2371.6</b>	<b>21578.3</b>

Fonte: UNCTAD (2018).

Nesta região, a Nigéria domina o comércio com a Índia e possui uma balança comercial favorável. De referir que a Índia é o maior parceiro comercial da Nigéria, devido a importação de petróleo onde segundo Muralidharan (2019) a ela importa 17% do seu petróleo da Nigéria.

**Tabela 3 - Comércio Entre Índia e Países do Norte da África (US\$ milhões)**

País	Ano	
	2001	2017
Egipto	583.6	3363.6
Argélia	44	1948.7
Marrocos	362.3	1273.1
Sudão	132.4	1163.4
Tunísia	153	405.4
Líbia	51.1	140.8
<b>Total</b>	<b>1326.3</b>	<b>8295</b>

Fonte: UNCTAD (2018).

Na região do Norte de África o Egito lidera comércio entretanto sua balança comercial é negativa. A maior parte das exportações egípcias para Índia estão ligadas ao petróleo, gás natural, ureia, laranjas e minerais como fosfato de cálcio natural. As importações do Egito incluem combustível para turbina de aviação, carne bovina, carros, eléctrodos de grafite, *diesel*, fio de algodão, jeans, plásticos, autopeças, antibióticos, cominho, chá preto, entre outros.

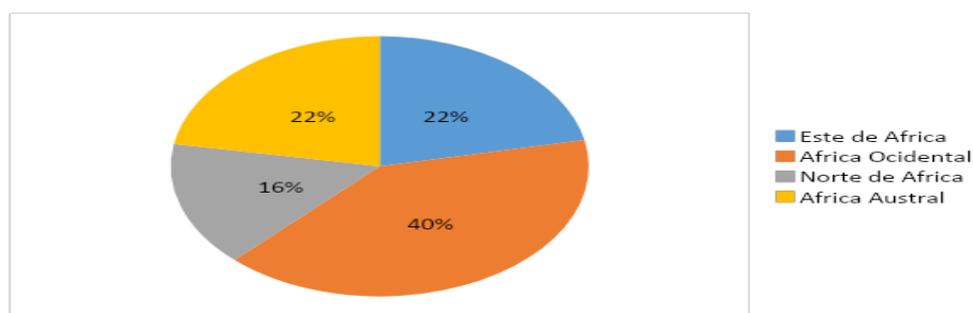
**Tabela 4 - Comércio Entre Índia e Países da África Austral (US\$ milhões)**

País	Ano	
	2001	2017
África do Sul	1371.8	9987.1
Botswana	5.5	1621.1
Namíbia	6.6	141.1
Lesotho	0.1	72.2
Eswatini	1	44.6
<b>Total</b>	<b>1385</b>	<b>11866.1</b>

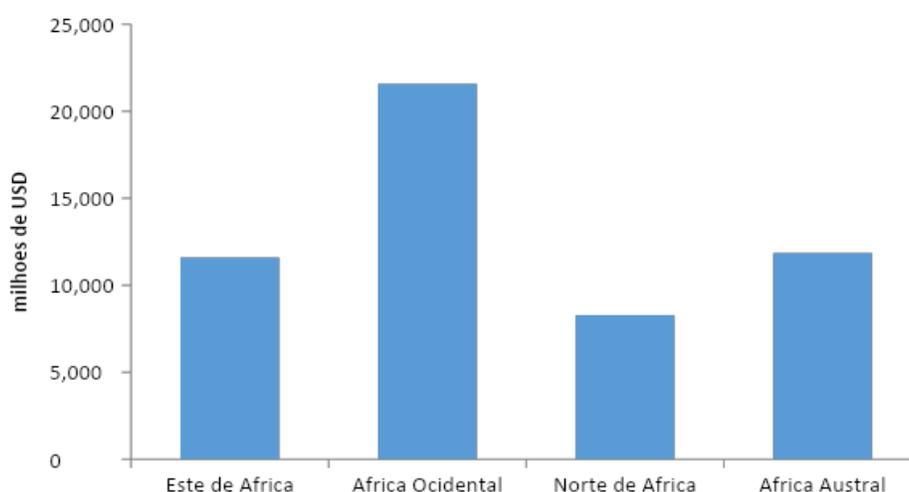
Fonte: UNCTAD (2018).

Na região Austral, a África do Sul domina o comércio. Este país é a segunda maior economia do continente africano, uma potência regional e possui as relações históricas de luta contra o colonialismo britânico. A demais, a África do Sul, é o país que tem a maior diáspora indiana como visto no mapa 3 deste capítulo. A balança comercial é favorável a África do Sul e o maior parceiro da Índia entre os estados africanos. Os produtos mais exportados pela África do Sul são Minerais, produtos Ferro e Aço, produtos químicos, polpa de madeira e papel e, Maquinaria. Em termos de produtos importados constam: Produtos químicos, veículos aeronaves e navios, máquinas, produtos Minerais e Produtos Ferro e Aço.

Pela exposição do comércio regional nas tabelas 1 a 4, verifica-se que a região da África Ocidental lidera o comércio com a Índia como se pode observar nos gráficos 3 e 4 seguintes:

**Gráfico 3 - Comércio Total Índia-Africa 2017**

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados obtidos no UNCTAD.

**Gráfico 4. Comércio Total Índia-Africa 2017**

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados obtidos no UNCTAD (2017).

Os dois gráficos acima demonstram que a região da África Ocidental lidera o comércio com a Índia, seguido pelo Este de África, África Austral e por fim o Norte de África. A estratificação do comércio entre Índia e o continente africano permite também identificar os seus principais parceiros comerciais como se pode observa pela da tabela 5 seguinte:

**Tabela 5 - Principais Parceiros de Importação e Exportação da Índia**

Principais parceiros de exportação da Índia	Total Expo. (US\$ mn)	Principais parceiros de importação da Índia	Total Impo. (US\$ mn)
África do Sul	3554.42	Nigéria	7659.48
Quênia	2198.63	África do Sul	5813.53
Egipto	2071.85	Angola	2596.49
Tanzânia	1786.22	Gana	1938.54
Nigéria	1771.34	Botswana	1307.39

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados obtidos no UNCTAD (2017).

No que se refere as exportações, os principais produtos exportados para estados africanos pela Índia foram os seguintes: produtos a base de petróleo, produtos farmacêuticos, automóveis, linhas férreas, maquinaria, equipamentos e cereais. No que concerne a produtos importados pela Índia constam: combustíveis, pedras preciosas, nozes, frutas e cobre. Olhando para a lista de produtos comercializados, verifica-se que o comércio ainda se baseia nos padrões do legado colonial em que os países africanos continuam a exportar matéria-prima e a importar produtos manufacturados.

#### 2.3.4.2 *Investimentos Indianos nos Estados Africanos*

As relações de investimento entre Índia e os estados africanos começa a observar aumento concretamente após o *boom* económico da Índia. Entretanto, Chakrabarty (2018) traz alguns exemplos de investimentos indianos no período da guerra fria como o caso de *Birla Group* que investiu na Etiópia nos anos 1950. O mesmo grupo através de uma *joint venture*<sup>63</sup>, a *Pan Paper*, foi a primeira empresa indiana a investir em Quênia em 1969.

Como já apresentado, as reformas neoliberais introduzidas pela Índia permitiram o seu crescimento económico e posteiro acumulação de capital criando assim condições propícias para a expansão do capital indiano em outros países. Assim, as abertura das linhas de crédito durante as cimeiras de *IAPS* visam expandir a presença do interesse económico indiano nos estados africanos. Como exemplo existem companhias Indianas a operar no sector de infra-estruturas nos estados africanos tais como a *IRCON*<sup>64</sup> e *RITES*<sup>65</sup> engajadas na construção de linhas férreas e estradas no Sudão, Moçambique Tanzânia, Nigéria e Zâmbia.

Coincidentemente, a maior parte dos investimentos indianos decorre no sector energético dos estados africanos. De acordo com relatório de investimento mundial da UNCTAD (2018) a Índia encontra-se na 8ª posição dos países que mais investem em nos estados africanos. Isto se deve, principalmente por três factores nomeadamente: a instabilidade política que se verifica na região do Médio Oriente; a importância que os estados africanos têm ganho no mercado energético mundial nas últimas décadas; os avanços tecnológicos que permitem a

---

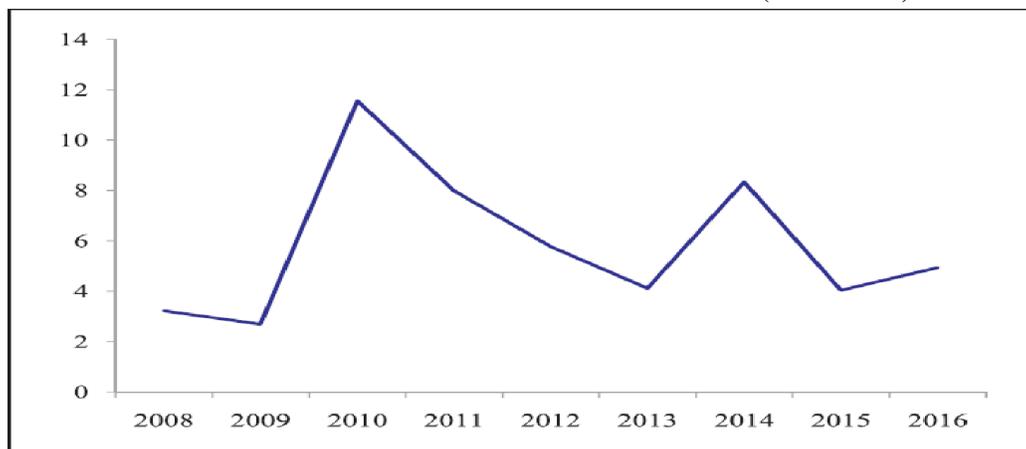
<sup>63</sup> É um acordo entre duas ou mais empresas que estabelece alianças estratégicas por um objetivo comercial comum, por tempo determinado. As companhias concordam em unir seus recursos para o desenvolvimento de um negócio conjunto e dividem os resultados, sejam eles lucros ou prejuízos (JOINT VENTURE, 2019).

<sup>64</sup> *Indian Railway Construction Company Limited.*

<sup>65</sup> *Rail India Technical and Economic Services.*

extracção do petróleo e gás natural a partir das reservas *offshore*; e por fim pela qualidade do crude que é mais leve e com baixo teor de sulfato tornando o processo de refinamento mais barato que o de Médio Oriente. Para melhor compreensão, de seguida apresenta-se o gráfico 5 referente aos investimentos indianos nos estados africanos onde verifica-se o aumento considerável a partir do ano de 2010.

**Gráfico 5 - IDE Indiano nos Estados Africanos (2008-2016<sup>66</sup>)**



**Fonte:** Chakrabarty (2018).

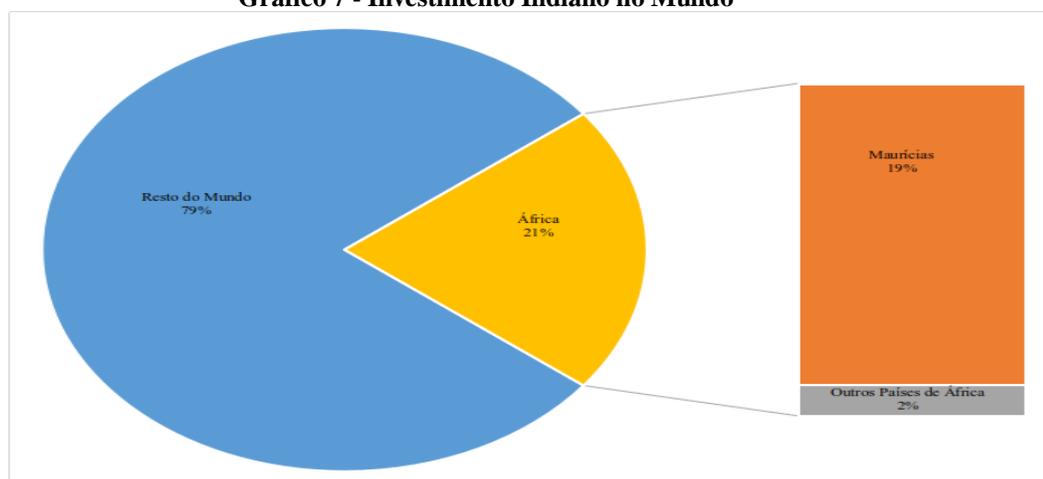
O gráfico 5 ilustra a variação dos investimentos indianos nos países africanos que chegaram a atingir cerca de 12 bilhões de dólares USD no ano de 2010 com uma redução constante nos anos seguintes até 2013 e posterior aumento com mais uma redução em 2014. Para melhor compreender a oscilação dos investimentos indianos, apresenta-se a seguir o gráfico 6 concernente ao crescimento da economia indiana de 2010 à 2018.

<sup>66</sup> Valor em Bilhões de dólares (USD).

**Gráfico 6 - Crescimento da Economia Indiana (2010-2018)**

**Fonte:** Trading Economics (2019).

Observando os dois gráficos 5 e 6, pode-se facilmente notar que ambos atingem o pico em por volta de 2010 seguido de um decréscimo contínuo com um incremento após 2012. O gráfico 6 permite concluir que o investimento indiano nos países africanos está ligado a variação do crescimento da economia indiana. Olhando de uma forma generalizada, os investimentos indianos nos países africanos apresentam um índice positivo com 21% como se pode observar pelo gráfico 7 abaixo:

**Gráfico 7 - Investimento Indiano no Mundo**

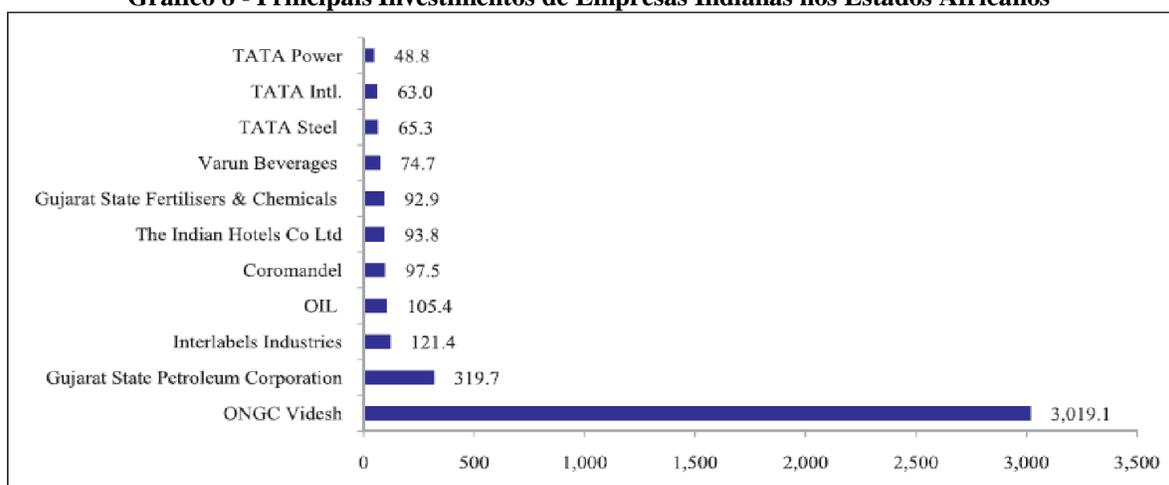
**Fonte:** Chakrabarty (2018).

Entretanto, como se pode observar também pelo gráfico 7, existe um ponto que chama a atenção que é o caso de Maurícias. Nota-se que a maior parte dos investimentos indianos no continente africano são alocados para Maurícias onde os restantes dos países africanos ficam apenas com 2%. Isto se deve ao facto das ilhas Maurícias terem o estatuto de paraíso fiscal facilitado pelo acordo de isenção de dupla taxaço assinado em 1983 com a Índia,

(CHAKRABARTY, 2018). Assim, as empresas indianas investem/criam empresas “de fachada” chamadas *Shell company* e retornam este investimento ao seu país de origem usufruindo do acordo assinado entre os dois países.

Este é um ponto muito importante a ser compreendido pois, mais uma vez observa-se que a comparação entre um país e um continente não permite perceber de facto onde estão sendo revertidos os investimentos indianos. Estes dados numéricos dão uma falsa dimensão de grande envergadura mas não é o que acontece na realidade. Como dito anteriormente, a estratificação dos dados permite perceber a dimensão da cooperação económica entre Índia e os estados africanos. Nesta senda, apresenta-se a seguir o gráfico 8 referente a principais empresas indianas que investem nos estados africanos (excepto Maurícias) no período de 2008 a 2016.

**Gráfico 8 - Principais Investimentos de Empresas Indianas nos Estados Africanos<sup>67</sup>**



Fonte: Chakrabarty (2018).

Pelo gráfico 8 denota-se que a *Oil and Gas Company* (ONGC) lidera o quadro com investimentos acima de 3 biliões de dólares (USD) seguidos pela *Gujrat State Petroleum Corporation e Inter labels Industries*. Exeptuando Maurícias, a presença por parte destas empresas encontra-se distribuída apenas em alguns estados como se pode observar na tabela 6:

<sup>67</sup> Excluindo Maurícias

**Tabela 6 - Principais Destinos do Investimento Indiano nos Estados Africanos<sup>68</sup> (2008-2016)**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	Comparticipação (%)	Principais setores em que a Índia investiu
Moçambique	5.9	0.0	0.3	3.6	0.5	1.9	2648.8	1.7	4.1	2666.9	52.9	Petróleo e gás, carvão
Egipto	423.8	7.5	13.5	24.0	62.7	40.8	14.4	9.3	6.8	602.9	12.0	Petróleo e gás, painel solar, fármacos
África do Sul	29.0	84.7	26.5	23.6	137.0	18.9	27.6	63.9	28.3	442.5	8.8	Hotéis, alumínio, T.I e FMCG
Tunísia						108.2			82.3	190.4	3.8	Manufatura
Quénia	124.4	0.8	0.6	1.3	5.9	4.6	6.2	1.7	9.0	154.6	3.1	Manufatura
Zâmbia	0.1	0.6	0.9	2.0	4.1	6.7	13.6	88.1	29.4	145.3	2.9	Manufatura
Líbia	24.5	12.9	52.5	3.5	0.6	27.4	7.4	0.1		128.8	2.6	Petróleo e gás
Etiópia	1.0	3.5	3.0	4.1	2.8	4.0	42.7	14.1	21.1	96.4	1.9	Manufatura
Marrocos	2.5	1.1		38.0	4.9	5.8	10.7	13.7	19.4	96.1	1.9	Manufatura
Sudão	55.5	16.2	13.9	0.0	0.0		0.0			85.7	1.7	Petróleo e gás

**Fonte:** Chakrabarty (2018).

A tabela 6 permite identificar os países que mais recebem o investimento como Moçambique, África do Sul, Tunísia e Quénia. Permite ainda mapear os principais sectores de investimento indiano nomeadamente petróleo, gás e manufacturas. O elevado investimento no sector de manufacturas pode ser explicado pela procura de mercado e acesso ao mercado europeu usando o acordo de África Caraíbas e pacífico (ACP)<sup>69</sup> com o selo de um país africano. Ainda, de acordo com UNCTAD (2018), a Índia é o oitavo país que mais investe nos países africanos, onde os EUA, Reino Unido e a França lideram nas estatísticas. Apesar de a Índia não estar no topo dos investidores, a sua presença contribui para contrabalançar a presença das ex-colónias

<sup>68</sup> Excluindo as Maurícias.

<sup>69</sup> Este acordo permite que produtos de estados africanos tenham taxas aduaneiras reduzidas.

nos estados africanos pois, abre espaço para estados africanos optarem por um leque maior de parceiros.

Em relação aos investimentos de países africanos na Índia, excepto para Maurícias, os valores são reduzidos. Contudo, deve se destacar que o país africano que mais investe na Índia são as Maurícias com um cumulativo de mais de 132 biliões de USD<sup>70</sup>. Por sua vez, Maurícias é também o país que mais investimento recebe da Índia como demonstrado pelo gráfico 7 acima. De acordo com DIPP<sup>71</sup> (INDIA, 2019), depois de Maurícias, os restantes estado africano que contam na lista de países que investem na Índia são a África do Sul na 33<sup>a</sup> posição, Seychelles com 42<sup>a</sup> e Turquia com 43<sup>a</sup> posição. Quénia encontra-se na 70<sup>a</sup> posição e libéria na 77<sup>a</sup>. Moçambique e Nigéria ocupam o 78<sup>o</sup> lugar e 79<sup>o</sup> lugar respectivamente. O Egipto está em 89<sup>a</sup> posição, Tunísia na 98<sup>a</sup> e Tanzânia ocupa 100<sup>o</sup> espaço. Estes dados permitem comprovar como afirmado pela Chakrabarty (2018), de que Maurícias funciona como um paraíso fiscal e ajuda a Índia reverter seus investimentos.

Para terminar a descrição da diplomacia económica indiana nos estados africanos a tese apresenta a seguir o item da cooperação Sul-Sul.

#### 2.3.4.3 *Cooperação Sul-Sul*

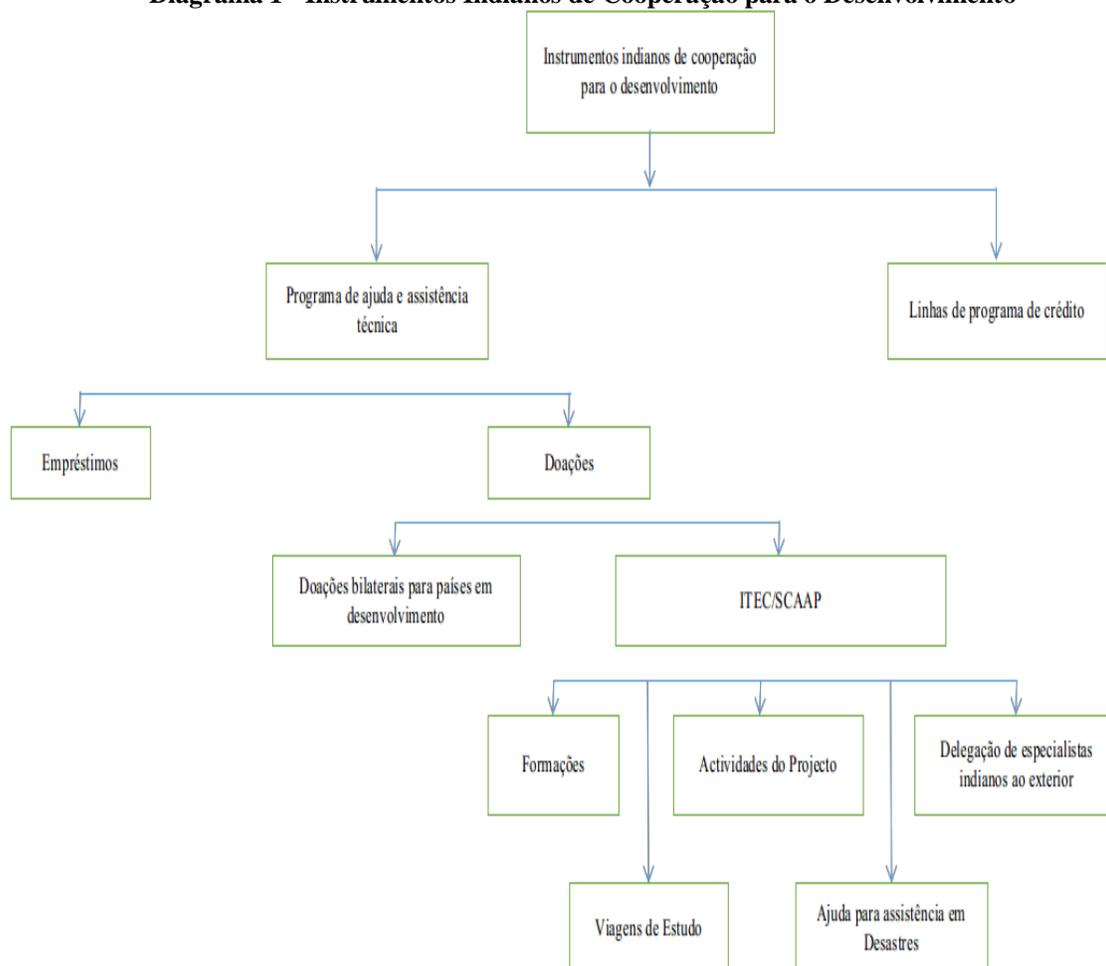
Como bem visto na definição da cooperação Sul-Sul, esta refere-se a qualquer acção ou política levada a cabo que privilegie transações económicas entre países em desenvolvimento incluindo a transferência de conhecimento e tecnologia. Sendo assim, a Cooperação Sul-Sul é uma das formas que a Índia tem usado para fortificar a sua relação com os países africanos através da cooperação em diversas áreas nomeadamente investimento em infra-estruturas através das linhas de crédito<sup>72</sup>, *joint ventures*, transferência de tecnologia e partilha de conhecimento. Neste âmbito, a Índia usa programas como ITEC, SCAAP para formação e capacitação institucional dos estados africanos. Para melhor percepção dos mecanismos usados pela Índia na promoção da cooperação Sul-Sul apresenta-se a seguir o diagrama 1.

---

<sup>70</sup> Cumulativo entre o ano de 2000 a 2018 (INDIA, 2019).

<sup>71</sup> *Department of Industrial Policy and Promotion*

<sup>72</sup> *Lines of Credit* (LOC) são empréstimos geralmente oferecidas as instituições financeiras externas, bancos de desenvolvimento regional, governos, e outras entidades com vista a permitir os compradores adquirirem bens e serviços da Índia.

**Diagrama 1 - Instrumentos Indianos de Cooperação para o Desenvolvimento**

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de dados de Mawdsley e McCann (2011).

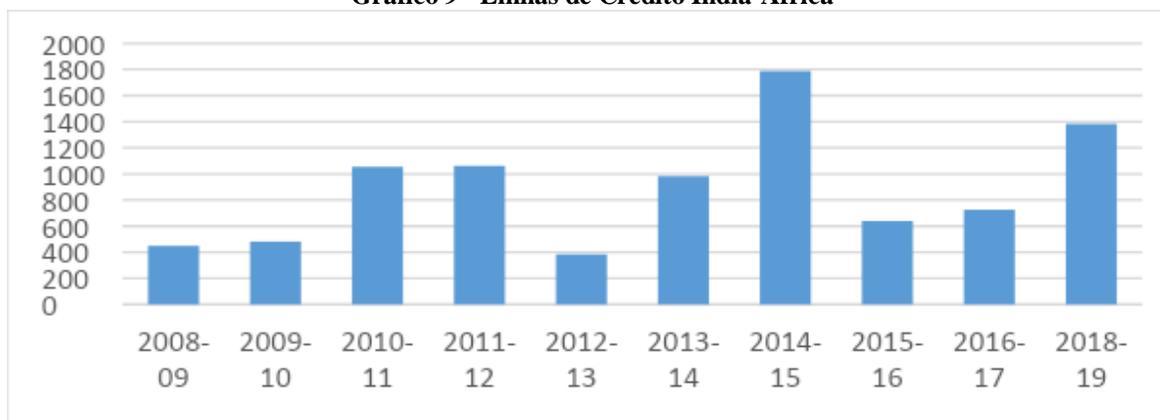
Este diagrama 1 explica detalhadamente com funciona a componente da cooperação Sul-Sul da diplomacia económica indiana para os estados africanos. A Índia tem-se destacado na formação de funcionários públicos e concessão de bolsas para estudantes. Infelizmente a língua torna-se constrangimento para alguns casos de países africanos lusófonos e francófonos. Outro ponto que se desataca são as linhas de crédito que a Índia concede para os estados africanos. Com as cimeiras *IAFS*, a Índia tem reforçado o seu empenho económico nesta área como se pode observar na tabela 7 a seguir:

**Tabela 7 - Linhas de Crédito Índia-África**

Período	Valor (USD\$ mn)	Período	Valor (USD\$ mn)
2008-09	449.13	2013-14	983.58
2009-10	482.07	2014-15	1.789.96
2010-11	1.055.07	2015-16	639.93
2011-12	1.061.37	2016-17	728.1
2012-13	384.39	2018-19	1.384.78
<b>Total 2008-2019</b>			<b>8.958.38</b>

Fonte: Eximbank Índia (2019).

Conforme apresentando na tabela 7, as linhas de crédito disponibilizadas pela Índia nos últimos dez anos<sup>73</sup> supera o valor de oito bilhões de dólares americanos. As áreas de investimentos são variadas como o sector de infra-estruturas (transporte, habitação, comunicação), agro-processamento e indústria. As linhas de crédito tiveram o seu início em 2004 sendo a Angola um dos primeiros países a obter o *Grant* e, desde este período até os dias de hoje os estados africanos totalizaram mais de onze bilhões de dólares de empréstimo através de linhas de crédito. E, para melhor visualizar a evolução das linhas de crédito apresenta-se o gráfico 9:

**Gráfico 9 - Linhas de Crédito Índia-África**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Exim Bank of India (2019).

Como se pode observar, as linhas de crédito apresentam muitas oscilações, pois dependem da performance da economia indiana. Entretanto, as mesmas trazem vantagens aos estados africanos que para além de diversificação de parceiros de investimento podem contar com a possibilidade de transferência de tecnologia. A diversificação de parceiros é também

<sup>73</sup> Para mais detalhes vide o anexo B.

interesse dos estados africanos pois, garantem que tenham maior capacidade de barganha como afirma Yadav (2014), esta cooperação irá permitir aos países africanos terem uma oportunidade para saírem da dependência em relação as ex-colónias uma vez que a ajuda e o investimento indiano não possuem o mesmo tipo de condicionalismo quando comparado aos países Ocidentais. Entretanto, importa mencionar que a afirmação de Yadav (2014) não é totalmente correcta, pois o acesso as linhas de crédito possuem outro tipo de condicionalismos: 75% do valor recebido deve ser usado para adquirir produto das empresas indianas. Este é uma contra partida deste financiamento que os estados africanos devem tomar em conta. Outro ponto que estes devem prestar atenção tem a ver com o aumento de parceiros para ajuda externa em forma de financiamento, pois mesmo com taxas de juros baixas, podem levar a uma nova dependência dos estados africanos.

### **2. 3. 5 A Diáspora Indiana na Actualidade**

Na sua política externa, a Índia faz referência especial ao estreitamento das relações com a diáspora indiana. A diáspora indiana é constituída por vários grupos étnicos, linguísticos e religiosos reflectindo o mosaico cultural da Índia. O continente Africano tem mais de dois milhões de populações de origem e descendência indiana denominados NRI e PIO<sup>74</sup>. Hoje esta diáspora é considerada um determinante importante na política externa indiana e sua contribuição no crescimento económico e ligação com a sua terra mãe.

Como observado até aqui, a necessidade por novos mercados e recursos energéticos após o final da guerra fria levou a Índia a repensar nas suas parcerias com os estados africanos. E como observado no mapa 3 deste capítulo, a presença da diáspora indiana em vários estados africanos cria condições propícias para fortalecer os laços parceria. O mesmo afirma Battacharya (2010) quando refere sobre a nova política adoptada pela Índia sobre o estreitamento das relações com a sua diáspora com vista a promover a cooperação com os Estado Africanos. Assim, apresenta-se de seguida a tabela 8 referente a presença da diáspora indiana nos principais estados africanos.

---

<sup>74</sup> *Non-resident Indian e Person of Indian Origin (NRI-PIO)*, também chamados de diáspora indiana, são populações de origem indiana ou descendentes de indianos que vivem for a da república da India (DEFINITION..., 2013).

**Tabela 8 - Estados Africanos com População Indiana Considerável**

País	PIO/NRI	% PIO/NRI	País	PIO/NRI	% PIO/NRI
África do Sul	1.3 Milhões	2.7%	Zimbabué	16.000	0.1%
Maurícias	885.000	68.3%	Botsuana	9.000	0.5%
Ilhas Reunião	220.000	28%	Zâmbia	6.000	0.05%
Quênia	100.000	0.3%	Congo DR	6.000	0.04%
Tanzânia	90.000	0.2%	Seicheles	5.000	6.3%
Uganda	90.000	0.3%	Gana	3.800	0.017%
Madagáscar	28.000	0.15%	Eritreia	1.753	0.04%
Nigéria	25.000	0.02%	Costa de Marfim	300	0.0017%
Moçambique	21.000	0.1%	Namíbia	110	0.005%
Líbia	20.000	0.34%	Total	2.826.963	100%

Fonte: Non Residents Indians Online (2019).

Como se pode observar acima, África do Sul é o país com maior número de diáspora indiana seguido de ilhas Maurícias e Ilhas Reunião. Gupta (2014), aponta para três tipos de diáspora, a classificação que este autor faz é feita de forma numérica dependendo da quantidade da população indiana existente em diferentes países:

- a) força dominante, pode-se apontar aqui as ilhas Maurícias que contém cerca de 70% da população de origem indiana, o único no mundo com esta característica. Aqui a diáspora desempenha um papel vital no processo político do país;
- b) força substancial, são aqui mencionados países como a África do Sul, com 3% da população concentrada no sector industrial onde a maioria vive na província de Kwazulu Natal. Outro exemplo aqui são as Ilhas Reunião com 275,200 que constitui 30% da população;
- c) força marginal, nesta categoria estão as populações variam entre 10,000 a 100,000 como Quênia, Uganda, Nigéria, Moçambique Madagáscar, Zâmbia, e Botswana. O autor considera que a população não possui uma influência forte sobre a política apesar de ter uma posição económica privilegiada. Alguns ocupam funções importantes como juízes, académicos e jornalistas que moldam a opinião pública;
- d) força mínima, nesta categoria entram países com uma população indiana menor que 10,000. Aqui pode-se enquadrar a maior parte dos países africanos. Malawi é a única excepção nesta categoria em que a população indiana participa activamente no parlamento e no governo.

Da classificação acima pode se observar que os estados africanos enquadram-se em todas as categorias acima descritas. Infelizmente, as guerras de luta de libertação, guerras civis fizeram

com que esta diáspora emigrasse para os países da Europa, EUA e alguns voltaram para a sua terra mãe. Actualmente esta diáspora tem aumentado com a estabilidade política aliada ao crescimento económico observado nos estados africanos criando novas oportunidades de aproximação. No entanto, Gupta (2014) afirma que, apesar das oportunidades prevaletentes nos estados africanos, a maioria dos novos imigrantes vêm temporariamente e não procuram a sua naturalização. Após trabalharem por algum tempo estes procuram oportunidades nos países Ocidentais.

Pode-se notar até aqui que desde a independência da Índia até ao seu “*boom*” económico, as relações entre Índia e os estados africanos que antes eram baseadas mais em questões de apoio político e ideológico, actualmente passaram para uma relação mais dinâmica envolvendo os interesses políticos, económicos e de segurança em convergência respondendo as necessidades de desenvolvimento por parte dos estados africanos. Pode-se também dizer que a relação tornou-se mais diversificada em termos de sectores de cooperação como visto no sub-capítulo da diplomacia económica.

Chegado ao final do presente capítulo, será necessário revisitar a hipótese levantada que referia o seguinte: Os interesses económicos e geopolíticos levaram a Índia a reaproximar-se dos estados africanos. Esta hipótese foi validada e pode ser verificada através das seguintes evidências: em primeiro lugar, a reaproximação aos estados africanos é verificada logo após a independência da Índia através da criação do MPNA e da plataforma de cooperação Sul-Sul e com maior pujança do seu *boom* económico. Segundo, o crescimento acentuado da Índia no final da guerra fria e ainda mais no séc. XXI aumentaram a demanda de recursos energéticos, necessidade de novos mercados e garantir a segurança do Oceano Índico. Estes factores ditaram a alteração dos interesses económicos e geopolíticos da Índia que inicia o processo de estreitamento de parcerias com os estados africanos, passando de relação simples de cooperação para parcerias como se observou durante a terceira cimeira do IAFS. E por fim, o incremento do comércio e investimento nos países africanos demonstra mais uma vez o interesse da Índia pelo potencial e recursos destes países.

### 3 PARCERIA ÍNDIA-MOÇAMBIQUE

“Moçambique é o pilar da parceria entre Índia e o Continente Africano” (MODI, 2020)<sup>75</sup>.

O presente capítulo tem como principal objectivo descrever a emergência da diáspora indiana em Moçambique e a evolução das relações bilaterais com a Índia. A presença da diáspora indiana remonta muito antes da chegada dos portugueses. Esta diáspora criou bases fortes para o aprofundamento das relações contemporâneas entre Índia e Moçambique em diversas áreas como irá se demonstrar neste capítulo. Este capítulo demonstra ainda como a parceria com Moçambique está se tornou-se forte nos últimos dez anos tendo em conta as necessidades de cada uma.

#### 3.1 A FORMAÇÃO DA DIÁSPORA INDIANA<sup>76</sup> E SEU PAPEL NA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

No capítulo anterior foi apresentado a ligação histórica entre Índia e os países africanos que era grandemente fomentada pelo comércio marítimo, principalmente com os países do Este Africano. Ademais, a colonização, britânica e portuguesa, teve um papel crucial na construção de uma grande diáspora indiana nos países africanos.

A relação entre Moçambique e o exterior foi resultado de um processo histórico, dominado pelo mercantilismo. O mesmo afirma Leite (1996, p.68), onde diz que a história moçambicana na sua relação com o exterior se construiu no decurso de um longo período, cruzamento de influências múltiplas nos domínios económicos, cultural e político. Neste quadro se situa ainda no primeiro milénio, a emergência da actividade mercantil dos sultanatos Suaflis<sup>77</sup>, na costa Oriental do continente Africanos como se pode observar no mapa 10. Esta dinâmica do

---

<sup>75</sup> Palavras preferidas pelo Primeiro-ministro indiano no encontro telefónico com o Presidente de Moçambique Filipe Nyusi, para discutir sobre apoio a situação de COVID-19.

<sup>76</sup> Indivíduos provenientes da Índia ou de nacionalidade indiana podendo ser de religião hindu, muçulmana, ismaelita, goeses, entre outras.

<sup>77</sup> É uma derivação do plural “Sahel” – palavra árabe que significa costa. Bem mais tarde, adaptada ao alfabeto latino, converter-se-ia na língua mais falada no Leste da África. Portanto, vários povos e tribos, sobretudo do Quênia, Tanzânia e Uganda.

comércio não é alheia à presença de comerciantes indianos, intermediários eficientes no tráfego transoceânico de escravos, marfim e ouro em troca de tecidos provenientes de Cambaia<sup>78</sup>.

**Mapa 10 - Presença Suaíli na Costa Oriental Africana**



Fonte: Pitta (2010).

Pelo mapa 10, percebe-se a presença Suaíli até a Ilha do Ibo localizado no extremo Norte de Moçambique. Ainda mais, Vários autores como Al-Biruni (1030 D.C.), Idrisi (1154) e Ibn-al-Wardi (século XIV) mencionam as trocas comerciais entre a Índia e a África Oriental. Aliado a isso, Ferreira (1985, p.617) menciona no seu livro o arqueólogo R. W. Dickinson que por sua vez encontrou provas mais sólidas da existência de pequenas comunidades de comerciantes indianos operando no centro de Moçambique, concretamente na província de Sofala e na foz do rio Save<sup>79</sup>, durante a transição do século XIV para o século XV. Dickinson efectuou campanhas de 1961 a 1972, e deparou-se com exemplares de uma olaria estranha à cultura Suaíli<sup>80</sup>, de origem arábica e pérsica, que então predominava na costa oriental.

Infelizmente, relação comercial entre Índia e Moçambique começou a ser abalada pela expansão europeia e a consequente integração da costa Este africana na lógica do império

<sup>78</sup> É uma cidade e município do distrito de Anand, no estado indiano de Gujrat. Outrora um centro mercantil importante, seu porto assoreou com o tempo e o comércio deslocou-se para outras áreas (CAMBAIA, 2019).

<sup>79</sup> Vide mapa 11 na página 85.

<sup>80</sup> Conjunto de grupos étnicos articulados por uma língua e uma série de elementos culturais que fundem as tradições africanas, o islão, a cultura indiana, entre outras (PITTA, 2010).

Asiático Português bem como Britânico. Entretanto, para Leite (1996, p.68), ainda que inicialmente afectadas por este contacto, as posições dos indianos no Índico e as suas relações com a África Oriental, não sofreram, aparentemente, alterações consideráveis durante o período de hegemonia portuguesa na área (1500-1700), até meados do século XIX. Isto porque durante o século XVIII, a prosperidade do comércio do marfim levou muitos mercadores indianos até Moçambique, e, em finais deste século, as comunidades indianas e afro-portuguesa haviam-se transformado nas classes dominantes.

A rede de indianos comerciantes de Malabar<sup>81</sup> há muito que se haviam integrado nas redes locais, remontando a sua chegada àquelas paragens a uma época muito anterior a dos portugueses, e, em 1499, quando Vasco da Gama visitou a Ilha de Moçambique<sup>82</sup>, a primeira capital Moçambicana, situada na província de Nampula no Norte de Moçambique, eram já muitos os mercados hindús fixados (NEWITT, 1995, p.169-170). Aliado a isso, múltiplas directrizes do sistema mercantil do império Colonial português nomeadamente, a subordinação administrativa e comercial de Moçambique à Índia, propiciaram a presença indiana no leste africano e, em particular, em Moçambique, a partir do século XVI (BASTOS; BASTOS, 2001, p.230).

Todavia, é importante mencionar que aos poucos, os portugueses começaram logo a estabelecer as suas bases aquando da sua chegada a Moçambique com a construção da capitania de Sofala logo em 1505, data em que Francisco de Almeida ocupava o cargo de Vice-Rei<sup>83</sup>, acabando por fazer parte de um sistema governativo planeado de forma coerente e criado a pensar no recém-formado Estado da Índia. Com o estabelecimento dos portugueses na Índia, a capital do Estado da Índia foi estabelecida em Goa no ano de 1530<sup>84</sup>, onde se implantou um considerável aparelho burocrático, a medida das pretensões da realeza portuguesa, (NEWITT,1995,p.104).

É também importante perceber que o estado Português da Índia ou Estado da Índia, para além de Goa abrangia os empórios comerciais portugueses no Oceano Índico, desde a África

---

<sup>81</sup> Região da costa ocidental da Índia

<sup>82</sup> Ilha localizada no Nordeste de Moçambique que foi declarada em 1991 Património da Humanidade pela Organização da Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO), Vide o Mapa 10.

<sup>83</sup> A Coroa portuguesa era representada em Goa pelo governador-geral que, normalmente, usava o título de vice-rei, sendo-lhe incumbida uma missão de três anos. Ele tinha elevado grau de autonomia, concentrando os governos político, militar, administrativo, judicial e económico (MOURELLE, 2018).

<sup>84</sup> Goa foi conquistada em 1510 em 1530 se tornou a primeira capital do império marítimo lusitano.

austral ao sudeste asiático, isto é, incluindo Moçambique (MOURELLE, 2018). Assim sendo, com o estabelecimento da capital em Goa, a gestão dos mercados controlados pelos portugueses em Moçambique passou para esta pequena ilha da Índia. E, somente em 1752 a administração retorna a Moçambique.

Outro ponto importante da presença indiana, foi a criação em 1686, na Ilha de Moçambique, por iniciativa da Coroa portuguesa, da Companhia de “Baneanes<sup>85</sup>” ou Mazanes de Diu a quem se concedia a exclusividade do comércio com aquela colónia indiana, torna-se um episódio relevante na história da presença indiana em Moçambique, a coroa portuguesa fez várias tentativas de controlar o comércio ao longo do séc. XVI e XVII mas sem grandes sucessos com afirma Ferreira (1985, p.620):

Houve constantes oscilações que caracterizaram as orientações oficiais promulgadas por Lisboa, aparentemente esclarecida acerca dos condicionalismos que em Moçambique afectavam a sua política monopolista. Por exemplo, em 1577, a Coroa ousou declarar inteiramente livre-embora sob sujeição a direitos aduaneiros- o tráfico e o intercâmbio com a Índia. Porém, em 1595, optou por conceder exclusivos ao capitão de Sofala e Moçambique. Tal decisão, que colocou a actividade política, militar e económica submetida aos interesses privados de alguns privilegiados ansiosos por locupletarem a curto prazo, levou ao êxodo massivo dos europeus desfavorecidos. Mais tarde, a Companhia Geral Portuguesa para o Comercio com a Índia Oriental, criada em 1629 com capitais metropolitanos e indianos, mas administrativamente sedeadada em Goa, depressa se veio a revelar inoperante, sendo extinta decorridos que foram, apenas, quatro anos (FERREIRA, 1985, p.620).

Contudo, já no séc. XVII verifica-se um maior controle do comércio realizado entre a Índia e a costa Oriental africana pela coroa portuguesa como afirma Hewitt (1996, p.166):

No começo do século XVII, o comércio externo realizado a partir da África Oriental era amplamente controlado por três indivíduos. O comércio do marfim na baía de Delagoa era administrado pelo feitor real instalado em Moçambique. A rota de Inhambane a Angoxe estava nas mãos do capitão de Moçambique, que, a partir do momento em que era nomeado para a capitania, fazia tudo para controlar o monopólio. Por ultimo, o comércio internacional do ouro e do marfim, cujo centro era a zona norte do Cabo Delgado, encontrava-se condensado num verdadeiro monopólio administrado pelos capitães de Mombaça<sup>86</sup>. Todo este comércio dependia da chegada das embarcações carregadas de artigos comerciais provenientes da Índia. O direito de importar tecidos da

---

<sup>85</sup> O termo “baneane” deriva do sânscrito vanij, que significa mercador. De igual modo as palavras guzerate vania, marata vani e canaresa banjig, têm o mesmo significado. Na documentação portuguesa, baneane era um termo funcional, operatório. Era um vocábulo que se aplicava a membros de diversas castas de hindus e jainas, que faziam do comércio da banca e da usura as suas principais profissões, da mesma forma que o termo chatim se aplicava ao mercador da Índia meridional e do arquipélago malaio (XAVIER; SANTOS,2007,p.76).

<sup>86</sup> Cidade costeira de Quénia.

Índia para Moçambique foi vendido pela Coroa Portuguesa a um outro monopólio, embora tudo leva a crer que estarem os capitães de Moçambique autorizados a levar tecidos consigo quando chegavam ao seu destino. A viagem anual efectuada da Índia a Moçambique tinha uma contrapartida: a embarcação regressar carregada de marfim. Uma vez em Moçambique, os tecidos eram distribuídos entre as muitas feitorias existentes ao longo da costa ou em direcção ao interior, na margem norte do Zambeze (NEWITT,1995, p.166).

Leite (1996, p.71) ainda refere que a acção mercantil baneane em Moçambique deve ser entendida na época tendo em atenção o quadro global da história Este-Africana no século XVIII. A investigação recente permite afirmar que a presença baneane e de outros asiáticos na Ilha de Moçambique cresceu consideravelmente a partir de 1686. De facto, ainda que uma grande conflitualidade e ambivalência tenham caracterizado a convivência da administração portuguesa com a actuação dos comerciantes de Diu, o capital mercantil baneane iria apoderar-se, em menos de um século, de toda a estrutura económica moçambicana, isto devido a sua presença e conhecimento secular desta região.

Com efeito, o percurso dos baneanes em Moçambique é exemplar: uma vez instalados na Ilha de Moçambique difundem os tecidos de Cambaia, utilizando as rotas costeiras controladas pelos portugueses. Negoceiam em seguida com os entrepostos secundários da colónia, conseguindo arrendar às autoridades portuguesas os portos de Inhambane e Angoxe. O período de passagem às terras firmes, defronte à Ilha de Moçambique, e o alargamento da rede comercial foi contudo, mais demorado. Graças às relações negociais estabelecidas, durante cerca de cinco décadas com os povos suaíli, macua e yao, intervêm activamente no comércio do marfim. Atingem rapidamente a Zambézia e no fim dos anos 1700 penetram em Sofala e em Inhambane (LEITE,1996, p.72). Para melhor percepção da expansão dos indianos em Moçambique, apresenta-se de seguida o mapa 11, onde foram colocadas setas vermelhas indicando a rota de expansão que parte a partir da Ilha de Moçambique.

A afirmação acima demonstra como a presença da diáspora indiana se expandiu no interior de Moçambique através do vale do Zambeze e do rio Búzi como se pode ver pelo mapa 11. Tem-se aqui evidências de como os indianos gozavam de conhecimento de comércio com a população local. De notar que este tipo de interacção é única na história da diáspora de Moçambique.

Mapa 11 - Expansão da Diáspora Indiana em Moçambique



Fonte: Mozambique map cities (2019). Setas colocadas pela autora.

Com se pode observar, a expansão ocorreu mais nas províncias costeiras do que no interior. Esta é uma tendência que é verificada até os dias de hoje. Assim, os indianos espalhados pelo país passaram a controlar o comércio em grande escala como afirma Ferreira (1985, p.628), em que a importância dos tecidos de Guazarate nas trocas por ouro e marfim, cedo os indianos foram consolidando a sua influência na totalidade do intercâmbio comercial. Como grossistas compravam, inclusivamente, mercadorias provenientes dos reinos locais. Agiram também como prestamistas<sup>87</sup>, vindo paulatinamente a apropriar-se dos bens hipotecados por devedores insolventes, no continente fronteiriço: casas, palmares, gados, escravos. Também procuraram arrendar os portos. Por exemplo, Ferreira (1985) indica que logo no início de 1709, o próprio rei

<sup>87</sup> Indivíduo que empresta dinheiro.

pediu informações e ordenou devassa, procedimento e anulação “por ser informado que em grande prejuízo de Moçambique e da fazenda real se arrendou nele o Porto de Inhambane e o de Angoche a um gentio<sup>88</sup> de nome Calcanage Velabo e por preço cada um deles de 11.00 cruzados”.

Um ponto interessante neste contexto da expansão indiana dentro do território moçambicano trazem Xavier e Santos (2007, p.88), sobre os objectivos desta diáspora. Na perspectiva destes autores, a elite mercantil indiana não lhe interessava tomar as rédeas do poder político, em Moçambique. Bastava-lhes respeitar, colaborar ou entrar em conluio com o poder, na esperança de obter ganhos pessoais. Por isso, nesta matéria, nunca causaram verdadeiros problemas as autoridades portuguesas, ao contrário do que sucedeu com os nativos africanos e com árabes. Aos baneanes o poder político só lhes interessa na medida em que ele possa atrapalhar os seus negócios. Tinham uma grande capacidade de persuasão e eram extremamente sensíveis aos jogos do poder e, por essa razão, era importante que os seus interesses juntos das autoridades coloniais fossem convenientemente mediados pelos jesuítas<sup>89</sup>, sem grandes conflitos institucionais. Isto é, em 1758, a elite não queria ser reduzida a meia dúzia de elementos, nem ficar confinada aos limites da Ilha de Moçambique, porque sabia que os seus negócios não se podiam desenvolver se não pudessem contar com umas centenas de caixeiros e mercadores volantes que fossem comerciar por todo o continente africano.

Importa aqui referir sobre a astúcia dos indianos em manter o controlo do comércio a seu favor a partir de acordos com os portugueses como referem Santos e Xavier (2007,p.88), as “representações” do corpo mercantil baneane exprimiram, simultaneamente, os grandes interesses da elite residente na ilha e na Índia e os anseios de toda a comunidade mercantil guzerate que vivia de pequenos expedientes. Este tipo de regime era considerado algo mais do que um império de “sistema colonial”, este era um império de pactos. Neste caso de pequenos pactos. E mais ainda, a elite baneane coexistiu quase sempre de forma pacífica com os jesuítas e, em algumas situações, chegou mesmo a beneficiar da sua cumplicidade activa. Foi, por exemplo, o caso ocorrido em 1723, quando um baneane se refugiou no Colégio de S. Paulo, fugindo das

---

<sup>88</sup> Pessoa que não professa a religião Cristã.

<sup>89</sup> Os jesuítas eram padres que pertenciam à Companhia de Jesus, uma ordem religiosa vinculada à Igreja Católica que tinha como objetivo a pregação do evangelho pelo mundo. Essa ordem religiosa foi criada em 1534 pelo padre Inácio de Loyola e foi oficialmente reconhecida pela Igreja a partir do papa Paulo III em 1540 (SILVA, 2020).

autoridades que o pretendiam prender e arrestar os livros de anotações e de contas da sua casa comercial.

Esta intimidade e a cumplicidade acima mencionada por Xavier e Santos (2007, p.87-88), entre baneanes e jesuítas, tinham fortes raízes económicas, na medida em que estes eram credores de avultadas somas em dinheiro pertencente aos indianos. Essa coexistência também tinha raízes de carácter religioso, na medida em que a religião hindú, ao contrário da muçulmana, não concorria com a católica. Isto é, estas religiões não ofereciam perigo porque não eram prosélicas, não procuravam alargar o seu espaço de influência pela conversão e recrutamento de fiéis. Neste sentido, Portugueses e Indianos acomodaram-se a inevitabilidade de coexistirem o melhor possível. Aqueles precisavam do dinheiro indiano para alimentarem a sua máquina política militar e administrativa. Os baneanes precisavam de uma administração que fosse o mais maleável possível para expandir os seus negócios na costa oriental africana. Pode-se até aqui perceber a sagacidade dos indianos no que tange o controlo do comércio que era o seu principal interesse em Moçambique, e como ver-se-á mais adiante neste capítulo, esta característica mantém-se até aos dias de hoje.

Outro grande factor que contribuiu na expansão da diáspora indiana para o Sul de Moçambique, que foi o desenvolvimento económico da zona de Transval concretamente da colónia de Natal na África do Sul, baseado na agricultura de plantação, nomeadamente de açúcar e do chá fomentada pelo império britânico, a partir da 2ª metade do século XIX. A revolução económica que sucede a descoberta dos diamantes (1867) e do ouro (1868-1884) nesta região, viria a determinar o deslocamento da diáspora indiana para além das fronteiras do Natal, actual província do Estado Sul Africano. Segundo Leite (1997, p. 77), tudo leva a crer que elementos da comunidade hindú passaram legal ou ilegalmente para Moçambique, durante as primeiras décadas do século XX, vindo a desempenhar uma função insubstituível na dinamização do circuito comercial a Sul da Colónia Portuguesa da África Oriental. Para melhor compreender, veja o mapa 12 a seguir, referente a região Austral de África bem como as possessões estrangeiras nesta região:



Como se pode observar pelo mapa 12, a região do Transval apontada pela seta azul, encontra-se bem próximo ao Sul de Moçambique. Desta forma, como afirma Leite (1996, p. 77), estabeleceu-se desde o início um forte vínculo entre os espaços africanos e indianos nas Possessões britânicas. Articulação que, na sua origem, assentou na importação de mão-de-obra Indiana (os “coolies”) como mencionado no segundo capítulo, imprescindível ao trabalho naquelas plantações. O desencadear deste fluxo migratório, que o governo britânico viria a regular durante 50 anos (1860-1911), está na origem da fixação da comunidade Indiana na África do Sul.

Ainda no séc. XIX, após a realização da conferência de Berlim em 1884, dá-se o início da ocupação colonial efectiva e o começo da destruição nefasta da estrutura político-económica dos estados africanos, levada a cabo pelas potências europeias. Portugal sendo um império sem grandes capacidades para cumprir com a ocupação efectiva, decidiu “terceirizar” a gestão do território Moçambicano às outras potências da época, especificamente a britânica, francesa e alemã. Foi nesta senda que mais indianos passaram a vir para Moçambique para trabalhar uma vez que a Índia também estava sendo ocupada pelos Britânicos.

Como consequência do crescimento económico da zona do Transval, em 1887, a capital de Moçambique foi transferida para Lourenço Marques (actual Maputo), e segundo o Instituto Nacional de Estatística (1972), em 1970 a maior parte dos indianos residiam em Maputo com

cerca de 9.140 seguido de Manica e Sofala com 4.579. Assim, a presença da diáspora foi crescendo em todo o país como se pode observar na tabela 9:

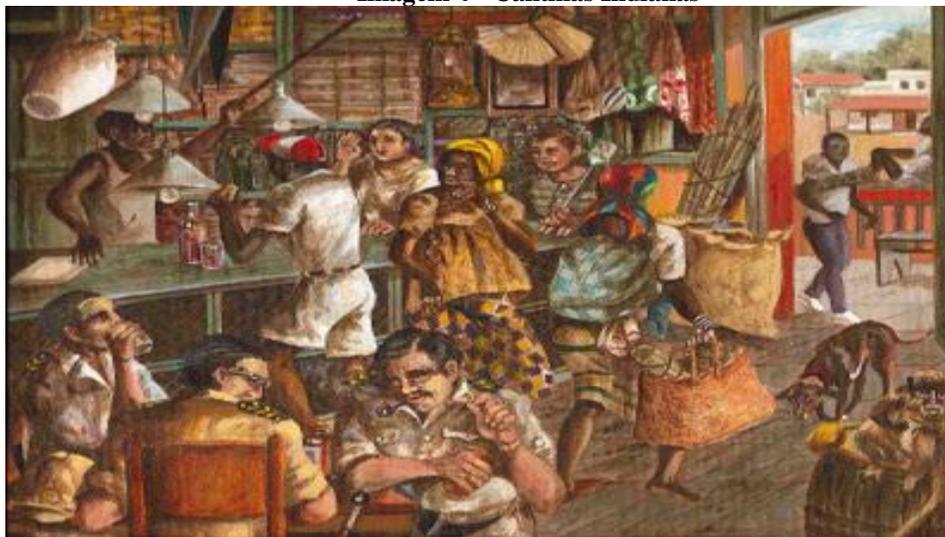
**Tabela 9 - População de Origem indiana em Moçambique**

1928	8475
1935	8304
1940	9147
1945	9700
1950	12630
1955	15235
1960	17241
1970	22531

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística (1972).

Os indianos foram-se estabelecendo ao longo séc. XIX e XX em várias cidades Moçambicanas e algumas no interior das vilas, operavam através de estabelecimentos comerciais denominadas cantinas. A título de exemplo apresenta-se a seguir a imagem 4 que demonstra o interior destes estabelecimentos. Esta imagem mostra de um lado do balcão o empregado (negro) e a proprietária indiana da cantina e, do outro lado os clientes:

**Imagem 4 - Cantinas Indianas**



**Fonte:** Castelo-Branco (2008).

As cantinas vendiam castanhas de caju, amendoim, milho, raízes calumbo, gergelim e cera e algodão dos nativos, em troca de alguns tecidos. O negócio do cantineiro incluía a aquisição e transporte destes variados produtos para as cidades. Os cantineiros comercializavam também capulanas, outros têxteis e alimentos, vinho e outros produtos básicos de uso

doméstico<sup>90</sup> (BASTOS, 2005). O comércio entre Índia e Moçambique colonizada continuaram a um bom ritmo como demonstra claramente a tabela 10:

**Tabela 10 - Comércio Moçambique Colonial e Índia**

Ano	Moeda <sup>91</sup>	Total	Importação	Exportação
1946	Escudos	127.625	69.975	57.650
1950	Escudos	213.032	68.681	144.351
1960	Escudos	203.033	10.966	192.056
1965	Escudos	500.135	17.009	483.126
1972	Escudos	388.135	3.828	384.307

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística (1972).

Entretanto, a redução drástica da importação que se verifica entre os anos 1965-1972 com cerca de 22% nas importações, refere-se o período em que a Índia conquista as suas 3 ilhas nomeadamente Diu, Damão e Goa no ano de 1962, que por sua vez estavam sob jugo português. Esta informação encontra-se mais detalhada no ponto 3.1.6. do presente capítulo. Como forma de retaliação, as entidades portuguesas em Moçambique emitiram uma ordem expulsão de cidadão de nacionalidade indiana o que também influenciou no comércio bilateral entre os dois países. Contudo, a tabela 10 apresenta uma variação percentual positiva do lado Moçambicano tendo uma balança comercial positiva. Isto porque, a Índia não cortou as suas relações com o império português diferentemente deste último. Referir ainda que o ponto mais alto ocorre entre os anos 1960 a 1965 com um crescimento de 146%.

Pode-se até aqui perceber pelas duas tabelas 8 e 9, que a crescente presença e a interacção da diáspora indiana em Moçambique foi expandido seus interesses comerciais ao longo de todo país. Várias famílias foram-se fixando no território Moçambicanos e seus filhos continuavam com os negócios seculares. A diáspora indiana é a única do mundo que conseguiu manter-se em Moçambique desde o período remoto, fazendo com que a sua aceitação pela população nativa fosse de forma natural e não por imposição como foi a portuguesa.

Será importante também lembrar que a Índia é um mosaico cultural e religioso e, a chegada da sua diáspora também trouxe consigo esta variedade para Moçambique. Assim, para melhor percepção da inserção desta diáspora em Moçambique nas sua diferentes vertente, a tese traz de seguida, a estratificação de quatro grupos importantes nomeadamente a comunidade hindú, muçulmana, ismaelita e goesa, que hoje se encontram nos diferentes extratos sociais.

<sup>90</sup> Querosene, vasos, panelas, martelos, pregos, martelos, facas, etc.

<sup>91</sup> Moeda portuguesa usada em Moçambique durante a sua colonização.

### 3.1.1. Presença Hindu<sup>92</sup> em Moçambique

Segundo Bastos e Bastos (2001, p.230) até ao último quartel do século XIX, a migração hindu-gujarati se caracterizava por ser exclusivamente masculina e temporária (onde após algum enriquecimento, os migrantes voltavam as comunidades de partida. Porém, com a penetração do capitalismo na África Oriental, a situação modificou-se. Em Moçambique, abriram-se novas oportunidades comerciais aproveitadas pelos indianos em geral e, pelos hindus em particular, originando um aumento e uma diversificação do fluxo migratório (estendendo-o a outras castas<sup>93</sup> hindús), bem como modificando o padrão masculino e temporário de fixação, vigente nos séculos anteriores.

É importante ressaltar que a tradição hindú reconstruída em Moçambique a partir de finais do século XIX e princípios do século XX não pode ser desligada de um processo migratório mais amplo de populações de origem indiana em direcção ao Leste Africano, resultante do crescimento capitalista, urbano, administrativo, etc., dos protectorados britânicos no Leste africano mas também da ex-colónia portuguesa, bem como das pressões gujaratis para a migração causadas pelas epidemias, secas, problemas cíclicos de desemprego ou de subemprego agravados pelo declínio das indústrias têxteis, etc. (BASTOS; BASTOS,2001,p.197)

Ferreira (1985,p.625) advoga que para a melhor compreensão dos principais aspectos da presença hindu em Moçambique devem ser referidos os seguintes pontos:

- a) existiam entre os Hindus de Damão e Diu, respectivamente, 36 e 25 castas;
- b) os brâmanes de Goa subdividam-se em 5 castas;
- c) os maratas, correspondentes aos ancestrais Kxatrias, constituíam 2 castas e estavam dispensados de muitas obrigações e interdições, devido as suas actividades predominantemente guerreiras;
- d) os *vanias* (correspondentes aos *vaixias* dos tempos védicos) dedicavam-se exclusivamente a actividades económicas, sobretudo, a diversos ramos de comércio, tendo por dever de casta promover a riqueza e emprega-la de maneira virtuosa, não esquecendo dádivas generosas aos templos e aos brâmanes. Em Damão, os *vanis*

<sup>92</sup> Seguidor do Hinduísmo que por sua vez é a religião oficial da Índia e uma das mais antigas tradições religiosas que se encontra registro histórico.

<sup>93</sup> Sistema de estratificação social na Índia e, de carácter hereditário. A mudança de classe não é possível.

(vulgo “baneanes”) distinguíam-se pela sua riqueza e compreendiam 4 castas que podiam “comer em ninha”, mas não se entrecruzavam. Os baneanes de Diu, elegiam um representante junto da autoridade civil denominado o *Nagarseth*; eram os mais ortodoxos de todos os hindus. No Guzarate, chamava-se *Mahajan*<sup>94</sup> (daí o aporuguesado “Mazanes”) que ali significava “órgão representativo de um grupo dedicado a mesma actividade comercial, o qual, transcendendo a filiação na casta, deliberava sobre preços, adjudicações, representação externa, etc.

- e) entre as 17 castas de sudras de Goa, contavam-se as bailadeiras do templo, as *calavandas*. Eram as únicas mulheres hindus que gozavam relativa liberdade, vivendo em Mancebias formalizadas por intermédio dos próprios parentes, com beneplácito e benefício do tempo, de quem recebiam habitação e terras de cultivo. Sendo os europeus desprovidos de casta e tresandando impurezas, apenas as mais desprezíveis dentre elas os aceitavam como parceiros amorosos. Mesmo os de alta linhagem e providos em cargos elevados eram designados por *pakles*, os que não sabem, os que não conhecem, cuja qualidade humana chegava a ser objecto de duvida;
- f) as castas agrupavam-se ou isolavam-se, em termos residenciais, não só por razões de pureza ou impureza mas também pelo género de vida a que se encontravam obrigados;
- g) o ambiente familiar e o sistema educativo eram extremamente opressivos e condicionavam o Hindú a desenvolver comportamentos conformistas de cortesia, humildade, subserviência e é claro bastante dissimulação.

Por sua vez Leite (1996, p.70), evidencia três grandes momentos da progressão de instalação Hindú na Ilha de Moçambique, assinalado do início ao fim do século XVIII:

- a) as primeiras décadas do século XVIII, de 1701 a 1722, foram caracterizadas pelo início da expansão comercial e pelo domínio dos circuitos costeiros;
- b) a passagem ao Continente e o relacionamento comercial com os povos Macua e Yao<sup>95</sup> processou-se mais lentamente entre 1723 e 1770;

---

<sup>94</sup> Actualmente em Moçambique existem várias famílias negras com apelido deste nome.

<sup>95</sup> Povo que se encontra no nas províncias do Norte de Moçambique, entre Nampula e Niassa.

- c) uma vez consolidado o seu capital mercantil, a década de 1770 veria chegar estes indianos aos rios de Cuama, dando assim por terminada a expansão hindú na África Oriental portuguesa (1771 a 1777).

E, como resultado desta presença hindú no Norte de Moçambique, principalmente na Ilha de Moçambique, foi construído por volta do Séc. XV o primeiro *Mandir*<sup>96</sup> como se pode observar na imagem 5 seguinte.

**Imagem 5 - Primeiro Templo Hindu em Moçambique**



**Fonte:** First... (2017).

Como visto antes, o desenvolvimento da região do Transval e do processo da colonização, resulta na fixação massiva de hindús em Lourenço Marques actual Maputo. Zamparoni (2000, p.197) refere que a presença hindú no Sul de Moçambique deu-se por duas vias: a primeira como uma extensão para sul, dos interesses mercantis estabelecidos na costa norte desde há séculos, e a segunda, e numericamente mais importante, estão associadas à articulação da região sul à economia das colónias britânicas e boers<sup>97</sup> vizinhas. Assim, a partir de 1860, milhares de trabalhadores foram recrutados mais ou menos compulsoriamente na Índia, para servirem nas plantações de cana do Natal, província também sob domínio britânico. Findo o

<sup>96</sup> Palavra em Hindi (língua oficial da Índia) que significa templo.

<sup>97</sup> Pessoa que descende dos primitivos colonos holandeses da África do Sul.

contratos, poucos voltaram para o território de origem, tornando-se criados domésticos, comerciantes ou empregando-se nos caminhos-de-ferro e obras públicas.

Bastos e Bastos (2001, p.198), referem que no princípio do século XX, 80 % dos trinta e cinco mil indianos residentes nas colónias britânicas eram gujaratis, três quartos dos quais hindus, de castas (sobretudo *vania*, *bhatia*, *lohana* e *patidar*) com tradições comerciais anteriores, reactualizadas nas novas sociedades de inserção (Uganda, Quênia, Tanzânia, Zanzibar, etc.), também em Moçambique, embora em muito menor número, os hindus-gujaratis aproveitavam as novas oportunidades comerciais.

Como resultado da expansão para o Sul de Moçambique, foi a construído em 1908 na vila de Salamanga, província de Maputo, o famoso Templo de Lord Rama<sup>98</sup> que tem mais de 100 anos de existência. Outro exemplo foi a construção do primeiro templo de Lord Krishna na cidade de Maputo. Com o aumento do número de trabalhadores indianos que passaram a residir na cidade de Maputo, foi construída a sede da comunidade Hindú na cidade de Maputo como se pode ver na imagem 6 seguinte:

**Imagem 6 - Sede da Comunidade Hindú em Maputo**



**Fonte:** Elaboração Própria.

A ideia desta construção surgiu em 1932 pelos hindus de classe trabalhadora que por sua vez criaram a Associação dos Trabalhadores Hindus “*Bharat Samaj*”<sup>99</sup> e, esta obra foi

<sup>98</sup> O Templo se notabilizou durante as cheias de 2000 onde o mesmo “milagrosamente” não foi afectado apesar de se localizar próximo a um rio.

<sup>99</sup> Em língua Gujrati significa comunidade da Índia

inaugurada em 1938. Popularmente, esta associação é conhecida por *Bharat Samaj Ved Mandir*<sup>100</sup>. Esta instituição, juridicamente passou a denominar-se Associação Luso-Ariana de Maputo a partir de 1968. Depois da independência de Moçambique, passou a denominar-se em 1977, Clube de Desportos da Umbila, e actualmente Comunidade Hindú de Maputo (House of Maputo, 2015).

Actualmente, a comunidade hindú encontra-se muito bem estabelecida em várias cidades capitais do país e celebram as suas datas festivas nesta comunidade. Em quase todas as províncias capitais do país existe um templo ou mais. A sua inserção na sociedade local é vista de uma forma natural.

### 3.1.2 A Presença dos Maometanos ou Mouros

A presença das comunidades muçulmanas da Índia são mencionadas desde os séculos VII e VIII da Era Cristã pelo autor Pires (2008). Este autor afirma que as origens do Islão em Moçambique é fruto do comércio praticado por árabes vindos da região do Golfo Pérsico, bem como de outros comerciantes e pescadores vindos do sub-continente indiano. Ainda segundo este autor, a actual Província de Sofala era o local mais a Sul do Oceano Índico onde os muçulmanos tinham chegado e se tinham estabelecido exclusiva e estrategicamente na orla costeira com o objectivo de escoar os produtos que vinham do interior. A costa moçambicana enquadrava-se, complementava, bem como dependia das rotas comerciais de Zanzibar e das Ilhas Comores.

As comunidades asiáticas sunitas<sup>101</sup> residentes em Moçambique são fundamentalmente originárias da Província do Gujarat, na Índia. Entre estas destacam-se os Surtis, originários do Distrito de Surat, os Kananias, originários do Distrito de Bharuch e os Memons, habitualmente considerados como pertencentes a Kathiawar, a Península que se situa entre os Golfos de Kachchh e de Khambhat, (PIRES, 2008, p.19). Por outro lado, Ferreira, (1985,p.633), diz que o predomínio dos mercadores de Cambaia no comércio no Oceano Índico, esteve associado à

---

<sup>100</sup> O nome foi dado em virtude de um dos salões ser considerado como *Ved Mandir* onde se realizavam *Havan-Védico* (cerimónia auspiciosa na religião hindu).

<sup>101</sup> Sunitas são os povos seguidores do Islamismo, conhecidos como “Povo do Suna e da Coletividade”. O nome deriva do fato de afirmarem seguir o “Suna”, ou “Caminho Percorrido” (nome dado às palavras e atos de Maomé e seus primeiros seguidores), e também por afirmarem seguir os caminhos da coletividade de muçulmanos (SUNITAS, 2019).

fundação do sultanato de Guazarate em 1392, sultanato que veio atingir o apogeu do seu poderio nos fins do século XV, sob a égide de Mahamud I.

Portanto, a presença da diáspora indiana muçulmana encontrava-se ao longo da costa Moçambicana principalmente desde o Centro a região Norte do país e tinham o comércio como a sua principal base de vida. Como resultado desta presença, em várias obras são mencionadas os reinos afro-islâmicos, como são disso exemplo os Xeicados de Quitangonha, Sancul, Sangage, Tungue e o Sultanato de Angoche.

Ferreira (1985,p.634) aponta para a discriminação que os maometanos ou muçulmanos sofriam na sua menção sobre as actividades clandestinas exercidas pelas tripulações está na base da determinação (publicada em 1720, mas de impossível aplicação prática) que proibia os “mouros” de serem admitidos como comandantes, pilotos e mesmo marinheiros nas embarcações que partiam das possessões portuguesas da Índia com destino a Moçambique. Sete anos depois foram, também em teoria, proibidos de comerciar com o interior e de possuir escravos. Sendo assim, os maometanos vieram a revoltar-se abertamente com o apoio de alguns régulos Bitongas<sup>102</sup> e conseguiram manter a vila cercada durante largos meses; apenas puderam ser dominados graças a esforços partidos da Ilha de Moçambique rebelião, cujo carácter colectivo, rácico, religioso, social e económico convém acentuar, envolveu, por conseguinte, uma classe de pequenos proprietários maometanos (em termos marxistas dir-se-ia “burgueses”), com forte implantação na zona rural e relações familiares com os chefes tradicionais que procuravam manter a sua individualidade e os seus relativos privilégios.

Uma vez que a religião islâmica permite a conversão aliada a presença indianos muçulmana em Moçambique, resultou na conversão de uma grande parte da população do Norte de Moçambique para religião islâmica e outros também na região centro e sul. A imagem 7 apresenta a sede da comunidade muçulmana, localizada na cidade de Maputo que inclui escola primária e secundária, salão de casamento e mesquita.

---

<sup>102</sup> População nativa da província de Inhambane.

**Imagem 7 - Comunidade Muçulmana de Moçambique**



**Fonte:** Comunidade Muçulmana (COMUNIDADE MAHOMETANA, 2019).

A expansão da comunidade islâmica também seguiu o rumo para o sul de Moçambique com o desenvolvimento da região Transval. Actualmente a religião islâmica é a segunda mais professada em Moçambique seguida do cristianismo. A maior parte da comunidade encontra-se espalhada ao longo da zona costeira do país bem como no seu interior. Diferente da comunidade hindu, os muçulmanos estão presentes na elite política de Moçambique.

### **3.1.3 Presença Ismaelita em Moçambique**

Também conhecidos como Khojas, povo que emigrou da antiga Pérsia para a região do Gujrat e, que mais tarde viria a Moçambique por volta dos anos 1890 devido a intensa seca e fome na Índia. Na perspectiva de Ferreira (1985, p.636), distinto dos maometanos, é a comunidade islâmica que reconhecia Aga Khan<sup>103</sup>, descendente do profeta, como seu inspirador e chefe espiritual. Alguns citam-nos como formando uma das castas de maomentanos de Diu e Damão. Estima-se que em 1945 o seu número em cerca de 200, dispersos por todo o Norte de Moçambique. Este povo dispunha de mesquita, escola e cemitério Na Ilha de Moçambique.

Os pioneiros chegaram por volta de 1890 e o essencial dos migrantes, entre 1910 e 1920. Entretanto esta migração se estabiliza em 1930 momento em que presença Ismail a Norte era de

---

<sup>103</sup> Líder espiritual dos ismaelitas, braço islâmico dos xiitas.

cerca de 1.000 indivíduos e 500, a Sul da colónia. Na região setentrional, entre os rios Ligonha e Lúrio, instalam-se quer na vilas do litoral, Angoche, Ilha de Moçambique, e Nacala, quer nas povoações situadas mais a interior do país Macua, como em Nampula, seguindo a linha de caminho de Ferro, que a partir dos anos 1950 ligaria o Porto de Nacala as terras do Niassa, ou onde a acessibilidade era assegurada pela rede rodoviária. Quanto a zona meridional do território, os súbditos de Aga Khan estabelecem-se a Sul do rio Save, sobretudo em Inhambane e meio rural circundante, e também na capital da Colónia. Entre estes dois polos, actuam quer nas margens do Índico quer nas áreas mais próximas da fronteira sul-africana (LEITE; KHOURI, 2011, p.5).

Nos anuários estatísticos do período colonial é difícil encontrar uma distinção entre xiitas e sunitas. Na maioria dos casos, os dados apresentam referência geral incluindo ambos sub-grupos numa única religião, o Islão. Daí, muitos dados sobre sunitas provavelmente foram absorvidas na presença islâmica em Moçambique como se pode observar na tabela 11 abaixo:

**Tabela 11 - População Indiana em Lourenço Marques**

<b>Nacionalidade</b>	<b>1894</b>	<b>1928</b>
Europeus	591	8.988
Indianos	226	3.010
Indo britânicos	136	1.342
Indo portugueses	90	1.668

**Fonte:** Leite e Khouri (2011, p.13).

A diferença entre as populações era feita em termos nacionalidades e cor de pele e não olhando para a religião professada. A tabela ainda ajuda demonstrar o aumento substancial da raça indiana no Sul de Moçambique em menos de 40 anos devido ao desenvolvimento do comércio no Transval. Como resultado desta emigração ismaelita do Norte para o Sul de Moçambique, foi contruída em 1941 *Jamatkhana* (mesquita dos khojas) a sede da comunidade ismaelita em Maputo, como se pode observar na imagem 8:

**Imagem 8 - Sede da Comunidade Ismaelita em Moçambique**



**Fonte:** Elaboração própria.

É importante ainda destacar que segundo Rebelo (1961, p. 86-87), os hindús não se casavam e nem se associavam ou conviviam com maometanos sunitas, por quem eram considerados já nascidos em Moçambique. Muitas das vezes as mulheres dos imigrantes ficavam na Índia e só chamadas mais tarde com seus filhos para se juntar a família. Nos casos de filhos nascidos em Moçambique, é por norma envia-los a Índia para procurarem seus parceiros de acordo com a sua religião e/ou casta (no caso de hindus).

Esta prática ainda é comum nos dias de hoje. Muitas famílias indianas ainda recorrem a sua terra mãe a procura de noivo/a. A comunidade ismaelita é uma das mais bem-sucedidas em termos financeiros. Esta comunidade controla actualmente o sector de importação e exportação em Moçambique.

### **3.1.4 Presença Goesa em Moçambique**

Os Goeses são populações de origem indiana provenientes da ilha de Goa. Esta ilha esteve sob o jugo colonial português desde 1505 até o ano de 1961 altura da expulsão da colonização pela Índia. A presença colonial influenciou na forma de ser e estar do seu povo principalmente na conversão do povo ao Cristianismo. Goa tem uma ligação histórica com Moçambique como visto anteriormente o que permitiu o estabelecimento de goeses neste país

como afirma Maciel (2018), dizendo que várias comunidades fixaram-se e nativizaram-se no país, dando origem a fenómenos de mestiçagem biológica, cultural e, quiçá, linguística.

Ainda durante o período colonial, segundo Passos (2018), Moçambique era uma das rotas preferenciais para a emigração de goeses, o que não só explica traços da actual sociedade moçambicana, como também ilustra uma rota de deslocação de pessoas e bens através do Oceano Índico, mapeando iniciativas locais que tiravam partido das rotas comerciais existentes. Por sua vez, Malheiros (2000, p. 384), diz que os goeses se disseminaram, no decorrer de várias épocas, pelos cinco continentes, existindo mesmo testemunhos de deslocações e migrações de goeses, pelo menos a partir do século XVI, nomeadamente de “missionários goeses”. Durante esses percursos migratórios, muitos goeses deslocaram-se de Goa para Moçambique, fixando-se em distintas zonas deste país, sobretudo nas cidades da Beira e em Maputo.

Também, ao longo da costa moçambicana, vieram a se estabelecer, a partir de Goa, os artesãos navais que estavam encarregues da reparação das naves da Carreira das Índias. Terá sido este, o ponto de partida para o surgimento da comunidade de pescadores goeses da Catembe, que com o fim da dita Carreira das Índias, soube abraçar um novo ramo de actividade (229 COMUNIDADE..., 2019).

Portanto, pode se perceber como a colonização teve um papel relevante na disseminação do povo goês no território Moçambicano. E, com o desenvolvimento da região do Transval como visto anteriormente, trouxe outra onda de expansão de goeses para o Sul de Moçambique. Actualmente, uma grande parte desta população reside no Distrito de Catembe, Província de Maputo.

O bairro da Catembe onde residem os goeses denomina-se Guachene e, em termos de organização habitacional apresenta duas zonas distintas: uma zona de moradias robustas, feitas com materiais resistentes e duradouros (tais como o tijolo, a telha e o cimento) e uma outra zona com construções precárias e frágeis (com a utilização de materiais como o zinco, chapa ou madeira). A escolha da Catembe, como espaço de residência para os goeses decorre fundamentalmente do perfil profissional dos próprios goeses. De facto, as condições de excelência para a pesca, nomeadamente, a pesca do camarão, apresentadas pela Catembe foram decisivas para que a comunidade se centrasse nessa região e crescesse a partir de um corredor migratório com base nas relações de amizade e/ou familiares (CASTRO,2012,p.314).

Os moradores goeses da Catembe dedicam-se maioritariamente a pesca semi- artesanal do camarão. As cerca de 45 famílias goesas que compartilham o quotidiano com as outras populações moçambicanas estabelecem com elas relações comerciais, ou mesmo de recurso a mão-de-obra para a manutenção dos barcos de pesca de que são proprietários. O bairro Guachene, no qual residem, é um lugar originalmente sem planeamento urbano, fruto de construções mais ou menos desordenadas da iniciativa dos próprios moradores. Inicialmente constituído por habitações edificadas com materiais precários como o zinco, a chapa ou a madeira, a gradual melhoria da situação económica proporcionada pela pesca modificou a paisagem urbana. Actualmente, esta zona apresenta construções de carácter definitivo e robusto como casas de tijolo, cimento e telha (229 COMUNIDADE..., 2019).

Na verdade, os goeses que residem na Catembe tem revelado uma capacidade de organização que de alguma forma os distingue dos goeses que residem na capital proporcionando quer no interior do seu grupo quer na relação com outros, a possibilidade de se agregarem enquanto comunidade e assim diluírem as diferenças sociais que os distinguem. É igualmente frequente a presença de alguns representantes da comunidade goesa residente em Maputo, provenientes de um mundo social diferente do que se instalou na Catembe – como acima referido – que em momentos festivos se deslocam a Catembe e participam na preparação e na organização de diferentes eventos (CASTRO,2012, p.317-318).

Assim, pode-se perceber que houve condições climáticas e geográficas que influenciaram na fixação da comunidade goesa nesta região de Maputo e sua prospeção na economia local. Castro (2012, p.323) refere também que de alguma forma pode constituir motivo de reflexão é que, apesar da comunidade goesa da Catembe exibir distintos comportamentos sociais miméticos em relação aos portugueses e em relação aos goeses que ficaram em Goa, tem como principal objectivo demarcar efectivamente a sua goanidade. Como resultado de 500 anos da presença portuguesa em Goa, também é certo que o espaço de *unicidade*, reclamado pelos goeses, através por exemplo dos cânticos em concani, nos momentos da Festa de São Pedro, representam a demarcação do período de colonização.

Um marco importante desta comunidade, é a realização todos os anos, a 29 de Junho, as Festas de São Pedro, padroeiro dos pescadores, que incluem uma procissão marítima e uma matança do porco. Realiza-se também uma festa com música e uma Missa bilingue, em concani

e português. Esta é uma festa em que a comunidade reata e reafirma as suas fortes ligações ancestrais á Índia (229 COMUNIDADE..., 2019).

Chegado aqui, pode-se perceber que Moçambique passou a hospedar uma parte do mosaico cultural e religioso da diáspora indiana em todo o seu território. Esta particularidade da diáspora indiana leva a afirmar nesta tese que a diáspora indiana é a única que conseguiu vincar diversas adversidades do tempo e permaneceu deixando o seu legado para sempre na memória deste país. É importante mencionar que estas comunidades foram se estabelecendo de forma natural e não através de guerras e destruição de estados ou impérios já existentes em Moçambique como fizeram os portugueses. Assim, para perceber mais sobre a influência na cultura e na história política de Moçambique, traz-se de seguida itens que demonstram o papel da diáspora na dimensão política e cultural.

### **3.1.5 Ligação Cultural entre Índia e Moçambique**

De acordo com Borges e Feldmann (1997,p.118), Goa, Damão e Diu serviam de centros dentro do mundo colonial português, criando centro de formação e modelos de civilização. Apesar da grande facilidade da aculturação dos Indianos e da integração nas sociedades e culturas Africanas, eles nunca deixaram a sua superioridade sócio-económica e cultural. Independentemente da religião e do *status* político dado a Índia por Portugal, os Indianos sempre tiveram que defender o seu comércio no contexto africano e definiram-se antes da cultura africana nativa.

De facto, a ligação com as culturas e detentores de poder nos países africanos era relativo, a superioridade socio-económica dos Indianos, nunca foi colocada em questão. Os países africanos eram uma terra de riqueza e comércio, o centro vital era a Índia. A presença do Vice-Rei em Goa e o monopólio do mercado Indo-africano pela Índia, marcou a relativa independência antes de Portugal, que optou em muitas tentativas por um mercado livre, observando um importante êxodo de Europeus de Moçambique e da Zambézia, os dois centros comerciais portugueses na África Oriental (BORGES; FELDMANN,1997,p.119).

Apesar de várias tentativas observou-se que Portugal nunca conseguiu estabelecer um mercado em Moçambique, e na realidade existiu uma contínua incontestável dependência do Este de África na Índia, tanto quanto nas relações comerciais como na efectiva presença indiana

nos estados africanos, (BORGES; FELDMANN, 1997, p.120). Até aos dias de hoje, o papel dos Indianos em Moçambique é central, sob o ponto de vista da implantação e a presença real e mais efectiva do que a Portuguesa. As relações históricas-seculares entre Índia e Moçambique podem ajudar a perceber a dificuldade que Portugal teve em dominar o mercado. O envolvimento da cultura indiana na língua e na gastronomia demonstra a aceitação da presença indiana em relação a portuguesa que ainda era nova na história.

Os indianos mesmo com a presença portuguesa continuavam a ter espaço de interacção cultural com os locais. Importa aqui mencionar que a cultura portuguesa foi imposta aos locais através do processo de assimilação<sup>104</sup>. A colonização portuguesa instaurou um sistema discriminatório em que os negros viviam em condições precárias no seu próprio país e poucos tinham acesso ao sistema de educação. Este tipo de privilégio era somente dado ao negro que aceitava assimilar-se, isto é, falando a língua portuguesa e vestir como eles. Portanto, percebe-se que a aculturação foi imposta aos moçambicanos pelo sistema colonial português ao contrário dos indianos.

Um exemplo da herança cultural indiana é o uso da capulana predominante em todo o Moçambique. A capulana é um tecido que era usado para trocas comerciais com os indianos e árabes que com o tempo foi se incorporando na indumentária diária. Assim, este tecido, ou melhor a capulana, tornou-se um elemento fundamental na cultura Moçambicana. Até hoje, grande parte das capulanas são desenhadas e fabricadas na Índia. A capulana como se pode observar nas imagens 6 e 7 abaixo, é um pano estampado que, tradicionalmente, é usado pelas mulheres para delinear o corpo. É usado essencialmente como saia, mas pode também cobrir o tronco e a cabeça como se observa na imagem 9 (CAPULANA, 2019):

---

<sup>104</sup> Negros que passavam a ter hábitos e costumes portugueses que lhes permitia ter acesso a educação e propriedades.

Imagem 9-Capulana



Fonte: Santos (2019).

Imagem 10 - Mulheres Com Capulana



A capulana não serve apenas como indumentária mas também em diversas ocasiões tais como casamentos, velório, recepções festivas, cerimónias oficiais, para carregar os bebês (imagem 9) – uma capulana especial chamada *ntehe*, para cobrir o defunto, para decorar a casa, para carregar doentes, para cobrir o corpo. É usada por ambos os sexos, sendo, porém, a mulher que lhe dá mais destaque (COTRIM, 2009).

Um ponto importante a mencionar é que a cultura portuguesa foi imposta maioritariamente nas urbes com o processo de assimilação, que obrigou aos negros a adoptarem hábitos e costumes da cultura portuguesa. Enquanto a influência da cultura indiana não foi imposta e encontra-se impregnada da costa até ao interior do país.

Desta forma, pode-se concluir que a presença secular dos indianos em Moçambique e a tradição comercial influenciou a cultura moçambicana de uma forma natural como se pode observar no próximo sub-capítulo, diferentemente do português que foi grandemente por força e pela via do sistema de assimilação. Apesar da prevalência da colonização portuguesa, o contacto com a cultura indiana ainda se faz sentir na língua e nos hábitos alimentares da sociedade Moçambicana. A influência indiana está patente nos hábitos alimentares cotidianos de Moçambicanos, tais como as *chamussas*<sup>105</sup>, *chacuti*<sup>106</sup>, *achár*<sup>107</sup>, *piri-piri* (pimenta malagueta), *bajia* (FIGUEIREDO, 2015), e outros temperos são bastante usados nos pratos moçambicanos.

<sup>105</sup> Carne ou vegetais envolvidos numa massa para fritar.

<sup>106</sup> Prato feito a base de carne de pato.

<sup>107</sup> Conserva feita a base de manga verde.

Um dos exemplos mais marcantes é o frango assado com piri-piri que hoje é comercializado na cadeia de loja alimentar chamada *Nandos*.

### 3.1.5.1 Influência Indiana nas línguas moçambicanas

A influência da cultura indiana como demonstrado anteriormente foi ainda mais profunda em relação a qualquer outra cultura como se pode observar pela afirmação do Grilo (1958, p.185), onde aponta que em 1.125, os Indianos e os Zendj, aparentados aos Abexins, viviam em conjunto em Sena. A abundância de palavras de origem indiana através do vale do Zambeze (vide o mapa 11) permite-nos admitir uma outra migração do Sudeste da Ásia.

Como foi observado anteriormente, a presença secular indiana em Moçambique não limitou-se apenas nas trocas comerciais e construção dos templos. A influência indiana na cultura Moçambicana persiste ainda hoje como demonstra Grilo (1958,p.186-187):

Existem fortes motivos para associar este facto com a palavra *hindu* <<Yoni>>, os símbolo sagrado dos adoradores <<Siva>>, ainda porque um dos símbolos sagrados dos <<tinhangas>> ou feiticeiros do Sul do Save, o <<shianje>>(ronga) e <<siYony>>(Chope) é precisamente o mesmo cilindro à volta do qual se encontra uma serpente em cima uma ave de rapina...existem palavras de origem Drávida, sendo <<bulo>> em Kanarésio (uma língua drávida) a palavra correspondente. Existem muitas palavras desta origem nas línguas Bantu e também nos dialectos nativos falados em Moçambique. Entre os Varonga, o símbolo fálico estava ainda a ser usado, há dois anos, pelo feiticeiro da tribo Xerinda, o <<Yoni>> ou <<shianje>> em Ronga é hoje apenas um artigo comercial tendo já perdido por completo o seu simbolismo religioso. <<Panchia>> em Hindu, <<Pancha >> em Concani, quer dizer orar. <<Puja>> entre os <<Rugveda>> é ainda hoje o nome dado na Índia à cerimónia do vestimento do ídolo; <<asha>> ou <<rita>> significa verdade (GRILO,1958,p.186-187).

Uma das características da religião hindu é a não conversão diferentemente da religião islâmica que teve muitos aderentes uma vez que permite a conversão. Contudo, existe semelhanças que podem ser apontadas na profecia da religião tradicional africana e hindú como a veneração das árvores e rios bem como o sol. Existem também rituais semelhantes após as festividades do casamento como a oferta de uma mala de madeira com os pertences da noiva na tradição moçambicana que também ocorre na Índia após o casamento pela entrega de um armário com os pertences da noiva. Grilo (1958,p.187) refere ainda:

[...] que para celebrarem cerimónias, usam palavras como <<Milhalhe>>,<<Mipalhe>> ou <<Mipashelo>> que é o <<lugar sagrado>> que

consiste de uma plataforma exterior onde são postas todas as oferendas de comidas e bebidas para o <<tinguluve>> (almas dos seus antepassados) e também para o <<nkankwabe>> ou <<psikwembo>> (o espírito que toma posse do celebrante). Ngunga é uma palavra hindu que significa <<O sagrado>>. O mesmo <<nganga>> pode ter o seu <<Mipashelo>> exterior que consiste de uma plataforma ou cercadura e o seu <<Mipashelo>> interior, que é então formado por uma plataforma <<dipandje>>(ronga), <<dipande>> (chope), <<lipanda>> (ndau),<<dipanje>> (shiyoka), com um pau que ramifica em três ramos, o <<shipandje>>(ronga),<<shipandze>>ou<<shihandze>> (Tswa), <<Njanja>> (Ndau), sobre os quais estão panos, fios com missangas, peles de leopardos e de cobras, conforme a inspiração e disponibilidade do <<nganga>> pois são os únicos a possuir estes altares (GRILO, 1958,p.187).

A inserção cultural é bastante importante para o aprofundamento das relações entre estados pois, os laços culturais ajudam na promoção das relações bilaterais entre Moçambique e Índia e construção de uma base duradoura e estratégica. A partilha de história secular e a existência da diáspora indiana em Moçambique, aliada ao factor da miscigenação entre indianos e Moçambicanos, torna cada vez mais fácil a cooperação com a Índia.

### 3.1.6 Expulsão dos Indianos

A expansão europeia deu início a ruptura das relações seculares entre a Índia e Moçambique. Esta situação veio a piorar com o processo da colonização portuguesa principalmente durante a ditadura Salazarista.

A presença dos indianos em Moçambique teve momentos turbulentos com a sua conquista de Goa, Diu e Damão pela Índia em 1961. Estas três ilhas estavam sob jugo colonial português desde o séc. XV. Assim, depois da sua independência em 1947, as tropas da República da Índia entraram em Goa e puseram termo à administração portuguesa naquele território. Este factor mudou a vida de milhares de indianos em Moçambique, que perderam casas, lojas e outras propriedades, estiveram meses em campos de concentração e foram recambiados para a Índia onde a maioria nunca tinha estado (AGÊNCIA LUSA, 2011).

Nesta senda, Portugal requisita apoio aos quatro países da OTAN presentes no Conselho de Segurança - EUA, Reino Unido, França e Turquia- onde apresentaram um projecto de resolução alegando a violação da alínea 4 do artigo 2º da Carta das Nações Unidas, exigindo o imediato cessar-fogo e retirada das forças da Índia. Sendo assim, a resposta não tardou por parte dos EUA, como afirma Moço (2012, p.57), onde o seu embaixador dos EUA na ONU, Adlai E. Stevenson, tratou de condenar a intervenção militar indiana no Conselho de Segurança. Porém, a

decisão da ONU ficou somente na condenação pois, a resolução que exigia a retirada das tropas indianas, foi vetada pela URSS.

Assim, sem o apoio da ONU, como represália pela conquista da Índia, Portugal ordenou a detenção dos cidadãos de nacionalidade indiana que se encontravam nos territórios por si ocupados. Cinco indianos foram presos em Lisboa e internados no forte de Caxias. No Ultramar<sup>108</sup>, foram presos 56 em Macau, sete em São Tomé e Príncipe e um em Angola. Em Moçambique, província onde existia uma importante colónia de indianos, 2.274 indivíduos foram internados em campos de concentração localizados em Lourenço Marques, Zambézia e Gaza. Foram-lhes ainda congelados os bens e as casas comerciais que possuíam encerradas, (MOÇO, 2012, p.56). Por sua vez, Bastos (2005) apresenta a seguinte informação:

Dated shortly after the invasion of Goa, Daman and Diu, a statement attributed to the Portuguese Foreign Office, gives the true reason behind the detention of Indians of Indian nationality in Mozambique – unofficially estimated to be about 12,000. Namely, the fact that Portugal planned to free them “in exchange for the liberation and repatriation of approximately 3,200 Portuguese captured in Goa by Indian occupying forces (BASTOS, 2005)

Em todo caso, os dados reais serão difíceis de encontrar mas a expulsão de indianos afectou mais os cidadãos que detinham a nacionalidade indiana. Com efeito, o congelamento de bens e das casas comerciais foi efectivado através da publicação do decreto nº 44416 do Ministério do Ultramar, que inseria disposições legislativas destinadas em definitiva a situação dos súbditos da União Indiana nas províncias ultramarinas portuguesas e os seus bens ali existentes como apresenta o Diário do Governo português em 1962:

Artigo 1

A partir da entrada em vigor deste diploma caducam as autorizações de residência concedidas a súbditos da União Indiana nas províncias ultramarinas portuguesas [...]

Artigo 2

Para efeitos deste diploma não gozam da cidadania portuguesa os filhos dos pais de nacionalidade indiana nascidos em território português; [...]

Artigo 4

Serão liquidadas todos os bens mobiliários e imobiliários pertencentes as pessoas singulares ou colectivas referidas no parágrafo I, do artigo 2º e no artigo 3º deste diploma existentes ou situados nas províncias ultramarinas portuguesas.

---

<sup>108</sup> Com a subida ao poder do Salazar, as colónias portuguesas passaram a chamar-se territórios do ultramar, isto é, extensão de Portugal além mar.

Apesar da ordem de expulsão dos cidadãos que detinham a nacionalidade indiana do decreto nº 44416, muitos cidadãos muçulmanos optaram por trocar a sua cidadania para nacionalidade paquistanesa e outros mantiveram a cidadania Britânica. Em relação a comunidade ismaelita, estes tinham a protecção do governo colonial português pois, o seu líder Aga Khan havia negociado a sua presença em Moçambique. É importante ainda mencionar que algumas famílias elites de nacionalidade indiana foram também poupadas da expulsão devido a sua ligação com os líderes colonos (BASTOS, 2005).

A presença da diáspora indiana no território moçambicano sempre foi um calcanhar de Aquiles para o império português que sempre tentou resistir a sua expansão depois da ocupação efectiva por parte de Portugal. A título de exemplo aparenta-se a publicação no Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique (1932, p.136) que diz o seguinte:

Para os portugueses, a imigração de uma raça inferior, inassimilável etnicamente e irreductível à nossa civilização e mentalidade, é mais do que um inconveniente para a formação do povo novo, que será, num futuro próximo, o povo de Moçambique. Por razões de ordem económica e por razões de ordem política, procuram os países de imigração estabelecer uma selecção entre os indivíduos que se apresentam a reclamar entrada no seu território, selecção que vai desde a verificação da existência, no imigrante, de um certo número de condições estabelecidas, até à simples proibição de entrar e à expulsão do território nacional. O imigrante assim é o indesejável.

No que diz respeito à imigração indo-britânica, o Boletim (1932, p.136-137) ainda dizia que “estes imigrantes são elementos de perturbação na vida nacional. Difícil se torna o progresso desta terra, criando e fomentando riqueza, sem que se estabeleçam colonos de fixação. Mas, os colonos europeus jamais se poderão fixar em concorrência com os indo-britânicos. O comércio tem sido, e continuará por muitos anos a ser, o meio mais fácil de se estabelecer a colonização em África. Este imigrante é, pois um elemento de perturbação do trabalho e da inferiorização da vida nacional. Por este facto é legítimo e justo o seu afastamento”.

Percebe-se assim que os portugueses usaram o pretexto da conquista indiana para aproveitar expulsar os indianos de Moçambique e tomar de vez o controle desta sua colónia. Contudo, é importante referir que a tomada da Diu, Damão e Goa por parte da Índia marca o início da derrota da colonização portuguesa, que mais tarde se repercutiu nos estados africanos. O exemplo da tomada a força das ilhas ocupadas pelos portugueses foi uma primeiras demonstrações que Índia deu aos países africanos, especialmente os países colonizados por Portugal, do seu poder mas também do seu futuro apoio através do MPNA na luta de libertação

contra o colonialismo. Diferente das colónias britânicas que tiveram uma independência de forma “passiva”, os países africanos colonizados por Portugal tiveram de “arrancar o colono” das suas terras como foi o caso de Moçambique.

### 3.1.7 Apoio Indiano na Independência de Moçambique

A Índia sempre manteve um relacionamento cordial e firme desde a sua independência (1947) com os estados africanos. Como observado no capítulo anterior logo após a sua independência, a Índia engajou-se no apoio a luta contra o colonialismo através do (MPNA) sob a administração Nehru e Indira Gandhi e, Moçambique foi um destes espaços do exercício de solidariedade. A ajuda da Índia era facilitada através dos países vizinhos de Moçambique já independentes como caso da Tanzânia e Quênia. De salientar que os grupos independentistas de Moçambique tiveram a sua fundação nos países vizinhos devido extremo controlo do regime português como explica Massangaie (2016, p.80):

A forte repressão exercida pelas autoridades coloniais portuguesas em Moçambique após a independência dos primeiros Estados Africanos, fez com que as primeiras tentativas de se criarem movimentos nacionalistas radicais ao nível de todo o país fossem feitas por moçambicanos residentes nos países vizinhos, fora da alçada imediata da Polícia Internacional e de Defesa do Estado<sup>109</sup> (PIDE), a polícia portuguesa. Ao princípio foram criados três movimentos políticos separados em Moçambique. A (UDENAMO) formada em Bulawayo no ano 1960, a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), constituída em 1961 a partir de vários pequenos grupos já existentes de moçambicanos que trabalhavam no Tanganhica e no Quênia e a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) iniciada por exilados na região de Tete e residentes no Malawi (MASSANGAIE, 2016, p.80).

Com a formação destes grupos independentistas com o mesmo objectivo, foi formado em 1962, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), um grupo que unia os três movimentos (UDENAMO, MANU e UNAMI) dando início a uma nova fase na luta de libertação colonial. Será importante referir que os grupos a favor da independência recebiam o apoio dos indianos que permaneceram no território Moçambicano. Na mesma época, a ditadura vivida em Portugal durante a época do Salazar (1926-1974) também repercutiu de alguma forma

---

<sup>109</sup> Criada em 1945, a função desta polícia era perseguir, prender e interrogar qualquer individuo que fosse visto como inimigo à ditadura salazarista (RTP, 2019).

no controle cada vez maior das colónias uma vez que estas foram transformadas em impérios ultramarinos e, as colónias passaram a ser elemento importante para a economia portuguesa.

Ainda no contexto do apoio do estado Indiano ao movimento de libertação em Moçambique, traz-se de seguida o texto da carta enviada pelo Gabinete dos Negócios Políticos dirigida ao Secretário Adjunto da Defesa Nacional data de Dezembro de 1961, que menciona a apreensão de dois camiões com armas e munições que se dirigiam para o Sul do Tanganhica<sup>110</sup>:

[...] informadores do Consulado de Portugal em Salisbury<sup>111</sup> têm ouvido com insistência que a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) tencionou actuar em Janeiro próximo. É também do conhecimento deste Gabinete que em 18 de Novembro a Índia estava descarregando material de guerra, em grandes quantidades, em Dar-Es-Salam, destinado em princípio para as tropas daquele país ao serviço da ONU, estacionando perto de Albertville (GABINETE DOS NEGOCIOS POLITICOS, 1961)

Para além do apoio do estado Indiano, a sua diáspora em Moçambique também deu um contributo significativo no apoio aos movimentos de luta de libertação como se verifica a seguir:

Existe um movimento entre os “hindus” a que foi permitido ficarem em Moçambique que vista a que os elementos que se encontram em idade de prestarem serviço militar não sejam incorporados. No caso de algum “hindu” vir a ser incorporado são-lhe dadas instruções para que não tome parte activa na luta que os Portugueses estão a levar a cabo contra os “nacionalistas” moçambicanos, sendo-lhes mesmo indicado que devem procurar colaborar com os “movimentos de libertação” na acção que estão a tentar executar nas Forças Armadas Portuguesas, procurando “desmoralizar” os militares, especialmente os africanos, e procurando colher o maior numero de informações que deverão transmitir para o estrangeiro, onde actuam os líderes dos movimentos de libertação de Moçambique. Estas instruções têm sido dadas por aqueles “hindus” que foram expulsos de Moçambique aquando da invasão dos territórios portugueses da Índia, muitos dos quais se estabeleceram no Quénia e Tanganica, onde terão sido abordados pelos líderes nacionalistas moçambicanos para transmitirem aos filhos que poderão ficar em Moçambique por aqui terem nascido as instruções acima referidas (GABINETE DOS NEGÓCIOS POLÍTICOS, 1965).

Foi neste contexto que os indianos proprietários das cantinas tiveram o um papel relevante na ajuda para a luta de libertação. As cantinas que se encontravam espalhadas pelo país foram estratégicas para apoiarem os militares da FRELIMO. Obviamente que o objectivo por

<sup>110</sup> Antiga África Oriental Alemã. Actualmente é parte do território Tanzaniano.

<sup>111</sup> Actual Harare.

detrás deste apoio residia na expulsão na colonização portuguesa e reconquista do espaço comercial outrora perdido<sup>112</sup>.

Com o apoio que Moçambique recebeu, a nível regional, dos países já independentes como a Zâmbia, Quênia e Tanzânia e o apoio internacional através do MPNA como o caso da Índia, contribui para que a FRELIMO conquistasse a independência em 1975 e contribuíssem na queda da ditadura em Portugal como se pode observar a seguir:

A guerra do Ultramar, entre 1961 e 1974, foi um dos elementos determinantes para o desgaste da ditadura em Portugal. Os capitães responsáveis pela revolução que conduziu ao 25 de Abril de 1974 aperceberam-se de que a guerra não seria resolvida pela via militar e que a solução teria de ser política. Mas o regime de Salazar persistia em manter tropas em África (CARLOS, 2014).

Pode-se perceber aqui de forma indirecta a Índia através do seu apoio ao movimento independentista moçambicano contribuiu para o fim da ditadura em Portugal. Com a queda da ditadura Salazarista no ano de 1974, finalmente o Novo Estado Português vergou-se perante ao Movimento da luta de libertação colonial e, em 25 de Junho de 1974 foi declarada a independência total e completa de Moçambique pelo então presidente da FRELIMO, Samora Moisés Machel, que foi o primeiro presidente de Moçambique.

Tendo visto até a qui a descrição da diáspora indiana em Moçambique, é possível perceber como ambos países partilham uma parte da sua história e cultura em comum. Ademais, a perseverança e resiliência da comunidade indiana ao longo dos séculos, passando por várias adversidades criadas pelo colonialismo e, mesmo assim continuou firme por estas terras. Observa-se que o interesse económico dos indianos foi um factor importante na sua fixação em Moçambique porém, os laços existentes permitiram que a Índia apoiasse na independência de Moçambique. Assim, através da história até aqui descrita, permite confirmar que a diáspora indiana teve um contributo importante na manutenção das relações bilaterais no período da colonização, na Guerra Fria e até os dias de hoje.

---

<sup>112</sup> Vide o Anexo C.

### 3. 2 RELAÇÕES BILATERAIS CONTEMPORÂNEAS

Após a conquista da independência por parte de Moçambique, a Índia foi um dos primeiros países a abrir a sua representação diplomática na capital do país logo em 1975. No entanto, com o início da guerra civil em 1976, a cooperação bilateral entre Moçambique e Índia limitava-se essencialmente a aspectos de natureza político-diplomática, nomeadamente acções diplomáticas coordenadas para o isolamento da Rodésia do Sul e do regime do Apartheid. Assim, com o término da guerra civil em 1992 e, com a introdução do liberalismo económico, Moçambique abriu a sua representação em Nova Deli no ano de 2001 (INDIA, 2019).

Infelizmente, a guerra civil teve grande impacto na redução da diáspora indiana presente em Moçambique que por sua vez optou em emigrar para outros países a procura de melhores condições. Será preciso referenciar que apesar do contexto da guerra fria, ocorreram algumas visitas oficiais de ambos lados como se pode observar no quadro 1 abaixo:

**Quadro 1 - Visita de Chefes de Estado**

Ano	Visita de Chefe de Estado Moçambicano a Índia	Visita de Chefes de Estado Indiano a Moçambique
1982	Samora Machel	Indira Gandhi
1988 e 2003	Joaquim Chissano	
2010	Armando Guebuza	
2015	Filipe Nyusi (actual presidente)	
2016		Narendra Modi (Actual Primeiro-Ministro)

**Fonte:** elaborado pela autora a partir de dados obtidos Alto Comissariado Indiano (INDIA, 2019).

Após o final da guerra fria as relações bilaterais começam a crescer muito lentamente uma vez que a estrutura económica moçambicana havia sido completamente destruída com a guerra civil que durou 16 anos. O quadro 1 acima demonstra a manutenção relações diplomáticas principalmente do lado moçambicano que teve todos seus chefes de estados a visitar Índia. Porém, do lado da Índia observa-se um grande vazio de 34 anos de visita entre seus representantes. Mas como será observado mais adiante, a descoberta de reservas de gás, Moçambique torna-se relevante no xadrez energético mundial fazendo com que a primeira visita do actual primeiro-ministro indiano no seu primeiro períplo no continente africano visitasse Moçambique em primeiro lugar no ano de 2016.

Moçambique e Índia assinaram vários acordos bilaterais desde a sua independência e memorandos de cooperação em diversas áreas tais como: agricultura, desenvolvimento rural,

Pesquisa técnica e científica, protecção dos investimentos, retirada de dupla taxaço dos seus cidadãos, pequenas e médias empresas, recursos minerais, óleo e gás natural e defesa e cooperação (INDIA, 2019). Assim, para melhor compreender a evolução das relações bilaterais, apresenta-se de seguida o quadro 2 sobre os acordos e memorandos assinados entre os dois estados de 1975 a 2019:

**Quadro 2 - Lista dos Acordos e Memorandos Entre Índia e Moçambique**

<b>Ano</b>	<b>Acordos e Memorandos</b>
1975	Estabelecimento da missão diplomática indiana em Maputo
1976	Visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e assinatura de acordos na área de ciência, tecnologia e cooperação económica; doação de cem mil dólares.
1982	Foi assinado, em 9 de Abril de 1982, um acordo de cooperação no campo da cultura entre a Índia e Moçambique.
	Assinatura do acordo comercial entre a Índia e Moçambique
1999	Assinatura de um acordo sobre o estabelecimento de uma comissão mista intergovernamental entre a Índia e Moçambique. As reuniões foram realizadas em Dezembro de 2002 e Fevereiro de 2009 sob este acordo. Durante essas reuniões, toda a gama de questões bilaterais foi discutida.
2001	Abertura da Embaixada de Moçambique na Índia.
2002	Protocolo para consultas políticas entre os Ministérios das Relações Exteriores da Índia e Moçambique foi assinado em Dezembro de 2002. O Protocolo prevê consultas entre os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países anualmente em diferentes níveis e, alternativamente, em Maputo e Nova Deli.
2003	Em Maio de 2003, foi assinado um memorando de entendimento sobre cooperação no campo da agricultura. O memorando de entendimento está sendo implementado através de um plano de trabalho.
	Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Ciência e Tecnologia foi assinado em Maio de 2003. Um programa de cooperação para o período 2005-09 foi estabelecido sob o memorando de entendimento.
	Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo do Trabalho foi assinado em Abril de 2003. O Memorando de Entendimento providenciou ao Grupo de Trabalho Conjunto a primeira reunião que ocorreu em Abril de 2004 em Moçambique.
2004	Assinatura de um acordo de cooperação no campo da saúde e medicina. Foram identificadas áreas de cooperação.
2006	Assinatura de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Recursos de Carvão. Discussões foram realizadas entre os dois lados no âmbito do Memorando de Entendimento.
	Memorando de Entendimento no campo da Cooperação em Defesa entre a Índia e Moçambique.
2009	Assinatura do Acordo de Promoção Bilateral e Protecção Recíproca de Investimentos. O acordo foi ratificado com efeitos a partir de 23 de Setembro de 2009
2010	Durante a visita de Estado do Presidente Armando Guebuza de Moçambique a Índia, três acordos foram assinados: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Memorando de Entendimento entre o Governo da Índia e o Governo de Moçambique sobre Cooperação nos campos de Recursos Minerais;</li> <li>ii) Acordo para evitar dupla tributação (DTAA) entre Índia e Moçambique;</li> <li>iii) Memorando de entendimento sobre cooperação no campo das micro, pequenas e médias empresas (MPME) entre o Ministério das Micro, Pequenas e Médias Empresas da Índia e o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique.</li> </ul>
2012	Assinatura do acordo na área de segurança que permite a Índia patrulhar as águas territoriais moçambicanas.
2014	Durante a visita do Ministro de Negócios Estrangeiros de Moçambique a Índia, foi assinado um Memorandum de Entendimento para melhorar a cooperação na área de Gás natural e Petróleo.
2015	Assinatura de Memorando de Entendimento durante a visita do presidente de Moçambique a Índia sobre Cooperação no campo das novas energias renováveis nomeadamente: Solar. Eólico, Biocombustível,

	Geotermal;
2016	Memorandos de Entendimento /Acordos assinados durante a visita do primeiro-ministro indiano a Moçambique: i) Memorando de Entendimento entre a Índia e Moçambique sobre redução da demanda por drogas e prevenção do tráfico ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e produtos químicos precursores e assuntos relacionados ii) Memorando de Entendimento entre o Governo da Índia e o Governo de Moçambique na área de assuntos Juvenis e desportivos. iii) Contrato de longo prazo para compra de leguminosas de Moçambique
2017	Acordo entre Moçambique e Índia para acelerar o desenvolvimento da descoberta das reservas de gás.
2019	Assinatura de dois acordos: <i>white shipping</i> <sup>113</sup> e cooperação no campo de hidrografia. Oferta de dois navios de patrulha marítima.

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de dados obtidos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia (INDIA, 2015).

De acordo com o quadro 2 acima, a cooperação bilateral no período da guerra fria não apresenta muita interacção quando comparado ao período posterior. Repara-se também que houve um aumento dos acordos depois de 2001 a quando do estabelecimento da missão diplomática moçambicana em Nova Deli. Outro momento marcante na aproximação das parcerias foi a época da descoberta das enormes reservas de gás no território moçambicano. Os comités conjuntos de ambos países formados pelos técnicos de diferentes áreas tais como Económica, Cultural, Científica e de Cooperação técnica também ajuda a avaliar e fomentar a parceria estratégica entre estes dois países.

A assistência ao desenvolvimento tem sido outro pilar de cooperação da Índia para Moçambique onde a maior parte do suporte tem sido por via de linhas de crédito implementadas através do *EXIM*<sup>114</sup> *Bank of India* que serão mais detalhadamente explicados no ponto 3.2. através da tabela 13. Outra componente da cooperação reside na pertença as diferentes Organizações internacionais pelos dois países tais como ONU, Commonwealth, BM, FMI, MPNA e mais recentemente o IORA.

Actualmente, com a descoberta de grandes reservas de gás no Norte de Moçambique, observa-se a assinatura de acordos na área de segurança energética e protecção do Oceano Índico. Outro sector também privilegiado tem sido a área da educação em forma de bolsas de estudo e formação técnica para os servidores públicos. Assim, toda a cooperação bilateral acima descrita vai ser detalhadamente explicada nos próximos sub-capítulos.

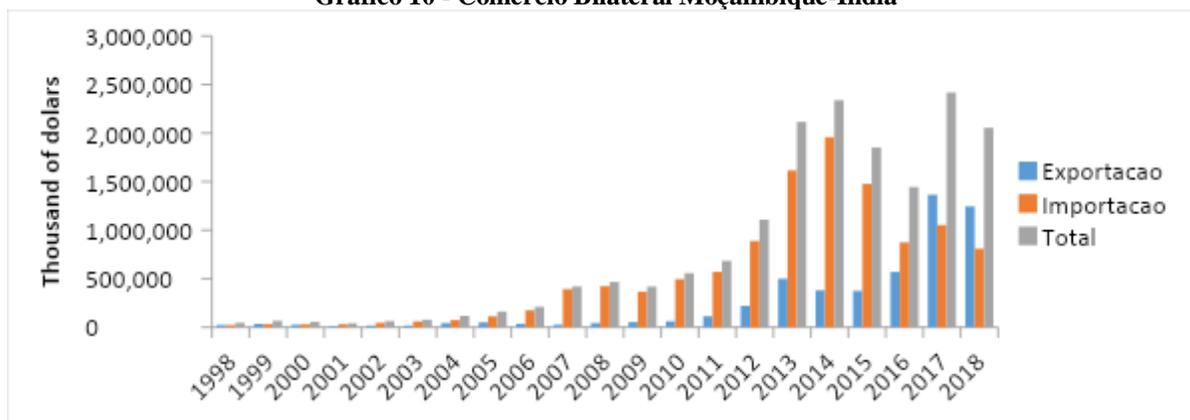
<sup>113</sup> *White shipping* significa partilha e intercâmbio de informações no que toca a movimentos de navios comerciais.

<sup>114</sup> Export-Import.

### 3.2.1 Relações Comerciais

A relação comercial entre Moçambique e Índia apesar de secular atravessou por muitos percalços que interferiram no ritmo do seu crescimento com visto neste capítulo. A guerra fria e a guerra civil em Moçambique (1976-1992) abrandaram as relações políticas e económicas que por sua vez levou muitos anos a recuperar-se. Actualmente o comércio bilateral goza de uma relação bastante activa principalmente a partir de 2015. Ainda mais, a Índia se encontra entre os cinco principais parceiros de Moçambique nos últimos anos, tanto a nível de importação bem como exportação. Para melhor compreender a evolução da relação comercial entre os dois países, apresenta-se de seguida o gráfico 10:

**Gráfico 10 - Comércio Bilateral Moçambique-Índia**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados obtidos no UNCTAD (2019).

O gráfico 10 possibilita verificar a evolução da balança comercial entre os dois países e, observa-se um crescimento gradual nos últimos dez anos (1998-2018). Este gráfico 10 também permite notar que comércio bilateral atingiu mais de 2 bilhões no ano de 2018 e que a balança comercial que era negativa para Moçambique, passou ser positiva a partir do ano de 2017. Isto demonstra um marco importante na relação comercial entre os dois países e também ao nível do continente africano, onde a maioria dos estados apresenta uma balança comercial negativa em relação à Índia.

Pode-se ainda perceber pelo gráfico 10 que o comércio apresenta uma tendência de aumento das exportações para o lado Moçambicano partir do ano 2016, que foi também o ano da visita do actual primeiro ministro da Índia a Moçambique. Será importante lembrar que foi nesta visita que se observou a assinatura do acordo de produção e comercialização agrícola. E,

como resultado, nos anos seguintes as exportações Moçambicanas superaram as importações da Índia. Referir ainda que os dois países mantêm troca de visita constantes de grupos técnicos como apresentado no sub-capítulo anterior. A assinatura de memorandos como diversificação e eliminação de taxas de produtos provenientes de Moçambique, com excepção de bebidas alcoólicas e tabaco também permitiu o aumento do comércio bilateral entre os dois países.

Para continuar a aprofundar as relações comerciais bilaterais, apresenta-se de seguida as tabelas 12 e 13 referente aos produtos mais exportados e importados entre Moçambique da Índia.

**Tabela 12 - Produtos mais Exportados por Moçambique para Índia**

<b>Produto</b>	<b>Percentagem</b>
Coque e semi-coque de carvão, Ligne., Turfa; retorta de carbono	47%
Carvão pulverizado ou não, não aglomerado	26%
Vegetais	9%
Produtos químicos diversos	6%
Frutas e nozes, excepto oleaginosas, frescas ou secas	4%
Outros	6%

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados obtidos no UNCTAD (2018).

Pela lista de produtos apresentada acima pode-se verificar que moçambique continua a exportar matéria-prima bruta sendo que o carvão representa 47% do total e o resto da lista é constituída por produtos não manufacturados também. A lista permite avaliar a tipologia de necessidade da Índia em termos de recursos e olhando para a lista da tabela 13 abaixo pode-se perceber que Moçambique mantém as importações de produtos manufacturados.

**Tabela 13 - Top 5 Produtos mais Importados da Índia por Moçambique**

<b>Produto</b>	<b>Percentagem</b>
Derivados de petróleo ou minerais betuminosos >70% de óleo	64%
Medicamentos (inclui medicamentos veterinários)	7%
Tecidos de Algodão	3%
Fertilizantes (excepto os do grupo 272)	1%
Veículos a motor para transporte de pessoas	1%
Outros	24%

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados obtidos no UNCTAD (2018).

As duas tabelas 12 e 13 ajudam a entender os tipos de produtos que são as bases das trocas comerciais entre os dois parceiros, porém, Moçambique não foge a regra de ser um país em desenvolvimento que exporta produtos brutos e importa produtos manufacturados. Apesar da economia indiana apresentar uma estrutura bastante robusta com alguns sectores a usarem tecnologia de ponta como o caso de informática, ela ainda é considerada uma economia em desenvolvimento. Em todo o caso, pode-se afirmar que apesar da Índia e Moçambique pertencerem ao grupo dos países do Sul, a relação comercial compadece com as trocas comerciais entre o Norte e Sul. Contudo a balança comercial favorável para Moçambique nos últimos anos é bastante benéfico para os investimentos no sector agrícola, esta que por sua vez é a base da sua economia, e melhorar a produtividade neste sector.

### **3.2.2 Investimento Indiano em Moçambique**

A grande parte do investimento indiano decorre da na área de indústria extractiva mais concretamente no sector do carvão e gás natural nos últimos anos. Porém, os investimentos nos outros sectores não deixam de ser importantes pois, estão alocados em diversas áreas e em diferentes distritos do país. Para melhor perceber a dimensão dos investimentos indianos em Moçambique, traz-se primeiro os investimentos no sector não extractivo seguido do investimento no sector extractivo. Como observado no segundo capítulo, Moçambique consta como o país que mais recebe investimentos indianos no continente africano seguido de Maurícias. E, a tendência demonstra contínuo crescimento do investimento indiano em Moçambique

### 3.2.2.1 Investimento no Sector Não Extractivo

No período compreendido entre 2009 a 2019, o governo de Moçambique aprovou 123 projectos indianos. Como resultado, foram criados cerca de 21.133 postos de trabalho, envolvendo investidores privados da Índia, no valor total de US\$ 659.181.213 como se pode observar na tabela 14 abaixo.

**Tabela 14 - Número de Projectos, Emprego e Investimento (2009-2019)<sup>115</sup>**

<b>Ano</b>	<b>Nº de Projectos</b>	<b>Emprego</b>	<b>Total (US\$)</b>
2009	6	2237	228.741.035
2010	11	3.048	56.500.583
2011	9	3.581	96.043.783
2012	11	1.202	47.281.000
2013	14	1.178	20.165.878
2014	15	1.639	28.818.647
2015	6	4.096	81.627.766
2016	16	1.683	28.801.613
2017	15	597	5.643.967
2018	17	1.472	55.103.719
2019 <sup>116</sup>	3	400	10.453.222
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>21.133</b>	<b>659.181.213</b>

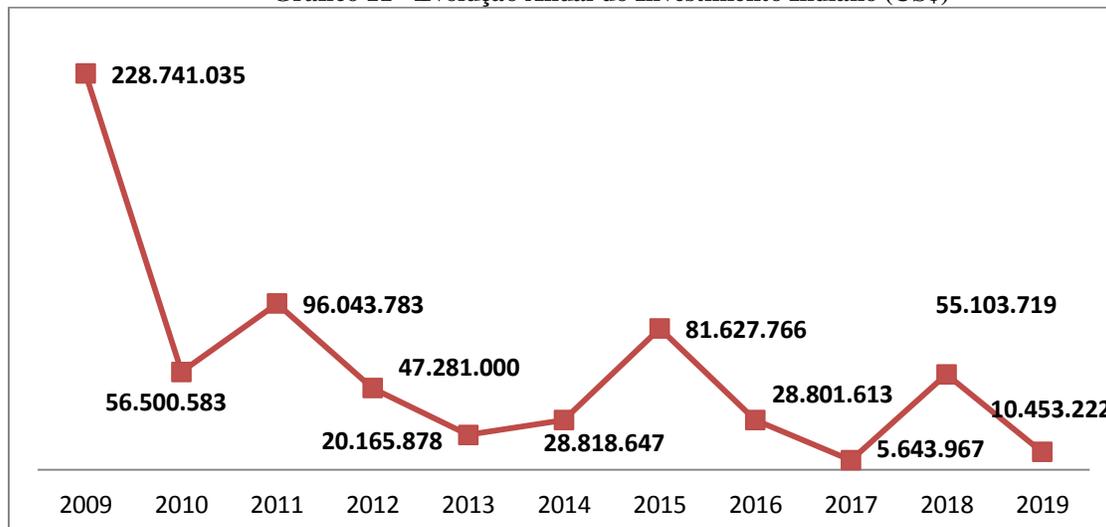
**Fonte:** Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique (CPI) 2019.

A tabela 14 apresenta uma variação gradual dos investimentos ao longo dos anos com descidas bruscas como aconteceu no ano de 2017 mas com aumento no ano seguinte. Porém, o ano de 2017 foi o ano com menor investimento que não ultrapassou o valor de 6 milhões de dólares. Assim, para melhor percepção dos investimentos indianos veja de seguida o gráfico 11:

<sup>115</sup> Veja o anexo D para mais detalhes.

<sup>116</sup> Dados do I semestre de 2019

Gráfico 11 - Evolução Anual do Investimento Indiano (US\$)



Fonte: Elaboração própria através de dados do CPI (2019).

O gráfico 11 apresenta variação inconsistente a partir do ano de 2010 com oscilações a cada três anos. Porém, o investimento no sector não-extractivo tem a vantagem não somente de criar emprego mas também ajuda na transferência de *know-how* e promove a industrialização de diversos sectores do país: o anexo D permite observar que os investimentos vão para área de indústria transformadora, serviços, agricultura, aquacultura, agro-indústria, construção, turismo, transporte e comunicação e energia. Alguns destes investimentos não requer mão-de-obra especializada o que ajuda na absorção de trabalhadores locais sem formação técnica. Outra vantagem é que os investimentos não se encontram limitados ao capital do país, encontram-se em todas as províncias do país como se pode observar também no mesmo anexo D. Nos casos de investimentos em agro-processamento e aqua-cultura, os investidores expandem ainda mais a sua área de actuação chegando as aldeias. Assim, de forma resumida, o quadro 3 a seguir apresenta os principais investimentos realizados pela Índia no sector não extractivo:

Quadro 3 - Projectos de Destaque

		Província
<b>Ano 2009</b>	<b>GEZ – Grown Energy of Zambeze</b> , no valor de US\$ 224.320.000. do qual. O equivalente a US\$ 4.486.500.00 constitui investimento directo. O projecto localiza-se em Chemba, na Província de Sofala e tem por objecto o cultivo da cana-de-açúcar (330.000 ton/ano em 3.000 ha) e de mapira doce (1.200.000 ton/ano em 12.000 ha) para a produção industrial de bio-etanol, com uma capacidade anual de 100 milhões de litros.	<b>Sofala</b>
<b>Ano 2010</b>	<b>Morse Communications Mozambique</b> . No sector de <b>Tranportes e Comunicações</b> no valor de <b>US\$ 7.811.400</b> do qual, o equivalente a <b>US\$ 3.855.700</b> constitui investimento directo da Índia. O projecto localiza-se na Cidade de Maputo e tem por objecto o exercício da actividade Prestação do serviço fixo de transmissão de dado onde vai empregar um total de <b>2.327</b> moçambicanos;	<b>Maputo</b>
	<b>Arroz da Zambézia – Olam Moçambique</b> , no sector de <b>Agricultura &amp; Agroindústria</b> , no valor de <b>US\$ 31.989.183</b> . do qual equivalente a <b>US\$ 239.919</b> de investimento directo da Índia, O projecto localiza-se no distrito de Nicoadala. Província da Zambézia, onde emprega um total de <b>2.327</b> moçambicanos. Tem por objecto o cultivo, processamento e comercialização do arroz.	<b>Zambézia</b>
<b>Ano 2011</b>	<b>Pure Diets Mozambique</b> , no sector de <b>Agricultura &amp; Agroindústria</b> , no valor de <b>US\$ 84.409.107</b> . do qual equivalente a <b>US\$ 5.000.000</b> de investimento directo da Índia. O projecto localiza-se no Distrito de Moamba. Província de Maputo, onde prevê empregar um total de <b>2.032</b> moçambicanos. Tem por objeto Cultivo de cana-de-açúcar para processamento industrial, construção e exploração de uma fábrica de açúcar.	<b>Matola</b>
<b>Ano 2012</b>	<b>MGC-RST Ming</b> , no sector de <b>serviços</b> com investimento orçado no valor de <b>US\$ 12.000.000</b> sendo o investimento directo da Índia no valor de <b>US\$ 4.800.000</b> a ser implementado em Moatize (Tete), destinado à prestação de serviços na área de mineração, nomeadamente sondagem e operacionalização de equipamentos e máquinas especializadas para actividade de mineração e com previsão de empregar 300 moçambicanos.	<b>Tete</b>
<b>Ano 2013</b>	<b>Wood Aluminium &amp; Boards</b> , no sector de <b>Indústria</b> com investimento orçado no valor de <b>US\$ 4.917.037</b> sendo o investimento directo da Índia no valor de <b>US\$ 2.950.222</b> a ser implementado na Cidade da Matola. Província de Maputo, tem por objecto produção de mobiliário de cozinha, escritório e residência e com previsão de empregar <b>17</b> moçambicanos.	<b>Matola</b>
<b>Ano 2014:</b>	<b>Phoenix – companhia de seguros de Moçambique</b> , no sector de <b>Banca e Seguradora</b> , no valor de <b>US\$ 84.409.107</b> do qual equivalente a <b>US\$ 5.000.000</b> de investimento directo da Índia. O projecto localiza-se na Cidade de Maputo, onde prevê empregar um total de <b>50</b> moçambicanos. Tem por objeto Prestação de Serviços de Seguros, bem como o desenvolvimento de outras actividades.	<b>Maputo</b>
<b>Ano 2015</b>	<b>Olam Moçambique</b> , no sector de <b>Agricultura &amp; Agro-indústria</b> , orçado em <b>US\$ 63.938.366</b> do qual equivalente a <b>US\$ 31.969.183</b> corresponde a investimento directo. O projecto localiza-se no distrito de Mopeia. Província da Zambézia, onde vai empregar um total de <b>3.227</b> moçambicanos. Tem por objecto o exercício de actividade agrícola nomeadamente a produção, processamento e comercialização de arroz.	<b>Zambézia</b>
<b>Ano 2016</b>	<b>Maputo Ciment and Steel – Clinker</b> , no sector da indústria, orçado em <b>US\$ 6.774.337.00</b> do qual equivalente a <b>US\$ 677.434</b> corresponde a investimento directo. O projecto localiza-se no distrito de Boane. Província de Maputo, onde vai empregar um total de <b>100</b> moçambicanos. Tem por objecto a construção e exploração de uma fábrica de produção de clinker.	<b>Maputo</b>
<b>Ano 2017</b>	<b>Steel Trade - Fábrica de Chapas de Zinco</b> , no sector da indústria, orçado em <b>US\$ 1.000.000</b> do qual equivalente a <b>US\$ 500.000</b> corresponde a investimento directo. O projecto localiza-se na Cidade da Matola. Província de Maputo, onde	<b>Maputo</b>

	vai empregar um total de <b>50</b> moçambicanos. Tem por objecto o estabelecimento de uma unidade industrial para produção de material de construção.	
<b>Ano 2018</b>	<b>Gold Resources</b> - no sector de serviços orçado em <b>US\$ 42.480.000</b> . do qual equivalente a <b>US\$ 480.000</b> corresponde a investimento directo. O projecto localiza-se no Distrito de Moatize. Província de Tete, onde vai empregar um total de <b>860</b> moçambicanos. Tem por objecto a prestação de serviços na area de mineração.	<b>Tete</b>
<b>Ano 2019</b>	<b>SOL MINERAÇÃO MOÇAMBIQUE</b> , no sector de Indústria, orçado em <b>US\$ 10.000.000</b> do qual equivalente a <b>US\$ 2.000.000</b> corresponde a investimento directo. O projecto localiza-se no Distrito de Moamba. Província de Maputo, onde vai empregar um total de <b>300</b> moçambicanos. Tem por objecto a produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas.	<b>Maputo</b>

Fonte: CPI (2019).

Pelo quadro 3 pode-se ainda enumerar outras vantagens dos investimentos indianos em Moçambique. Em primeiro lugar, os investimentos em sectores não extractivos como a agricultura e agro-indústria são estratégicos para economia do país uma vez que a agricultura é a base da economia Moçambicana. Em segundo lugar, a maior arte da população vive nas zonas rurais, o que dá uma grande relevância aos investimentos neste sector produtivo. Por último, a Índia possui também o clima semelhante à Moçambique, o que permite a adaptação das suas tecnologias agrícolas.

Portanto, pode-se afirmar que o investimento no sector não extractivo é de extrema importância para o desenvolvimento de Moçambique. A demais, a Índia possui grande habilidade na produção de tecnologias de baixo custo para zonas rurais o que é uma mais-valia para Moçambique.

### 3.2.2.2 Investimento no Sector Extractivo

A parceria entre Índia e Moçambique no sector extractivo está orientada pelas capacidades e interesses dos dois parceiros. Moçambique é um país rico e abundante em recursos naturais e energéticos como o gás e carvão. A Índia, por sua vez, é uma nação com défice energético que tem aumentado com o seu crescimento económico pujante. Conjuntamente, com este défice e, o aumento das ameaças ambientais levou ao incremento da necessidade de energias menos poluidoras por parte da Índia. Neste contexto, a energia sob forma de gás tornou-se um factor importante para os investidores indianos.

Apesar das tentativas da diversificação do uso dos recursos energéticos, a Índia ainda continua altamente dependente do carvão. E, como se pode ver os investimentos indianos no

sector do carvão em Moçambique são de longa data, devido a demanda de carvão na Índia que é histórica. A Índia ainda apresenta índices elevados de consumo e, com previsão de aumentar na próxima década de 2030 como demonstrado no próximo capítulo. Neste sentido, a Índia ofereceu o crédito para assistência a Moçambique com vista incrementar a produção e exportação para a Índia. E, como se pode observar na tabela 12, um dos produtos mais exportados por Moçambique é o carvão atingindo 47% do total das exportações para a Índia.

No sector da mineração do carvão, a *International Coal Ventures Private, Ltd.*<sup>117</sup>, adquiriu em 2014, 65% das acções da empresa brasileira Rio Tinto que explorava o carvão na província de Tete em Moçambique. Existem outras empresas indianas com presença também neste sector tais como a *JSP*<sup>118</sup>, *JSW*<sup>119</sup>, *Coal India Ltd*, *Tata Steel*, *Essar*, *Midwest Africa*, *Sunflag group* entre outras (KRISHNER, 2015).

Para facilitar a exportação do carvão para a Índia bem como ampliar a carga transportada, de 82 milhões de toneladas para 110, o grupo indiano Mozambique *Essar Ports* iniciou a construção da primeira fase do terminal de carvão com uma capacidade de 10 milhões de toneladas/ano no porto da Beira, província de Sofala no Centro de Moçambique, que por sua vez deverá entrar em funcionamento em 2020 após um investimento de 260 milhões de dólares de um total de 440 milhões (FREY, 2018). Este é um projecto com uma concessão de 30 anos com possibilidade de extensão para mais 10 anos. Porém, a segunda fase irá depender do sucesso da primeira.

Apesar do porto do Beira ter limitações em termos de capacidade, de apenas receber navios com menos de 2 metros de profundidade e 50 mil toneladas de carga, ainda não é um factor negativo para as exportações para Índia pois, a distância entre as zonas de mineração e o porto de Beira é de 580 Km enquanto o porto profundo de Nacala é de 912 Km (FREY, 2018). Como se vê, a distância é um factor que tem impacto no custo de transporte e nas decisões de investimento indiano. Outro factor que beneficia as empresas indianas no sector do carvão é o acesso directo que Moçambique tem ao Oceano Índico. Portanto, como se pode observar, com o aumento da demanda de carvão, o acesso a um porto com terminal de carvão próximo da área de mineração, torna Moçambique estratégico para o investimento das empresas indianas.

---

<sup>117</sup> Um consórcio com 5 empresas indianas nomeadamente Steel Authority of India Limited (SAIL), Rashtriya Ispat Nigam Limited (NMDC), National Mineral Development Corporation Limited (RISL), National Thermal Power Corporation Limited (NTPC) e Coal India Limited (CIL).

<sup>118</sup> *Jindal Steel & Power*.

<sup>119</sup> *Jindal South West*.

No sector do gás natural, foram descobertas em Moçambique, no início de 2010 grandes, reservas de gás natural no Norte de Moçambique denominado Rovuma Basin. Assim, com o descobrimento das reservas de gás inicia-se uma nova fase nas relações de investimento entre Índia e Moçambique. As empresas indianas como a *Oil and Gas Company (ONGC) Videsh Ltd*<sup>120</sup> e a *Oil India Ltd* adquiriram 20% de participações na área 1 da Bacia de Gás do Rovuma, como apresentado no mapa 13 abaixo, por USD 5.07 Biliões em adição aos 10% que já pertenciam a *Bharat Petro Resources Ltd.*, desde 2008.

Mapa 13 - Rovuma Offshore Área 1



Fonte: Instituto Nacional de Petróleo (2019).

A área 1 da Bacia do Rovuma apresentada no Mapa 13 ocupa cerca de 10.000 Km<sup>2</sup> e está localizado mais a norte da Bacia do Rovuma. A área 1 representa uma das maiores descobertas de gás *offshore* no Este de África e Moçambique tem o potencial de se tornar um dos maiores centros mundiais produtores de LNG que segundo Prakash (2018), consiste em 2.1 triliões de metros cúbicos de gás acessível.

Actualmente (2019), a área 1 da Bacia do Rovuma está a ser explorada pela empresa francesa Total com 26.5% de interesse participativo. O Contrato de Concessão para Pesquisa e Produção foi assinado a 1 de Dezembro de 2006 com a empresa Norte Americana Anadarko, tendo as actividades de pesquisa levado à descoberta de gás natural do Campo Golfinho/Atum na ordem de 31.3 Triliões de pés cúbicos. Mais tarde a Anadarko vendeu a sua participação a empresa Total em 2019. São parceiros da Total neste contrato de Concessão, a Empresa Nacional

<sup>120</sup> Também denominada de OVL, Lda.

de Hidrocarbonetos (ENH<sup>121</sup>), com 15% de interesse participativo, a Mitsui E&P Mozambique Área 1 do Japão, com 20%, a *Oil and Natural Gas Corporation of India* (ONGC)<sup>122</sup> com 10%; *Bharat Petro Resources*<sup>123</sup> com 10% e *Oil India Limited*<sup>124</sup> também com 10% e finalmente a *PTTEP Mozambique Área 1* da Tailândia com 8.5, (INP,2019).

Para exploração da área 1 da Bacia Rovuma, os parceiros indianos conjuntamente com a Total irão investir um total de 22 a 24 bilhões de USD para desenvolver o campo e construir unidade de liquefação de gás natural de 12,88 milhões de toneladas para vender a consumidores estrangeiros. Um investimento adicional de USD 7.8 bilhões é esperado para ser investido pelas empresas indianas. Mais uma vez, devido a sua localização estratégica Moçambique favorece aos investimentos das empresas indianas que terão a vantagem de exportar o gás natural através dos portos. O desenvolvimento do Rovuma seria uma fonte alternativa de LNG para a Índia, que levaria apenas 7 dias a ser transportado de Moçambique para os portos nortenhos da Índia, (PRAKASH, 2018).

No total, as três empresas indianas com participação do Estado detêm 30% dos direitos de exploração do gás no bloco da área 1. Estas empresas já investiram cerca de USD 6.5 bilhões nos campos de Gás do Rovuma. Este investimento avultado é o resultado da política de energia renovável que por sua vez é o pilar do programa massivo de energia limpa da Índia, pelo qual a Índia prevê atingir 175.000 MW da capacidade instalada da energia renovável até 2022. Sendo assim, O investimento indiano em Moçambique está previsto para atingir USD 13 Biliões por volta de 2028. Ainda mais, prevê-se que em 2020 as empresas indianas invistam em infra-estruturas para importação de gás natural no país, (PRAKASH, 2018). Esta convergência de energia entre as duas nações promove parceria estratégica entre os dois países como analisado no próximo capítulo.

Portanto, neste sub-capítulo observou-se a presença de investimentos volumosos que a Índia está a realizar nos sector energético como carvão e gás natural. Ainda mais, os mesmos têm uma perspectiva de investimento contínuo para próximas décadas. Por fim mencionar a

---

<sup>121</sup> Empresa Estatal Moçambicana (ENH, 2019).

<sup>122</sup> Uma filial integralmente detida da *Oil and Natural Gas Corporation* (ONGC), a empresa nacional de petróleo da Índia, e a maior empresa internacional de pesquisa e produção de petróleo e gás desse país.

<sup>123</sup> Empresa estatal de petróleo e gás, incluída na lista Fortune Global 500 e com sede em Mumbai.

<sup>124</sup> A segunda maior companhia de petróleo e gás da Índia.

importância dos assinatura de acordos e memorandos de entendimentos que permitem melhorar a cooperação na área de Gás natural.

### 3.2.2.3 Linhas de Crédito

As linhas de crédito são outra forma de investimento indiano em Moçambique pois, pretendem impulsionar a entrada de empresas e produtos indianos no país uma vez que as regras de acesso estipula que 75% do valor aprovado deve ser usado para adquirir produtos provenientes da Índia. Na base da tabela 15 abaixo pode-se verificar que Índia já cedeu mais de 700 milhões de dólares americanos através das linhas de crédito a Moçambique.

**Tabela 15 - Linhas de Crédito Aprovadas Para Moçambique**

<b>Ano</b>	<b>Valor (Milhões de USD)</b>	<b>Finalidade</b>
2003-04	20	Objectivo Geral
2006-07	20	Projecto de Electrificação de Gaza
2007-08	20	Substituição da tecnologia e equipamento de perfuração de água
2008-09	25	Projecto de parque de TI que compreende a construção de (a) instalação de incubadora. (b) centro de pesquisa e aprendizado e (c) parque tecnológico e instalação administrativa em Maputo.
2008-09	30	Projectos de Electrificação Rural nas províncias de Gaza. Zambézia e Nampula em Moçambique
2010-11	25	Electrificação Rural das Províncias de Cabo Delgado. Manica. Niassa
2010-11	20	Aumento da produtividade das culturas de arroz, trigo e milho
2011-12	13	Planta de fabricação de módulo fotovoltaico solar
2011-12	250	Melhoria da qualidade de fornecimento de energia em Moçambique
2012-13	19.72	Extensão do projecto de água potável nas zonas rurais
2012-13	149.72	Reabilitação da estrada entre Tica- Buzi e Nova Sofala em Moçambique
2013-14	47	Construção de 1200 casas em Moçambique
2017-18	38	Construção de 1600 poços com bombas manuais e 8 pequenos sistemas de água em Moçambique

2018-19

95

Compra de material ferroviário, incluindo locomotivas e vagões

**Total: 722.44**

---

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de dados obtidos pelo EXIM Bank of India (2019).

Os investimentos variam de sector como se observa na tabela 15 acima. Os mesmos vão para o aprovisionamento dos furos de água, aumento da produtividade agrícola, melhoria e distribuição de electricidade, reabilitação de infra-estruturas de irrigação, construção de parque de informática e reabilitação de estradas. Um dos pilares da cooperação Sul-Sul defende a transferência de tecnologia e *know-how* entre os estados. As linhas de crédito apesar de terem como principal objectivo impulsionar as empresas indianas através da compra do seu equipamento ou instalação do mesmo, ajudam na transferência de tecnologia. A título de exemplo, a imagem 11 abaixo apresenta o Parque Tecnológico de Maluana:

**Imagem 11 - Parque Tecnológico de Maluana**



**Fonte:** Moçambique (2019)

O Parque de Ciência e Tecnologia da imagem 11 consiste numa infra-estrutura de apoio, tal como terreno infra-estruturado, edifícios e serviços de gestão, para o estabelecimento e o desenvolvimento de empresas baseadas no conhecimento, localizadas num ambiente ligado a centros de investigação e tecnologia de excelência, tais como instituições de ensino superior e Instituições de Investigação (MOÇAMBIQUE, 2019). Acrescido a este facto, o parque visa impulsionar o desenvolvimento nas áreas de inovação, ciência e tecnologia nas comunidades em

que é implantado. É um lugar de produção, desenvolvimento e disseminação de conhecimento, entre academia, sector privado, sector público, sociedade civil e comunidade local.

Este tipo de centro de excelência demonstra o interesse de partilha de tecnologia por parte da Índia para Moçambique, esta que tanto precisa de desenvolver este sector. Outra vantagem da cooperação entre Índia e Moçambique tem a ver com a semelhança das condições sócio-económicas de ambos pois, permite um maior entendimento das suas necessidades. Portanto, como se pode observar, as linhas de crédito podem ajudar a alavancar sectores vitais em Moçambique que foram destruídos durante o período da guerra civil. Pode-se observar ainda a diferença existente com a cooperação Norte-Sul que se circunscreve mais pela ajuda monetária ao orçamento dos estados africanos.

#### *3.2.2.4 Cooperação no Sector de Segurança*

A cooperação entre Índia e Moçambique no sector de segurança inicia no período da guerra fria, onde Moçambique atravessava uma guerra civil levada a cabo pela Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), um grupo apoiado pelo sistema de Apartheid da África do Sul e Ian Smith da Rodésia do Sul. Segundo Chaudhuri (2017), a marinha de guerra da Índia prestou assistência ao governo moçambicano no combate a Renamo no ano de 1986.

Outro ponto marcante neste sector aconteceu com o envio de 900 militares indianos para a missão da paz da Organização das Nações Unidas para Moçambique entre 1992-1994 denominada ONUMOZ (CHATURVEDI,2015). Depois desta intervenção de sucesso, Moçambique passou a observar um período de estabilidade política. Outro momento em que a Índia se destaca na área de defesa foi o envio de navios militares para patrulhar o Canal de Moçambique durante duas grandes cimeiras realizadas em Moçambique. A primeira ocasião foi em 2003 quando Moçambique acolheu a cimeira da União Africana e em 2004 quando se realizou o fórum económico mundial. A Índia ainda ofereceu equipamentos e treinamento aos Serviços de Inteligência de Moçambique denominados SISE.

A cooperação prosseguiu em 2006 através de um Memorandum de Entendimento assinado na área de defesa e cooperação entre os dois países. O Memorandum prevê a cooperação nas áreas de técnica militar, apoio logístico e formação. No contexto deste Memorandum foi criado um grupo de trabalho conjunto de defesa. Porém, este grupo, somente reuniu-se duas vezes até 2018 (PRAKASH, 2018). No entanto, factores como a localização geo-

estratégica de Moçambique na costa Este Africana e as aspirações Indianas em desempenhar um papel de liderança no Índico levaram a que se reactivasse o interesse neste grupo de trabalho conjunto de defesa que passou a reunir-se com maior frequência.

Outro acordo na área de segurança foi assinado em 2012, que permite a Índia patrulhar as águas territoriais moçambicanas no Oceano Índico. No mesmo ano, a marinha naval indiana iniciou o patrulhamento anti-pirataria no Canal de Moçambique. Para além dos memorandos e da cooperação ao nível bilateral, a cooperação na área de defesa também toma forma pela cooperação Multilateral através da IORA e do *Indian Ocean Naval Symposium*<sup>125</sup> (IONS) em que os dois países são membros. Já no ano de 2019, como apresentado no quadro 2 deste capítulo sobre os acordos assinados, o ministro da defesa indiana visitou Moçambique e seu homólogo também o fez no mesmo ano. A visita do ministro da defesa indiano a Moçambique resultou em dois memorandos nomeadamente, acordo sobre o compartilhamento de informações sobre *White Shipping* e outro sobre cooperação no campo da hidrografia (FREY,2019).

As visitas e os acordos assinados demonstram o interesse de ambas partes cooperarem no sector de segurança mas acima de tudo demonstra o interesse indiano em prover segurança marítima a Moçambique com o objectivo de obter acesso e controlo do Canal de Moçambique. No próximo capítulo analisa com profundidade como Moçambique é estratégico para a Índia ao responder aos interesses mais altos da sua política externa. Será ainda demonstrado, como a estratégia da China de *One Ring One Belt* que atravessa o Oceano Índico é mais um factor que contribui para a Índia “estrategizar” as suas alianças com Moçambique com vista a proteger o seu espaço de acção “natural”.

### 3.2.3 Doações

Como apresentado no segundo capítulo, as doações compõem parte dos instrumentos de cooperação para o desenvolvimento da Índia. Como tal, Moçambique não foge a regra da promoção da diplomacia indiana. Assim sendo, a Índia tem feito doações de variada gama para Moçambique em valores e produtos como se pode observar no quadro 4 de seguida. Esta é outra

---

<sup>125</sup> É um fórum para aumentar a cooperação marítima entre os estados da região do Oceano Índico. O fórum é realizado bienalmente e ajuda a preservar as relações pacíficas entre as nações e, portanto é fundamental para a construção de uma arquitectura de segurança marítima eficaz na região do Oceano Índico (AUSTRALIAN NAVY, 2020).

vertente positiva da relação bilateral com a Índia pois, é uma das características filantrópicas que vem desde o período da guerra fria com a criação do MPNA.

**Quadro 4 - Donativos a Moçambique do Governo Indiano**

2006	Oferta de uma fábrica de processamento da castanha de caju (145 mil dólares) para o Distrito de Nangade na província de Cabo Delegado <sup>126</sup> .
2007	Instalação de computadores nas escolas públicas nos Distritos de Mocuma e Chibuto nas províncias de Zambézia e Gaza respectivamente.
2008	Concessão de um donativo para a instalação de um projecto designado “ <i>Hole in the Wall</i> ” <sup>127</sup> e financiamento para o projecto “ <i>pan-African Network</i> ” <sup>128</sup> .
2009	Oferta de 1 milhão de Dólar para projectos na área da agricultura nomeadamente no agro-processamento e agricultura comercial.
	Oferta de 700 mil Dólares para o Centro de Transferência de Chókwe
	Oferta de 300 mil Dólares para a promoção de processamento de algodão de pequena escala.
2010	Donativo de 4.5 milhões de Dólares para apoiar a Polícia da República de Moçambique.
	Oferta de dois institutos Orçada em 40 milhões de dólares; i) Formação de quadros no sector de carvão; ii) planificação da indústria carbonífera em Moçambique.
2012	Financiamento de projecto de Reabilitação da Barragem de Chipembe e do Regadio de Nguri na Província de Cabo Delgado no valor de 10 milhões de Dólares.
2016	Doação de 10 milhões de dólares americanos ao Ministério do Comércio e investimentos para a compra de cereais para as populações afectadas com a seca. No mesmo ano foi feito o donativo de 100 toneladas de medicamentos essenciais ao Ministério da Saúde e por último a entrega de veículos de transporte para o Ministério do Interior. Oferta de 4 autocarros no valor de 122000 USD e veículo blindado de transporte de pessoal <sup>129</sup> .
2019	Três navios indianos foram enviados a Beira logo após ter sido atingido pelo ciclone Idai, fornecendo salvamento, apoio médico e medicamentoso a cerca de 3500 pessoas.
2019	Envio de mais um navio contendo 250 toneladas de arroz e 500 kg de medicamentos para população da Beira, no âmbito do apoio as populações afectadas pelo ciclone Idai.

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de dados obtidos do MINEC e MFA<sup>130</sup>.

É interessante mencionar aqui que algumas das doações apresentadas neste quadro 4 são datadas anteriores as descobertas de gás natural. Este espírito filantrópico da Índia sempre esteve presente em Moçambique pois, está associado a sua cultura e a presença da sua diáspora. Para além das doações feitas pela Índia, a cooperação é reforçada pela atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior e formações em áreas especializadas para técnicos das instituições estatais através dos programas de ITEC/SCAAP. Segundo o Alto Comissariado da Índia (2019), Moçambique recebe mais de cem bolsas por ano. Este é mais um exemplo da parceria Sul-Sul

<sup>126</sup> A fábrica foi inaugurada em 24 de abril de 2013.

<sup>127</sup> Estabelecimento de computadores para crianças nos Distritos de Chibuto e Mocuba.

<sup>128</sup> Em Moçambique os VSAT (*Very Small Aperture Terminal*) estão localizados no Hospital Central de Maputo (Site de Tele-Medicina), na UEM (Site de tele educação) e na Presidência da República (entre Índia e os 12 chefes de Estados Africanos).

<sup>129</sup> Veículo blindado utilizado para o transporte de tropas, feridos, e equipamento.

<sup>130</sup> *Ministry of Foreign Affairs of India*.

que ajuda a encaminhar a ajuda numa das áreas que Moçambique mais precisa que é o da formação técnico-profissional.

### 3.2.4 Relações Culturais

A primeira parte deste capítulo, detalhou como a presença secular indiana em Moçambique influenciou a forma de ser e estar dos moçambicanos. Actualmente, com a presença de uma população de mais de vinte mil pessoas de origem indiana, os laços culturais entre estes dois países estão presentes em toda parte do país, até mesmo onde não se sentiu a colonização portuguesa, a cultura indiana encontra-se lá presente. Em algumas regiões do Norte de Moçambique, a forma de vestir das mulheres moçambicanas assemelha-se bastante das mulheres indianas no que toca a cobrir o seu cabelo como pode-se observar nas imagens 9 e 10 seguintes:

**Imagem 12 - Mulher Moçambicana**



**Fonte:** Sykora (2017).

**Imagem 13 - Mulher Indiana**



**Fonte:** Cotrim (2009).

Ainda hoje se sente a forte presença da cultura indiana na culinária moçambicana, língua ou mesmo indumentária como afirma Cotrim (2009) “a presença indiana é um factor decisivo de envolvimento do traje da mulher moçambicana”. Pode-se ainda observar através do quadro 2 deste capítulo que um dos primeiros acordos assinados entre os dois países estava ligado a cultura e, actualmente há esforço de intercâmbio cultural através da criação da Associação Cultural Indiana e também pelo Alto Comissariado da Índia em Moçambique que tem organizado festivais para promover o intercâmbio cultural entre os dois países.

Desde o estabelecimento da missão diplomática moçambicana em Nova Deli, ambos os países decidiram trabalhar para aprofundar os laços económicos, militares e culturais. É

importante também mencionar que qualquer relação entre dois países fica mais forte quando existe a partilha de laços culturais. Portanto, o Governo de Nova Deli tem sempre mencionando a ligação cultural e de amizade nos seus discursos para enaltecer a sua parceria com Moçambique. O Alto Comissariado Indiano tem ainda realizado em diversas cidades de Moçambique eventos sócio-culturais aproveitando os dias nacionais de cada estado.

O grande número de diáspora indiana que se encontram em Moçambique se dedica ao comércio a grosso e retalho ao longo do país. Como resultado desta presença secular, Moçambique possui um diverso número de Templos Hindus e mesquitas espalhados ao longo do país e respectivas sedes como observado no sub-capítulo da diáspora indiana em Moçambique. Na capital Maputo e em outras províncias celebram-se festivais e dias especiais como Eid<sup>131</sup>, Diwali<sup>132</sup>, que permitem a interacção com as diferentes gerações de famílias indianas que vivem em Moçambique. A comunidade Indiana em Moçambique organiza eventos culturais assim como a Associação Cultural para as Relações Culturais que tem desempenhado um papel importante no intercâmbio cultural entre os dois países. A associação cultural indiana organiza festivais culturais, exposições e seminários culturais partilhando os hábitos e costumes dos dois povos.

Resumidamente, o presente capítulo descreveu na sua primeira parte a formação e o papel da diáspora indiana em Moçambique bem como o seu apoio na luta de libertação colonial. Esta presença que até hoje joga um papel importante na aproximação entre os dois países. Já na segunda parte foi descrita a evolução das relações económicas onde o comércio bilateral apresenta taxas de crescimento alto. Porém, é o sector energético que mais se destaca nesta relação através de investimentos avultados por parte da Índia.

Chegado ao final do capítulo, é preciso lembrar a segunda hipótese levantada nesta tese, onde se afirmou que a presença da diáspora Indiana e o descobrimento de reservas de gás natural permitiram o aprofundamento das relações bilaterais entre Índia e Moçambique. Esta hipótese foi validada por três evidências a mencionar: primeiro a diáspora indiana é única na história moçambicana<sup>133</sup> que vem influenciando a sociedade desde os tempos remotos e, os seus laços culturais perduram até os dias hoje. Segundo, foi demonstrado que a diáspora e o estado indiano

---

<sup>131</sup> Maior celebração da religião islâmica que marca o fim de uma temporada de jejum denominados Ramadão.

<sup>132</sup> Também denominado de festival de luzes, marca a chegada do novo ano na religião hindú.

<sup>133</sup> Moçambique possui várias diásporas regionais provenientes dos países fronteiriços. Mas a maioria delas originaram através das fronteiras fictícias herdadas da colonização. Portanto, nesta tese considera-se diáspora indiana como única quando comparada a Europeia e Chinesa.

desempenharam um papel activo no apoio a luta de libertação de Moçambique. E por último, verifica-se uma forte mudança no padrão das relações económicas entre os dois países após o descobrimento das reservas de gás natural em Moçambique, onde este último passou a usufruir de balança comercial positiva e regista volumosos investimentos indianos no sector de gás natural.

Assim, para melhor perceber a evolução das relações bilaterais para estratégicas, apresenta-se de seguida o 4º capítulo que explora a convergência das potencialidades de Moçambique e necessidade energéticas da Índia.

## 4 NECESSIDADE ENERGÉTICA E APROXIMAÇÃO ESTRATÉGICA À MOÇAMBIQUE

“Mozambique’s strengths are also the areas of India’s need. And, what Mozambique requires, is available in India” (MODI, 2015).

O presente capítulo tem como objectivo identificar a necessidade de recursos energéticos pela Índia e analisar a sua aproximação com Moçambique. Assim, na sua primeira parte é descrita a necessidade de recursos energéticos pela Índia e seus interesses geo-estratégicos que a levam a procurar parceiros para garantir a sua segurança energética. Na segunda parte são identificadas e analisadas as principais potencialidades de Moçambique que irão permitir perceber a aproximação da Índia no contexto das dinâmicas geopolíticas na qual a Índia se encontra. O capítulo termina com uma análise sobre as perspectivas que advém para Moçambique da sua parceira estratégica com a Índia.

### 4.1 NECESSIDADE ENERGÉTICA DA ÍNDIA

No segundo capítulo desta tese foram apresentadas as prioridades da diplomacia energética da Índia através do mapa 7 e, no terceiro capítulo foi descrito o crescimento da parceria entre Índia e Moçambique em vários sectores, principalmente na questão dos investimentos Indianos no sector de gás em Moçambique. Neste sub-capítulo traz-se uma avaliação da relação da Índia com seus principais parceiros de importação no sector energético no que toca ao gás natural e carvão. Apesar do petróleo ser um dos recursos energéticos importante para a economia indiana, esta componente não será explorada pois, não se integra no contexto de descoberta de recursos energéticos em Moçambique.

O consumo de energia primária na Índia mais que duplicou entre os anos 1990 e 2013, atingindo cerca de 775 milhões de toneladas de equivalente em petróleo. A Índia tem a segunda maior população do mundo, com quase 1,3 bilião de pessoas como mencionado no segundo capítulo e, com uma taxa de crescimento de cerca de 1,4% do PIB a cada ano, desde 2004. Ao mesmo tempo, o consumo de energia *per capita* da Índia é um terço da média global, de acordo

com a Agência Internacional de Energia (AIE, 2016), demonstrando espaço para maior demanda de energia a longo prazo com o seu contínuo crescimento económico.

Como visto acima, o crescimento económico que a Índia está a registar, a partir dos anos 1990, cria demandas internas elevadas de volume de energia para alimentar as suas indústrias e a população em geral. E, para consubstanciar o mapa 5 do segundo capítulo demonstrou que apesar de a Índia possuir um vasto território, a mesma não possui grandes reservas de gás natural e de petróleo. Para agravar este cenário, a fonte de energia mais usadas que é o carvão, apesar de possuir em várias partes do país, não é suficiente para abastecer a sua demanda interna. Ademais já existem previsões do seu esgotamento. Estas previsões colocam sérios riscos à segurança energética da Índia.

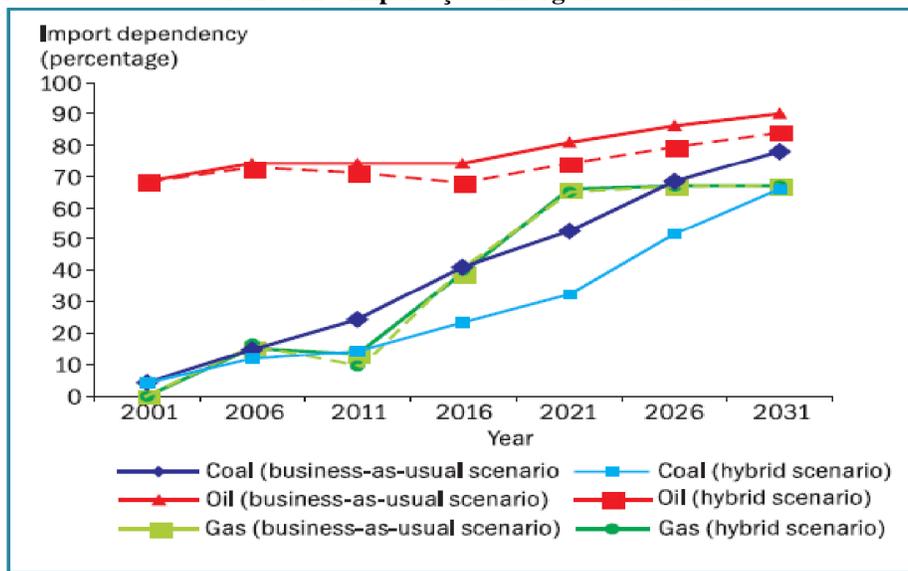
Portanto, com um uma economia actualmente em crescimento acelerado, e sem fontes energéticas internas, a Índia necessita de um fornecimento contínuo e diversificado de energia para suportar o seu crescimento ambicioso e garantir suas metas de bem-estar para as próximas décadas. Um estudo feito pelo *National Institute for Transforming India*<sup>134</sup> (NITI AAYOG, 2018), projecta que o consumo energético da Índia chegará ao equivalente a 2.300 milhões de toneladas de petróleo até 2047, dos quais o gás natural contribuirá com o equivalente a 173 milhões de toneladas.

Assim, Para melhor compreender a dependência energética da Índia, apresenta-se de seguida o gráfico 12 referente a importação de principais fontes de energia das quais a Índia depende:

---

<sup>134</sup> Centro de *Think Tank* de políticas do Governo da Índia.

Gráfico 12 - Importações Energéticas da Índia



Fonte: Srivastava (2019).

O gráfico 12 acima ajuda a perceber o perfil da dependência de importações energéticas da Índia a partir do ano de 2001, as quais devem se acentuar até o ano de 2031. Pode-se observar ainda que a importação do petróleo tende a manter-se ligeiramente estável ao longo dos anos entre 70 a 80%. O mesmo não se verifica com as importações de carvão e gás natural que apresentam demanda cada vez maior com 70% e 60% nomeadamente e, pode se notar a tendência de ter o mesmo patamar que a importação do petróleo por volta do ano 2031.

Apesar do petróleo ser o recurso energético com maior taxa de dependência da Índia, o maior recurso energético consumido na Índia é o carvão, com uma taxa de 44% seguido de petróleo com 34%, energia nuclear com 13%, gás natural com 7% e lignite com 2%. A maior parte da energia consumida na Índia vai para o sector industrial mais concretamente na área de manufacturas com 42%, uso doméstico 24%, agricultura 18%, uso comercial 9% e outros sectores menores com 7%, (SRIVASTA,2019).

Os esforços envidados pela Índia, relativos ao investimento em energias renováveis, tem estado a ganhar atenção internacional, contudo o carvão continua sendo uma das principais fontes primárias da sua geração de energia, (GROSS, 2019). Ainda, de acordo com o *World Coal Association* (2019), o consumo de energia da Índia cresce a 4,6% por ano. Neste momento, a Índia é o terceiro maior consumidor de energia do mundo, depois da China e dos EUA. No entanto, com as transformações económicas e sociais, tais como o crescimento populacional e a industrialização, prevê-se que a demanda por energia aumente significativamente.

Assim, para melhor compreender as necessidades energéticas da Índia no sector de gás e carvão, será de seguida apresentado de uma forma detalhada os dados da sua produção e consumo na Índia e bem como os seus principais parceiros.

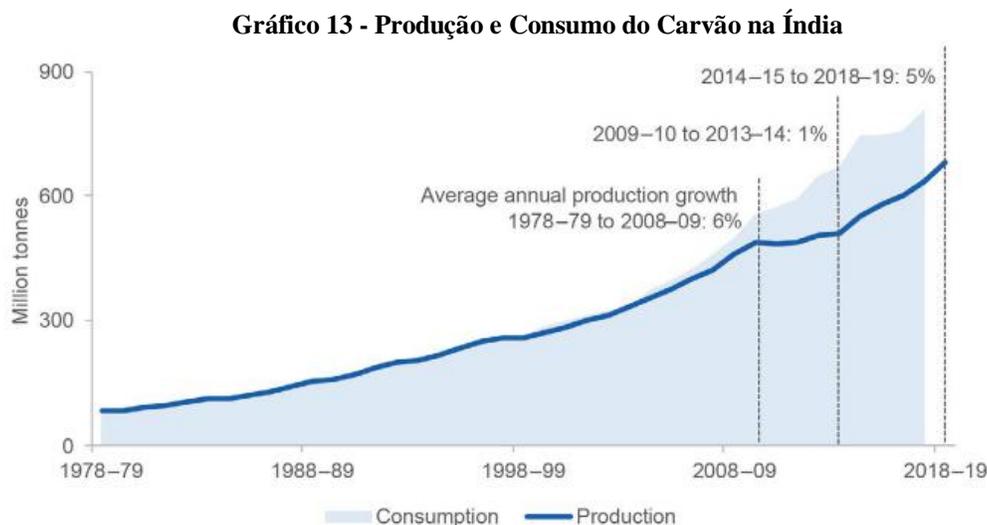
#### **4.1.1 Carvão Mineral**

Relatado pela AIE (2018) e a *WORLD COAL ASSOCIATION* (2019), apesar do crescimento significativo de energias renováveis, o carvão ainda é responsável pela parte principal da geração de energia na Índia, fornecendo 74% de sua eletricidade. De acordo com esta Agência, a previsão de aumento da demanda de carvão no país é de 120% até 2040. Com esta previsão fica claro que o carvão continuará sendo uma parte crucial do futuro sistema energético da Índia. Esta posição também é conformada por Philalay, Drahos e Thurtell (2019, p.14-15), segundo o qual, apesar dos inúmeros investimentos do governo da Índia em energias renováveis, o carvão mineral continua estando em primeiro lugar em termos de capacidade instalada de geração de energia. Deste modo, o carvão demonstra-se relevante para responder às futuras necessidades de energia do país.

Portanto percebe-se que ponto de vista de segurança energética, o carvão joga um papel crucial. Isto porque o carvão é a fonte de energia mais abundante na Índia como visto no mapa 5 do segundo capítulo e, as estações de geração de energia a base de carvão são as dominantes na indústria indiana. Ainda, segundo Philalay, Drahos e Thurtell (2019), a mineração de carvão e a geração de energia são duas grandes indústrias da Índia e, juntas, representam cerca de um décimo da produção industrial do país e empregam directamente cerca de meio milhão de pessoas. O sector de carvão também gera emprego adicional substancial através do sector de transportes. O sector ferroviário é o maior empregador civil da Índia, e os sectores de carvão e ferroviário são fortemente interdependentes por meio de subsídios cruzados. Portanto, observa-se aqui as cadeias de valor integradas no sector de carvão na Índia.

Contudo, apesar da grande importância que o carvão mineral tem para a indústria energética da Índia, o país ainda produz menos do que consome como se pode observar no gráfico 13 abaixo. Segundo Philalay, Drahos e Thurtell (2019), isto se deve a constrangimentos relacionados a: aquisição de terras, processos de aprovação e infra-estrutura de transportes inadequada. O gráfico abaixo demonstra também a diferença entre o que foi produzido e o que foi

consumido, em termos de carvão mineral, no período entre 1978-79 e 2018-19. Portanto, é possível verificar através do deste gráfico 13 que, a partir dos anos 2008-9 o consumo do carvão mineral começou a superar a sua capacidade de produção doméstica:



**Fonte:** Philalay, Drahos e Thurtell (2019, p.16).

O gráfico 13 demonstra claramente como a produção interna não acompanha o consumo interno que por sua vez tende a aumentar cada vez mais ao longo dos anos e, no ano de 2018-19 a diferença chega a atingir valores acima de 100 milhões de toneladas. Observando este gráfico 13, entende-se que a previsão de dependência externa apontada é de aumentar ao longo dos anos como se pode observar pela curva de produção. E, esta previsão já se está a verificar actualmente na Índia o que é alarmante para a sua segurança energética pois, implica novas estratégias de parcerias. Portanto, a elevada dependência da economia no carvão torna a Índia num estado vulnerável, dependente e compromete a sua segurança energética.

#### 4.1.2 Gás Natural

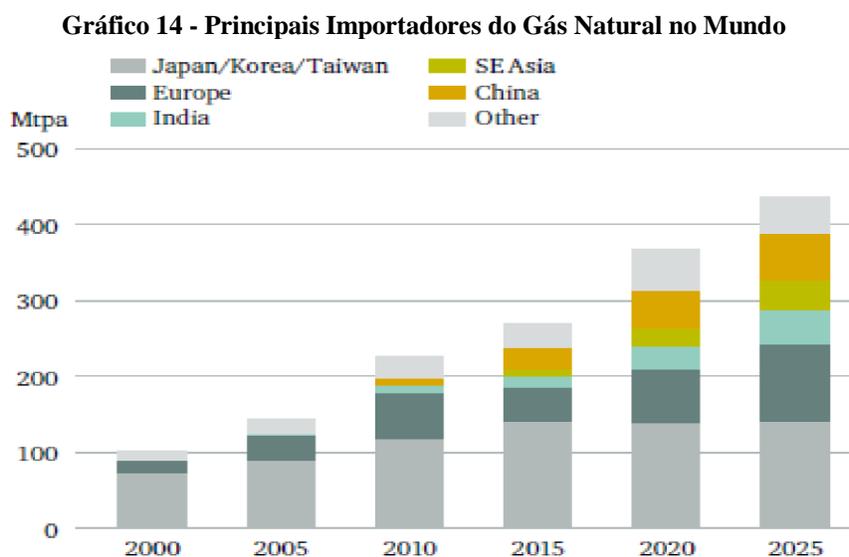
O Gás natural é um combustível limpo que possui uma ampla utilidade nos sectores energético e não energético. Este recurso pode ser usado para geração de electricidade, distribuição de gás nas cidades para suportar actividades domésticas, como um combustível alternativo no sector de transportes, fertilizante e indústria petroquímica e em outras indústrias.

E, no caso da Índia, de acordo com Lakshmi *et al* (2019), o gás natural é aplicado para vários fins, isto é, fins energéticos (60.68%) como também para fins não energéticos (39.32%).

No caso de fins energético, o gás é aplicado para a geração de electricidade, combustível industrial, plantação de chá, rede de transporte, refinaria, consumo doméstico. O gás é ainda aplicado em outros sectores que não geram energia tais como: na indústria de fertilizantes, petroquímica e produção de ferro-esponja<sup>135</sup> (LAKSHMI *et al.*, 2019). Assim, pode-se perceber que este recurso tem vários fins de aplicação na economia indiana.

Em termos estatísticos, a Índia era auto-suficiente na produção e consumo do gás natural até 2004 porém, com o aumento da sua demanda, a Índia não mais consegue responder pela exploração do seu gás natural. Como resposta, a Índia inicia a procura deste produto no mercado internacional, importando este produto do Qatar (AIE,2016).

Será importante mencionar que a procura do gás natural tem perspectiva de crescer e, como observado pelo gráfico 14 abaixo, a Índia se encontra na lista de maiores importadores mundiais:

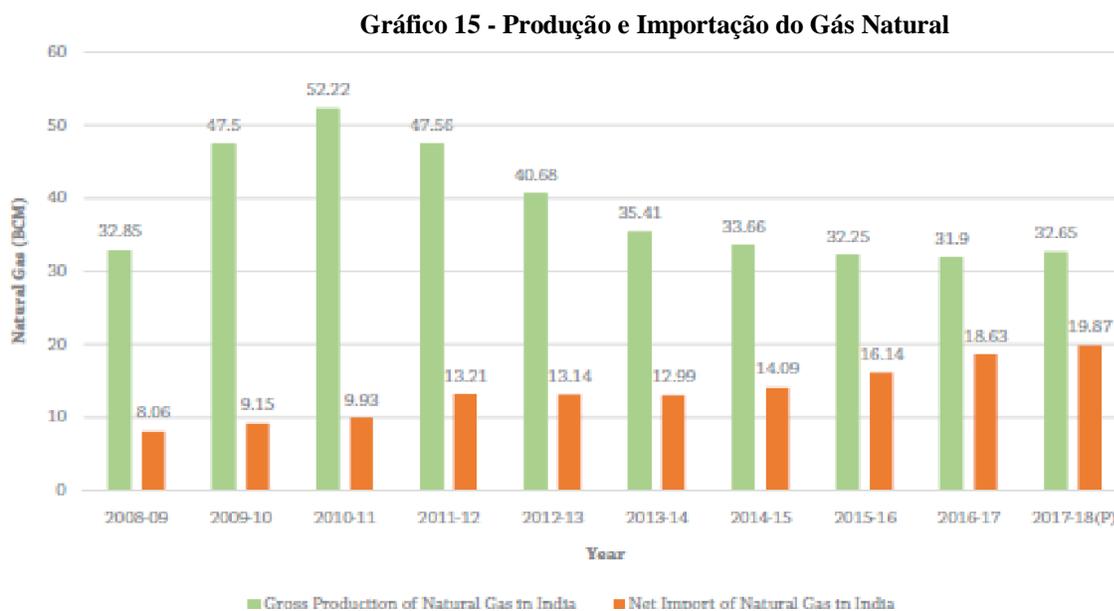


Apesar do gráfico 14 apresentar uma percentagem de consumo do gás natural reduzido para Índia quando comparada a Europa, Japão e China, a importação deste produto apresenta

<sup>135</sup> Um produto produzido com base no minério de ferro. Geralmente possui a forma de pelotas ou grumos, e é submetido a um processo de redução que é criado pelo uso de um gás de redução emitido por carvão ou gás natural. Um dos usos mais comuns para a esponja de ferro é na criação de ferro forjado (MANUTENÇÃO E SUPRIMENTOS, 2018).

taxa de crescimento notável. E, uma vez que a produção doméstica de gás natural na Índia pode suprir apenas parcialmente a sua demanda interna, a Índia terá que indubitavelmente aumentar os seus níveis de importação para preencher o *gap*. Esta dependência na importação do gás natural torna mais uma vez a segurança energética da Índia vulnerável a eventos regionais e globais.

Para além da dimensão global, é preciso também ter a dimensão interna da Índia em relação ao seu consumo e produção a nível interno. Assim, apresenta-se a seguir o gráfico 15 abaixo que ilustra a capacidade produtiva e de importação do gás natural pela Índia:



Fonte: Kulkarni e Pimpalkhare (2019).

Pelo gráfico 15, percebe-se que a produção do gás natural na Índia está a baixar, e a importação a aumentar. Isto se deve pelo facto dos investimentos do governo indiano na construção de infra-estruturas para impulsionar o aumento de uso gás natural no país. Assim, Kulkarni e Pimpalkhare (2019) trazem três projecções diferentes de previsão da demanda na Índia tomando em consideração as políticas energéticas que esta poderá adoptar como se observa na tabela 16 seguinte:

**Tabela 16 - Projecção da Demanda de Gás Natural na Índia**

Agência IEA	(Valores em bilhões de metros cúbicos)		Demanda do Gás Natural em 2040
	2017 (BCM)	2040 (BCM)	
Políticas Actuais	54	161	7%
Novas Políticas	54	163	8%
Políticas Sustentáveis	54	234	16%

**Fonte:** Kulkarni e Pimpalkare (2019).

Pela tabela 16 observa-se que a demanda do gás natural irá duplicar no ano de 2040 mesmo tomando em consideração as diferentes políticas a serem adoptadas pela Índia. Assim, caso a Índia opte por política mais sustentável, a sua importação será de cerca de 234 bilhões de cúbicos metros. E, caso as políticas actuais se mantenham, a sua importação chegará 161 bilhões de cúbicos metros. Importa referir que a Índia também faz parte do Acordo Climático de Paris assinado em 2015 que prevê a redução da emissão de gás de estufa. Assim, a Índia terá que ter em conta este compromisso nas suas políticas de redução do uso de carvão, e encontrar mecanismos de substituí-lo.

A previsão do aumento constante da demanda de gás natural implica uma preparação interna em termos de logística na Índia, fala-se concretamente dos portos e gasodutos para o transporte do gás natural para as fontes de consumo. Tendo em conta este aspecto, Kulkarni e Pimpalkhare (2019) apontam que Governo da Índia determinou a meta de instalar uma capacidade de 175 Gigawatts (GW) de energia renovável até 2020. Dadas as limitações da energia renováveis em suportar o pico de demanda por energia nas noites, as estações de geração de energia por gás podem jogar o papel importante de equilibrar a rede energética por forma a garantir o contínuo fornecimento de energia eléctrica. Com um suporte governamental adequado, a capacidade de geração de energia das estações de gás pode ser aumentada, levando a uma maior quota de gás natural na geração de electricidade sem a adição de novas estações de geração de energia por gás.

O governo pretende ainda aumentar a cobertura da rede de geração direccionada no país para cobrir 70 % da população Indiana ao longo de 50 % da área geográfica do país. Investimentos no valor de 2.8 bilhões de dólares está sendo planificado pela *Indian Oil Corporation* para a distribuição de gás natural nas residências, para a indústria e para o sector de transportes. O Governo prevê também construir uma ligação de gasodutos adicional de cerca de 13.500 km para alcançar as necessidades de gás da rede nacional (KULKARNI; PIMPALKHARE, 2019).

Ainda na senda da expansão da rede de gás natural, o governo da Índia pretende também aumentar o número de estações de gás natural comprimido (*Compressed Natural Gas* - CNG) para 10,000 até 2030. Os veículos a CNG podem aumentar de 3.3 milhões em 2019 para 33 milhões em 2030. Foram estabelecidas também novas terminais de Gás Natural Liquefeito (LNG<sup>136</sup>) no país. Assim, há quatro terminais com uma capacidade combinada de 27.5 milhões de toneladas métricas por ano para receber o gás natural e com previsão de aumentar a capacidade anual das terminais de LNG para 70 milhões de toneladas (KULKARNI; PIMPALKHARE, 2019).

Toda esta envergadura de investimentos nas construção de infra-estruturas para responder a demanda de gás natural e cumprir com os acordos climáticos, e pelo antes exposto, pode-se dizer que a Índia está a preparar-se para grandes mudanças da sua estrutura económica com o incremento do uso do gás natural.

### **4.1.3 Principais Fornecedores Energéticos da Índia**

Para melhor compreender a necessidade de diversificação de parceiros energéticos da Índia, a tese traz de seguida os principais parceiros de importação de gás natural e de carvão da Índia. Será feita uma análise sobre os actuais parceiros energéticos bem como as vantagens de Moçambique na estratégia da diversificação energética da Índia.

#### *4.1.3.1 Carvão*

Como observado anteriormente, o aumento do consumo de carvão leva a Índia incrementar a importação das quantidades desta matéria-prima. Em 2018 as importações de carvão da Índia totalizou 4.6 biliões de dólares (WORKMAN, 2020). Esta dependência leva a Índia a procura de diversificação de parceiros que por sua vez é crucial para a sua segurança energética.

O principal parceiro de importação de carvão mineral da Índia é a Indonésia. Isto deve-se ao facto de que o seu custo é relativamente baixo da importação do carvão dada proximidade geográfica. Para além deste país, a Índia também importa carvão em menores quantidades, de

---

<sup>136</sup> *Liquefied Natural Gas.*

países como Austrália, África do Sul, Colômbia, Rússia e Moçambique (PHILALAY; DRAHOS; THURTELL, 2019).

Em termos de percentagem, de acordo com Varadhan (2019), a Indonésia fornece cerca de 61% do total do carvão importado pela Índia, enquanto a África do Sul fornece em volta de 22% e os Estados Unidos fornece cerca de 7%.

O carvão da Indonésia apesar se ter baixos custos de transporte pela reduzida distância, tem a desvantagem de manter a Índia na dependência por o maior fornecedor externo. Apesar da vantagem da proximidade geográfica, a dependência que a Índia tem com a Indonésia, pode ser considerado um risco para a sua segurança energética em dois cenários: o primeiro cenário seria no caso de uma possível oscilação dos preços no mercado internacional, isto é, no caso de aumento daria a Indonésia uma clara vantagem. Outro cenário está ligado com as relações entre Indonésia e a China. Esta última está em progresso com seu plano gigantesco de *one road one belt initiative*<sup>137</sup> e actualmente (2019) tornou-se entre os maiores investidores na Indonésia principalmente no sector de infra-estruturas para poder controlar as rotas marítimas bem como os seus portos. E, se controlo se efectivar pela China, pode ameaçar as actuais relações comerciais com Índia visto que a ascensão económica da Índia claramente é uma ameaça à hegemonia da China na Ásia.

Em relação a África do Sul, sendo uma potência regional em crescimento, encontra-se como a sétima maior consumidora de carvão no mundo e, na mesma posição em relação a produção (SOUTH AFRICA..., 2019). Portanto, prevê-se o aumento da sua demanda interna o que poderá interferir na sua capacidade de exportação para outros países como o caso da Índia. Consta, que o carvão fornecido pelos Estados Unidos é melhor em termos de combustão contudo, o custo de importação torna-se elevado pela distância que existe entre os mesmos.

A Índia tem a possibilidade de importar carvão da Austrália também, porém, apesar de este ser um dos maiores produtores mundiais de carvão, o mesmo tem sofrido pressões internas e externas com vista a redução da exploração deste recurso e assim reduzir a pressão ao meio ambiente<sup>138</sup>.

Portanto, analisando a dinâmica interna dos parceiros da Índia em relação a exportação do carvão, pode-se perceber que todos os parceiros actuais possuem algum tipo de desvantagem e as

---

<sup>137</sup> Para mais detalhes desta iniciativa vide o ponto 4.2.4 deste capítulo.

<sup>138</sup> Semelhante a Índia, a Austrália faz parte dos países que assinaram o Acordo de Clima de Paris de 2015.

dinâmicas internas de cada parceiro energético podem afectar directamente a segurança energética da Índia. Esta condição, leva a Índia interagir com outros estados com grandes reservas de carvão para garantir a sua estratégia de diversificação como o caso de Moçambique.

Moçambique possui uma das maiores reservas de carvão ao céu aberto e encontra-se a sete dias de distância através do transporte marítimo. Assim, Moçambique apresenta dupla vantagem para Índia, primeiro no que tange a localização e segundo possui em termos de quantidade.

#### *4.1.3.2 Gás Natural*

Actualmente, os maiores fornecedores do gás natural da Índia são Qatar com 62%, Nigéria 12% e Austrália 5.3%. Com o objectivo de diversificar as suas fontes a Índia começou a importar nos últimos anos gás natural em menores quantidades da Rússia e dos EUA, (PRAKASH, 2018). Em termos quantitativos a Índia importa cerca de 8.5 milhões de toneladas gás natural liquefeito por ano a partir do Qatar e 2.5 milhões de toneladas de gás natural da Rússia com o objectivo de aumentar a quantidade de gás natural importada por forma a responder à crescente demanda energética nacional (INDIA MAY..., 2020).

O Qatar encontra-se dentre os países com maiores reservas de gás natural do mundo e também um dos maiores exportadores deste recurso a nível mundial contudo, este país possui a desvantagem da localização geográfica pois, encontra-se na região do Médio Oriente que é uma zona considerada bastante instável. Para agravar, o Qatar sofre sanções diplomáticas desde 2017 por parte de Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Bahrein, o que pode prejudicar a sua relação com os países importadores de gás natural dependendo de alianças políticas internacionais. Ainda na região do Médio Oriente, tendo em conta a instabilidade entre Afeganistão e Paquistão, concretamente com o Irão, a Índia adoptou uma posição cuidadosa/cautelosa em relação a proposta de construção de gasodutos ligando a Ásia Ocidental ao Oriente da Ásia (KULKARNI; PIMPALKHARE, 2019).

A Rússia e a Índia conservam uma amizade secular porém, grande parte do gás Russo está direccionado para a Europa por questões geopolíticas. E recentemente as relações entre a China e a Rússia tem crescido de uma forma rápida neste sector, onde a Rússia pretende ser o

maior fornecedor de gás natural para China até o ano de 2035<sup>139</sup>. Assim, a China mais uma vez aparece como um empecilho para a Índia pois, o seu consumo de gás natural também tem aumentado.

Em relação aos EUA, para além do factor distância, as relações entre os dois países já teve um passado conturbado pelas sanções económicas que esta aplicou a Índia durante o período em que a mesma fez teste nucleares *underground* em 1998 e, somente em 2001 foram levantadas após o ataque de 11 de Setembro nos EUA<sup>140</sup>. Assim sendo, a Índia deve estar mais cautelosa do que qualquer outro país tendo em conta capacidade sancionatória dos EUA com vista a mudar o comportamento dos estados.

Em relação a Austrália, que também é um dos maiores exportadores de gás natural a nível mundial, tem a desvantagem de estar distante da Índia assim como os EUA e Nigéria pois, torna-se um factor de peso nos custos de importação para a Índia. Ainda mais, a Austrália além de sofrer críticas com vista a reduzir a sua produção e respeitar os acordos climáticos assinados, o governo australiano pretende reduzir a exportação do gás natural para responder as demandas internas (PRAKASH, 2018).

Conforme acima exposto, a Índia, apesar de ter como seu principal parceiro na importação do gás natural o Qatar, aproximou-se recentemente dos EUA, Austrália e Rússia. Esta posição, demonstra que apesar de ter um parceiro forte como o Qatar, não é suficiente para garantir a segurança energética de um estado e, como afirma Kulkarni e Pimpalkhare (2019, p. 7-9), a parceria com Qatar, Rússia e EUA, vai ajudar a Índia administrar a sua demanda de gás natural apenas nos próximos anos.

Portanto, para a Índia, mesmo tendo vários parceiros no sector de gás natural, continua tendo a necessidade de diversificação de parceiros energéticos, com vista a reduzir as vulnerabilidades geográficas, obter melhores preços, garantir diferentes parceiros energéticos e por fim reduzir o máximo de riscos para si. Desta forma, Kulkarni e Pimpalkhare (2019, p. 7-9), consideram que os países africanos são potenciais fornecedores de gás natural como a África do Sul, o Egipto, a Argélia e Moçambique, países onde se registaram, recentemente, descobertas de reservas de gás natural.

---

<sup>139</sup> Estas previsões estão dentro do plano estratégico denominado *Power of Siberia*, que visa a colocação de gasoduto que irá transportar gás natural da Rússia para o litoral da China.

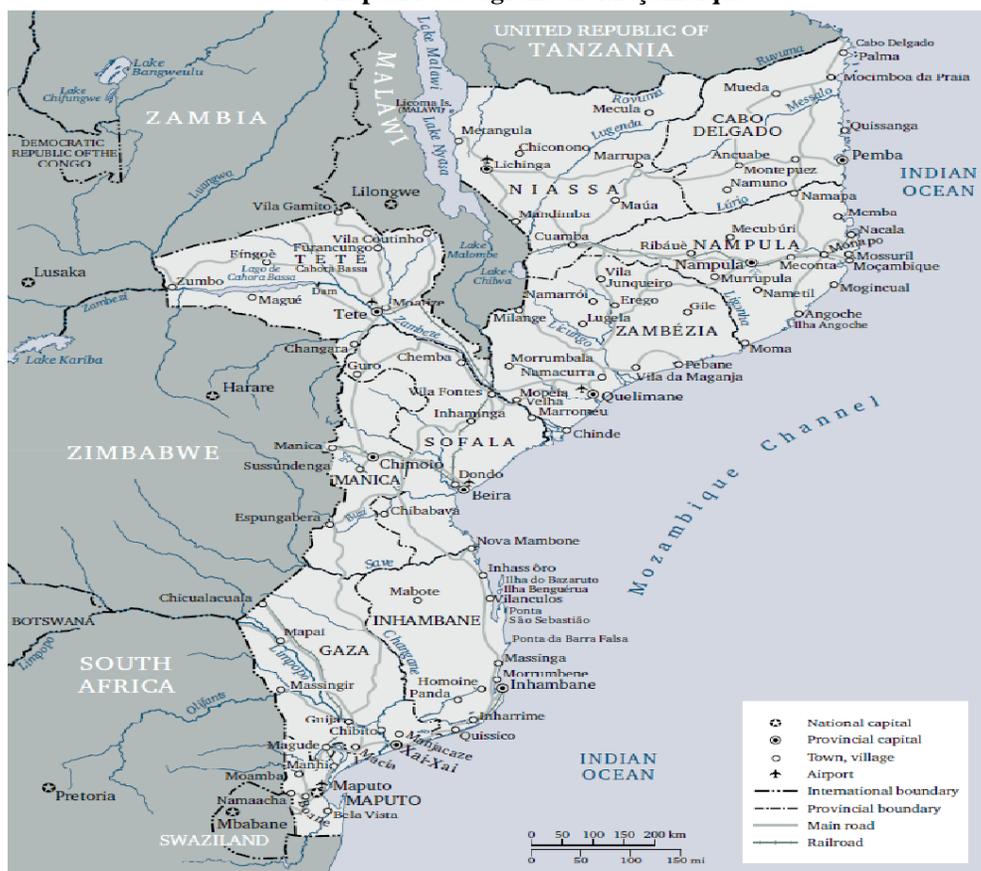
<sup>140</sup> Os EUA levantaram as sanções com o intuito de estabelecer uma parceria na luta contra o terrorismo.

Portanto, sendo as relações internacionais uma área em constantes mudanças, é extremamente importante para a Índia usar estratégias de aproximação com outros estados promissores de produção energética como o caso de Moçambique, com vista a responder sua segurança energética e sobrevivência da sua economia. E, para além das recentes descobertas de grandes quantidades de gás natural que irão levar Moçambique a ser um dos maiores produtores deste produto ao nível mundial, a mesma ainda possui a vantagem geo-estratégica com acesso directo ao Oceano Índico como descrito de seguida.

#### 4.2 POTENCIALIDADES DE MOÇAMBIQUE

Moçambique possui múltiplas fronteiras, devido a sua localização junto ao mar na África Austral. Do lado Oriental com seguintes países fronteiriços: no Norte localiza-se a Tanzânia, a Noroeste Malawi e a Zâmbia, do lado Oeste Zimbabué, e do lado Sul a Eswatini e África do Sul como bem ilustrado no mapa 14 mais abaixo. Todo o lado Este Moçambique é banhado pelo Oceano Índico onde se encontram Madagáscar e Comores. No canal de Moçambique existem ainda ilhas que estão ocupadas até hoje pela França como as ilhas de Reunião, Juan de Nova e Ilha Europa (MOÇAMBIQUE, 2009). Tem uma área de 801.590 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 27.909.798 habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2017). O mapa 14 a seguir apresenta uma descrição detalhada das províncias, distritos, cidades e aeroportos:

Mapa 14 - Geografia de Moçambique



Fonte: Vines *et al.* (2015).

Em termos morfológicos, a metade norte (a norte do rio Zambeze) é um grande planalto, com uma pequena planície costeira bordejada de recifes de coral, limitando no interior com maciços montanhosos pertencentes ao sistema do Grande Vale do Rift. A metade sul é caracterizada por uma larga planície costeira de aluvião, coberta por savanas e cortada pelos vales de vários rios, o mais importante dos quais é o rio Limpopo (MOÇAMBIQUE, 2019). O país ainda possui 30 milhões de hectares de terra arável que não estão em uso.

Sendo o Oceano Índico o mais quente de todos oceanos, Moçambique possui um clima tropical e uma das praias de topo do mundo constituindo um atractivo turístico e potencial de investimentos. Ainda, a corrente quente do Canal de Moçambique como se pode observar no mapa 15 permite a existência de uma grande quantidade e qualidade de peixes na costa moçambicana (CHICHANGO, 2009). Quanto às águas do interior, existem alguns rios que são navegáveis em determinadas épocas do ano, constituindo também obstáculos de valor, é o caso dos seguintes Rios: Rovuma, Zambeze (navegável em cerca de 460 km) e Limpopo.

Maputo é a capital do país e a língua oficial é o Português. Contudo, existem outras línguas nacionais faladas ao longo do país como *Cicopi, cinyanja, cinyungwe, cisenga, cishona, ciyao, echuwabo, ekoti, elomwe, gitonga, maconde (ou shimakonde), kimwani, macua (ou emakhuwa), memane, suaíli (ou kiswahili), suazi (ou swazi), xichanga, xironga, xitswa e zulu*.

Percebe-se pelo exposto acima da diversidade cultural e do seu relevo. Estas duas dimensões são grandes potencialidades para a Índia aumentar seus investimentos nas áreas de agricultura, pesca e turismo. De seguida, são apresentadas as potencialidades de Moçambique tendo em conta as prioridades da Política Externa indiana demonstrada no segundo capítulo, que neste caso são os recursos energéticos, localização privilegiada no Canal de Moçambique e mercado de exportação.

#### 4.2.1 Recursos Minerais e Energéticos

Ao longo do território Moçambicano, principalmente nas regiões centro e norte, existem numerosas e variadas reservas minerais, podendo se destacar: ouro, pedras preciosas e semi-preciosas, calcário, mármore, bauxite, areias pesadas, titânio, grafite, tantalite, águas marinhas, entre outros minerais (MOÇAMBIQUE, 2019). Ainda, no ano de 2019 foi descoberta grandes reservas de ouro na província de Cabo Delgado consideradas serem uma das maiores da África (ACHÁ, 2019). Para além do ouro ainda mais, Moçambique entrou também na lista de possuidor de melhor rubi do mundo pelas suas propriedades (MOZAMBIQUE RUBY, 2019).

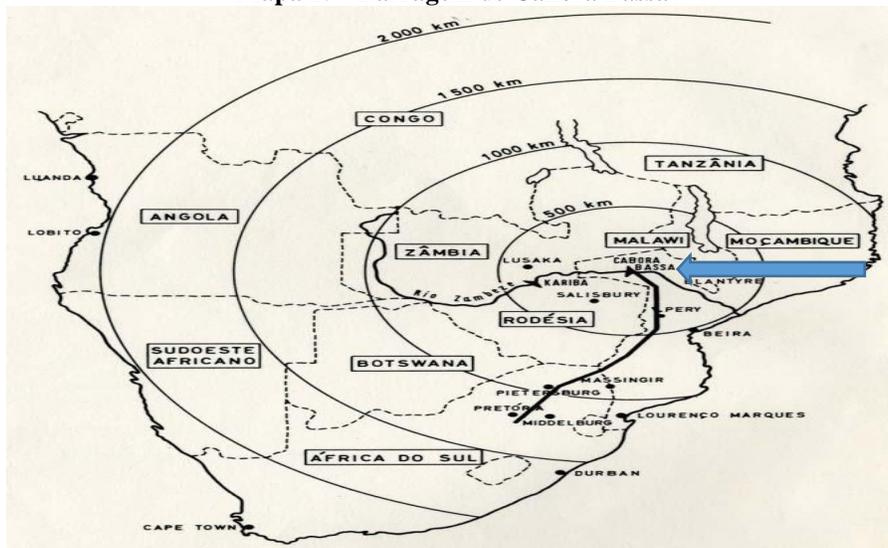
Em relação aos recursos energéticos, Moçambique possui a Barragem de Cahora Bassa<sup>141</sup> que contribui para incrementar o poder energético na região da África Austral desde a sua independência. Esta barragem possui a 4ª maior albufeira de África com uma extensão máxima de 250 km de comprimento e 38 km de afastamento entre margens, ocupando cerca de 2700 km<sup>2</sup> e, tem uma profundidade média de 26 metros. A barragem tem uma capacidade de produção energética superior a 2075MW de energia, abastecendo a Moçambique perto de 250MW, a África do Sul com 1.100MW e o Zimbabué com 400MW (MOÇAMBIQUE, 2019, MAHUMANE; MUDLER, 2015). De seguida veja o Mapa 15 abaixo para uma melhor percepção do potencial desta barragem. A seta azul indica a localização da barragem e os raios

---

<sup>141</sup> Cahora Bassa é uma palavra em Nyungwe que significa o trabalho acabou.

demonstram a distância em relação aos países vizinhos e como a energia da barragem de Cahora Bassa chega até o destino longínquo da África do Sul com cerca de 1500 km:

**Mapa 15 - Barragem de Cahora Bassa**



Fonte: Carvalho *et al* (2014)<sup>142</sup>.

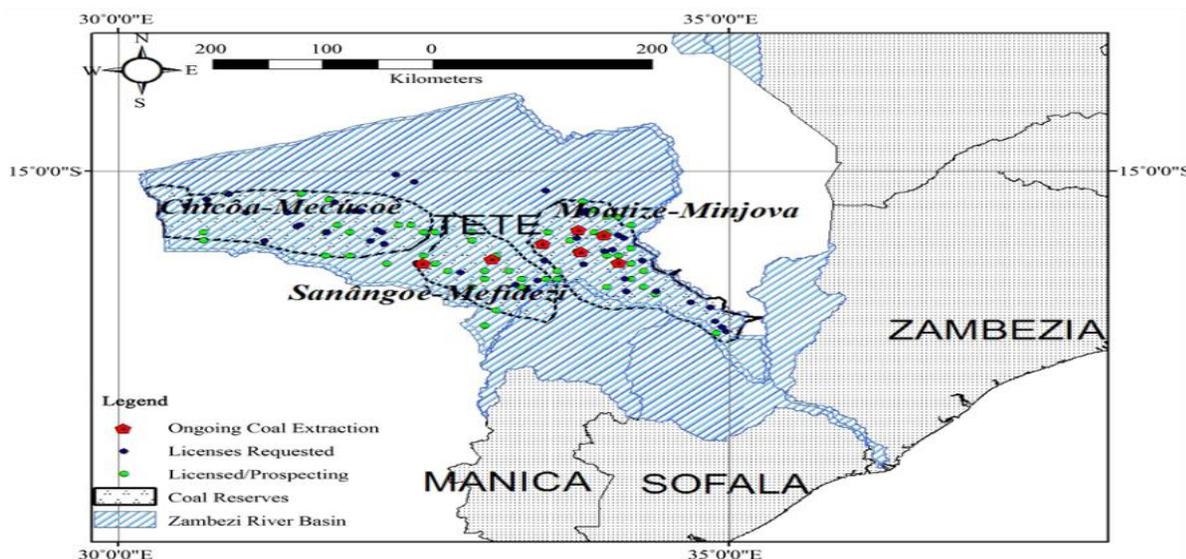
Olhando para o potencial hidro-eléctrico de Moçambique pode-se dizer que a mesma é auto sustentável na produção de electricidade e ainda abastece seus países vizinhos como África do Sul, Zimbabwe, Eswatini e Maláui. Ainda mais, esta barragem localiza-se numa zona estratégica, exactamente na província onde estão as grandes reservas de carvão. Assim sendo, esta barragem constitui uma mais-valia na relação com a Índia pois, no advento de expansão dos investimentos indianos nesta área, Moçambique tem já garantido o abastecimento de electricidade para esta zona.

As reservas de carvão mencionadas acima foram confirmadas pelos geólogos no ano 2008, localizados concretamente na região de Moatize na Província de Tete em Moçambique como se pode observar pelo Mapa 16. Esta região possui o maior depósito mundial de carvão a céu aberto, cerca de 23 biliões de toneladas e tornar-se ao entre cinco maior país que exporta o carvão<sup>143</sup> (MAHUMANE; MUDLER, 2015). A região é rica em carvão mineral, usado para manufacturar o alumínio, *thermal coal* (carvão térmico) e geração de energia.

<sup>142</sup> Seta colocada pela autora.

<sup>143</sup> Vide também a tabela 15.

Mapa 16 - Mineração na Província de Tete

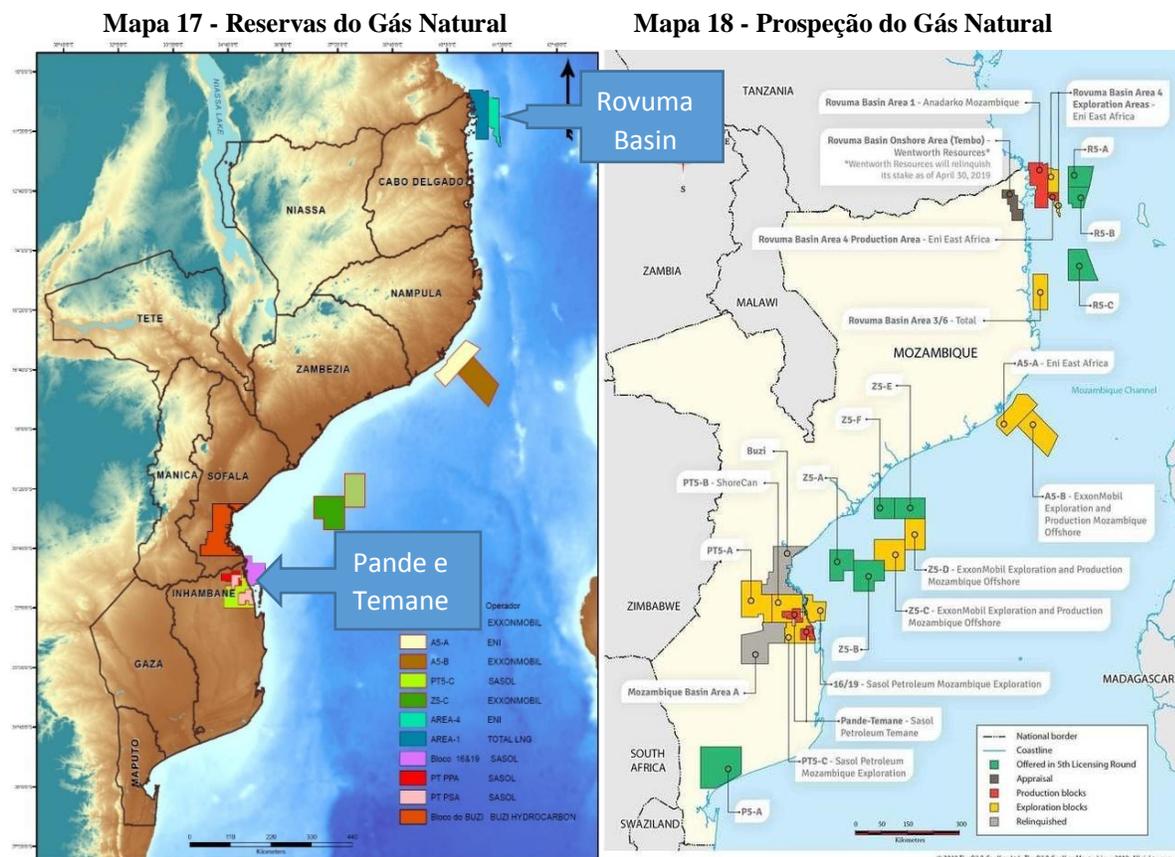


Fonte: Nhantumbo (2015) <https://file.scirp.org/xml/55105.xml>

Como se pode observar no mapa 16, uma parte considerável da província de Tete contém reservas de carvão, tornando esta província apetecível aos investimentos Indianos. Desta forma, pode-se compreender a estratégia por detrás do investimento indiano no sector de carvão pelas empresas de *Mozambique Essar Ports*, como observado no terceiro capítulo, com o intuito de aumentar a capacidade de exportação para Índia através do Canal de Moçambique, garantir a diversificação de parceiros bem como responder a sua demanda interna. A demais, Moçambique ainda se encontra a usar este recurso em pequena escala na sua economia, portanto pode-se afirmar que ainda não existem limitações de exportação deste produto para a Índia, como observado no caso da África do Sul.

No que refere ao gás natural e o petróleo, as pesquisas de prospeção nestes sectores e começaram em 1904 ainda no período colonial, na província de Cabo Delgado. Porém, a falta de condições financeiras não permitiram a florescimento destas áreas. Somente em 1961, o campo de gás de Pande foi descoberto pela Gulf Oil no país depois em Búzi e Temane. Entretanto por factores anteriormente explicados como a guerra civil, somente em 2008 que se inicia com a prospeção do gás natural nesta província e, de acordo com a Agência de Informação Americana de Energia (US EIA, 2018), Moçambique possui 279 trilhões pés cúbicos de potenciais reservas de gás. Isto leva a que Moçambique tenha a 4ª maior reserva do mundo a seguir a Rússia, Irão e Qatar.

As reservas de gás natural predominam ao longo da costa Moçambicana como se observa no Mapa 17. Importa referir que a exploração de gás já ocorria no Sul de Moçambique na província de Inhambane desde 2004 (IESE, 2016), concretamente na região de Pande e Temane, como indicado no Mapa 17, pela empresa *Sasol*<sup>144</sup> que transporta o gás natural para a África do Sul.



Fonte: Instituto Nacional de Petróleo<sup>145</sup> (2019) e *The Oil and Gas Year* (2019).

Com a descoberta das reservas de gás na costa de Moçambique, observa-se pelo mapa 18 acima que já existem várias outras áreas em fase de prospecção e extracção que estão a decorrer na costa Moçambicana no ano de 2019 bem como as empresas que estão a actuar no sector de gás. O marco vermelho apresenta actuais áreas de produção do gás natural ocorrendo em duas províncias nomeadamente Inhambane e Cabo Delgado. Outro marco importante é a cor amarela

<sup>144</sup> *Suid Afrikaanse Steenkool en Olie* (ou seja, Carvão e Óleo Sul-Africanos) é uma empresa petroquímica de origem Sul-Africana.

<sup>145</sup> As setas em azul e a respectiva informação dentro foram colocados pela autora.

no mapa 18 que representa os blocos de exploração que decorrem no Centro e Norte do país. E por fim, o marco verde que representa as licenças dadas para a prospecção do gás natural.

O mapa 18 ilustra também as áreas de exploração e novas áreas de licenças para prospecção totalizando 18 blocos. Com este cenário, Moçambique rapidamente irá fazer parte do grupo de líderes na produção e exportação de gás natural juntamente com a Qatar, Rússia e Noruega como se pode observar pela tabela 17 abaixo. Este contexto marca uma viragem na história político-económica de Moçambique que até os finais de 1980 vivia uma guerra civil. Ainda, de acordo com Mahumane e Mudler (2015) as projecções mostram que a produção e exportação do gás natural e carvão em Moçambique terão as seguintes dimensões:

**Tabela 17 - Previsão de Exportação do Gás Natural e Carvão de Moçambique em 2030 (Valor em milhões de toneladas)**

Gás Natural Exportação		Carvão Exportação		
1.	Rússia	250.6	1. Indonésia	247.1
2.	Qatar	138.4	2. Austrália	194.3
3.	Noruega	118	3. Rússia	78.7
4.	Canadá	87.6	4. EUA	78.4
5.	<b>Moçambique</b>	81.6	5. <b>Moçambique</b>	78.2
6.	Holanda	59.3	6. Colômbia	56.8
7.	EUA	49.5	7. África do Sul	52.2
8.	Argélia	47.7	8. Canadá	22.0
9.	Indonésia	34.8	9. Cazaquistão	14.8

Fonte: Mahumane e Mudler (2015).

Com a tabela 17 acima, pode-se observar como Moçambique irá se tornar um actor relevante no mercado energético, principalmente no sector de gás natural e carvão, estando no top 5 de maiores exportadores. Ainda mais, o gás natural tem vantagens devido as suas características de ser menos poluente e com menor peso para o transporte. Para além do gás e carvão, Moçambique ainda tem a vantagem de produção de energia hidroeléctrica para os países da África Austral.

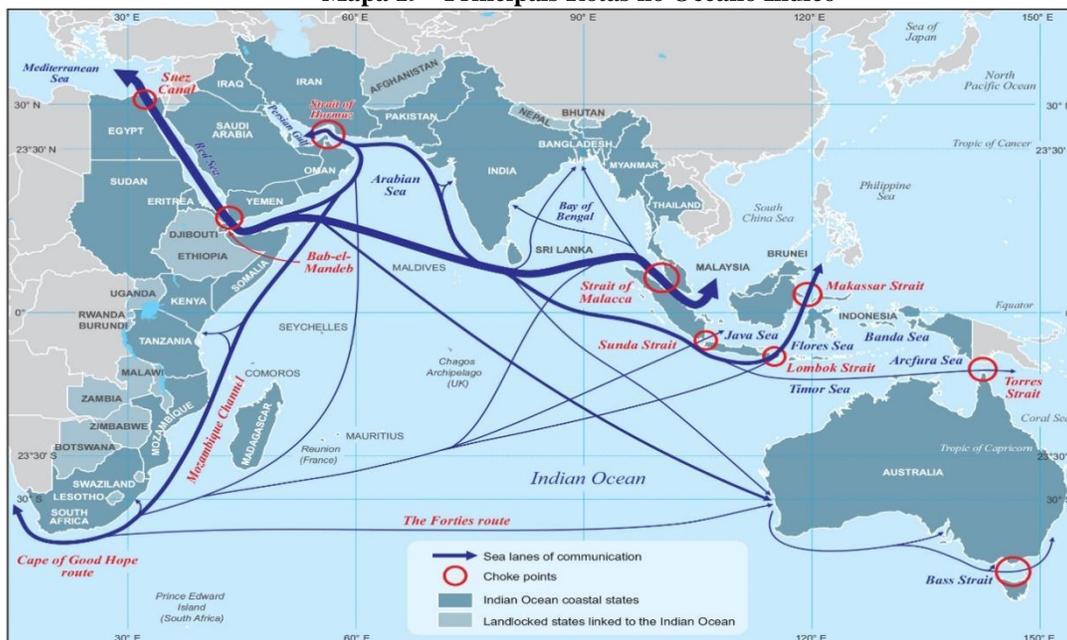
Como dito anteriormente, as dinâmicas dos actuais parceiros energéticos da Índia tanto no carvão como de gás, estão em mudanças e também apresentam certas desvantagens quer seja por razões geográficas ou instabilidade política. Olhando para esta tabela 17 e, conjugando com a descrição das necessidades energéticas da Índia na primeira parte deste capítulo, pode-se afirmar que Moçambique passa a estar na lista de países estratégicos para diversificar os parceiros energéticos, neste caso a Índia.

### 4.2.2 Localização Estratégica

O canal de Moçambique é outro potencial a mencionar para Moçambique, uma vez que esta possui uma localização privilegiada no Oceano Índico. Este canal localiza--se concretamente entre Moçambique e Madagáscar e Sul do Este Africano possui um comprimento de 1600 KM e largura que varia entre 400 a 950 km. É considerado um canal altamente estratégico pois, passam pela mesma 30% do petróleo mundial e 100% do comércio marítimo Sul-africano (FATIMA; ASMO, 2015). A sua largura concede lhe naturalmente uma vantagem adicional pelo facto de não ter limitações na passagem de navios de grande porte comparado a outros canais como apresentados no mapa 19 abaixo.

Segundo o Governo de Moçambique (2019), o espaço marítimo moçambicano no Canal de Moçambique, compreende o espaço do mar territorial e a Zona Económica Exclusiva (ZEE) com 12 e 200 milhas náuticas, respectivamente e as águas interiores com um total de 17.500 km<sup>2</sup>. O mar junto à costa é sempre navegável, embora existam algumas restingas e bancos de corais. Como visto anteriormente, o Oceano Índico é muito importante para o comércio marítimo mundial e como se pode ver pelo mapa 19, o Canal de Moçambique é estratégico para as rotas comerciais pois, reduz a distancia percorrida pelos navios cargueiros para contornar Cabo da Boa Esperança no África do Sul.

Mapa 19 - Principais Rotas no Oceano Índico



Fonte: <https://books.openedition.org/cei/469>.

O acesso a este Canal é de extrema importância para a Índia como aponta Regiani (2018):

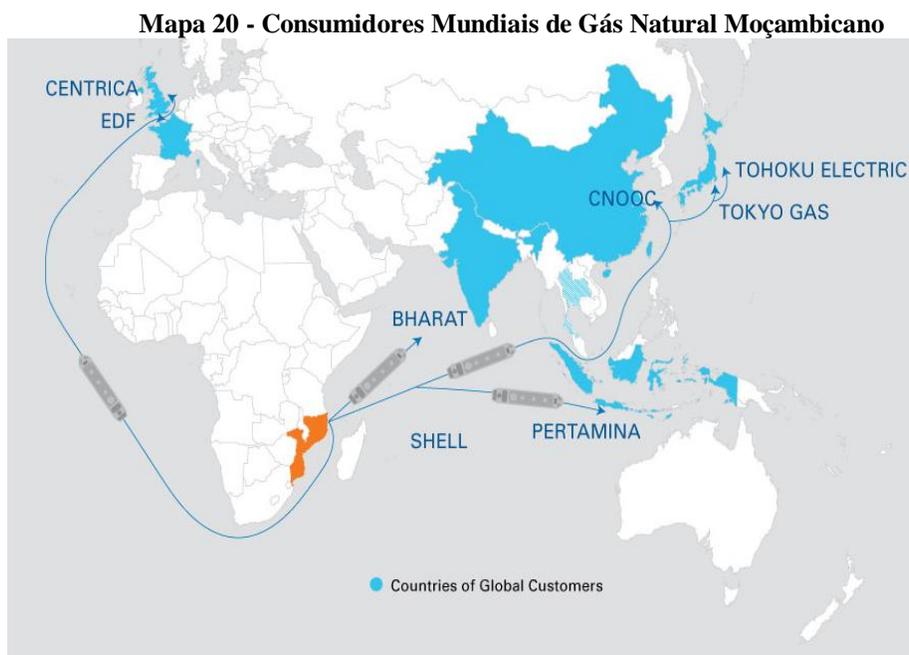
O único ponto crítico que escapa ao alcance da Índia é o Canal de Moçambique, porta de entrada do Índico pela rota do Cabo, na África do Sul. A transformação da Marinha Indiana em uma marinha de águas azuis visa, principalmente, a torná-la capaz de agir no Canal de Moçambique. Assim, os estados alvos da diplomacia naval indiana se concentram a meio caminho entre a Índia e Moçambique, visando a formar uma espécie de ponte de bases que conecte a península ao canal, uma geoestratégia chamada de “Colar de Flores”<sup>146</sup>. Além do aluguel de ilhas para o estabelecimento de bases, a Índia complementa sua presença estratégica no Canal de Moçambique através de outras ações como a realização de exercícios navais (REGIANI, 2018).

Esta é mais uma evidência de que a Índia precisa de ter Moçambique como seu parceiro estratégico no continente Africano pois, como observado na primeira parte deste capítulo relativo a previsão de um aumento substancial de consumo interno e maior dependência externa dos recursos energéticos por via marítima, torna-se claro o quão crucial é garantir o acesso e a segurança das rotas no Oceano Índico para a Índia. E, como se poderá observar mais adiante, as relações entre China e Moçambique criam uma ameaça forte aos interesses geo-estratégicos da Índia neste espaço.

<sup>146</sup> É uma geo-estratégia da Índia para conter o avanço chinês no Oceano Índico através de acordos de segurança marítima com estados desta região e colocação de bases navais e de escuta. Vide o Anexo E.

A linha de comunicação marítima que passa do canal de Moçambique, apresentada no mapa 19, está a tornar-se cada vez mais importante no séc. XXI devido a instabilidade política vivida na região do Médio Oriente. Assim, os cargueiros marítimos passaram a optar pela rota do Canal de Moçambique contornando o Cabo da Boa Esperança para chegar ao mercado Ocidental, Europa e Norte de América. No caso da Índia, apesar da região do Médio Oriente ser mais próxima de si, a insegurança<sup>147</sup> nesta região leva a que também procure outras rotas para sua economia.

Outro aspecto importante a destacar sobre a localização estratégica de Moçambique é que a mesma partilha toda a sua fronteira do lado Este com o Oceano Índico numa extensão de 2.470 Km (MOÇAMBIQUE, 2019). Para além de ter o privilégio de acesso directo a este canal, olhando para o mapa 20 abaixo, verifica-se que Moçambique encontra-se quase no meio entre a Europa e a Ásia. Este factor é altamente vantajoso para Moçambique pois, irá favorecer as suas exportações do gás natural para ambas regiões.



**Fonte:** Why oil... (2019).

O mapa 20 apresenta também empresas importantes no sector de combustível como a *Shell*, *Bharat*, *Tokyo Gas* e os respectivos mercados consumidores como países da Europa onde se destaca a Inglaterra e França; na Ásia a China, Índia, Japão e a Indonésia. E, dentre todos

<sup>147</sup> Causada pela Primavera Árabe.

possíveis mercados de exportação apontado por este mapa 20, a Índia encontra-se numa posição geográfica mais beneficiada pela reduzida distancia quando comparado aos restantes países da Ásia como a China e Japão pois, encontra-se apenas sete dias de distância marítima como referenciado anteriormente.

Portanto, no presente item da localização geo-estratégica verifica-se que Moçambique é estratégico para a Índia em três vertentes. Primeiro, na questão da segurança energética pois, permite que a Índia garanta a sua estratégia de diversificação, onde a distância é reduzida favorecendo a importação deste produto para a Índia. Segundo, na questão económica, com vista a garantir que a Índia continue a usar este espaço para exportar seus produtos para outros mercados, neste caso o Americano, Africano e Europeu. E por fim, na questão, geopolítica, com vista a garantir o livre acesso e controlo do Canal de Moçambique e desta forma reduzir a expansão dos interesses chineses neste espaço.

#### **4.2.3 Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)**

Moçambique para além de pertencer a diversas organizações internacionais como mencionado no capítulo anterior, pertence também a *Southern African Development Community (SADC)*<sup>148</sup>. Esta é uma organização internacional de integração dos países da África Austral criada em 1992<sup>149</sup>. A SADC é formado por 16 estados nomeadamente África do Sul, Angola, Botswana, Ilhas Comores, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Ilhas Seychelles, Eswatini, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, (SADC,2012).

O principal objectivo deste bloco é atingir o desenvolvimento económico, paz e segurança, crescimento económico, redução da pobreza. Estes objectivos encontram-se baseados nos princípios democracia, equidade e desenvolvimento sustentável, (SADC,2012). Neste momento a SADC encontra-se a implementar o tratado de livre circulação de bens e pessoas mas a segunda fase da união aduaneira prevista para 2010 ainda não foi avançada. Como uma organização da integração, a SADC possui relevância no sistema internacional como se pode observar pelo quadro 5:

---

<sup>148</sup> Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

<sup>149</sup> Moçambique é membro fundador.

**Quadro 5 - Principais Indicadores da SADC**

Indicador	Informação	Indicador	Dados	
Estados Membros	16	Comércio	Total Importação	USD \$185 243 milhões (2018)
			Total Exportação	USD \$191 575 milhões (2018)
Área	556 781 Km <sup>2</sup>	Esperança de vida (2018)		61.0
População Total (2018)	345 Milhões	Taxa de Prevalência do HIV (2018)		11.3 %
Taxa de Crescimento Anual (2018)	1.8 %	Género (proporção de mulheres no parlamento) - 2018		23%
PIB (2018)	USD \$721.3 Biliões	Contribuições no PIB: Serviços (2015)		59.4 %
Inflação (2018)	7.1 %	Contribuições no PIB: Indústria (2015)		20.3%
Balanço Fiscal (2018)	-3.1 %	Contribuições no PIB: Agricultura (2015)		20.2 %

Fonte: SADC (2018).

O quadro 5 apresenta dados importantes que são do interesse económico da Índia. O bloco da SADC possui 345 milhões de habitantes e a população dos países africanos tende a crescer rapidamente significando uma grande oportunidade de mercado para a Índia. A economia do bloco está mais virada para serviços e com a vantagem destes países fazerem parte do acordo de Cotonou<sup>150</sup> (assinado em 2000-2002) que permite a exportação de produtos dos países da África Sub-Sahariana, Caraíbas e Pacífico para a União Europeia (UE) com redução das taxas aduaneira. O comércio total do bloco ronda acima de 300 mil milhões de dólares e com a presença de uma potência regional como a África do Sul torna a SADC ainda mais forte.

Outro ponto importante a mencionar é a estabilidade política os países da SADC tem observado desde o final da guerra fria e a pertença de Maurícias nesta integração regional. A estabilidade política é um atractivo primordial para a relações bilaterais e, os países da SADC tem conseguido usar os diferentes órgãos desta organização para mediar os conflitos interestatais. Por sua vez, Maurícias é considerado uma réplica da Índia no continente Africano e, conforme observado no capítulo anterior é um país importante para a economia indiana (INDIA, 2016). A SADC ainda se encontra na fase inicial chamada zona de livre comércio mas a sua integração prevê a implementação de todas as fases de uma integração regional. Assim, a presença de Maurícias vai ser mais uma valia para fortificar esta organização e sua relação com a Índia.

<sup>150</sup> Acordo assinado entre a União Europeia e os países da África, Caraíbas e Pacífico (2000 – 2020).

Para além do acesso directo ao mar, Moçambique partilha fronteiras com seis países da SADC nomeadamente a África do Sul, Eswatini, Zimbabué, Zâmbia, Maláui e Tanzânia. Todos os países estão conectados com Moçambique através dos corredores que depois desaguam nos portos moçambicanos para exportar os seus produtos colocando Moçambique numa posição importante geo-estrategicamente como se pode observar no mapa 21 abaixo:

**Mapa 21 - Moçambique e Sua Ligação Terrestre com SADC**



Fonte: Baobab Resources (2014).

Para além da posição geo-estratégica de Moçambique na região da África Austral, outra potencialidade que o mapa 21 apresenta, reside no facto da existência de portos de Nacala, Quelimane, Beira, Pemba e Maputo que são de extrema relevância para os países do *hinterland*, também denominados de *land locked* para escoamento dos seus produtos usando também os corredores da Zambézia para Zâmbia e Maláui; corredores de Maputo para a vizinha África do Sul e Eswatini. Nestes portos passa cerca de 11% do comércio marítimo mundial.

A localização geo-estratégica de Moçambique e sua presença nesta organização também contribui para a existência de vias de comunicação com outros estados membros vizinhos através dos famosos corredores de desenvolvimento que se encontram devidamente marcados a linha

amarela no mapa 21 acima. Estes corredores são constituídos por uma rede ferroviária, rodoviária e via aérea. Assim, destacam-se os seguintes corredores no território nacional nomeadamente (MOÇAMBIQUE, 2019):

- a) Corredor de Nacala- Constituído por uma linha ferroviária principal que liga o porto de Nacala a Lichinga, que se interliga ao sistema ferroviário malawiano. Visa desenvolver um corredor económico ligando o Malawi no interior ao Porto de Nacala em Moçambique;
- b) Corredor da Beira e do Zambeze- Este é constituído por uma linha da Zambézia que tem a sua terminal no porto de Quelimane e duas com terminal no porto da Beira: uma que liga ao Zimbabwe, através do Posto de Machipanda, e outra que é a linha de Sena, que liga ao Malawi. Pretendem desenvolver uma região económica que liga Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe, através do Porto da Beira. Os objectivos-chave são: restabelecer e modernizar as ligações das infra-estruturas no interior;
- c) Corredor do Limpopo- De Maputo a Chicualacuala, na Província de Gaza, interliga ao Zimbabwe, com ligações à Zâmbia;
- d) Corredor de Maputo- O Corredor de desenvolvimento de Maputo foi a primeira das Iniciativas de Desenvolvimento Especial a ser executada em 1995. Este liga a província de Gauteng da África do Sul ao porto de Maputo. Os desenvolvimentos ao longo do corredor focalizam-se na reabilitação e modernização das tradicionais ligações do comércio e transporte como uma base para um desenvolvimento económico abrangente. A estrada, caminhos-de-ferro e a infra-estrutura e funcionamento do porto foram concessionados em Moçambique.

Estes corredores são um atractivo importante para Índia pois, permite o acesso a outros países da SADC a partir de Moçambique. Pelo facto de estar ligado a vários países da África Austral, Moçambique tem vantagem adicional de ser um ponto de entrada e saída dos bens para estes países. E, referir que os portos e corredores estão espalhados por diferente pontos do país, concretamente no Sul, Centro e Norte aumentando ainda mais a vantagem de cooperar com Moçambique.

#### 4.2.4 Factor China

A presença da China no continente africano é considerada secular como a da Índia, porém, como visto anteriormente no segundo capítulo, o avanço chinês teve retrocesso durante a dinastia Ming. Com o actual desenvolvimento da economia chinesa, que por sua vez está a dar passos largos para o caminho de super-potência, esta vem se aproximando cada vez mais dos estados africanos com avultados investimentos principalmente no sector de infra-estruturas. E, como culminar deste processo a China lançou o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC<sup>151</sup>), com vista a promover as relações bilaterais com países africanos. Esta aproximação da China e Índia aos países africanos pode ser vista como uma competição entre os dois como afirma Oliveira (20018):

De todo modo, firmas Indianas e chinesas, num tipo de competição virtuosa, vêm actuando como criadoras de capacitação e avanços tecnológicos, bem como de equipamentos modernos para a nova África. Como as firmas chinesas e Indianas obedecem a modelos corporativos já adaptados ao trabalho internacional, graças ao vínculo com empresas e grupos estrangeiros instalados nos seus dois países, vêm elas podendo facilitar o entrosamento da modernização económica da África com o mundo da globalização (OLIVEIRA, 2008).

Esta afirmação também é coadjuvada pelo Yadav (2014), que afirma que a China é o principal competidor da Índia no continente africano onde a sua presença é quase o dobro da Índia. Este cenário verifica-se no caso concreto de Moçambique, onde a China se encontra na lista de principais investidores desde 2016 superando os investimentos Indianos como apresentado na tabela 18 seguinte:

---

<sup>151</sup> *Forum on China-Africa Cooperation.*

**Tabela 18 - Investimento Directo Estrangeiro da China vs Índia em Moçambique  
(Valor em USD)**

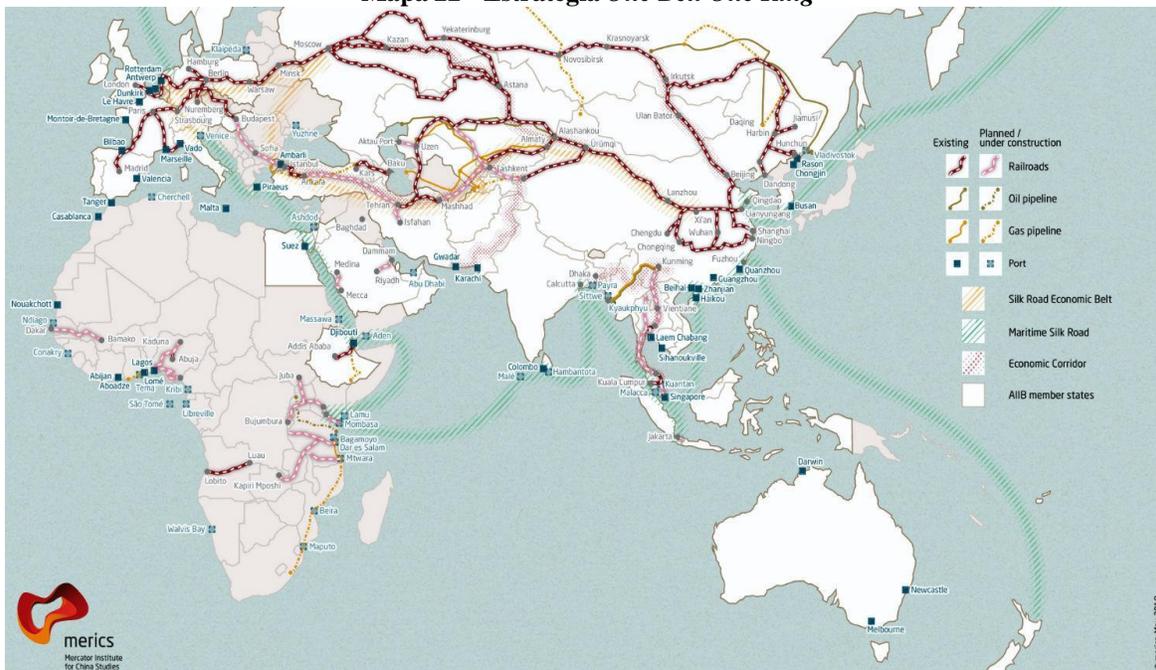
<b>Ano</b>	<b>China</b>	<b>Índia</b>
<b>2014</b>	44.811.985.54	4.298.128.73
<b>2015</b>	52.251.894.45	459.556.763.97
<b>2016</b>	33.466.825.04	4.420.678.39
<b>2017</b>	222.427.764.09	2.996.730.22
<b>2018</b>	26.305.781.56	1.742.376.73

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos Dados de Banco de Moçambique (2019).

A tabela 18 acima apresenta uma clara vantagem da China sobre Índia em Moçambique principalmente pelos investimentos nos sectores de infra-estruturas. Contudo, a aproximação cada vez maior da China poderá trazer vantagens para Moçambique pois, a competição entre as duas potências pode ser sinónimo de maior poder de negociação para esta última. E, sendo Moçambique estratégico para os interesses da Índia, esta última terá maior atenção na sua cooperação e apoio.

Para além da procura de recursos e mercado, o aumento da presença chinesa em Moçambique se enquadra no plano *One Belt One Road Initiative*, lançado em 2014. Como descrito no segundo capítulo desta tese, esta iniciativa pretende contactar a China ao mercado da Europa e África. Ela conta com uma série de bases aéreas e navais, portos comerciais e centros de inteligência estrategicamente posicionados que irão ameaçar directamente os interesses da Índia na região do Oceano Índico. Como se pode observar pelos detalhes do mapa 22 a seguir, o plano da China compreende estender seus interesses económicos até a Europa por duas vias, passando pela Ásia do Norte, Leste de África e Médio Oriente.

**Mapa 22 - Estratégia One Belt One Ring**



Fonte: Nantulya (2019).

O mapa 22 apresenta a passagem da rota da seda marítima por alguns países africanos e no caso de Moçambique observa-se a ligação através de gasodutos que vai até Tanzânia. Em Tanzânia verifica-se a ligação via linha férrea atravessando Quênia até Somália.

Nesta senda, observa-se que uma grande parte dos investimentos chineses em Moçambique estão direccionados para o sector de infra-estruturas de grande porte. A título de exemplo pode se mencionar a recente construção da ponte Maputo-Katembe (inaugurada em 2018) na cidade de Maputo, que é a maior ponte suspensa do continente africano. Esta ponte irá permitir a expansão da capital do país e dará continuidade a nova rota que liga Moçambique a África do Sul, algo que também pode ser verificado no mapa 22. Para além desta obra pujante, a China tem apoiado o país na construção de edifícios governamentais como a Presidência, a sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o edifício da Procuradoria-Geral e aeroporto internacional de Maputo.

Entretanto, segundo Chichava e Alden (2012), a maior parte dos investimentos vai para o sector de indústrias e agricultura e, estão localizados mais na região Sul de Moçambique. Olhando para anexo D, ver-se-á que apesar dos investimentos indianos serem menores que a China, a Índia tem a sua presença em todo país. Por sua vez, no concernente as relações

comerciais, diferente do que acontece no sector dos investimentos onde a China supera a Índia, a tabela 18 apresenta dados favoráveis para a Índia:

**Tabela 19 - Principais Parceiros Comerciais de Moçambique em 2018**

Country	Export USD\$	Country	Import USD\$
India	\$1,435,777,689	South Africa	\$1,772,616,966
Netherlands	\$1,102,933,247	China	\$799,458,273
South Africa	\$895,879,582	United Arab Emirates	\$518,874,355
China	\$301,889,298	Netherlands	\$517,984,366
Hong Kong	\$124,153,255	India	\$490,291,046
Singapore	\$115,804,531	Singapore	\$282,317,915
Poland	\$101,433,272	Portugal	\$230,421,811
United States	\$99,262,118	United States	\$218,154,967
United Kingdom	\$93,266,013	Japan	\$196,196,171
United Arab Emirates	\$74,064,217	Thailand	\$158,085,729

**Fonte:** Global Edge (2019).

Na coluna das exportações Moçambicanas, a tabela 19 acima demonstra que a Índia ocupa um lugar de topo em relação a china enquanto a China ocupa quarto lugar. Em relação a importação, a China ocupa três posições acima da Índia estando em segundo lugar na lista dos parceiros comerciais, enquanto a Índia se encontra na quinta posição. Contudo, quando comparado em termos de balança comercial, observa-se que a Índia leva vantagem em relação a China pois, Moçambique apresenta uma balança comercial positiva com a Índia.

Resumindo, a China ocupa uma posição de liderança no sector de investimento em Moçambique porém, a Índia ocupa posição privilegiada em relação a China no sector comercial, onde para além de ocupar a posição de topo nas exportações Moçambicanas possui uma balança comercial positiva. Entretanto, apesar do avanço massivo da China em Moçambique, a Índia leva a vantagem de partilhar uma história e cultura comum através da sua presença milenar.

Além do mais, a presença chinesa tem tido uma conotação negativa principalmente no sector florestal uma vez que os investidores chineses tem sido encontrados nos últimos anos a “pilharem” a fauna e flora do território Moçambicano como afirma Miguel (2019), dizendo que vários têm sido os casos reportados pela comunicação social de cidadãos chineses envolvidos na exploração ilegal de recursos florestais, faunísticos e pesqueiros.

E por fim, em relação a diáspora, a presença da população chinesa em Moçambique também é secular e foi se estabelecendo ao longo de vários séculos mas sempre com uma dimensão menor em relação a diáspora indiana<sup>152</sup>. Actualmente, a sua presença continua menor quando comparada a presença indiana como demonstra o próximo sub-capítulo.

Assim, observou-se neste sub-capítulo que a presença da China em Moçambique é bastante activa e com certeza cria competição com os interesses da Índia. E, visto que esta última ainda é uma potência menor em relação a China, tem maior apetência em cooperar e dar maior vantagem para Moçambique para responder aos seus interesses.

#### **4.2.5 Diáspora Indiana na Actualidade**

Como observado no segundo capítulo, a diáspora indiana em Moçambique foi um factor muito importante para fomentar as relações económicas e sociais entre os dois estados. A diáspora Indiana contribuiu directamente para a independência de Moçambique e a sua presença constitui um elemento importante na forma como a Índia interage com outros países.

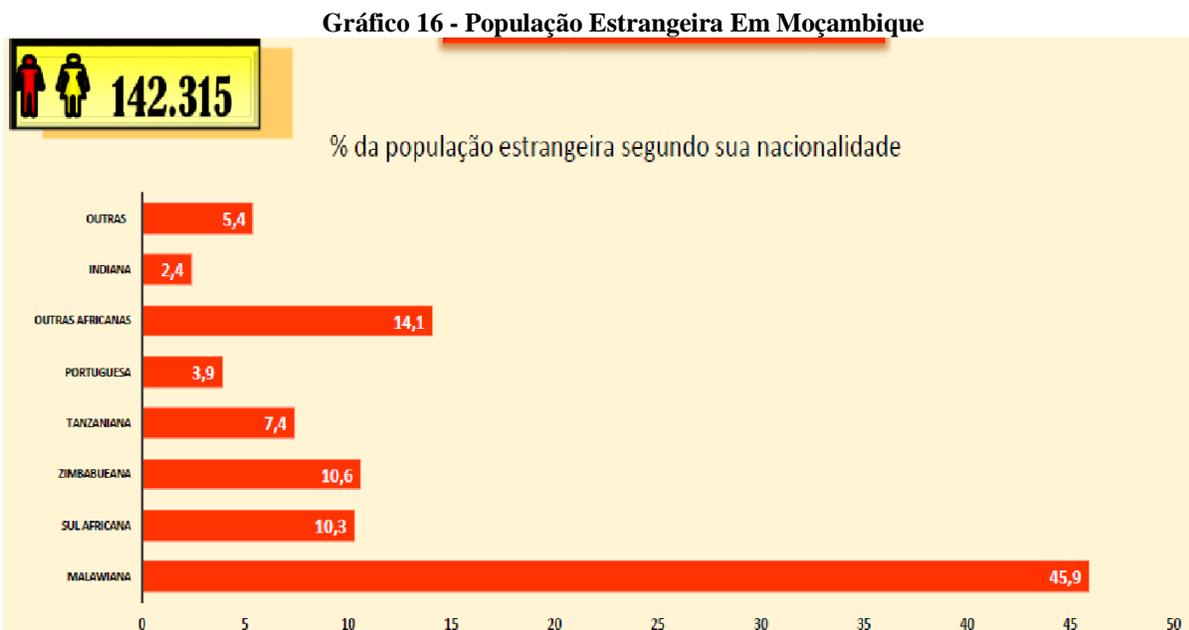
No diagrama sobre a política externa da Índia, observou-se que a diáspora Indiana é um factor importante na política externa indiana e joga um papel relevante na cooperação bilateral. E, no caso de Moçambique, pode se considerar como mais um potencial que contribui para sua aproximação com a Índia. A presença da diáspora Indiana tem vantagem comparando a diáspora chinesa que é bastante reduzida e, a mesma está presente apenas em algumas cidades capitais, no sector de construção e exploração de madeiras. Porém, no caso da diáspora Indiana, demonstrou-se no capítulo anterior a sua clara presença e influência em diferentes aspectos da vida económica e social do país.

Na actualidade, para além dos descendentes de origem indiana presentes há séculos neste país, existem em Moçambique, novos imigrantes de nacionalidade indiana que tem chegado ao país a procura de oportunidades devido ao crescimento económico do mesmo. Como se pode observar no gráfico 15 abaixo, a maior parte da população estrangeira em Moçambique pertence aos países vizinhos com o caso de Maláui. Esta elevada presença da população deste país é o resultado das fronteiras coloniais e o fraco controlo nas fronteiras do país. Entretanto, é importante salientar que a diáspora indiana e portuguesa são as únicas mencionadas provenientes

---

<sup>152</sup> Esta conclusão foi adquirida pela comparação de censo entre os anos 1928-1970 bem como dados estatísticos do INE de 2018.

de estados fora de continente africano. Do total apresentado no gráfico 16, a população de nacionalidade indiana ocupa cerca de 2.4% significando mais de 3.400 cidadãos com a nacionalidade Indiana.



Fonte: INE (2018).

Como se pode ver, a presença dos cidadãos de nacionalidade indiana em Moçambique é o resultado do aumento das relações económicas com a Índia. Estes cidadãos acrescentam ao já existente número da população de origem indiana que contabiliza de 21.000 conforme apresentado na tabela 5 do segundo capítulo. A maior parte desta diáspora encontra-se na área de comércio e serviços. Esta presença é também uma demonstração dos indianos quererem firmar-se no território Moçambicano.

Chegados no final das potencialidades de Moçambique, pode-se perceber que apesar de este ser um país em desenvolvimento, possui várias potencialidades que respondem as necessidades geo-estratégicas da Índia. Encontrou-se evidências claras de como a localização estratégica e os recursos energéticos tornam Moçambique num país estratégico para a Índia. Desta forma, o próximo item analisa os passos dados pela Índia na sua aproximação estratégica a Moçambique.

### 4.3 APROXIMAÇÃO ESTRATÉGICA DA ÍNDIA

“Mozambique is strategically important regardless of its level of economic development...Energy relations are often strategic. They tend to be much easier if stronger political and strategic relations are developed in tandem”  
(CHAUDHURI, 2017).

A afirmação de Chaudhuri (2017), traz elementos importante para a presente análise pois, de acordo com o que vem sendo discutido até aqui, a Índia encontra-se na procurar de parceiros para atender a sua estratégia de diversificação energética. Neste contexto, as novas relações energéticas entre Índia e Moçambique já tem uma base sólida de cooperação secular. Portanto, a aproximação e aprofundamento cada vez maior de cooperação em diferentes áreas pode ser facilmente fomentado, sobretudo quando há interesse das lideranças como se pode observar na afirmação do Primeiro-ministro Indiano, Narendra Modi:

A região do Oceano Índico é uma das minhas principais prioridades políticas. Nossa aproximação é evidente em nossa visão “Sagar<sup>153</sup>”, o qual significa Oceano e que representa segurança e crescimento para todos na região. Nós continuaremos a perseguir e promover nossos interesses geopolíticos, estratégicos e económicos nos mares, especialmente o Oceano Índico (REGIANI, 2018).

Esta posição de Modi é crucial pois, constitui uma evidência forte de que os países banhados pelo Oceano Índico, e em especial o Canal de Moçambique pela sua posição estratégica, são factores extremamente importantes no fomento de parcerias estratégico pela Índia. Desta forma, denota-se o esforço da Índia em aproximar-se cada vez mais dos estados localizados junto ao Oceano Índico como apresentado no segundo capítulo, concretamente pelo mapa 9, sobretudo com estado possuidores de recursos energéticos como Moçambique em concreto.

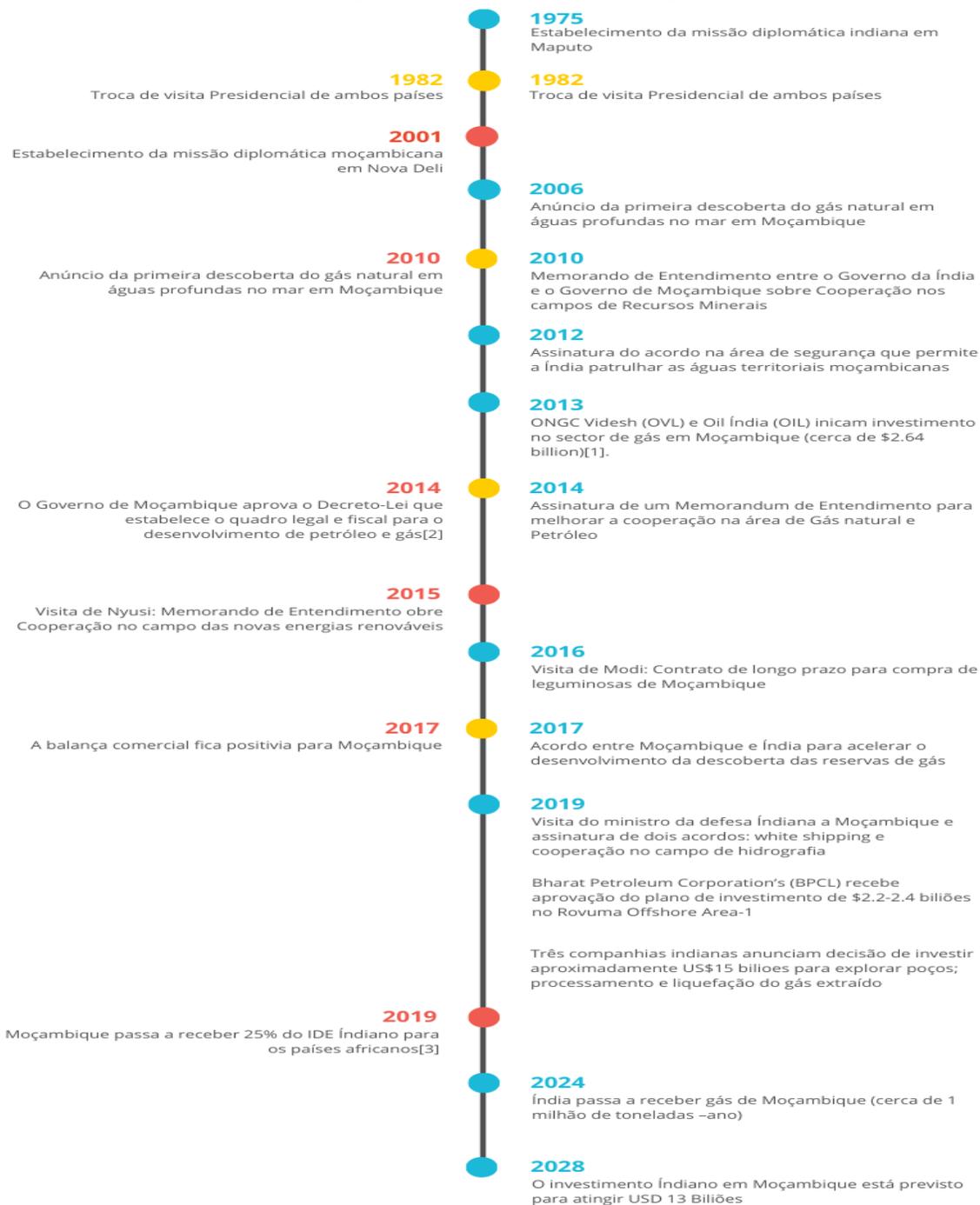
Por sua vez, o terceiro capítulo demonstrou detalhadamente a cooperação bilateral entre Índia e Moçambique nos últimos dez anos e, coadjuvando com as potencialidades de Moçambique demonstradas neste quarto capítulo pode se afirma que a parceria entre os dois tende a ser cada vez mais forte. Portanto para demonstrar como a cooperação bilateral se

---

<sup>153</sup> *Security and Growth for All in the Region of Indian Ocean*. Esta iniciativa foi lançada em 2015 e, tem como principal objectivo aprofundar a cooperação securitária e económica com países vizinhos marítimos aumentando suas capacidades de segurança marítima

transformou numa parceria estratégica, foi elaborado o diagrama 2 seguinte que apresenta de forma clara a aproximação estratégica da Índia para aprofundar as suas relações com Moçambique. Para tal, foram seleccionados marcos que se destacam na cooperação bilateral:

**Diagrama 2 - Aproximação Estratégica**



Fonte: Elaborado pela autora.

O diagrama 2 apresenta dois lados, cada lado com apresenta a descrição de datas e marcos importantes da cooperação bilateral, onde do lado direito são apresentados os passos dados pela Índia em relação a Moçambique e do lado esquerdo os passos dados por esta última. Pelo diagrama 2 percebe-se que nos primeiros anos a cooperação pode ser caracterizada como estando numa fase “dormente” ou menos activa, concretamente entre os anos 1975 e 2010.

No entanto, a partir do ano de 2016, o ano da descoberta da existência de gás natural em Moçambique, verifica-se o incremento da aproximação, principalmente do lado da Índia através de acordos no sector de carvão e gás natural. Logo em 2012 a Índia assina o acordo na área de segurança para patrulhar a zona estratégica do Canal de Moçambique. Para além dos actuais investimentos, a diagrama apresenta a previsão de início de exportação do gás natural moçambicano para a Índia bem como os avultados investimentos que esta última prevê realizar neste sector.

Por sua vez, do lado Moçambicano, repara-se que pela maior aproximação indiana, esta passa a usufruir vantagens económicas e de segurança. Em relação as vantagens económicas, verifica-se uma mudança da balança comercial que passa a ser positiva a partir do ano de 2017 beneficiando os produtores nacionais. Ainda mais, a seguir a Maurícias, Moçambique passou a ser o país que mais investimento recebe dentre os estados africanos o que impacta significativamente a economia do país e concretamente os sectores que se beneficiam do mesmo. Outra vantagem que se observa é o apoio da Índia na área de segurança, onde para além de patrulha das águas territoriais moçambicanas, a mesma oferece formação para os elementos da Força e Defesa de Segurança de Moçambique desde 2006<sup>154</sup>.

Desta forma, depois de demarcar os passos da cooperação bilateral desde 1975 e, com a previsão até o ano de 2028 no diagrama 2, bem como pela demonstração de evidências económicas e políticas, percebe-se que se está perante uma parceria estratégica entre Índia e Moçambique. Para fundamentar esta afirmação, apresenta-se de seguida duas definições do conceito parceria estratégica onde para Picincu (2018), parceria estratégica acontece quando dois estados acordam em trabalhar em conjunto e partilhar recursos físicos ou intelectuais. A sua relação é basicamente formalizada por meio de um contracto, acordo ou um tratado. Este tipo

---

<sup>154</sup> Como resultado da cooperação, a Marinha de Guerra Indiana recuperou o barco Moçambicano denominado "Vega 5", sequestrado em Dezembro de 2010 no banco de Sofala onde seguiam 24 tripulantes.

de acordo tem em vista ajudar a alcançar objectivos das duas partes. Por sua vez, Henderson e Charles (2014), dizem que numa parceria estratégica, os parceiros permanecem independentes, partilham os benefícios, riscos e controle e fazem contribuições conjuntas em áreas estratégicas. Geralmente, parcerias estratégicas envolvem desafios que devem ser ultrapassados eficientemente para garantir a longevidade e o sucesso da parceria.

Portanto, a parceria descrita até este momento entre Índia e Moçambique pode ser enquadrada nas duas definições acima. Ambos apresentam interesse em partilhar seus recursos através de acordos, dividindo os benefícios e riscos desta parceria. O aprofundamento das relações acontece porque tanto a Índia como Moçambique estão interessadas em fomentar esta parceria. Desta forma, pela análise até aqui realizada, dados apresentados pelos diferentes gráficos e tabelas de comércio e investimento bem como a posição geográfica única de Moçambique e, olhando para o mapa 7 do segundo capítulo referente as prioridades da diplomacia energética da Índia, onde Moçambique consta como um dos estados relevantes, a descrição dos passos dados pela Índia de aproximação com o mesmo através do diagrama 2 criado acima, trazem evidências fortes para afirmar que Moçambique é um parceiro estratégico para a Índia.

Todos estes passos dados pela Índia em relação a Moçambique e, a vontade desta última também em cooperar com a Índia leva também a entender como a relação estratégica pode ser incorporada nos pressupostos da interdependência. Em primeiro lugar, as necessidades de cada uma leva a aproximação da outra e, em segundo, o sucesso da cooperação em uma área levou a expansão para outras áreas como demonstrado pelo diagrama 2. Tanto a Índia como Moçambique possuem elementos que interessam uma a outra como se observa no discurso do primeiro-ministro Indiano Narendra Modi feito aquando da visita do Presidente Moçambicano Filipe Nyusi a Índia em 2015:

Africa and the Indian Ocean are among the highest priorities for our foreign policy and Mozambique is crucial for both. The 20,000 people of Indian origin in Mozambique are living bridge between the two nations. Mozambique, can be a large and a proximate source of natural gas, coal and other minerals for India and it also offers huge opportunities in agriculture sector [...] Mozambique's strengths are also the areas of India's need. And, what Mozambique requires, is available in India (MODI, 2015).

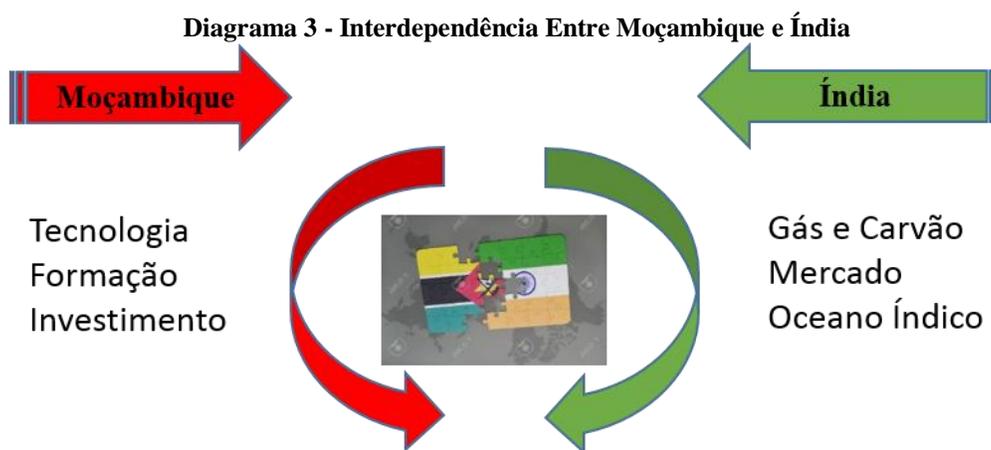
A complementaridade mencionada no discurso de Modi permite observar o quão Moçambique é estratégico e, ambos possuem elementos que ajudam a aprofundar esta relação.

Para além da Índia, Moçambique também apresenta interesse claro em promover esta relação como muito bem indicado no lema da sua política externa: “fazer mais amigos e promover mais parcerias”. O primeiro objectivo da política externa é garantir a segurança e integridade territorial e promover o desenvolvimento económico e social do país. E, em segundo lugar é o reforço das relações de amizade e cooperação com membros da comunidade internacional.

Moçambique na sua política externa em relação aos países asiáticos reconhece o crescimento económico que estes têm vindo a apresentar e tornaram-se um centro importante de relações internacionais. Como tal:

Moçambique deve prestar particular atenção às vantagens comparativas e competitivas que estes países podem oferecer nas relações bilaterais e multilaterais. Assim, importa explorar todas as formas e vias de cooperação que contribuam para complementar os esforços visando a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, maximizando o tradicional relacionamento político existente com vários países desta região, no âmbito do reforço da cooperação Sul-Sul (MOÇAMBIQUE, 2019).

Pela descrição da política externa de Moçambique acima, percebe-se o quão a aproximação estratégica da Índia é também do interesse de Moçambique pois, esta última passa a contar com o apoio de mais uma potência e maior oportunidade de reduzir a sua dependência na cooperação com os estados clássicos como o Ocidente. Assim, para melhor perceber a relação interdependente, apresenta-se o diagrama 3 seguinte onde se colocam elementos que levam esta relação a ser interdependente:



**Fonte:** Elaborado pela autora.

O diagrama 3 demonstra a convergência de necessidades que leva a aproximação entre os dois estados. Do lado esquerdo se encontra Moçambique com as suas necessidades e do lado direito a Índia com as suas demandas internas. Para suprir a necessidade de gás e carvão a Índia oferece o seu apoio económico pela abertura de linhas de crédito, formação técnico profissional e apoio securitário a Moçambique e este por sua vez, em troca permite a aproximação da Índia no seu espaço do Canal de Moçambique, investimentos no sector extractivo e acesso ao mercado da SADC.

Neste momento, de acordo com os dados económicos da cooperação estratégica, Moçambique já usufrui de uma balança comercial positiva e recepção de investimentos avultados no sector de carvão e gás natural. Para além das questões económicas a presença da diáspora indiana também contribui para o contínuo aprofundamento das parcerias. Assim, caso haja algum tipo de instabilidade na relação, ambos países ficam afectados pois, as actuais relações estratégicas já demonstram o início de uma interdependência complexa entre os dois. Em outras palavras, Moçambique já conta com o mercado indiano para as suas exportações e investimento indiano para o seu crescimento económico. E, por sua vez a Índia conta com o retorno dos seus investimentos no sector de gás natural e acesso ao Canal de Moçambique.

Um exemplo concreto desta interdependência pode ser foi verificado no ano de 2017, quando se observou um excesso de produção de feijão bóer na Índia e como tal, houve implicações nas exportações Moçambicanas que registaram uma redução drástica deste produto afectando mais de um milhão de produtores da zona centro e norte do país (LUSA, 2018). Após a reclamação dos produtores, o governo indiano imediatamente reagiu e a situação voltou ao normal. Outro exemplo foi a reacção rápida que a Índia teve quando Moçambique foi atingido pelo ciclone Idai no ano 2019 onde a Índia enviou de imediato um navio com mantimentos e médicos para ajudar a população na cidade da Beira. Desta forma, a teoria da interdependência poder ser mais uma vez enquadrada nas relações entre Índia e Moçambique.

Neste quarto capítulo, foram apresentados três pontos essenciais como, a necessidade energética da Índia, as potencialidades de Moçambique e a aproximação estratégica da Índia.. A hipótese levantada para este capítulo foi de que a necessidade de recursos energéticos e interesses geo-estratégicos da Índia tornam Moçambique num parceiro estratégico. Esta hipótese foi validada pois, em primeiro lugar por se ter demonstrando que as reservas energéticas da Índia irão se esgotar nas próximas décadas cria necessidades de diversificação de parcerias estratégicas

com Moçambique para garantir a sua segurança energética. Segundo, foram apresentadas as potencialidades de Moçambique que comprovam a existência de factores que respondem as prioridades da política externa indiana como recursos energéticos – gás natural e carvão, localização estratégica no Oceano Índico com acesso ao Canal de Moçambique e mercado regional através do acesso aos países da SADC. E por fim, o digrama da aproximação estratégica explicou como Moçambique já está a beneficiar dos avultados investimentos e uma balança comercial positiva resultante do interesse convergente entre Índia e Moçambique.

## 5 CONCLUSÕES

Esta tese teve como principal objectivo reflectir sobre a transformação das relações históricas às parcerias actuais entre Índia e os estados Africanos com enfoque nas relações estratégicas com Moçambique. A tese apresentou os últimos dados disponíveis de acordo com a delimitação temporal feita no início do trabalho. Alguns dados não foram possíveis aprofundar como o papel da diáspora na independência pois, ainda se encontram na categoria de classificados por arquivos em Portugal. Faltou ainda alguns dados de campo de províncias de Nampula, Cabo Delgado que por motivos de COVID-19 não foi possível realizar viagens para finalizar análise sobre o impacto das relações entre Índia e Moçambique.

Esta tese fez uma viagem deste a época remota antes do Cristo até a actualidade, isto é o Séc. XXI. Na pré-história as relações entre Índia e os Estados africanos, principalmente do Leste, era livres e baseadas em trocas comerciais. Os indianos usavam o seu conhecimento dos ventos das monções para navegar com seu produtos como tecidos e especiais no Oceano Índico e comercializar com ouro e marfim dos países africanos.

Esta interação permitiu o intercâmbio de culturas entre Índia e os Estados africanos que até hoje se verifica através da presença de população em espaços geográficos de todas partes. Para além da diáspora, o comércio marítimo fundou o processo de aculturação natural e influência de outros hábitos nas populações locais dos estados africanos e dos indianos. E, como foi visto no caso de Moçambique, a influência foi ainda mais profunda com a presença dos indianos no interior do país e influenciando até nas línguas locais.

Lamentavelmente, todo este processo de intercâmbio comercial e cultural foi gradualmente interrompido a partir do séc. XV com o início da expansão europeia. Verifica-se aqui a chegada de novos actores que começaram a conquistar a força maior espaço no Oceano Índico e alteraram o *status quo* do comércio marítimo entre Índia e os Estados Africanos. Esta situação veio a exacerbar-se com a Conferência de Berlim em 1884 que levou uma corrida pelos Europeus a terem maior presença nas suas colónias. Esta presença nefasta dos europeus exacerbou o comércio de escravos que até levou despovoamento do continente Africano. Porém, o colonialismo permitiu o aumento da diáspora indiana nos países africanos. Portanto, desde o início da expansão europeia até a independência da Índia, as relações com os estados africanos foram fomentadas pelos interesses coloniais.

Infelizmente a colonização quebrou laços milenares de sistemas político-económicos e não somente, foram destruídos os estados e impérios da época criando novos países com fronteiras fictícias que por sua vez não representavam a divisão natural das nações já existentes no continente africano. Os conflitos nos países africanos continuaram através de batalhas coloniais pela conquista de mais espaços e que continuou até o final da guerra fria. Portanto, a colonização deixou marcas de separatismo que até hoje prevalecem nos estados africanos.

No meio de todo este processo de ocupação territorial e fixação colonial, a diáspora indiana esteve sempre presente no continente africano principalmente nos países do Lado Este como o caso de Moçambique. A descrição que a tese fez da presença desta comunidade em Moçambique, permitiu observar a sua perseverança em permanecer neste território que também era dos seus antepassados. A presença secular desta comunidade permitiu que a sua cultura e língua fosse incorporada nos hábitos e costumes dos povos locais. Foi ainda esta comunidade que contribuiu através das suas cantinas na luta de libertação de Moçambique.

A tese demonstrou que a independência da Índia em 1947, trouxe uma nova fase da relação entre Índia e os estados africanos. Entretanto, o período da guerra fria não permitiu que as relações se fortificassem pois, havia o contexto do conflito bipolar onde alguns estados africanos como caso de Moçambique ainda estavam sob jugo colonial e outros vivam uma guerra civil. No entanto, mesmo nestas dificuldades todas, a Índia inicia a sua aproximação através do MPNA e apoio aos movimentos de luta anti-colonial. Portanto, Moçambique contou não somente com o apoio da diáspora indiana em seu território mas também do apoio directo da Índia para a sua independência.

Foi o final da guerra fria que permitiu o “renascimento” das relações entre a Índia e os estados africanos. Foi neste período que se verifica a vitória do neoliberalismo que foi adoptado tanto pela Índia bem como por vários países africanos incluindo Moçambique. Esta doutrina como afirma Friedman (1962), permitiu um aumento da produção em vários países que levou a um crescimento económico pujante como foi o caso da Índia. Tanto a Índia como Moçambique introduziram reformas pela adopção de economia de mercado aberto com as políticas neoliberais como a privatização, reduzida participação do estado na economia, livre circulação de capitais internacionais bem como a redução do protecçãoismo económico.

Foram estas reformas que permitiram a Índia ser uma das maiores economias do mundo e expandir seus capitais para outros estados africanos como o caso de Moçambique no séc. XXI. A

Índia apesar de ter uma posição de potência regional e com aspiração de chegar ao topo, precisa ainda de garantir que a sua economia tenha acesso a recursos energéticos e mercados para exportar seus produtos. Entretanto, como observado no segundo capítulo, a Índia não possui muitas fontes de recursos energéticos, e para exacerbar, as previsões indicam que há possibilidade de esgotamento de reservas de carvão no seu país que por sua vez é o recurso mais consumido no país. Todo este cenário, leva a Índia a aprofunde as suas parcerias com os estados africanos e cria laços estratégicos com estados detentores de recursos energéticos como Moçambique.

Para efectivar a reaproximação da Índia aos estados africanos as lideranças redesenharam as suas abordagens em relação as suas parcerias com os países africanos. Como tal, a Índia começou a reactivar o IORA e lançou a plataforma IAFS para responder os seus interesses de política externa. A Índia começou a oferecer as linhas de crédito com vista a promover os investimentos das suas empresas nos estados africanos e foram dados novos impulsos para estimular o comércio bilateral.

Entretanto, a estratificação das relações comerciais entre Índia e os estados africanos nesta tese, desmistificou a ilusão de que os estados africanos estivessem numa posição privilegiada. Isto acontece porque muitos autores comparam um país- Índia com um continente – África contento 54 países. A tese demonstrou que as relações comerciais não são positivas para todos estados africanos porém, algumas apresentam balança comercial favorável como o caso de Moçambique e Nigéria. Ainda mais, o ponto que mais chama a atenção está ligado na relação de investimento. Nos dados estatísticos que a teses apresentou no segundo capítulo, verificou-se que 21% dos investimentos totais indianos vai para os países africanos, porém, 19% deste valor é direcionado para Maurícias e, os restantes 54 países dos países africanos somente recebem o resto 2%. E, as Maurícias por sua vez são o país que mais investe na Índia. Estes dados demonstram que este país funciona como paraíso fiscal para a Índia.

Assim sendo, será deveras importante que a Índia reveja a sua política de investimento para os estados africanos, caso queira fortalecer a sua parceria com os mesmos. Em todo caso, apesar de reduzido investimento indiano nos estados africanos, o mesmo pode criar oportunidade para transferência de *know-how* (formação técnico-profissional) e fomento de indústrias manufactureiras) para absorção de mão-de-obra local. Porém, será necessário que os estados africanos prestem atenção aos desafios nomeadamente na contínua exportação de matérias-

primas de forma não sustentável e o não desenvolvimento de cadeias de valor adjacentes a indústrias extractivas com vista criar oportunidades locais.

Outro ponto que foi verificado no segundo capítulo foi de que para manter o estatuto de potência a Índia necessita de manter a sua segurança energética equilibrada através de diversificação de parceiros que tenham recursos bem como posições estratégicas no Oceano Índico. Assim, verificou-se que a região africana tem todos elementos que se encontram no topo da política externa indiana e não só. Para além de mercados e recursos, os países africanos possuem ainda hoje um considerável número de diáspora indiana. Esta comunidade também consta das prioridades da política externa que a Índia toma em consideração na sua cooperação com os estados africanos.

O segundo capítulo demonstrou ainda que as relações de comércio e investimento apesar de ainda não estar no com volumes muito elevados, demonstrou que o mesmo tem crescido ao longo de últimos anos e a tendência mantém-se. A Índia está a dar passos concretos através de acordos bilaterais para fortificar as suas parcerias com estados africanos. Assim, os dados do segundo capítulo validaram a hipótese de que os interesses económicos e geopolíticos levaram a Índia a reaproximar-se dos estados africanos.

Por sua vez, o terceiro capítulo demonstrou que desde as descobertas massivas de reservas de gás natural em Moçambique que a Índia vem tentando reforçar as suas parcerias e como resultados verifica-se um grande fluxo de relações económicas entre os dois estados. Moçambique já está a ter efeitos positivos na sua economia desta cooperação pois, além de apresentar uma balança comercial favorável passou a ser o país que mais recebe investimentos depois de Maurícias no continente Africano. E, como observado ainda neste terceiro o capítulo, a relação actual com a Índia permite que Moçambique tenha novo parceiro o que está a ajudar na redução da sua dependência com os países Ocidentais. O facto de a Índia ainda ser uma potência menor que a China, contribui para que Moçambique possa obter maior vantagem da Índia da sua competição entre as potências asiáticas.

Moçambique para além de possuir massivas reservas de recursos energéticos detém uma localização privilegiada no Oceano Índico com acesso directo ao Canal de Moçambique, o que a torna ainda mais estratégica para uma parceria do lado indiano. Este Oceano que é um espaço vital para Índia, está sofrer ameaças da expansão Chinesa com o seu plano de rota da seda. E

como se viu, a Índia está atentar reverter esta situação com seu maior engajamento com os países africanos como Moçambique.

A teoria da interdependência de Keohane e Nye Jr. (1977), afirma que nenhum estado é auto-suficiente para produzir todos recursos de que precisa. Para estes autores a interdependência refere-se a “situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre actores em diferentes países”. Esta teoria ajudou a perceber a cooperação bilateral do terceiro capítulo. Assim como a Índia, Moçambique também tem as suas necessidades como de investimento externo, tecnologia e formação. Esta teoria ajudou também a comprovar a segunda hipótese em que o descobrimento de reservas de gás natural permitiram o aprofundamento das relações bilaterais entre Índia e Moçambique. Além do mais, a presença secular da diáspora Indiana em Moçambique apesar de ser pequena encontra-se muito bem estabelecida ao longo do país que por sua vez ajuda no maior aprofundamento das relações destes dois países.

O quarto capítulo apresentou dados que comprovavam a dependência energética que a Índia está a viver o que afecta bastante a sua segurança energética o que influencia directamente nas suas decisões de política externa. Ainda neste capítulo, a tese demonstrou que Moçambique pelas suas potencialidades responde a três das prioridades de topo da Índia nomeadamente recursos energéticos, mercado e acesso ao Oceano Índico concretamente o Canal de Moçambique. Desta forma, foram apresentados dois diagramas que demonstram primeiro, os passos concretos que a Índia deu para transformar a sua relação bilateral em Estratégica com Moçambique. O segundo demonstrou como as necessidades de cada estado complementa-se e que há ainda espaço para expandir a cooperação em outras áreas. Portanto, os dados apresentados validam a hipótese de que a necessidade de recursos energéticos e interesses geo-estratégicos da Índia tornam Moçambique num parceiro estratégico

Chegado aqui, depois de toda a exposição e análise de dados e factos, tendo em conta as hipóteses validadas, pode se afirmar que os estados africanos tornaram-se relevantes para a política externa indiana e por sua vez, Moçambique passou a ser um parceiro estratégico para a Índia. Desta forma, esta aproximação estratégica da Índia carece de uma análise sobre as perspectivas para Moçambique. Neste sentido apresenta-se de seguida três cenários nomeadamente o cenário óptimo, intermédio e péssimo. Os cenários foram desenhados a partir das evidências apresentadas na primeira parte deste capítulo onde demonstrou-se a necessidade

dos recursos energéticos por parte da Índia no que tange ao gás natural e carvão e, na sua segunda parte as potencialidades de Moçambique. Os resultados desta relação estratégica foram também enunciados na terceira parte onde foi feita uma análise dos passos dados pela Índia na sua aproximação estratégica com Moçambique.

### 5.1 CENÁRIO A - ÓPTIMO

Actualmente as relações internacionais, caracterizadas pelo contexto da multipolaridade<sup>155</sup>, propiciam melhor momento para diversificação de parcerias. Assim sendo, é importante para Moçambique aproveitar-se desta competição entre as potências internacionais. Para além deste contexto, a actual questão das novas descobertas de reservas energéticas de gás natural e carvão alteram o *balance of power* de Moçambique como se pode observar na afirmação seguinte:

Recent discoveries of significant gas deposits off the coasts of Mozambique, Tanzania, and Egypt are ushering in a new balance of power in Africa's energy markets, as the centre of gravity of hydrocarbon-rich regions in Africa shifts towards the east of the continent. This shift consequently emphasises the strategic role of the Indian Ocean as a hub of global energy trade (AMEGROUD, 2017, p. 105).

Como se pode ver, existe uma mudança no *balance of power* da zona Oeste africana para o lado Este onde se encontra Moçambique. Antes de mais, é necessário que primeiro haja um entendimento sobre o termo *balance of power* para presente análise. Segundo Griffiths, O'Callaghan e Roach (2008), é um conceito dinâmico e é necessário que seja entendido em determinado contexto. E, de acordo com o Dicionário Britânica (BALANCE..., 2020), os estados podem adoptar uma política de equilíbrio de poder de duas maneiras: aumentando seu próprio poder, como quando participam de uma corrida armamentista ou na aquisição competitiva de território; ou adicionando ao seu próprio poder o de outros estados, como quando se inicia uma política de alianças.

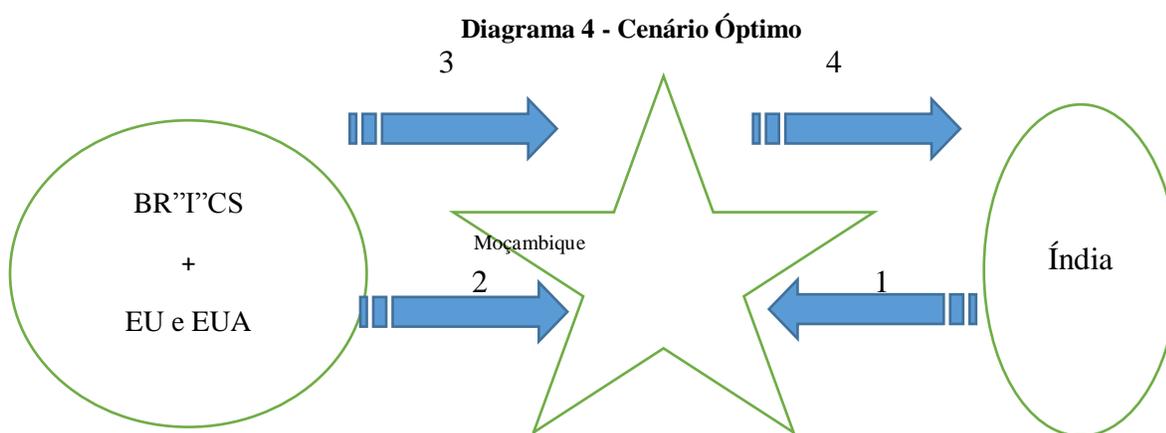
Portanto, para o caso de Moçambique, o conceito de *balance of power* será analisado de forma subjectiva, em que a ascensão de Moçambique para a posição de um dos maiores produtores de gás natural do mundo leva a que faça novas alianças o que terá uma implicação no

---

<sup>155</sup> Existência de múltiplos polos de poder, regional e internacional.

seu poder regional. E, o actual aprofundamento da parceria estratégica que se verifica com a Índia, pode-se desenhar um cenário óptimo para o seu *balance of power* económico de Moçambique.

Para melhor compreender a influência indiana no *balance of power* económico de Moçambique, apresenta-se de seguida o diagrama 4 para descrever o cenário óptimo. Neste cenário, prevê-se que os investimentos indianos continuem elevados e mantenham Moçambique no topo de países africanos que mais recebem investimentos. Para além dos investimentos, as relações comerciais irão se fortificar e diversificar mantendo a balança comercial positiva para o país.



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Para começar, o cenário óptimo representa a fase em que Moçambique já produz e exporta gás natural e, encontra-se na liderança de países exportadores de gás natural ao nível mundial. As setas azuis indicam a forma como os estados irão comportar-se em relação a Moçambique neste cenário.

A seta 1 indica uma parceria forte entre Índia e Moçambique com maior investimento e comércio bilateral e contínuo interesse da Índia na parceria estratégica. As setas 2 e 3 por sua vez, indicam maior interesse dos países de BR\"I\"CS e do Ocidente em investir em Moçambique com a sua posição de maior exportador de gás natural e carvão. A seta 4 indica que com a alteração do *balance of power* económico de Moçambique, trará mudanças na sua relação de

dependência com os países Ocidentais, neste caso a Europa e os EUA<sup>156</sup>. Haverá maior competição entre os países Ocidentais e os BRICS para cooperarem com Moçambique principalmente a China, chamando a sua atenção para aumentar os seus investimentos e concretizar sua iniciativa de rota de seda. Os países Ocidentais não irão querer perder seu estatuto de “parceiro clássico” e terão de olhar para Moçambique como um estado relevante no sistema internacional. Neste contexto, Moçambique terá maior vantagem nas negociações com estas potências.

Outra vantagem da cooperação estratégica com a Índia consiste no apoio para garantir a segurança da ZEE no Canal de Moçambique. Este Canal, para além de ter interesse de várias potências com as suas bases militares, é também uma área de disputa territorial com a França pois, esta ocupa ilegalmente algumas ilhas<sup>157</sup> neste espaço desde o período colonial e pretende legitimar a sua ZEE no Canal. E, com a descoberta de enormes reservas de gás, o “apetite” da França só irá aumentar. Por sua vez, os países da região Austral de África não reconhecem este espaço como território Francês. Assim, a Índia poderá ser um parceiro estratégico para Moçambique e pressionar as instituições internacionais para que a França descolonize este território pois, tanto a Índia e Moçambique são veementemente contra colonização.

Em relação a África do Sul, o maior parceiro de Moçambique na região Austral de África, com este avanço da economia moçambicana levará a uma possível redução da sua dependência económica com o mesmo. Entretanto, a ligação fronteiriça e relações sócio-culturais em que ambos estão altamente envolvidos, não há espaço para um afastamento entre os dois estados.

E por fim, a seta 4 significa que as vantagens da parceria com a Índia levarão com que Moçambique continue a sua aliança expandido as áreas de cooperação e tornando a parceria cada vez mais interdependente. Outras áreas de cooperação que Moçambique pode aprofundar desta aproximação pode ser o sector de agricultura, educação, tecnologia, militar e saúde. A Índia, famosa pela conquista da revolução verde, poderá cooperar com Moçambique para o aumento da produtividade agrícola e reduzir as crises de fome que fustigam o país. A Índia já deu alguns

---

<sup>156</sup> Actualmente Moçambique encontra-se dependente do apoio do Ocidente. Um exemplo claro desta tendência pode ser observada a quando da descoberta do caso das dívidas ocultas em 2015 que levou o FMI e os países da União Europeia cancelarem a seu apoio directo ao orçamento geral do estado Moçambicano colocando Moçambique numa crise económica. Este posicionamento demonstra como os países Ocidentais aonde vêm Moçambique como uma antiga colónia com sentimento de posse e dominação. Porém, a Índia não paralisou o seu apoio, pelo contrário, ainda aumentou significativamente.

<sup>157</sup> Ilhas Mayote e Reunião onde a França tem as suas bases militares (SELLSTRÖM, 2015).

passos nesta área através do acordo de exportação de leguminosas que tem promovido e apoiado os pequenos agricultores em Moçambique porém, ainda é necessários maiores investimentos na área de agro-processamento.

Ainda mais, a Índia sempre teve sua presença filantrópica em Moçambique mesmo antes da descoberta do gás natural. Neste sentido, observa-se que para satisfazer os seus interesses energéticos a Índia já tem tomados várias medidas com vista a agraciar Moçambique. Os investimentos Indianos em Moçambique tendem a crescer como visto no capítulo anterior assim como o apoio social através das linhas de crédito; formação de recursos humanos (a Índia é o país que mais bolsas de estudo oferece a Moçambique) e transferência de tecnologia. Contudo, Moçambique deve ficar alerta para não ficar dependente nesta aproximação como exportador de matérias-primas como acontece com os países Ocidentais.

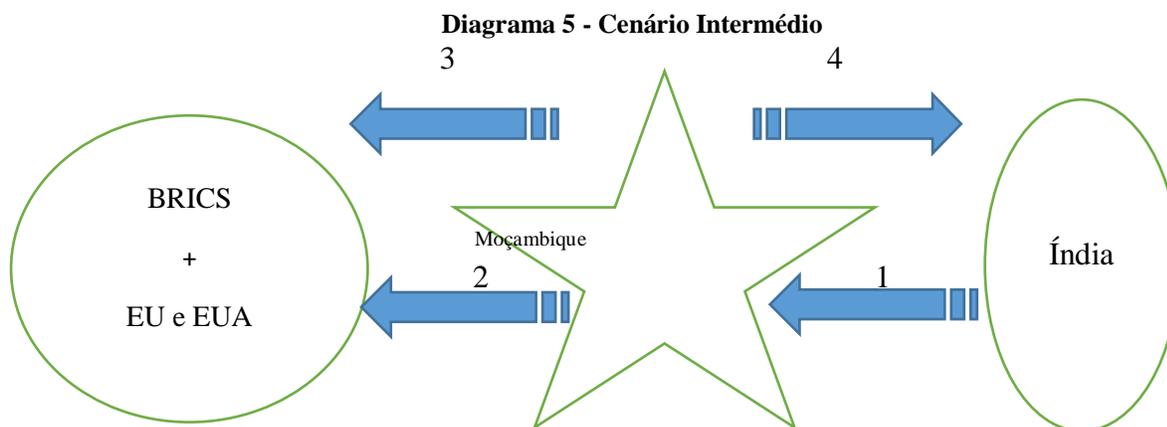
## 5.2 CENÁRIO B – INTERMÉDIO

O cenário intermédio descreve um contexto em que passam a existir novas descobertas de reservas de gás natural no Oceano Índico ou caso a Índia passe a estar interessada em outros estados com reservas de gás natural como Tanzânia que também possui reservas de gás porém, em quantidades menores que Moçambique<sup>158</sup>. Neste contexto, o interesse da Índia iria diminuir e as relações bilaterais não seriam mais estratégicas. Os investidores e empresas indianas passariam a priorizar seus recursos para outros países com vista a responder a sua estratégia de diversificação energética.

Neste cenário, Moçambique perde um parceiro estratégico reduzindo capacidade no *Balance of Power*. Como observado pelo diagrama 5, Moçambique passaria a investir na sua relação com os países Ocidentais e outros países do BRICS como a China.

---

<sup>158</sup> Tanzânia possui 57 trilhões de pés cúbicos enquanto Moçambique possui 279 trilhões de pés cúbicos.

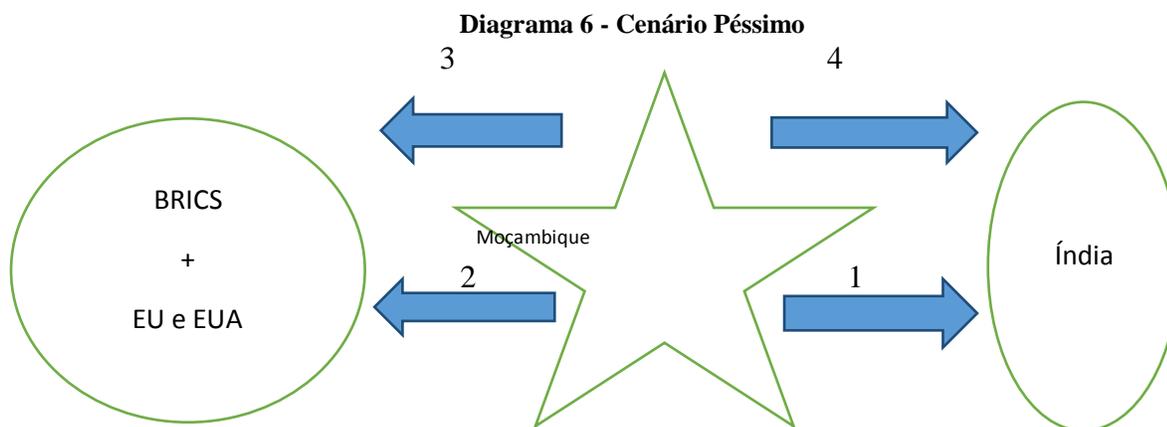


**Fonte:** Elaborado pela autora.

Neste cenário, a seta 1 e 4 indica que a cooperação bilateral entre Índia manter-se-á mas não com a mesma pujança e haverá uma redução da interdependência entre os dois actores. Por sua vez, a seta 2 e 3 indica a continuação da dependência da ajuda externa em relação aos países Ocidentais e outros países do BRICS pois, com novas descobertas de gás a competição por Moçambique poderá diminuir. Neste cenário Moçambique pode reduzir a sua dependência económica em alguma medida mas sem grande alteração do seu *balance os power* regional.

### 5.3 CENÁRIO C – PÉSSIMO

O cenário péssimo poderá ocorrer caso Moçambique entre num contexto em que haja uma instabilidade interna que impossibilite a exploração de gás natural e do carvão como uma guerra civil ou conflitos na região Norte do país onde se encontram as reservas de gás. Neste cenário, poderá se observar um total desligamento dos interesses indianos por Moçambique e a cooperação poderá regressar a época da guerra fria em que as relações eram mais de carácter diplomático. Neste cenário, a dependência de Moçambique irá aumentar drasticamente em relação aos países Ocidentais e os BRICS como se pode ver pelo diagrama 6:



Como se observa neste diagrama, todas as setas de 1 a 4 encontra-se viradas para os parceiros implicando dependência externa profunda de Moçambique em relação a ajuda externa.

Após apresentação destes três cenários, conclui-se que Moçambique tem uma grande oportunidade para reduzir a sua dependência externa através de uma aliança estratégica com a Índia e desenvolver seus sectores estratégicos de economia e apoiar nas questões securitárias. Mas para tal, deve preparar sua estratégia de cooperação com Índia com vista a ter maiores ganhos da sua aproximação. Várias áreas podem ainda aproveitar desta oportunidade criada pela aproximação. Tal é o exemplo de agro-processamento, manufacturas, farmácia, sector de automóvel, tecnologia, entre outros. Outro grande potencial a explorar está relacionado com a promoção de cadeias de valor principalmente nas zonas rurais.

Chegado ao final desta tese, importa relembrar a principal questão de pesquisa: de que forma evoluíram as relações de cooperação para parceria estratégica entre Índia e os estados Africanos, em específico Moçambique. Como resultado desta tese baseado nos pressupostos da teoria neoliberal e da interdependência, o problema pode ser respondido da seguinte forma: as relações seculares entre Índia e os estados africanos foram interrompidas pela expansão europeia e processo de colonização. No entanto, a independência da Índia em 1947 e o final da guerra fria trouxeram uma nova fase na relação entre Índia e os estados africanos. A segurança energética e o interesse da expansão da sua influência pelo Oceano Índico no séc. XXI, levaram a Índia a redefinir a sua política externa e suas parcerias. Assim, as relações comerciais entre a Índia e os estados Africanos apresentam um crescimento notável nos últimos anos entretanto os investimentos estão ainda limitados a alguns países como Ilhas Maurícias e Moçambique. Por sua vez, as relações entre Índia e Moçambique apesar de seculares somente depois da descoberta

de gás natural tornaram-se estratégicas. Os interesses geo-estratégicos da Índia e as potencialidades de Moçambique tornam-no num estado estratégico no continente Africano.

## REFERÊNCIAS

229 COMUNIDADE de pescadores goeses da Catembe. **Galeria dos Goeses Ilustres**, [Lisboa], 26 jan. 2019. Disponível em: <https://galeriadosgoesesilustres.blogs.sapo.pt/229-comunidade-de-pescadores-goeses-da-58630>. Acesso em: 23 jun. 2020.

ACHÁ, Hizidine. Moçambique pode entrar na lista dos maiores produtores de ouro do mundo. **Jornal O País**, Aveiro, 14 jul. 2019. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/mocambique-pode-entrar-na-lista-dos-maiores-produtores-de-ouro-do-mundo>. Acesso em: 6 maio 2019.

ACORDO de cooperação Índia-Moçambique na área de gás. **Portugal Digital**, [Lisboa], 2017. Disponível em: <https://portugaldigital.com.br/mocambique-assina-acordo-de-cooperacao-com-a-India-na-area-de-petroleos-e-gas/>. Acesso em: 12 abr. 2017.

AFONSO, Maria Manuela; FERNANDES, Ana Paula. **Abcd**: introdução à cooperação para desenvolvimento. Lisboa: Instituto Marquês de Vale Flor, 2005.

AGÊNCIA LUSA. **Indianos expulsos de Moçambique**. Lisboa, 2011.

AGÊNCIA LUSA. **Superprodução de feijão bóer na Índia provoca crise em distritos moçambicanos**. Lisboa, 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/superproducao-de-feijao-boer-na-india-provoca-crise-em-distritos-mocambicanos---ong-9063294.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

AIE. **Carbon intensity of industry energy consumption in India**. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://www.iea.org/data-and-statistics?country=INDIA&fuel=Energy%20consumption&indicator=Oil%20final%20consumption%20by%20product>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ALI, Omar H. Malik Ambar: (1548 -1627). **Black Pas**, Seattle, 30 Aug. 2011. Disponível em: <https://www.blackpast.org/global-african-history/ambar-malik-1548-1626/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

AMEGROUD, Tayeb. The energy transition in Africa: a new opportunity for economic development. In: POSSI, Ritika; GUENNOUN, Ihssane. (ed.). **Securing the 21<sup>st</sup> century: mapping India-Africa engagement**. [S.l.]: OCP Policy Center; Durham University; Willey-Blackwell, 2017. p. 108-113.

AUSTRALIAN NAVY. **Indian Ocean Naval Symposium**. Canberra, 2020. Disponível em: <https://www.navy.gov.au/ions>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BAJPAL, Kanti *et al.* **India's grand strategy, history, theory, cases**. New Delhi: Routledge, 2014.

BAJPAL, Kanti; PANT, Harsh. **India's foreign policy: a reader**. New Delhi: Oxford University Press, 2013.

BALANCE of power. **Britannica**, London, 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/balance-of-power>. Acesso em: 1 mar. 2020.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Balança comercial de Moçambique**. Maputo, 2019. Disponível em: [http://www.bancomoc.mz/fm\\_pgLink.aspx?id=222](http://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222). Acesso em: 1 mar. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Moçambique**: aspectos gerais. Washington, 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview>. Acesso em: 29 maio 2019.

BAOBAB RESOURCES. **Tete Steel & Vanadium**. [S.l.], 2014. Disponível em: <http://www.baobabresources.com/projects/tete>. Acesso em: 19 jul. 2019.

BARROS, João. **Um estudo de avaliação das políticas públicas de transporte rodoviário de passageiros e o seu impacto na promoção do desenvolvimento socioeconómico em Moçambique**: o caso da província de Nampula. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13020/1/Tese%20de%20Doutoramento\\_Jo%C3%A3o%20Gabriel%20de%20Barros.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13020/1/Tese%20de%20Doutoramento_Jo%C3%A3o%20Gabriel%20de%20Barros.pdf). Acesso em: 19 jul. 2019.

BASTOS, Susana Pereira. **Indian transnationalism in colonial and postcolonial Mozambique**. Lisboa: Centre for the Study of Migrations and Ethnic Minorities, Universidade Nova de Lisboa, 2005.

BASTOS, Susana Pereira; BASTOS, José Gabriel Pereira. **De Moçambique a Portugal**: reinterpretações identitárias do hinduísmo em viagem. Lisboa: Fundação Oriente, 2001.

BISHOP, Marlon. **Africans in India**. Brooklyn: Afropop, 2013. Disponível em: <https://afropop.org/articles/photo-essay-africans-in-india>. Acesso em: 12 maio 2020.

BHANDARI, Amit; KULKARNI, Kunal. **India's global energy footprint**. Mumbai: Gateway House, 2017. Disponível em: <https://www.gatewayhouse.in/indias-global-energy-footprint/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BHATTACHARYA, Sanjukta Banerji. **Engaging Africa**: India's interests in the African continent, past and present in Cheru, Fantu e Obi, Cyril. The rise of China and India in Africa: challenges, opportunities and critical interventions. London: Zed Books, 2010.

BOLETIM da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique. [S.l.]: Tipografia Popular de Roque Ferreira, 1932.

BORGES, Charles; FELDMANN, Hemut (ed.). **Goa and Portugal their cultural links**. Goa: Xavier Centre of Historical Research, 1997.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Como exportar para Índia**. Brasília, 2012. (Colção estudos e documentos de comércio exterior). Disponível em:

<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXIndia.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BROADMAN, Harry G. **Africa's silk road, China and India's new economic frontier**. Washington: World Bank, 2007.

BUSINESS STANDARD. **Índia, Mozambique discuss boosting maritime security cooperation**. New Delhi, 5 Aug. 2015. Disponível em: [https://www.business-standard.com/article/news-ians/Índia-mozambique-discuss-boosting-maritime-security-cooperation-115080500685\\_1.html](https://www.business-standard.com/article/news-ians/Índia-mozambique-discuss-boosting-maritime-security-cooperation-115080500685_1.html). Acesso em: 27 maio 2019.

BUSSIÈRE, Matthieu; MEHL, Arnaud. **China's and India's roles In global trade and finance: twin titans for the new millennium?** Frankfurt: European Central Bank, 2008. (Paper, 80).

CAMBAIA. **Educalingo**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/cambaia>. Acesso em: 27 maio 2019.

CAMPOS, André. A dimensão global da política externa indiana. **Mundorama**: revista de divulgação científica em relações internacionais, Brasília, 25 abr. 2016. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=19184>. Acesso em: 30 jan. 2019.

CAPULANA. **DW**, Berlin, 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/capulana/t-17>. Acesso em: 30 jan. 2020.

CARLOS, João. Guerra colonial acelerou fim da ditadura portuguesa. **DW**, Berlin, 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guerra-colonial-acelerou-fim-da-ditadura-portuguesa-diz-historiadora/a-17592419>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CARVALHO, Ezequiel *et al.* **Barragens no espaço da CPLP: experiências, soluções e desafios**. Maputo, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/77562107-A-exploracao-da-barragem-de-cahora-bassa.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

CASTELO-BRANCO, Nuno. Cenas de Moçambique colonial. **Estado Sentido**, Aveiro, 17 maio 2008. Disponível em: <https://estadosentido.blogs.sapo.pt/70537.html>. Acesso em: 14 dez. 2019.

CENTRE FOR CIVIL SOCIETY. 1980-1990. **IndiaBefore91.in**, New Delhi, 2019. Disponível em: <http://indiabefore91.in/1980-1990>. Acesso em: 14 dez. 2019.

CHAUDHURI, Primit Pal. India's 21st century African partner: why Mozambique was Modi's first stop. **Hindustan Times**, New Delhi, 7 July 2017. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/india-s-21st-century-african-partner-why-mozambique-was-modi-s-first-stop/story-jPw0z4yQQbnWdddIOkvRAM.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CHAGAN, Mahendracumar. **Os pilares da religião Hindú**. Maputo: ML Graphics, 2002.

CHAKRABATY, Malancha. **Indian investments in Africa: scale, trends, and policy recommendations**. New Delhi: Observer Research Foundation, 2018.

CHAUDHURI, Primit. Framing India-Africa relations: narrative, platforms, areas. *In*: POSSI, Ritika; GUENNOUN, Ihssane. (ed.). **Securing the 21<sup>st</sup> century: mapping India-Africa engagement**. [S.l.]: OCP Policy Center; Durham University; Willey-Blackwell, 2017. p. 8-14.

CHERU, Cyril; OBI, Cyril. **The rise of China and India in Africa: challenges, opportunities and critical interventions**. Uppsala: Zed Books, 2010.

CHICHANGO, Isaac Pedro. **A geopolítica de Moçambique**. 2009. Trabalho de investigação individual (Curso de Estado-Maior Conjunto) - Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2009. Disponível em:  
[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11589/1/TCOR%20Chichango%20A\\_Geopolitica\\_d\\_e\\_Mocambique.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11589/1/TCOR%20Chichango%20A_Geopolitica_d_e_Mocambique.pdf). Acesso em: 22 dez. 2019.

CHICHAVA, Sérgio. **Desafios para Moçambique**. Maputo: Norprint, 2011.

CHICHAVA, Sérgio. **Cooperação Sul-Sul**. Brasília: UNFPA, 2019. Disponível em:  
<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-o-unfpa/cooperacao-sul-sul>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CHICHAVA, Sérgio; ALDEN, Chris. **A Mamba e o Dragão: relações Moçambique China em perspectiva**. Maputo: IESE, 2012. Disponível em:  
[http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/MozChin/IESE\\_Mozam-China.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/MozChin/IESE_Mozam-China.pdf). Acesso em: 20 maio 2019.

COMUNIDADE MAHOMETANA. Maputo, 2019. Facebook: Comunidademahometanamaputo. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/Comunidademahometanamaputo/>. Acesso em: 20 maio 2019.

CONTRIM, Teresa. A mulher moçambicana e a capulana. **Sapo Viagens**, Aveiro, 2009. Disponível em: <http://viajar.sapo.mz/descubra-o-pais/lazer-e-cultura/a-mulher-mocambicana-e-a-capulana>. Acesso em: 3 fev. 2019.

DADWA, Shebonti Ray. **India-Africa energy partnership**. [S.l.], 4 Jan. 2020. Disponível em:  
<http://diplomatist.com/2020/01/04/india-africa-energy-partnership/>. Acesso em: 4 jan. 2020.

DEFINITION of a Non-Resident Indian (NRI). **Vakilnol.com**, [s.l.], 26 Mar. 2013. Disponível em: <https://www.vakilno1.com/nri/taxation/definitions.html>. Acesso em: 3 fev. 2019.

DINERMAN, Alice. Moçambique depois do socialismo: a independência revisitada. **Relações internacionais**, Lisboa, p. 101-124, set. 2007. Disponível em:  
[http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri15/RI15\\_10ADinerman.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri15/RI15_10ADinerman.pdf). Acesso em: 3 fev. 2019.

DINIS, Francisco. **Crescimento e desenvolvimento económico**: modelos e agentes do processo. Lisboa: Sílabo, 2006.

DUBEY, Ajay Kumar. **Foreign policy of India with special reference to India's Africa policy**. [S.l.], 2008. Disponível em: [https://www.diplomacy.bg.ac.rs/pdf/lecture\\_Dubey\\_20081121.pdf](https://www.diplomacy.bg.ac.rs/pdf/lecture_Dubey_20081121.pdf). Acesso em: 16 jul. 2019.

DUBEY, Ajay Kumar; BISWAS, Aparajita. **India and Africa's partnership**: a vision for a new future. New Delhi: Springer, 2016.

DUPAS, Gilberto. “**África do Sul, Brasil e Índia**: divergências, convergências e perspectivas de alianças” em Índia, Brasil e África do Sul. São Paulo, 2006.

DUPAS, Gilberto. **Economia sócio económica e política**. [S.l.], 2017. Disponível em: <http://www.omagodasfinancas.com/como-entender-a-economia-socio-economico-politico>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **India**. Washington, 2016. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/analysis/country/IND>. Acesso em: 14 jul. 2019.

ENERGY STATISTICS. **Statistics Ministry**. New Delhi, 2019.

ENH. **Sobre ENH**. Maputo, 2019. Disponível em: <https://www.enh.co.mz/sobre-enh/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

ER SERVICES. **World civilization**: rise of the Maurya Empire. Portland, 2019. Disponível em: <https://courses.lumenlearning.com/suny-hccc-worldcivilization/chapter/rise-of-the-maurya-empire/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

EXIM BANK OF INDIA. **Financial products**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.eximbankindia.in/lines-of-credit-GOILLOC.aspx>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FAINDA, Valter. Política externa da Índia. In: WACHE, Paulo *et al.* (ed.). **As potências emergentes na construção da multipolaridade inclusiva**. Maputo: ISRI, 2014. p. 173-211.

FATIMA, Qamar; JAMSHED, Asmo. The political and economic significance of Indian Ocean: an analysis. **Journal of South Asian Studies**, [s.l.], v. 30, n. 2, July/Dec. 2015.

FERREIRA, António Rita. **Moçambique e os naturais da Índia Portuguesa**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical-Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985.

FERREIRA, António Rita. **Moçambique post 25 de abril**: causas do êxodo da população de origem europeia e asiática. Coimbra: Instituto de Antropologia Universidade de Coimbra, 1985.

FIGUEIREDO, Marcela. Culinária moçambicana. **Brasileiras pelo Mundo**, [s.l.], 14 jul. 2015. Disponível em: <https://www.brasileiraspelomundo.com/culinaria-mocambicana-141015859>. Acesso em: 25 fev. 2019.

FIRST Hindu Temple. **Exist Above Noise**, [s.l.], 2017. Disponível em: <https://existabovethenoise.com/mozambique-island/#jp-carousel-6454>. Acesso em: 25 fev. 2019.

FREY, Adrian. Índia Mozambique relations. **Club of Mozambique**, Maputo, 2017. Disponível em: <http://clubofmozambique.com/news/Índia-mozambique-relations/>. Acesso em: 2 abr. 2017.

FREY, Adrian. India, Mozambique sign 2 MoUs to strengthen defense cooperation. **Club of Mozambique**, Maputo, 29 July 2019. Disponível em: <https://clubofmozambique.com/news/india-mozambique-sign-2-mous-to-strengthen-defence-cooperation-138043/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

FREY, Adrian. Indian investment in Mozambique aims to reduce logistics cost for coal miners. **Club of Mozambique**, Maputo, 6 Feb. 2018. Disponível em: <https://clubofmozambique.com/news/indian-investment-in-mozambique-aims-to-reduce-logistics-cost-for-coal-miners/>. Acesso em: 12 mar. 2020

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL EDGE. **Mozambique trade statistics**. East Lansing, 2019. Disponível em: <https://globaledge.msu.edu/countries/mozambique/tradestats>. Acesso em: 1 abr. 2019.

GOLDSTEIN, Andrea *et al.* **The rise of China and India, what's in it for Africa?** Paris: OECD, 2006.

GRIFFITHS, Martin; O'CALLAGHAN, Terry; ROACH, Steven. **International Relations :The Key Concepts**. 2nd.ed. Routledge. New York, 2008.

GRILO, V. **56o Congresso: The South African Association for the advancement of science**. Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, 1958.

GROSS, Samantha. Coal is king in Índia: and will likely remain so. **Brookings Planet Policy**, Washington, 2019. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/planetpolicy/2019/03/08/coal-is-king-in-Índia-and-will-likely-remain-so/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

GUPTA, Rajneesh Kumar. Indian diaspora in Africa: historical roots and current strength. **GRFDT**, [s.l.], 2014. Disponível em: <http://grfdt.com/PublicationDetails.aspx?Type=Articles&TabId=1033>. Acesso em: 21 fev. 2020.

HAWLEY, John C. **India in Africa, Africa in India, Indian Ocean cosmopolitanisms**. Bloomington: Indiana Press University, 2008.

HENDERSON, James Dhanaraj; CHARLES, Avagyan. **Strategic partnerships**. Lausanne: IMD, 2014. Disponível em: <https://www.imd.org/research-knowledge/articles/strategic-partnerships/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

IESE. Maputo, 2016. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/saber/ind\\_1.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/saber/ind_1.pdf). Acesso em: 22 fev. 2020.

INDIA. Department of Industrial Policy and Promotion. **Quarterly fact sheet**. New Delhi, 2019. Disponível em: [https://dipp.gov.in/sites/default/files/FDI\\_Factsheet\\_19February2019.pdf](https://dipp.gov.in/sites/default/files/FDI_Factsheet_19February2019.pdf). Acesso em: 5 jul. 2020.

INDIA. Edifício de Sua Alteza Aga Khan: comunidade muçulmana ismaelita. **House of Maputo**, [s.l.], 25 abr. 2015. Disponível em: <http://housesofmaputo.blogspot.com/2015/04/edificio-de-sua-alteza-aga-khan.html>. Acesso em: 14 fev. 2020.

INDIA. High Commission of India, Maputo. **India – Mozambique relations**. Maputo, Sept. 2019.

INDIA. **India at a glance**. New Delhi, 2019. Disponível em: <https://www.india.gov.in/india-glance/profile>. Acesso em: 22 jan. 2019.

INDIA. Ministry of Defense. Indian Navy. **Ensuring secure SEAS: Indian maritime security strategy**. New Delhi, 2015.

INDIA. Ministry of External Affairs. **India: agreements and MoU signed between India and Mozambique**. New Delhi, 2019. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/loksabha.htm?dtl/16275/q254+agreements+with+mozambique>. Acesso em: 2 maio 2019.

INDIA. Ministry of External Affairs. **India - Mauritius relations**. New Delhi, 2016. Disponível em: [https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Mauritius\\_08\\_01\\_2016.pdf](https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Mauritius_08_01_2016.pdf). Acesso em: 12 maio 2017.

INDIA. Ministry of External Affairs. **India Mozambique relations**. New Delhi, 2017. Disponível em: [http://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Índia-Mozambique\\_Relations.pdf](http://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Índia-Mozambique_Relations.pdf). Acesso em: 12 maio 2017.

INDIA. Ministry of External Affairs. **Indian foreign service**. New Delhi, 2012. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/indian-foreign-service.html>. Acesso em: 22 jan. 2019.

INDIA. Ministry of External Affairs. **List of Agreements/MoUs signed during the visit of President of Mozambique to India**. New Delhi, 5 Aug. 2015. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/25572/list+of+agreementsmous+signed+during+the+visit+of+president+of+mozambique+to+india>. Acesso em: 22 jan. 2019.

INDIA. Ministry of External Affairs. **Report of the High Level Committee on the Indian Diaspora**. New Delhi, 2001. Disponível em: [indiandiaspora.nic.in/diaspora.pdf/](http://indiandiaspora.nic.in/diaspora.pdf/). Acesso em: 22 jan. 2019.

INDIA. Ministry of Home Affairs. Office of the Registrar General & Census Commissioner. **T 00-003**: population by sex and sex ratio. New Delhi, 2011. Disponível em: [https://censusindia.gov.in/Tables\\_Published/A-Series/A-Series\\_links/t\\_00\\_003.aspx](https://censusindia.gov.in/Tables_Published/A-Series/A-Series_links/t_00_003.aspx). Acesso em: 22 jan. 2019.

INDIA. Ministry of Statistics and Programme Implementation. **Energy statistics**. New Delhi, 2019. Disponível em: <http://mospi.nic.in/publication/energy-statistics-2019>. Acesso em: 26 jun. 2020.

INDIA GDP annual growth rate. **Trading Economics**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/india/gdp-growth-annual>. Acesso em: 15 out. 2019.

INDIA MAP. **Maps of India**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.mapsofindia.com/>. Acesso em: 2 fev. 2020.

INDIA MAY seek renegotiation of LNG price from Qatar: Dharmendra Pradhan. **The Economic Times**, [New Delhi], 23 Jan. 2020. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/industry/energy/oil-gas/india-may-seek-renegotiation-of-lng-price-from-qatar-dharmendra-pradhan/articleshow/73553671.cms>. Acesso em: 22 fev. 2020.

INSOLL, Timothy. **The archaeology of Islam in Sub-Saharan Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Moçambique). **Recenseamento geral da população e habitação**. Maputo, 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rghp2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1>. Acesso em: 17 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DO PETRÓLEO (Moçambique). **Mapas**. Maputo, 2019. Disponível em: <http://www.inp.gov.mz/pt/Mapas/Concessoes-Activas2>. Acesso em: 19 nov. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DO PETRÓLEO (Moçambique). **Rovuma offshore, Área 1**. Maputo, 2019. Disponível em: <http://www.inp.gov.mz/pt/Pesquisa-Producao/Areas-de-Pesquisa-e-Producao-Actuais/Rovuma-offshore-Area-1>. Acesso em: 19 nov. 2019.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World energy outlook**. Paris, 2015. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2015>. Acesso em: 7 jun. 2019.

JOINT VENTURE. **Dicionário Financeiro**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/joint-venture/>. Acesso em: 24 fev. 2019.

KEOHANE, Robert; NYE JR., Joseph S. **Power and interdependence**. 4. ed. USA: Longman, 1997.

KIRSHNER, Joshua. India is helping Mozambique meet its energy needs: in good ways and bad. **The Conversation**, Waltham, 2015. Disponível em: <http://theconversation.com/india-is-helping-mozambique-meet-its-energy-needs-in-good-ways-and-bad-50788>. Acesso em: 4 set. 2019.

KULKARNI, Sanket Sudhir; PIMPALKHARE, Ameya. **Índia's import diversification strategy**. New Delhi: ORF, 2019. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/Índias-import-diversification-strategy-for-natural-gas-58395/>. Acesso em: 2 out. 2019.

KUMAR, Akhilesh; KUMAR, Naresh. African descendants in India, a quest for identity and assimilation in Gujarat. **GRFDT Research Monograph Series**, New Delhi, v. 2, n. 4, Apr. 2016. Disponível em: [https://grfdt.com/Upload/Publication/7066\\_Akhilesh%20Kumar%20&%20Naresh%20kumar%20.pdf](https://grfdt.com/Upload/Publication/7066_Akhilesh%20Kumar%20&%20Naresh%20kumar%20.pdf). Acesso em: 2 out. 2019.

KUO, Lily; KOMMENDA, Niko. What is China's belt and road initiative? **The Guardian**, London, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/ng-interactive/2018/jul/30/what-china-belt-road-initiative-silk-road-explainer>. Acesso em: 23 nov. 2020.

LEITE, Joana Pereira. Diáspora indiana em Moçambique. **Economia Global e Gestão**, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 67-108, 1996.

LEITE, Joana Pereira. **Diáspora indiana em Moçambique**. Congresso Luso-Afro Brasileiro em Ciências Sociais, 4., Rio de Janeiro, 1996.

LEITE, Joana Pereira; KHOURI, Nicole. **História social e económica dos Ismailis de Moçambique: século XX**. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 2011. (Documentos de trabalho, 92). Disponível em: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp92.pdf>. Acesso em: 4 set. 2019.

LUNDIN, Iraê. **Metodologia de pesquisa em ciências sociais**. Maputo: Escolar, 2016.

MACIEL, Carla. Os goeses e outros povos asiáticos em Moçambique: que atitudes em relação ao português e às línguas bantu? **Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies**, Anderson, v. 7, special issue, p. 169-183, 2018. Disponível em: <http://portuguese-diaspora-studies.com/index.php/ijpds/issue/view/23>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MODI'S first visit to Mozambique. **Hindustan Times**, New Delhi, 2016. Disponível em: <http://www.hindustantimes.com/Índia-news/Índia-s-21st-century-african-partner-why-mozambique-was-modi-s-first-stop/story-jPw0z4yQQbnWdddIOkvRAM.html>. Acesso em: 20 maio 2017.

MAHUMANE, Gilberto; MULDER, Peter. **Mozambique energy outlook, 2015-2030**. Data scenarios and policy implications. Amsterdam: Vrije University, 2015. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/277328689\\_Mozambique\\_Energy\\_Outlook\\_2015-2030\\_Data\\_Scenarios\\_and\\_Policy\\_Implications](https://www.researchgate.net/publication/277328689_Mozambique_Energy_Outlook_2015-2030_Data_Scenarios_and_Policy_Implications). Acesso em: 20 abr. 2020.

MALONE, David. **Does elephant dance?:** contemporary Indian foreign policy. Clarendon: Oxford University Press, 2011.

MARCONI, Maria; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MASSANGAIE, Arnaldo. **A política externa de Moçambique e sua inserção no processo de integração regional na África Austral.** 2017. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/168604>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MAULDIN, John. India's tech revolution has already left the west behind: it's the best investment opportunity now. **Forbes**, [New York], 9 Apr. 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/johnmauldin/2017/04/09/indias-tech-revolution-has-already-left-the-west-behind-its-the-best-investment-opportunity-now/#5ac0c01f2360>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MAWDSLEY, Emma; MCCANN, Gerard. **India in Africa changing geographies of power.** Cape Town: Pambazuka, 2011.

MIGUEL, Ramos. Chineses delapidam impunemente recursos de Moçambique. **Voa Português**, [s.l.], 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/chineses-delapidam-impunemente-recursos-florestais-faun%C3%ADsticos-e-pesqueiros-de-mo%C3%A7ambique/4829150.html>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MOÇAMBIQUE. Geografia de Moçambique. **Portal do Governo de Moçambique**, Maputo, 2009. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Geografia-de-Mocambique>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Parque Tecnológico de Maluana.** Maputo, 2019. Disponível em: <http://ns.mct.gov.mz/mctestp/?q=content/parque-da-ci%C3%A7ancia-e-tecnologia-de-maluana>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MOÇAMBIQUE. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. **Estratégia da política externa e de cooperação da República de Moçambique com a República da Índia.** Direcção da Ásia e Oceânia do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Maputo, 2007.

MOÇAMBIQUE. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. **Princípios e linhas de orientação da política externa.** Maputo, 2019. Disponível em: <http://www.minec.gov.mz/index.php/politica-externa/principios-e-linhas-de-orientacao>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MOÇO, Diogo Manuel Simões Roque. **Prisioneiros na Índia: 1961-1962**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/6914>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MODI, Narendra. Africa and the Indian Ocean are among the highest priorities for our foreign policy. **The Times of India**, [New Delhi], 5 Aug. 2015. (2min41s). Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/videos/news/africa-and-indian-ocean-are-among-highest-priorities-for-our-foreign-policy-modi/videoshow/48360902.cms?from=mdr>. Acesso em: 9 mar. 2020.

MONJANE JUNIOR, Zacarias. A importância da delimitação das fronteiras marítimas de Moçambique no contexto das descobertas do gás natural offshore. **Revista Moçambicana de Estudos Internacionais**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 71-98, 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/39042252/A\\_Import%C3%A2ncia\\_da\\_Delimita%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_Fronteiras\\_Mar%C3%ADtimas\\_de\\_Mo%C3%A7ambique\\_no\\_Contexto\\_das\\_Descobertas\\_do\\_G%C3%A1s\\_Natural\\_Offshore](https://www.academia.edu/39042252/A_Import%C3%A2ncia_da_Delimita%C3%A7%C3%A3o_das_Fronteiras_Mar%C3%ADtimas_de_Mo%C3%A7ambique_no_Contexto_das_Descobertas_do_G%C3%A1s_Natural_Offshore). Acesso em: 5 mar. 2020.

MOURELL, Thiago. Goa e o Estado da Índia português. **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**, Rio de Janeiro, 7 nov. 2018. Disponível em: [http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5281&Itemid=412](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5281&Itemid=412). Acesso em: 11 jul. 2020.

MOZAMBIQUE map cities. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/56/Mozambique\\_map\\_cities.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/56/Mozambique_map_cities.png). Acesso em: 28 out. 2019.

MOZAMBIQUE CONCESSION areas and operators. **The Oil and Gas Year**, [s.l.], 2019. Disponível em: <http://shop.theoilandgasyear.com/mozambique-concession-areas-and-operators-2019/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MOZAMBIQUE RUBY. **AJS Gems**, Bangkok, 2019. Disponível em: <https://www.ajsgem.com/articles/mozambique-ruby.html>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MURALIDHARAN, Meghna Ria. India and Africa: prospects for sustainable energy cooperation. **The Geopolitics**, [s.l.], 21 Sept. 2019. Disponível em: <https://thegeopolitics.com/india-and-africa-prospects-for-sustainable-energy-cooperation/>. Acesso em: 21 set. 2019.

NAIR, Sreejaand; KUMAR, V. **South-South cooperation**. Note 2. Nairobi: ILRI, 2008. Disponível em: [www.ilri.org/ILRIPubAware/Uploaded%20Files/Note%202.pdf](http://www.ilri.org/ILRIPubAware/Uploaded%20Files/Note%202.pdf). Acesso em: 30 jun. 2008.

NANTULYA, Paul. **Implications for Africa from China's one belt one road strategy**. Washington: Africa Centre for Strategic Studies, 22 Mar. 2019. Disponível em:

<https://africacenter.org/spotlight/implications-for-africa-china-one-belt-one-road-strategy/>. Acesso em: 5 abr. 2019.

NITI AAYOG. **India's energy and emissions outlook**: results from India energy model. New Delhi, 2018. (Working paper). Disponível em: <https://niti.gov.in/sites/default/files/2019-07/India%E2%80%99s-Energy-and-Emissions-Outlook.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.

NEHRU, Jawarlal. **Asia and Africa Awake**. Indonésia, 24 Abril. 1995. Discurso na sessão conclusiva da Conferência Asiática-Africana de Bandung. Disponível em: [https://books.google.co.mz/books?id=fXApDwAAQBAJ&pg=PT262&lpg=PT262&dq=sister+continents+jawaharlal+nehru&source=bl&ots=V1ikQ5ZPUN&sig=ACfU3U3keqXpX2vHfr2RwUR0eNnGnjoleQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjP4e\\_M4dTpAhWHbsAKHcpVAHsQ6AEwCnoECAoQAQ#v=onepage&q=sister%20continents&f=false](https://books.google.co.mz/books?id=fXApDwAAQBAJ&pg=PT262&lpg=PT262&dq=sister+continents+jawaharlal+nehru&source=bl&ots=V1ikQ5ZPUN&sig=ACfU3U3keqXpX2vHfr2RwUR0eNnGnjoleQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjP4e_M4dTpAhWHbsAKHcpVAHsQ6AEwCnoECAoQAQ#v=onepage&q=sister%20continents&f=false). Acesso em: 20 abr. 2020.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lousã: Biblioteca da Historia, 2012.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. [S.l.]: Publicações Europa-America, 1995.

NOGUEIRA, João Pontes; NIZAR, Messari. **Teoria de relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NON METAL Minerals in India. **Maps of India**, [s.l.], 2015. Disponível em: <https://www.mapsofindia.com/maps/india/non-matalic.htm>. Acesso em: 15 set. 2019.

NORTHRUP, David. **Indentured labour in the age of imperialism: 1834-1922**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

O QUE É FERRO-ESPONJA. **Manutenção e Suprimentos**, Mauá, 9 maio 2018. Disponível em: <https://www.manutencaoesuprimentos.com.br/o-que-e-ferro-esponja/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

OKAN, Ade. **African diaspora in South India**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.pinterest.com/pin/503488433312511351/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

OLIVEIRA, Amaury Porto. **Índia: estratégia e política externa**. Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional "O Brasil no mundo que vem aí", 3. Brasília: MRE, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/al000095.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PASSOS, Joana. Os estudos sobre Goa no âmbito do Oceano Índico. **Remate de Males**, Campinas, v. 38, n. 1, p. 54-62, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/download/8651255/18113/>. Acesso em: 9 jul. 2020.

PATEL, Chandrakant. **Mozambique Ma Gujratio**. Gujarat: Anand, 2013.

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. **Theories of development, contentions, arguments, alternatives**. 2<sup>th</sup> ed. New York: Guilford, 2009.

PHILALAY, Monica; DRAHOS, Nikolai; THURTELL, David. **Coal in India**. Canberra: Australian Government, Department of Industry, Innovation and Science, Office of the Chief Economist, 2019. Disponível em: <https://thecoalhub.com/wp-content/uploads/2019/08/coal-in-india-2019-report.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

PICINCU, Andra. What is the meaning of a strategic partner. **Bizfluent**, [s.l.], 6 Oct. 2018. Disponível em: <https://bizfluent.com/about-6511465-meaning-strategic-partner-.html>. Acesso em: 13 nov. 2018.

PIOLET, Hugues. **The Indian diaspora throughout the world**. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://www.pinterest.com/pin/414542340684981344/?lp=true>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PIRES, Raúl Manuel Braga. **Indianos sunitas em Moçambique**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Asiáticos) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2008. Disponível em: <https://macua.blogs.com/files/tesemestraulpires000093688.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PITTA, Valter. Civilizações africanas. In: PITTA, Valter. **O fascinante universo da história**. [S.l.], 24 fev. 2010. Disponível em: <http://civilizacoesafricanas.blogspot.com/2010/02/civilizacao-swahili-1-parte.html>. Acesso em: 17 fev. 2020.

PORTUGAL. **Diário do Governo**, Lisboa, série 1, n. 143, 1962.

POWER parity middle consumption. **India Times**, [New Delhi], 2007. Disponível em: [http://articles.economictimes.Indiatimes.com/2007-05-04/news/28422084\\_1\\_power-parity-middle-consumption](http://articles.economictimes.Indiatimes.com/2007-05-04/news/28422084_1_power-parity-middle-consumption). Acesso em: 12 abr. 2017

PRAKASH, Surya. **Celebrating 43 years of independence of Mozambique: diplomacy and beyond**. [S.l.], 2018.

RAJ, Vivek S. **Foreign policy of India of yesterday years, present and years to come**. 4. ed. New Delhi: Civil Service Times, 2013.

REGIANI, Rafael. Oceanopolítica da Índia: uma peregrinação ao mar. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 39-66, jan./abr. 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/36778725/OCEANOPOL%C3%8DTICA\\_DA\\_%C3%8DN DIA\\_UM\\_A\\_PEREGRINA%C3%87%C3%83O\\_AO\\_MAR?email\\_work\\_card=title](https://www.academia.edu/36778725/OCEANOPOL%C3%8DTICA_DA_%C3%8DN DIA_UM_A_PEREGRINA%C3%87%C3%83O_AO_MAR?email_work_card=title). Acesso em: 15 abr. 2020.

ROSS, Babbage; GORDON, Sandy. **India's strategic future: regional state or global power?** New Delhi: Oxford University Press, 1992.

ROYCHOWDHURY, Adrija. African rulers of India: that part of our history we choose to forget. *The Indian Express*, New Delhi, 5 June 2016. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/research/african-rulers-of-india-that-part-of-our-history-we-choose-to-forget/>. Acesso em: 15 maio 2020.

RTP. História da PIDE/DGS. **RTP Ensina**, Lisboa, 2019. Disponível em: <http://ensina.rtp.pt/artigo/historia-da-pidedgs/>. Acesso em: 15 maio 2020.

SADC. **Member states**. Gaborone, 2012. Disponível em: <https://www.sadc.int/member-states/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SADC. **SADC facts & figures**. Gaborone, 2018. Disponível em: <https://www.sadc.int/about-sadc/overview/sadc-facts-figures/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SANDEEP, Unnithan. India obtains two strategically significant toeholds in the Indian Ocean. **India Today**, [New Delhi], 27 Mar. 2015. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/magazine/special-report/story/20150406-indian-ocean-narendra-modi-significant-toeholds-817904-2015-03-27>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SANTOS, Telcinia dos. Capulana: um tecido carregado de história. **Conexão Lusófona**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.conexaolusofona.org/capulana-um-tecido-carregado-de-historia/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento económico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo económico. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

SCRUTON, Roger. **Dictionary of political thought**. 3<sup>rd</sup> ed. New York: The Palgrave Macmillan, 2007.

SELAND, Eivind Heldaas. **The periplus of the Erythrean Sea**: a network approach. Bergen: University of Bergen, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/309750708\\_The\\_Periplus\\_of\\_the\\_Erythraean\\_Sea\\_A\\_Network\\_Approach](https://www.researchgate.net/publication/309750708_The_Periplus_of_the_Erythraean_Sea_A_Network_Approach). Acesso em: 18 abr. 2020.

SELLSTRÖM, Tor. Mayotte and Chagos: colonialism continued. *In*: SELLSTRÖM, Tor. **Africa in the Indian Ocean**: islands in ebb and flow. Leiden: Brill, 2015. (African social studies series, 35). Disponível em: <https://brill.com/view/book/9789004292499/B9789004292499-s006.xml>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SIKRI, Rajiv. **Challenge and strategy, rethinking India's foreign policy**. New Delhi: Sage, 2009.

SILVA, Agostinho. **Angola**: dinâmicas internas e externas na luta de libertação. [S.l.], 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/48218126-Angola-dinamicas-internas-e-externas-na-luta-de-libertacao.html>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SILVA, Jorge Vieira. A verdadeira paz: desafio do estado democrático. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 36-43, abr./jun. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392002000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000200005). Acesso em: 14 out. 2019.

SILVA-RANASINGHE, Serge. Indian Ocean's increasing importance. **Naval Forces**, [s.l.], v. 36, n. 5, 2016. Disponível em: <https://navalinstitute.com.au/indian-oceans-increasing-importance/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

SOUSA, Fernando. **Dicionário de relações internacionais**. Bloomington: Afrontamento; CEPESE, 2005.

SOUTH AFRICA coal. **Worldometer**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coal/south-africa-coal/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

SRIVASTAVA, Leena. **The Energy and Resources Institute, national energy map for Índia**. Technology vision 2030 Summary for policy-makers. New Delhi, 2019. Disponível em: <http://bookstore.teri.res.in/docs/books/PSA%20Report-Summary.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

STATISTA. **Primary energy consumption in Índia between 2014 and 2018, by fuel (in million metric tons of oil equivalent)**. New York, 2019. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/265613/primary-energy-consumption-in-Índia-by-fuel/>. Acesso em: 26 maio 2019.

SUNITAS. **Significados**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.significados.com.br/sunitas/>. Acesso em: 26 maio 2019.

SUSTAINABILITY FOR ALL. **Top 5 most polluting countries**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.activesustainability.com/environment/top-5-most-polluting-countries/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SYKORA, Nadine. The Travel Project: meet the women of India inspiring an all female revolution. **Six-two**, [s.l.], 2017. Disponível em: <https://www.contiki.com/six-two/women-of-india-inspiring-female-revolution/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

TAYLOR, Ian. India's rise in Africa. **International's Affairs**, London, v. 88, n. 4, p. 779-798, July 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1468-2346.2012.01101.x>. Acesso em: 14 jul. 2020.

THE RIGHTS of scheduled tribes. **Legal Service India**, [New Delhi], 2019. Disponível em: <http://www.legalserviceindia.com/legal/article-32-the-rights-of-scheduled-tribes.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ULLRICH, Danielle Regina *et al.* a cooperação Sul-Sul como estratégia de política externa brasileira: análise dos governos Lula e Dilma. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 37., 2013, Rio de

Janeiro. **Anais** [...]. Maringá: ANPAD, 2013. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_ESO911.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_ESO911.pdf). Acesso em: 10 fev. 2020.

UNCTAD. **World investment report**. Geneva, 2018. Disponível em: <https://unctad.org/en/pages/PressRelease.aspx?OriginalVersionID=461>. Acesso em: 5 jul. 2020.

UNCTAD. **United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)**. Geneva, 2018. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=24738>. Acesso em: 12 mar. 2020.

UNICEF. **Objetivos do desenvolvimento do Milênio**. Lisboa, 2017. Disponível em: [http://www.unicef.pt/docs/os\\_objetivos\\_de\\_desenvolvimento\\_do\\_milenio.pdf](http://www.unicef.pt/docs/os_objetivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf). Acesso em: 12 maio 2017.

UNFPA BRASIL. **Cooperação Sul-Sul**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-o-unfpa/cooperacao-sul-sul>. Acesso em: 5 jul. 2020.

US ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Mozambique**. Washington, 2018. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/analysis/country/MOZ>. Acesso em: 14 mar. 2020.

VALLANGI, Neelima. Lost African tribe still living in India today. **Originalpeople.org**, [s.l.], 18 Dec. 2018. Disponível em: <https://originalpeople.org/lost-african-tribe-still-living-in-india-today/>. Acesso em: 14 mar. 2020.

VARADHAN, Sudarshan. India's 2018 thermal coal imports grew at fastest pace in four years. **Reuters**, New Delhi, 25 Jan. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-india-coal/indias-2018-thermal-coal-imports-grew-at-fastest-pace-in-four-years-sources-idUSKCN1PJ1E1>. Acesso em: 8 nov. 2019.

VÁZQUEZ, Daniel Day. A rota da seda, o colar de pérolas e a competição pelo Índico. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 4, n. 2, p. 155-195, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/93>. Acesso em: 8 nov. 2019.

VINES, Alex *et al.* **Mozambique to 2018, managers, mediators and magnets, Chatham House report**. [S.l.], 2015 Disponível em: [https://www.academia.edu/14489482/Mozambique\\_to\\_2018\\_Managers\\_Mediators\\_and\\_Magnates](https://www.academia.edu/14489482/Mozambique_to_2018_Managers_Mediators_and_Magnates). Acesso em: 15 nov. 2019.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International relation theory: realism, pluralism, globalism and beyond**. 3<sup>rd</sup> ed. USA: Allyn and Bacon, 1996.

VISENTINI, Paulo. **A China e a Índia na África: imperialismo asiático ou cooperação Sul-Sul**. Porto Alegre: Ciências e Letras, 2010.

WACHE, Paulo Mateus. **Geopolítica**: teorias, doutrinas e factores. Maputo: ISRI, 2019.

WEE, Rolando Y. Where is the Indian Ocean? **World Atlas**, Quebec, 25 Apr. 2017. Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/where-is-the-indian-ocean.html>. Acesso em: 25 abr. 2017.

WHY OIL giant Chevron is buying Anadarko Petroleum for \$33 billion. **Techno Sign**, [s.l.], 12 Apr. 2019 Disponível em: <http://technosiga.blogspot.com/2019/04/why-oil-giant-chevron-is-buying.html>. Acesso em: 30 set. 2019.

WORKMAN, Daniel. Coal imports by country. **World's Top Exports**, [s.l.], 7 Apr. 2020. Disponível em: <http://www.worldstopexports.com/coal-imports-by-country/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

WORLD BANK. **Mozambique overview**. Maputo, 2017. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview>. Acesso em: 12 dez. 2017.

WORLD COAL ASSOCIATION. **The role of coal in Índia's energy ambitions**. [S.l.], 14 Feb. 2019. Disponível em: <https://www.worldcoal.org/role-coal-Índia%E2%80%99s-energy-ambitions>. Acesso em: 20 out. 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The world's 10 biggest economies in 2017**. Geneva, 9 Mar. 2017. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2017/03/worlds-biggest-economies-in-2017/>. Acesso em: 13 abr. 2017.

XAVIER, Constantino. The institutional origins and determinants of India's Africa policy. *In*: BAJPAI, Kanti *et al.* (ed.). **India's grand strategy**. New Delhi, 2014. p. 479-507.

XAVIER, Ângela Barreto; SANTOS, Catarina Madeira. Cultura intelectual das elites coloniais. **Cultura**: revista de história e teoria das ideias, [s.l.], v. 24, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/pdf/93>. Acesso em: 13 abr. 2017.

ZAMPARONI, Valdemir. Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940. **Lusotopie**, [s.l.], n. 7, p. 191-222, 2000. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_2000\\_num\\_7\\_1\\_1370](https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2000_num_7_1_1370). Acesso em: 13 abr. 2017.

## ANEXO A - DIÁSPORA INDIANA EM ÁFRICA POR PAIS

No.	Pais	Diáspora Indiana	NRI	PIO
1	Algeria	450	447	3
2	Angola	6000	6000	0
3	Botswana	11000	9000	2000
4	Burkina Faso	100	100	0
5	Burundi	250	200	50
6	Cabo Verde	12	12	0
7	Cômoros	300	50	250
8	República Democrática do Congo	4000	3600	400
9	Djibouti	350	350	0
10	Egipto	3600	3450	150
11	Guiné Equatorial	100	100	0
12	Eritreia	500	0	500
13	Etiópia	994	992	2
14	Gambia	333	329	4
15	Gana	10000	10000	0
16	Guine	550	550	0
17	Guiné Bissau	31	31	0
18	Costa do Marfim	500	500	0
19	Quênia	75000	37500	37500
20	Lesotho	1200	800	400
21	Libéria	1501	1500	1
22	Líbia	15000	14995	5
23	Madagáscar	23000	3000	20000
24	Malawi	7000	1500	5500
25	Mali	201	200	1
26	Mauritânia	30	30	0
27	Maurícias	882220	15000	867220
28	Marrocos	300	300	0
29	Mozambique	21500	1500	20000
30	Namíbia	160	140	20
31	Níger	60	60	0
32	Nigéria	30000	0	30000
33	Ilhas Reunião	275200	200	275000
34	Ruanda	1040	1000	40
35	São Tome e Príncipe	4	4	0
36	Senegal	440	412	28
37	Seychelles	8500	4000	4500
38	Serra Leoa	710	700	10
39	Africa do Sul	1218000	18000	1200000
40	Sudão	3599	3500	99
41	Reino de eSwatini	700	200	500
42	Tanzânia	54700	5300	49400
43	Togo	510	500	10
44	Uganda	20000	15000	5000
45	Zâmbia	20500	12500	8000
46	Zimbabwe	10500	500	10000
<b>Total</b>		<b>2710645</b>	<b>174052</b>	<b>2536593</b>

Fonte: [https://idsa.in/africatrends/indian-diaspora-in-africa-a-profile\\_rkgupta\\_0614](https://idsa.in/africatrends/indian-diaspora-in-africa-a-profile_rkgupta_0614)

## ANEXO B - LINHAS DE CRÉDITO OFERECIDAS PELA ÍNDIA (2014-2018)

No.	Ano de Aprovação	Região	País	Valor (em milhões de USD)	Finalidade	Data de assinatura
1	2018-19	África	Burundi	161.36	Construção do novo Parlamento em Gitega e dois edifícios ministeriais em Bujumbura, Burundi	Ainda não foi assinado
2	2018-19	África	R.D. Congo	33.29	Financiamento da instalação de energia solar fotovoltaica de 15 MW em Karawa, província - Norte de Ubangi, República Democrática do Congo	Ainda não foi assinado
3	2018-19	África	R.D. Congo	25.27	Financiamento da instalação de um projecto de energia solar fotovoltaica de 10 MW em Lusambo, província - Sankuru, República Democrática do Congo	Ainda não foi assinado
4	2018-19	África	R.D. Congo	24.55	Financing installation of 10 MW solar photovoltaic power project at Mbandaka, Province – Equator	Ainda não foi assinado
5	2018-19	África	Etiópiã	147.43	Projeto de Transmissão de Energia do Parque Industrial Mekele 400 kV	Ainda não foi assinado
6	2018-19	África	Etiópiã	133.7	Nova interligação de 230 kV entre a Etiópiã e Djibouti, 230 kV Combolcha II - Linha de Transmissão de Semera juntamente com extensão subestações associadas à Semera, Nagad e Combolcha II	Ainda não foi assinado
7	2018-19	África	Malawi	215.68	Plantas de abastecimento de água potável sob o Conselho da Água da região Sul	Ainda não foi assinado
8	2018-19	África	Maurícias	100	Aquisição de Defesa	Ainda não foi assinado
9	2018-19	África	Moçambique	95	Aquisição de material de circulação ferroviária, incluindo locomotivas, carruagens e vagões	31/12/2018
10	2018-19	África	Ruanda	100	Desenvolvimento de duas SEZs e expansão da ZEE de Kigali	23/07/2018
11	2018-19	África	Ruanda	100	Três Planos de Projetos Agrícolas, ou seja, (i) Projeto de Irrigação	23/07/2018

					Multiusos Warufu, (ii) Projeto de Irrigação Mugesera, e (iii) Projeto de Irrigação Nyamukana	
12	2018-19	África	Uganda	64.5	Desenvolvimento de infraestrutura para o setor de agricultura e laticínios	Ainda não foi assinado
13	2018-19	África	Uganda	141.5	Projeto de reforço e extensão de rede	Ainda não foi assinado
14	2018-19	África	Zimbábue	19.5	Conclusão da Fase II: Aprimoramento da Estação de Bombeamento Deka e do Sistema de Admissão de Água do Rio no Zimbábue	Ainda não foi assinado
15	2018-19	África	Zimbábue	23	Melhoramento da usina térmica de Bulawayo	Ainda não foi assinado
16	2017-18	África	Ecovas Bank for Investment and Development (EBID), West África	500	Projetos de Desenvolvimento	25/03/2018
17	2017-18	África	Moçambique	38	Construção de 1600 Borewells com Bombas de Mão e 8 Pequenos Sistemas de Água em Moçambique	Ainda não foi assinado
18	2017-18	África	Ruanda	81	Estabelecimento de 10 centros de formação profissional e 4 centros de incubação de empresas no Ruanda	24/05/2017
19	2017-18	África	Ruanda	66.6	Projeto Rodoviário Base-Butero-Kidaho	15/05/2018
20	2017-18	África	Senegal	24.5	Melhoramento e reabilitação do sistema de saúde.	20/08/2018
21	2017-18	África	Zâmbia	18	Postos de saúde pré-fabricados	25/01/2018
22	2016-17	África	Costa do Marfim	71.4	Melhoramento de Hospitais Militares	22/05/2017
23	2016-17	África	Madagáscar	2.5	Conclusão do projecto fábrica de fertilizantes inacabada	29/06/2017
24	2016-17	África	Niger	72	Projeto de Habitação Social para o Desenvolvimento Urbano	Ainda não foi assinado
25	2016-17	África	Tanzania	500	Plano de abastecimento de água em 17 cidades da Tanzânia	10/5/2018
26	2015-16	África	Gâmbia	92	Expansão do Porto de	Ainda não foi assinado

					Banjul	
27	2015-16	África	Quênia	100	Projeto de Mecanização Agrícola	11/1/2017
28	2015-16	África	Quênia	15	Desenvolvimento de várias pequenas e médias empresas	11/7/2016
29	2015-16	África	Quênia	29.95	Atualização da Fábrica de Têxteis do Vale do Rift (RIVATEX East África Ltd)	11/7/2016
30	2015-16	África	Malawi	23.5	Construção de um novo sistema de abastecimento de água do rio Likhubula em Mulanje para Blantyre	5/8/2016
31	2015-16	África	Maurícias	52.3	Projeto do Tridente	17/11/2016
32	2015-16	África	Níger	30	Tratamento de Resíduos Sólidos do Projeto Landfill	29/09/2016
33	2015-16	África	Serra Leoa	78	Linha de Transmissão e Subestação na Serra Leoa	11/8/2016
34	2015-16	África	Tanzânia	92.18	Reabilitação e melhoria do sistema de abastecimento de água em Zanzibar	10/7/2016
35	2015-16	África	Zambia	40	Mecanização Agrícola	Ainda não foi assinado
36	2015-16	África	Zimbábue	87	Renovação / Melhoramento da Central Térmica de Bulawayo	27/10/2015
37	2014-15	África	Burkina Faso	184	Projeto de Planta Hidrolétrica de Energia e Rede de Transmissão na Burkina Faso	Ainda não foi assinado
38	2014-15	África	Costa do Marfim	24	Projecto de Interligação de Electricidade entre a Costa do Marfim e o Mali	22/09/2015
39	2014-15	África	R.D. Congo	34.5	Desenvolvimento do Projeto de Distribuição de Energia na Província de Bandundu	28/05/2015
40	2014-15	África	R.D. Congo	109.94	Financiamento de projeto de transmissão e distribuição na província de Kasai da República Democrática do Congo (RDC) para a evacuação de eletricidade do Projeto	28/05/2015

					de Energia Hidroelétrica de Katende	
41	2014-15	África	Gambia	22.5	Projeto de expansão de eletrificação	29/10/2014
42	2014-15	África	Gambia	22.5	Substituição de tubos de água de amianto por projeto de tubos UPVC	29/10/2014
43	2014-15	África	Gana	24.54	Desenvolvimento de cana-de-açúcar e projeto de irrigação	22/11/2016
44	2014-15	África	Gana	30	Reabilitação e melhoramento do sistema de água potável em Yendi, Gana	Ainda não foi assinado
45	2014-15	África	Gana	150	Fortalecimento dos Centros de Serviços de Mecanização Agrícola	Ainda não foi assinado
46	2014-15	África	Maurícias	65.68	Projeto de eletricidade rural híbrido diesel solar	Ainda não foi assinado
47	2014-15	África	Maurícias	500	Participação acionária para financiamento de vários projectos de infraestrutura	27/05/2017
48	2014-15	África	Maurícias	200	Participação acionária em um SPV sendo criado para a implementação de um projeto de Trânsito Rápido Leve (LRT)	Ainda não foi assinado
49	2014-15	África	R. D. Congo	55	Configuração de um Projeto de Fábrica de Cimento de forno rotativo Greenfield 600 tpd	25/02/2015
50	2014-15	África	Senegal	62.95	Programa de Auto suficiência de arroz no Senegal	17/09/2014
51	2014-15	África	Senegal	26	Aquisição de Autocarros	15/07/2016
52	2014-15	África	Seychelles	10	Importação de bens e serviços da Índia para projetos específicos financiados pelo Banco de Desenvolvimento da Seychelles (DBS)	25/06/2018
53	2014-15	África	Tanzânia	268.35	Extensão do Oleoduto do Lago Vitória para Tabora, Igunga e Nzega	19/06/2015
54	2013-14	África	Benin	42.61	Atualização dos planos de abastecimento de água em	6/9/2013

					69 aldeias no Benin	
55	2013-14	África	R.D. Congo	82	Conclusão do Projeto Hidroeléctrico do Katende	27/06/2014
56	2013-14	África	Djibouti	15.13	Projeto de Cimentos Ali Sabieh, Djibouti	9/3/2015
57	2013-14	África	Etiópia	300	Projeto da Linha Ferroviária Etió-Djibouti	13/06/2013
58	2013-14	África	Guiné	35	Fortalecimento do Sistema de Saúde	9/9/2015
59	2013-14	África	Libéria	1.35	Projeto de Transmissão e Distribuição de Energia	11/9/2013
60	2013-14	África	Maurícias	46	Compra, modernização e manutenção de equipamentos e veículos relacionados com a defesa da Força Policial das Maurícias (MPF)	21/02/2014
61	2013-14	África	Maurícias	18	Para financiar a aquisição de embarcações de ataque rápido	5/5/2014
62	2013-14	África	Moçambique	47	Construção de 1200 casas em Moçambique	4/7/2013
63	2013-14	África	Níger	34.54	Electrificação solar de 30 aldeias e sistema solar fotovoltaico de 5 MW	12/9/2013
64	2013-14	África	Niger	25	Água potável para comunidades semi-urbanas e rurais	14/03/2014
65	2013-14	África	R. D. Congo	89.9	Desenvolvimento do Sistema de Transporte	9/3/2014
66	2013-14	África	Ruanda	120.05	[i] Projeto Agrícola Irrigado Orientado a Exportação (USD 60,22 milhões); e [ii] Prorrogação do Projeto Agrícola Irrigado Moderno para Exportação (US \$ 59,83 milhões)	26/10/2013
67	2013-14	África	Serra Leoa	30	Desenvolvimento de Irrigação em Tomabum, Serra Leoa	Ainda não foi assinado
68	2013-14	África	Serra Leoa	15	Expansão dos projetos em andamento para a reabilitação de instalações existentes de água potável	Ainda não foi assinado

					em quatro comunidades na Serra Leoa	
69	2013-14	África	Togo	30	Projeto de Eletrificação Rural para cobrir 150 localidades	20/06/2014
70	2013-14	África	Togo	52	Configuração da linha de transmissão de energia de 161 KV	20/06/2014

**Fonte:** Eximbank Índia (2019).

## ANEXO C - APOIO HINDÚ NA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE



MINISTÉRIO DO ULTRAMAR  
Associação especial de administração pública e civil

*Cabinete dos Negócios Políticos*

-2-

A acção de propaganda que esses "hindus" que tiveram de deixar Moçambique e que agora se encontram no TUNÉZIA e TANGANI-CA está a sentir-se cada vez mais, não sendo difícil ouvir-se aos "filhos de hindus":

"Está próximo o dia em que os nossos pais regressarão a Moçambique, nossa terra!..."

A ben da Nação

Cabinete dos Negócios Políticos, em 3 de Março de 1965

O DIRECTOR,

## ANEXO D - INVESTIMENTOS INDIANOS NO SECTOR NÃO EXTRACTIVO

### 2011 Investimento Aprovado por Sectores

Sectores	No	Valores(US\$)					Emprego	
	Proj	IDE	IDN	Sup/Emp	Total	%	No	%
Agricultura e Agro-Industria	46	284.560.887	23.211.865	479.563.182	784.335.934	27,60%	7548	22,28%
Aquacultura e Pescas	5	3.000.000	482.166	4.712.062	8.194.228	0,29%	312	0,92%
Banca e Seguradoras	2	34 000	69.213.569		69.227.569	2,43%	72	0,21%
Construção e Obras Públicas	35	359.331.242	25.95.739	215.738.860	600.161.841	21,04%	6590	19,46%
Indústria	72	172.787.373	30.453.434	167.487.554	37.728.361	13,00%	5196	15,34%
Energia	1	18.000.000	18.000.000	121.000.000	157.000.000	5,50%	36	0,11%
Transportes e Comunicações	8	27.588.023	15.628.022	471.912.296	515.128.341	18,06%	4727	13,96%
Turismo e Hotelaria	36	35.721.000	14.499.047	44.942.368	95.162.415	3,34%	1318	3,89%
Serviços	56	73.420.016	32.537.713	143.597.839	249.555.568	8,75%	8072	23,83%
Total	261	974.492.541	229.117.555	1.648.954.161	2.852.564.257	100,00%	33.871	100,00%

**2012**  
**Investimento Aprovado por Sectores**

Sectores	No	Valores (US\$)				Emprego	
	Proj	IDE	IDN	Sup/Emp	Total	No	%
Agricultura e Agro-Industria	46	62.701.591	11.769.903	161.882.186	236.356.680	5202	22,29%
Aquacultura e Pescas	1	250.000	200.000	700.000	1.150.000	97	0,42%
Banca e Seguradora	3	66.275.000	63.125.000		129.400.000	63	0,27%
Construção e Obras Publicas	40	35.992.930	13.014.628	87.239.276	136.246.834	2.570	11,01%
Energia	2	10.140.000	37.010.000	207.182.287	254.332.287	98	0,42%
Indústria	84	122.746.061	39.084.903	228.907.284	390.738.248	4.480	19,20%
Comunicação	28	213.015.222	104.738.107	916.413.623	1.234.166.952	2.087	8,94%
Turismo e Hotelaria	51	66.091.116	32.133.847	225.539.190	323.764.153	3.135	13,43%
Serviços	95	148.609.490	100.133.466	257.212.560	505.955.516	5.606	24,02
<b>TOTAL</b>	<b>350</b>	<b>725.821.410</b>	<b>401.209.854</b>	<b>2.085.076.406</b>	<b>3.212.107.670</b>	<b>23.338</b>	<b>100%</b>

**2013**  
**Investimento aprovado por sector**

Sector	No	Valores US\$					Emprego	
	Proj	IDE	IDN	Sup/Emp2013	Total	%	No	%
Agricultura e Agro-Industria	54	278.823.262	189.378.070	410.055.677	878.957.015	20,79%	9.395	26,37%
Aquacultura e Pescas	3	2.697.016	308.932		3.005.948	0,07%	103	0,29%
Construção e Obras Públicas	38	162.882.857	25.047.354	89.962.469	277.892.680	6,58%	5.142	14,43%
Indústria	138	426.289.337	156.617.139	1.030.103.591	1.613.010.067	38,19%	7.502	21,03%
Transportes e Comunicações	73	60.390.850	60.577.860	469.168.758	590.137.468	13,97%	1.593	4,47%
Turismo e Hotelaria	57	221.521.603	120.100.245	28.381.038	370.002.886	8,76%	2.851	8,00%
Serviços	152	210.762.156	17.725.094	263.239.438	491.726.687	11,64%	9.041	25,38%
<b>TOTAL</b>	<b>515</b>	<b>1.363.367.086</b>	<b>569.754.694</b>	<b>2.290.910.971</b>	<b>4.224.032.751</b>	<b>100,00%</b>	<b>35.627</b>	<b>100,00%</b>

**2014**  
**Investimento aprovado por sector**

Sector	No	Valores(US\$)					Emprego	
	Proj	IDE	IDN	Sup/Emp	Total	%	No	%
Agricultura e agro-indústrias	44	358.151.411.45	183.091.221.95	95.878.343.33	637.120.976,73	8,97%	9.119	20,56%
Aquacultura e pescas	4	13.395.832	500.505.000		513.900.832	7,24%	618	1,39%
Banca e seguradoras	3	5.484.856	550.050		6.034.906	0,08%	62	0,14%
Construção e Obras Públicas	44	212.701.850.2	18.500.683.37	44.679.481.35	275.881.964,92	3,88%	8.465	19,08%
Energia	5	686.953.250	942.798.250	1.609.090/950	3.238.842.450	45,60%	5.720	12,89%
Indústria	89	160.713.096.1	72.780.527.92	105.471.209.34	338.964.833,36	4,67%	7.427	16,74%
Transportes e comunicações	108	606.999.860.19	72.179.165.9	4.953.226.28	684.132.252,37	9,63%	1.620	3,65%
Turismo e Hotelaria	56	62.352.685.65	399.169.938.81	136.629.274.11	598.151.898,57	8,42%	2.583	5,82%
Serviços	134	373.747.548.01	81.655.066.6	354.191.381.15	809.593.995.,76	11,40%	8.748	19,72%
<b>Total</b>	<b>487</b>	<b>2.480.500.389.6</b>	<b>2.271.229.904.55</b>	<b>2.350.893.815.56</b>	<b>7.102.624.109,71</b>	<b>100,00%</b>	<b>44.362</b>	<b>100,00%</b>

**2015**  
**Investimento aprovado por sector**

Sectores	No	Valores(US\$)				%	Emprego	
		IDE	IDN	Sup/Emp	Total		No	%
Agricultura e agro-indústrias	Proj							
	32	92.235.740	2.195.232	7.585.000	102.015.973	5,71%	4.647	15,69%
Banca e Seguradoras	3	10.680.727			10.680.727	0,60%	57	0,19%
Construção e Obras Públicas	28	217.011.540	26.733.719	66.496.111	310.241.370	17,36%	4.260	14,39%
Indústria	85	479.586.075	58.172.188	109.112.355	646.870.578	36,20%	9.650	32,59%
Transportes e Comunicações	79	16.167.423	12.729.707	48.019.170	76.916.300	4,30%	787	2,66%
Turismo e Hotelaria	43	17.823.155	61.267.798	84.291.087	163.382.040	9,14%	2.449	8,27%
Serviços	105	157.129.102	221.154.759	98.786.954	477.070.815	26,69%	7.460	26,21%
<b>Total</b>	<b>375</b>	<b>909.633.721,62</b>	<b>382.253.404,41</b>	<b>414.290.676,26</b>	<b>1.787.177.802,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.610</b>	<b>100,00%</b>

**2016**  
**Investimento aprovados por sector**

Sectores	No	Valores(US\$)					%	Emprego	
		IDE	IDN	Sup/Emp	Total	No		%	
Agricultura e Agro-Indústrias	Proj 50	47.441.423.578	14.324.554.622	30.208.752.654	91.974.730.854	7,17%	3.497	15,58%	
Aquacultura e Pescas	4	12.100.000	0	0	12.100.000	0,94%	321	1,43%	
Banca e Seguradoras	4	1.952.500	9.822.500	400.000	12.175.000	0,95%	238	1,16%	
Construção e Obras Públicas	19	125.265.695,33	2.659.977.222	25.850.000	153.775.672.552	12,00%	6.036	26,90%	
Energia	0				0	0,00%		0,00%	
Indústria	74	191.164.514.768	14.456.403.91	131.469.677.29	337.090.595.968	26,30%	5.214	23,23%	
Transportes e Comunicações	35	12.000.000	2.760.535.837	86.970.029	14.847.505.866	1,16%	338	1,51%	
Turismo e Hotelaria	49	45.243.169.793	34.947.913.031	119.575.438.219	199.766.521.042	15,58%	1.631	7,27%	
Serviços	84	226.392.948.835	42.667.941.096	191.140.557.223	460.201.447.154	35,90%	5.166	23,02%	
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>661.560.252,304</b>	<b>121.639.825.717</b>	<b>498.731.395.415</b>	<b>1.281.431.473.436</b>	<b>100,00%</b>	<b>22.441</b>	<b>100,00%</b>	

**2017**  
**Investimento aprovado por sector**

Sectores	No	Valores(US\$)				%	Emprego	
	Proj	IDE	IDN	Sup/Emp	Total		No	%
Agricultura e Agro-Indústria	6	3.709.277.233	317.980.858	0	4.027.258.091	1,16%	197	5,30%
Construção e Obras Públicas	5	13.211.021,97	7.272.681,31	0	20.483.703,28	5,89%	202	5,43%
Indústrias	8	178.728.166,29	139.174.798,562	0	317.902.964,852	91,48%	288	80,34%
Transportes e Comunicações	1	0	0	0	7026,419	0,00%	1	0,03%
Turismo e Hotelaria	7	1.072.518,806	1.072.518,806	90.000	1.174.588,789	0,34%	96	2,58%
Serviços	12	1.478.803,048	1.478.803,048	1.025.895,248	3.916.727,874	1,13%	235	6,32%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>198.199.787,347</b>	<b>148.196.586,71</b>	<b>1.115.895,248</b>	<b>347.512.269,305</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.719</b>	<b>100%</b>

**2016**  
**Investimento aprovado por Província**

Ordem	Nome do projecto	Sector	Província	Distrito	Emprego (Nac)	India	Total (US\$)
1	MO CAJU	Indústria	Nampula	Murrupula	50	500,000	500.000,00
2	DML CASHEW PROCESSING	Indústria	Nampula	Angoche	575	1.500.000	3.400.000,00
3	CPA- MOZAMBIQUE	Serviços	Sofala	Dondo	70	1.000.000	2.854.050,00
4	MOZAM INDUSTRIES	Indústria	Sofala	Beira	99	400,000	2.000.000,00
5	AHAD IMPEX	Serviços	Cidade de Maputo	Cidade de Maputo	3	171.000	171.000,00
6	NA ENTERPRIZES MOÇAMBIQUE	Serviços	Cidade de Maputo	Cidade de Maputo	400	100.000	100,000,00
7	RAMBHAI COMERCIAL	Serviços	Inhambane	Inharrime	5	50.000	100,000,00
8	VIPUL COMERCIAL	Serviços	Inhambane	Homoine	5	51.725	51.725,00
9	STAR GRAIN PROCESSING	Indústria	Nampula	Nampula	50	275.000	1.100.000,00
10	DESTILARIA SOCIEDADE UNIPessoal	Indústria	Nampula	Nampula	25	1.000.000	1,000,000,00
11	BABA	Serviços	Nampula	Nampula	15	500.000	500,000,00
12	KLA MOÇAMBIQUE	Agricultura & Agroindústria	Tete	Tete	112	4.532.950	4.562,950,00
13	SUBSTANTIA INTERNATIONAL	Serviços	Sofala	Dondo	70	998.918.	2,854,051,00
14	MAPUTO CIMENT AND STEEL – CLINKER	Indústria	Maputo	Boane	100	677,433,70	6.774,337,00
15	Fábrica de Zinco	Indústria	Nampula	Nampula	16	233,500,00	233,500,00
16	DEEJAY MAEVA AGRI	Agricultura & Agroindústria	Inhambane	Inharrime	88	1,600,000,00	2.600,000,00
	<b>TOTAL</b>				1,683	13,590,527	28,801,613.00

**2017**  
**Investimento aprovado por Província**

<b>Ordem</b>	<b>Nome do projecto</b>	<b>Sector</b>	<b>Província</b>	<b>Distrito</b>	<b>Emprego (Nac)</b>	<b>India</b>	<b>Total (US\$)</b>
1.	SSS AGRO	Agricultura e Agro-industria	Tete	Mutarara	120	1,000,0 00	1,000,000
2.	EVER FRESH	Agricultura e Agro-industria	Maputo	Moamba	10	42,000	50,000
3.	MYPRU ENGINEERING AND CONSULTANTS PTY	Construção	Inhambane	Inhassoro	26	200,000	200,000
4.	MAHMUDU L ISLAM	Construção	Inhambane	Inhassoro	10	102,000	102,000
5.	VPLUS PACKERS AND CLOSERS	Industria	Maputo	Matola	34	480,000	480,000
6.	STEEL TRADE-FÁBRICA DE CHAPAS DE ZINCO	Industria	Maputo	Matola	50	500,000	1,000,000
7.	GOWI SHANKAR CAJU	Industria	Nampula	Lupo	205	500,000	500,000
8.	NICE-NHAMATANDA 'INDUSTRIA, COMERCIAL	Industria	Sofala	Nhamatanda	41	64,966	80,000
9.	MI PRODUCTO	Industria	Tete	Tete	14	250,000	254,000

	S						
10.	OCEANO GRUPO	Industria	Tete	Tete	30	333,333	1.000.000
11	FARMACIA DE CATEMBE	Serviços	Cidade de Maputo	Cidade de Maputo	10	50,000	50,000
12	DREAMZ	Serviços	Maputo	Moamba	28	250,000	250,000
13	AKSHYA	Serviços	Nampula	Nampula	7	300,000	300,000
14	GOWRI SHANKAR	Serviços	Nampula	Nampula	8	200,000	200,000
15	KWA SERRA	Turismo & Hotelaria	Maputo	Matutuine	4	100,000	181967
	<b>Total</b>				<b>597</b>	<b>4,372,300</b>	<b>5,643,967</b>

**2018**  
**Investimento aprovado por Província**

Ordem	Nome do projecto	Sector	Província	Distrito	Emprego (Nac)	India	Total (US\$)
1	KURRIMA AGRICOLA	Agricultura & Agro-Indústrias	Gaza	Mandlakazi	64	50,000	628,385
2	TINTAS IDEAL	Indústria	Maputo	Matola	30	300,000	1,000,000
3	EUROGOLD PRODUCTS	Indústria	Sofala	Berira	50	250,000	250,000
4	CENTRO DISTRIBUIDOR DE GAZA	Indústria	Gaza	Xai-Xai	100	375,000	1,500,000

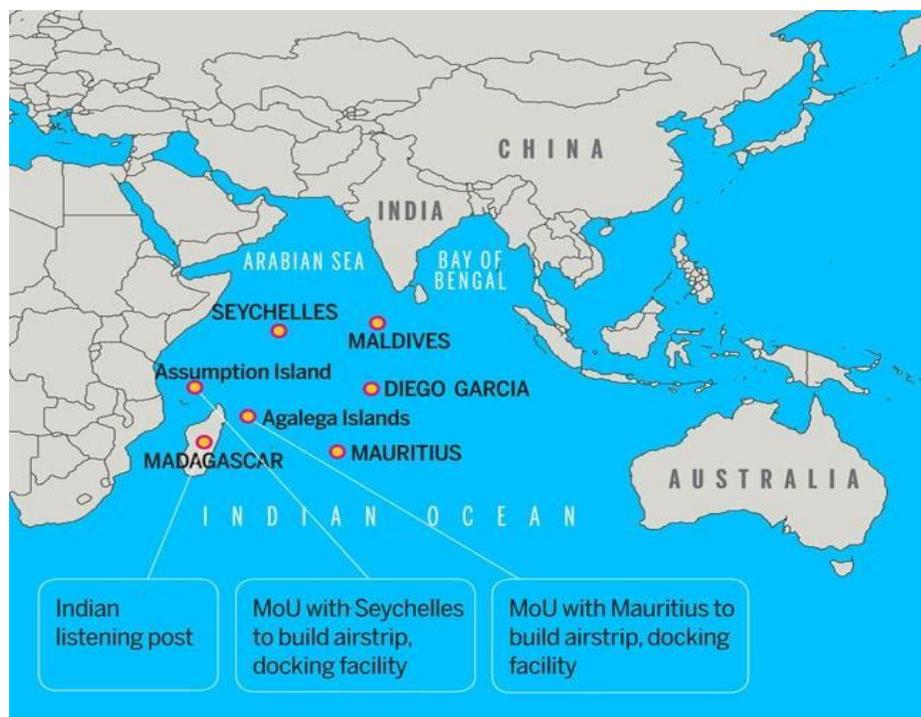
5	VISION INFRA MOZAMBIQ UE	Indústria	Tete	Tete	50	925,000	925,000
6	BOM JOUR	Indústria	Nampula	Nampula	25	810,000	810,000
7	DESTILARI A TARGET	Indústria	Nampula	Natikiri	10	230,000	230,000
8	RECICLAGE M DE LIXO	Indústria	Nampula	Nampula	25	150,000	150,000
9	SK INDUSTRIA S	Indústria	Nampula	Namutequeliua	15	100,000	100,000
10	INDÚSTRIA KING	Indústria	Nampula	Muhala	20	540,000	540,000
11	INDÚSTRIA KING	Indústria	Maputo	Boane	50	200,000	500,000
12	IGG INFRA MOZAMBIQ UE	Indústria	Maputo	Boane	63	100,000	1,980,000
13	BLACK GOLD RESOURCES	Serviços	Tete	Moatize	860	480,000	42,480,000
14	SIJU COMERCIA L	Serviços	Nampula	Nampula	30	200,000	200,000
15	NUTRICOM	Serviços	Tete	Tete	15	500,000	500,000
16	MOUNT MERU PETROLEU M	Transportes & Comunicaç ões	Sofala	Beira	38	353, 333	2,060,000
17	M&M TRANSPOR TES	Transportes & Comunicaç ões	Sofala	Beira	27	50,000	1,250,333
<b>TOTAL</b>					<b>1,472</b>	<b>5,613,333</b>	<b>55103718.74</b>

**2019**  
**Investimento aprovado por Província**

<b>Ordem</b>	<b>Nome do Projecto</b>	<b>Sector</b>	<b>Província</b>	<b>Distrito</b>	<b>Emprego (Nacional)</b>	<b>India</b>	<b>Total(US\$)</b>
1	NOBLE BEVERAGES	Indústria	Maputo	Matola	60	100,000	150,000
	<b>Total</b>				<b>60</b>	<b>100,000</b>	<b>150,000</b>

Fonte: CPI (2019).

## ANEXO E - COLAR DE FLORES DA ÍNDIA



Fonte: Unnithan (2015).